



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



**44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**18 e 19 de Maio de 2005.**

Campos do Jordão/SP.

**(Transcrição *ipsis verbis*)**

1  
2  
3 **Mestre de Cerimônias**  
4

5 Agora teremos a abertura da 44ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA.  
6 Para compor a mesa convidamos: Doutor Claudio Langone, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente;  
7 Doutor Claudio Alonso, representando o Secretário de Meio Ambiente José Goldemberg; Doutor Rodrigo Veraldi,  
8 Secretário de Meio Ambiente de Campos do Jordão; Doutora Mirian Prochnow, Coordenadora Geral da Rede de  
9 ONGs da Mata Atlântica; Doutor Cleiton Lino, Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e da  
10 Mata Atlântica; Doutor Nilo Diniz, Diretor do CONAMA. Com a palavra Doutor Nilo Diniz que passará a coordenar  
11 a mesa de trabalho.  
12

13 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
14

15 Nós vamos ouvir, então uma saudação dos nossos colegas que estão aqui na mesa e eu gostaria de passar a  
16 palavra inicialmente para o Doutor Rodrigo Veraldi, Secretário de Meio Ambiente de Campos do Jordão.  
17

18 **Rodrigo Veraldi – Secretário de Meio Ambiente de Campos do Jordão**  
19

20 Muito Bom dia, senhoras e senhores. É com muita honra e que em nome da Prefeitura Municipal de Campos do  
21 Jordão nós recebemos os membros dos Conselhos do CONAMA, os membros do IBAMA, secretários ambientais,  
22 os ambientalistas e as ONGs interessadas na questão da preservação do meio ambiente. Para nós isso é uma  
23 honra receber esse evento em nossa terra, uma vez que aqui nós temos uma condição de preservação bastante  
24 ampla, temos duas APAS, uma APA Estadual, uma APA Federal, dois parques estaduais de Campos do Jordão,  
25 Parque dos Mananciais, um parque municipal, Parque Ecológico Ana Schmidt, de forma que nós temos uma área  
26 bastante, como eu disse, diversas no sentido de preservação, temos bastante resquício de Mata Atlântica e eu  
27 achei muito prudente que esse evento fosse realizado em nossa região, portanto eu agradeço de coração a  
28 presença de todos e vamos tirar bastante proveito dessas reuniões que nós vamos estar assistindo aqui daqui  
29 por diante. Muito obrigado.  
30

31 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
32

33 Obrigado Secretário Rodrigo Veraldi. Passo a palavra agora a Mirian Prochnow Coordenadora da Rede Mata  
34 Atlântica.  
35

36 **Mirian Prochnow - Coordenadora da Rede de ONGs da Mata Atlântica**  
37  
38

39 Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar as autoridades que estão aqui na mesa e em cumprimentando a  
40 Rose que é de uma instituição ambientalista aqui de Campos do Jordão. Eu cumprimento a todos os presentes  
41 nesta plenária de abertura da Semana da Mata Atlântica em Campos do Jordão. A Rede de ONGs da Mata  
42 Atlântica se sente muito honrada em poder contar novamente com uma reunião plenária do CONAMA na semana  
43 da Mata Atlântica. Nós já tivemos uma reunião plenária em Joinville e quem esteve presente naquela  
44 oportunidade deve se lembrar que naquela reunião teve muito trabalho e os Conselheiros trabalharam muito bem  
45 e foi aprovada uma resolução importantíssima, principalmente para as espécies ameaçadas de extinção e entre  
46 elas a araucária angustifolia que era a 278 depois foi reformulada um pouquinho, mas continua em vigor, e é uma  
47 regulamentação absolutamente importante para o trabalho que todos nós fazemos. Então, poder contar  
48 novamente com uma reunião do CONAMA na semana da Mata Atlântica e com uma pauta também  
49 extremamente importante é muito bom. Nós queremos desejar a todos dois dias ótimos de trabalho, vamos  
50 discutir muito as nossas APPs, elas são extremamente fundamentais para o país como um todo. Estaremos aqui  
51 também ajudando nas discussões e gostaríamos de convidá-los a continuar aqui em Campos do Jordão após o  
52 encerramento da reunião do CONAMA porque temos vários eventos importantes ainda. Então, um bom trabalho a  
53 todos.  
54

55 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
56

57 Obrigado Mirian e dando seqüência passamos a palavra ao Doutor Cleiton Lino Presidente do Conselho Nacional  
58 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.  
59

60 **Cleiton Lino - Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e da Mata Atlântica**  
61

62 Obrigado. É um prazer redobrado, realmente em estar aqui em Campos do Jordão na abertura da Semana da  
63 Mata Atlântica e em uma reunião plenária do CONAMA. Eu acho que é muito significativo, a Mirian, inclusive, já

64 destacou outras reuniões em comemoração ao dia da Mata Atlântica que formalmente aprovado pelo CONAMA  
65 dia 27 de maio nós estamos abrindo a semana e é 27 de maio, até muita gente perguntou, vou aproveitar para  
66 dizer a indicação foi porque uma Carta de São Vicente escrita pelo Padre José de Anchieta em 1560 à SIDLAN(?)  
67 que é a primeira descrição mais detalhada, digamos, da Mata Atlântica, fala da fauna, da flora, das populações  
68 locais, ela assina nos últimos dias de maio de 1560, e aí nós sugerimos pela Reserva da Biosfera e depois veio o  
69 CONAMA que adotasse o dia 27 como um dos últimos dias de maio até por proposta acompanhada pelo Doutor  
70 Paulo Nogueira Neto o nosso guru da Mata Atlântica. Então, é um prazer realmente estar aqui com uma pauta tão  
71 importante, realmente de discussões no CONAMA e com o destaque também nessa semana para a questão da  
72 araucária que, realmente dentre os ecossistemas que compõem o grande mosaico da Mata Atlântica um conjunto  
73 extremamente crítico e que merece a atenção dos senhores e na pauta a questão das APPs, que realmente é  
74 básico para pensar não só a Mata Atlântica, obviamente, mas o conjunto, a qualidade do conjunto dos  
75 ecossistemas brasileiros. Então, eu também queria agradecer a organização do evento aqui em Campos do  
76 Jordão e colocar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica à disposição para colaborar em vários aspectos aqui.  
77 Eu queria só, como cabe dizer, esse ano é ano do Brasil na França e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica  
78 como parte de um programa internacional do qual o Brasil é signatário com a Unesco, O Programa Homem  
79 Biosfera tem uma série de atividades em comemoração nesse ano do Brasil na França. Uma delas é uma  
80 exposição sobre a Mata Atlântica que acontece no Parque de Bagatelli em Paris a partir do próximo dia 6 de  
81 junho e desta reunião aqui também foi feito todo um trabalho pela organização com crianças da região e um dos  
82 desenhos feito pelas crianças vai ser incorporado a essa exposição de Paris. Então, é um dos itens aqui que eu  
83 queria só dizer que está sendo feito, que tem uma exposição depois desses desenhos e ele vai ser incorporado,  
84 também. Então, mais uma vez obrigado e parabéns.

85  
86 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
87

88 Obrigado, Cleiton. Passo a palavra ao representante do Secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Doutor José  
89 Goldemberg aqui representado pelo Doutor Claudio Alonso.

90  
91 **Cláudio Darwin Alonso - Governo de São Paulo**  
92

93 Bom dia a todos, é sempre um prazer o Estado de São Paulo receber uma reunião como essa, especialmente em  
94 comemoração à Semana da Mata Atlântica, a área de São Paulo que nos é extremamente cara, além da sua  
95 importância para o próprio país, porque foi o que nos restou. Então, nós temos um carinho especial e o evento da  
96 Mata Atlântica sendo realizado aqui para nós sempre dá uma importância maior para a preservação dessa área  
97 do Estado que nos é tão cara, além de que sempre é um prazer receber a própria reunião do CONAMA aqui no  
98 Estado. Então, em nome do próprio Secretário do Estado eu quero dar as boas vindas a todos.

99  
100 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
101

102 Obrigado Doutor Cláudio. Antes de passar a palavra ao Secretário Claudio Langone, quero anunciar aqui a  
103 presença do Prefeito Municipal de Igaratá José Carlos Prianti e também o Doutor Sérgio Grandó representando  
104 neste ato o Governador do Estado de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira. Passo a palavra ao Doutor  
105 Claudio Langone Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e do CONAMA.

106  
107 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
108

109 Gostaria de saudar o Doutor Nilo Diniz nosso Diretor do CONAMA, a Mirian que aqui representa a Rede de ONGs  
110 da Mata Atlântica e a todos os membros da Rede ONGs da Mata Atlântica que estão participando desta reunião  
111 como convidados que vão ter as suas próprias atividades, também. O Cleiton que representa aqui o Conselho  
112 Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o nosso Secretário Veraldi que representa o Prefeito do  
113 Município de Campos do Jordão, o nosso anfitrião, o Doutor Cláudio Alonso que representa aqui o professor  
114 Goldemberg o Secretário de Meio Ambiente de São Paulo. Já nessa saudação que eu gostaria de fazer em nome  
115 da Ministra Marina Silva que vai estar conosco na reunião de amanhã, aliás, organizadores, a Ministra disse que  
116 se não tiver pinhão aqui ela vai fazer um protesto formal na reunião, me parece que já organizaram um festival de  
117 pinhão. Eu gostaria de saudá-los em nome da Ministra Marina que depois de um período de hospitalização  
118 retornou esta semana plenamente à ativa, embora durante o período de hospitalização tenha permanecido  
119 despachando e trabalhando conosco nas grandes questões do Ministério. E em primeiro lugar eu gostaria de  
120 agradecer a parceria do Governo do Estado de São Paulo, do Município de Campos do Jordão, da Rede de  
121 ONGs da Mata Atlântica do Conselho da Reserva da Biosfera para este conjunto de atividades que nós vamos  
122 fazer aqui, que nós, na verdade, temos uma reunião do CONAMA como elemento âncora, mas temos aqui  
123 também a reunião da Rede de ONGs da Mata Atlântica, temos aqui a reunião do Conselho Deliberativo do Fundo  
124 Nacional de Meio Ambiente, temos um seminário em conjunto com a ABEMA sobre a implementação na  
125 Resolução 357, aliás, inaugurando uma prática que nós consideramos que seja muito importante no CONAMA  
126 que é após a aprovação das resoluções reunir os gestores para discutir a implementação das resoluções,

127 principalmente aquelas com um nível de complexidade tão grande quanto essa Resolução 357 que requer um  
128 processo de informação muito significativo à sociedade, enfim nós vamos ter aqui um conjunto de programações  
129 que tem como centro a Semana da Mata Atlântica e, particularmente, a preocupação com a preservação das  
130 florestas de araucária. Eu não tenho nenhuma dúvida que nós temos avanços significativos que serão  
131 destacados, principalmente, na solenidade de amanhã em relação à Mata Atlântica, o lançamento do Edital do  
132 PDA Mata Atlântica, os projetos financiados nos Estados, a discussão e o componente Mata Atlântica do PPG7 e  
133 a idéia que já está sendo abordada dentro da comissão de coordenação conjunta do PPG7 de que se tem de  
134 fazer um esforço para que haja uma articulação institucional entre o componente Mata Atlântica do PPG7 e os  
135 projetos estaduais já em andamento que é um desejo antigo de todos nós, enfim, eu acho que têm questões  
136 extremamente importantes para serem comemoradas, mas por outro lado, nós percebemos que ainda há  
137 desafios importantes no sentido de termos políticas efetivas para que se garanta a preservação da Mata  
138 Atlântica e essas políticas em geral requerem uma discussão, às vezes, difícil com a dinâmica do  
139 desenvolvimento econômico em que em vários desses casos pela situação crítica do bioma nós vamos ter que ter  
140 uma conscientização da sociedade sobre a importância da preservação e a escolha de alternativas econômicas  
141 que podem ser viabilizadas como alternativas em função de que nós estamos falando da preservação de áreas  
142 muito relevantes, muito significativas. Esse debate é um debate muito atual no Brasil, muito importante, é um  
143 debate difícil cheio de contradições, de interesses todos legítimos que devem ser colocados à mesa, mas me  
144 parece que há um elemento central que nunca deve ser esquecido que é a dívida que o Congresso Nacional  
145 brasileiro tem em relação à aprovação da Lei da Mata Atlântica. Nós temos todos, eu creio, uma certa desilusão  
146 com isso porque há dois anos nós tivemos um sentimento de agora vai, compromisso do Presidente da  
147 República, uma mobilização muito forte nossa em todos os seguimentos, um desprendimento dos segmentos  
148 dentro do Congresso abrindo mão de algumas coisas para que a lei fosse à frente e, infelizmente, por interesses  
149 econômicos muito específicos nós temos um congelamento da tramitação do PL da Mata Atlântica dentro do  
150 Congresso Nacional e me parece que esse congelamento não será revertido sem uma forte mobilização da  
151 sociedade brasileira onde o Governo tem um papel fundamental pelo seu peso no Congresso no sentido de  
152 chamar a atenção dos parlamentares para os graves prejuízos que a não aprovação da Lei da Mata Atlântica traz  
153 ao país, porque não se trata de uma aprovação formal se trata de um instrumento que traz elementos muito  
154 importantes para a preservação e a proteção do bioma. Eu, particularmente, tenho uma especial satisfação em  
155 estar abrindo uma semana e uma reunião do CONAMA que tem como tema central a Araucária em função de que  
156 muitos dos Conselheiros lembram que quando eu fui Secretário de Meio Ambiente no Rio Grande do Sul nós  
157 lançamos uma grande campanha de repovoamento, de replantio da araucária no Rio Grande do Sul que teve  
158 continuidade no atual Governo e já está na sua 4ª edição e na época, inclusive, nós trouxemos ao CONAMA um  
159 kit que foi distribuído com as pinhas, enfim, destacando, fazendo uma certa agitação sobre o tema da araucária  
160 relacionada com a questão da Mata Atlântica. Eu gostaria de destacar que esta reunião, principalmente, a reunião  
161 de hoje do CONAMA tem uma importância muito grande pelos temas que vai discutir. Eu acho que nós temos um  
162 desafio sempre que nós tratamos de temas e também isso é um desafio para o Ministério, quer dizer, traduzir  
163 para a sociedade brasileira quais são os ganhos que a sociedade tem decorrentes da aprovação das resoluções,  
164 às vezes, nós temos uma certa incapacidade para fazer isso, inclusive, em discussões complexas como esta  
165 Resolução 357. As pessoas perguntam: o que vai melhorar na condição das águas brasileiras, no meio ambiente  
166 brasileiro com a implantação dessa resolução? E nós vamos tratar de um tema muito importante para o  
167 consumidor e para o meio ambiente do Brasil que é o tema do rerrefino, eu acho que depois de um longo  
168 processo de diálogo, complexo, tecnicamente, nós temos condições de apreciar e aprovar esta Resolução hoje e  
169 estamos trazendo novamente a continuidade de um ciclo, de um elo histórico no CONAMA que já ocupou uma  
170 dedicação muito forte no CONAMA que é o tema das Áreas de Preservação Permanente. Todos devem lembrar  
171 que em 2001, 2002 nós tivemos reuniões muito difíceis, discussões muito difíceis do CONAMA em relação a isso  
172 e que na época, nós, depois de uma série de impasses e está aqui presente o Maurício Andrés que na época era  
173 o Diretor do CONAMA, nós decidimos pela aprovação de um texto genérico abrindo cinco subgrupos específicos  
174 para tratar de temas que requereriam um processo mais elaborado de diálogo. Nós conseguimos concluir a  
175 discussão sobre praticamente todos eles, a exceção do tema da silvicultura em topos de morro que ainda vai  
176 exigir uma certa dedicação para que nós cheguemos a uma aproximação maior em relação a esse processo.  
177 Todas as outras questões, agricultura familiar, baixo impacto, áreas úmidas, áreas urbanas, enfim, nós  
178 conseguimos fazer um processo, me parece, bastante maduro, em que todos os segmentos fizeram  
179 flexibilizações importantes para que se chegasse ao texto que nós vamos apreciar hoje e, obviamente, não se  
180 trata de uma discussão simples, se ela fosse simples ela não estaria tramitando nesse Conselho há 5 anos,  
181 portanto, nós consideramos que é fundamental que na reunião de hoje nós tenhamos um amplo debate, uma  
182 ampla informação sobre o tema e que nós tenhamos uma dedicação para ver de que maneira o CONAMA pode  
183 dar conta de responder a essa questão das APPs respeitando os seus processos de tramitação, mas também  
184 considerando uma questão que eu já gostaria de antecipar aos senhores é que nós temos muitas pressões no  
185 Congresso Nacional, pressões setoriais no sentido de mexer nesse tema das APPs e uma aprovação de uma  
186 resolução pelo CONAMA diminui muito ou neutraliza várias dessas pressões que levariam, do nosso ponto de  
187 vista, a conseqüências muito negativas para o meio ambiente brasileiro. Então, nós também não temos uma  
188 discussão abstrata, nós estamos tratando de um tema delicado que envolve interesses e que se o CONAMA  
189 cumprisse o papel com a força normativa que ele tem ele pode neutralizar situações de pressão no Congresso

190 que tencionam pela alteração da legislação em cima de interesses específicos e que não abordando a questão  
191 globalmente e não promovendo um diálogo entre os diferentes segmentos podem trazer resultados que não  
192 sejam adequados para o processo que nós gostaríamos. Então, a expectativa nossa é de que a reunião de hoje  
193 faça um debate muito efetivo, muito produtivo sobre a questão das APPs, que o CONAMA cumpra o seu papel  
194 respeitando a sua lógica de tramitação em relação a esse tema olhando também para o conjunto de esforços que  
195 foram feitos pelos grupos dentro do CONAMA envolvidos com esse tema e um riquíssimo seminário jurídico que  
196 foi promovido pelo CONAMA recentemente que reuniu as principais figuras do meio jurídico ambiental no Brasil  
197 que trouxeram contribuições muito importantes e significativas para esse processo e reflexão que o Conselho  
198 está fazendo. Então, eu gostaria de desejar que nós tivéssemos aqui, três dias, na verdade, dois de CONAMA e  
199 mais as reuniões que foram aqui referidas pela Mirian, muito produtivas, que nós tivéssemos também o proveito  
200 de fazer uma situação rara de reuniões fora de Brasília em um lugar tão aprazível, tão agradável como Campos  
201 do Jordão e queria também registrar aqui que a decisão de promover reuniões fora do nosso padrão onde nós já  
202 temos auditório definido, os locais onde as pessoas sentam, etc. e tal, deslocamentos podem trazer alguns  
203 transtornos indesejados pelos quais nós gostaríamos de pedir a compreensão de todos os senhores porque nós,  
204 organizadores, com o apoio do Governo de Estado, com o apoio da Prefeitura aqui fizemos o máximo de esforço  
205 para que os senhores tivessem a melhor condição possível para a realização dessa reunião que é muito  
206 simbólico e muito emblemático que ela se realize aqui em Campos do Jordão. Então, que nós tenhamos todos  
207 uma boa reunião, uma reunião produtiva e que nós também tenhamos capacidade na solenidade de manhã que  
208 marca um conjunto de iniciativas em relação à questão da Mata Atlântica chamar a atenção do Congresso  
209 Nacional e da sociedade sobre a importância da aprovação da Lei da Mata Atlântica e também porque nós  
210 vamos, na sexta-feira, em Brasília com a presença do Presidente da República ter a solenidade de comemoração  
211 do Dia Nacional da Biodiversidade e vamos promover o anúncio oficial da realização da Convenção da  
212 Conferência das Partes sobre a Diversidade Biológica que vai ser sediada no Brasil em março do ano que vem na  
213 cidade de Curitiba e nós achamos, acreditamos que a realização da COP da Biodiversidade no Brasil é uma  
214 grande oportunidade para sensibilizar a sociedade sobre a importância do tema da biodiversidade, a importância  
215 estratégica do tema da biodiversidade para o Brasil é uma oportunidade muito grande para nós tentarmos fazer  
216 essa agenda da Convenção da Diversidade Biológica avançar no plano internacional, mas também é uma grande  
217 oportunidade para o Brasil mostrar a sua capacidade acumulada em relação a essas políticas de preservação e  
218 de proteção da nossa biodiversidade. Nós estamos conclamando todos os setores da sociedade brasileira para  
219 que o Brasil, simultaneamente à realização da Conferência das Partes faça um grande processo de mobilização  
220 que nos permita demonstrar à sociedade internacional os projetos, os avanços que nós temos tido nessa área  
221 de proteção da biodiversidade e será uma oportunidade ímpar para isso, será o maior evento internacional que  
222 nós vamos ter no Brasil nessa área depois da Eco 92 e nós, na sexta-feira, então estaremos promovendo o  
223 anúncio oficial, o lançamento, e o início desse processo de mobilização da sociedade em torno da construção da  
224 COP da Biodiversidade. Obrigado e boa reunião.

225

#### 226 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

227

228 Obrigado, Langone. Parabens já por antecipação os organizadores desta Semana da Mata Atlântica aqui na  
229 pessoa da Mirian Prochnow da Rede Mata Atlântica, do Cleiton Lino Presidente do Conselho Nacional da  
230 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Rodrigo Veraldi Secretário de Meio Ambiente de Campos do Jordão,  
231 Cláudio Alonso representando aqui o Secretário Goldemberg, nós gostaríamos de, também, agradecer e dar uma  
232 saudação especial ao Wigold Schaffer que é da Secretaria de Biodiversidade e Floresta, Núcleo da Mata  
233 Atlântica, coordenador sem o empenho de quem seria impossível pensar nesse evento que eu acho que já  
234 começa com uma presença muito importante de grande parte dos Conselheiros do CONAMA, representando aqui  
235 o Governo Federal, quase todos os Ministérios, Governos Estaduais, representando Municípios, as organizações  
236 da sociedade civil e também do setor empresarial. Então, nós vamos... Eu solicito que o Doutor Claudio Langone  
237 permaneça na mesa para nós darmos início à reunião do CONAMA, agradeço aos demais integrantes da mesa e  
238 convido para que eles componham e se acomodem no plenário para nós darmos início à reunião do CONAMA.  
239 Muito obrigado. Passo a palavra ao Claudio Langone para dar início, então aos trabalhos da 44ª Reunião  
240 Extraordinária do CONAMA.

241

#### 242 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

243

244 Então, nós vamos passar diretamente à discussão e votação da transcrição da 77ª Reunião Ordinária realizada  
245 em 29 e 30 de março de 2005. A palavra está à disposição para comentários e correções em relação à aprovação  
246 da transcrição da reunião ou ata da reunião. Não havendo manifestações, nós consideramos aprovada. Eu vou  
247 solicitar aos Conselheiros, nós temos uma certa dificuldade de visualização do plenário, como essa é uma casa  
248 de espetáculos, tem umas luzes que nos deixam com uma certa dificuldade de visualização. Então, se alguém  
249 levantar o crachá e a mesa não perceber usem a voz para chamar a nossa atenção porque nós não estamos  
250 visualizando a solicitação. Nós vamos passar, então, ao segundo item que é a apresentação e posse de novos  
251 Conselheiros, passo a palavra ao Doutor Nilo para...

252

253 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

254

255 Então, a apresentação hoje dos novos Conselheiros, inicialmente pela Agência Nacional de Águas como suplente  
256 o Doutor Bruno Pagnoccheschi; pelo Comando da Marinha como titular o Contra-Almirante Francisco Carlos Ortiz  
257 de Holanda Chaves; pelo Ministério de Ciência e Tecnologia como suplente Clóvis Andrade Júnior; pelo Ministério  
258 da Saúde como titular Guilherme Franco Neto; pelo Ministério do Trabalho e Emprego como suplente Maria de  
259 Lourdes Gomes Ferreira Santos Moure; pelas entidades ambientalistas da Região Sudeste Assembléia  
260 Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - APEDEMA Rio de Janeiro como suplente Sebastião  
261 dos Reis Soares Filho; como titular pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG  
262 Paulo de Tarso Caralo; suplente, também da CONTAG Alessandra da Costa... (*mudança de fita, sem*  
263 *continuação*). De Mato Grosso do Sul Cid Rôner de Castro Paulino; também pelo Mato Grosso do Sul como  
264 suplente Márcia Corrêa de Oliveira; pelo Governo do Estado de Pernambuco, suplente Teresinha Matilde de  
265 Menezes Uchôa; pelo Governo do Estado de Roraima, titular Robson Oliveira de Souza; pelo Governo de  
266 Roraima também suplente Johnny Stine Barbosa do Nascimento; suplente também de Roraima Alziro Messa de  
267 Andrade Filho; como titular pelo Governo do Estado de Santa Catarina Bráulio Barbosa e suplente pelo Estado de  
268 Santa Catarina Sérgio Grando e também suplente por Santa Catarina Jean Paolo Barbosa Markezine; pela  
269 Confederação Nacional da Indústria como titular Maria Cristina Yuan, como suplente, também pela CNI Marco  
270 Antonio Caminha, suplente também da CNI Alexandre Valadares Melo, titular pela CNI Maurício Otávio Mendonça  
271 Jorge, suplente pela CNI Fernando Castanheira e suplente, também pela CNI Luciana dos Santos Nunes, na  
272 terceira vaga da CNI como titular Patricia Helena Gambogi Bonzini e suplente Grace Nogueira Dalla Pria Pereira  
273 e, também suplente Giovanna Guioti Testa. Esses são os novos Conselheiros que, então passam a integrar o  
274 pleno do CONAMA.

275

276 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

277

278 Muito bem, eu quero desejar as boas-vindas.

279

280 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

281

282 O Ministério da Previdência é na próxima plenária que toma posse? O documento foi entregue hoje, já foi  
283 recebido pelo CONAMA, a posse vai ser lida e anunciada na próxima plenária, mas já assina hoje, já participa.

284

285 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

286

287 Quero desejar, então boas vindas a todos. Gostaria de solicitar o aplauso do plenário aos novos Conselheiros.  
288 (*Palms*) Muito bem, então vamos ao próximo item que é apresentação à mesa por escrito de requerimento de  
289 urgência, inversão de pauta ou retirada de matérias. Nós temos duas solicitações, a primeira é uma solicitação da  
290 alteração de ordem das moções no sentido de que a moção 5.5 seja invertida na ordem com a moção 5.4, uma  
291 vez que a moção 5.5 trata da questão da Mata Atlântica, essa reunião é uma reunião que tem como tema central  
292 a Mata Atlântica, essa proposta é do Ministério da Integração Nacional do Doutor Rosalvo, lembro que essas  
293 duas moções devem ser apreciadas em prioridade em função de que as duas estão em tramitação de vistas. A  
294 segunda proposta é do Conselheiro Bertoldo que propõe que os itens 5.12 e 5.13 passem para frente na pauta  
295 em função de que nós temos amanhã o seminário sobre a Resolução 357 e seria importante que eles fossem  
296 apreciados na reunião de hoje antes do seminário sobre a 357. A consulta que nós fizemos ao Conselheiro  
297 Bertoldo foi de que se esses dois itens pudessem ficar como 3º e 4º item da pauta, uma vez que as duas moções  
298 anteriores têm precedência em função de estar em processo de vistas. Conselheiro Bertoldo aquiesceu essa  
299 idéia. Então, a proposta que nós temos na mesa seria a primeira moção a ser apreciada é referente à Mata  
300 Atlântica, a segunda é referente à transposição do São Francisco e Rio Tocantins, a terceira e quarta serem o  
301 enquadramento de corpos d'água e a classificação e enquadramento das águas subterrâneas e aí nós  
302 seguiríamos na mesma ordem as demais. Consulto se nós temos acordo em relação a essa mudança? OK.  
303 Então, está aprovada essa mudança e nós passamos a ordem do dia discutindo a revisão da Resolução 09/93  
304 que estabelece definições e torna obrigatório o recolhimento e destinação adequada do óleo lubrificante usado ou  
305 contaminado o rerrefino, procedência da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento Ambiental e Gestão de  
306 Resíduos proposta de resolução foi aprovado na 11ª Reunião da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento  
307 Ambiental e Gestão de Resíduos em 24 e 25 de fevereiro de 2005 e na 16ª Reunião da Câmara Técnica de  
308 Assuntos Jurídicos em 2 e 3 de maio de 2005. O relator seria o presidente da Câmara Técnica de Saúde e  
309 Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos e a matéria foi retirada de pauta na 76ª Reunião Ordinária de  
310 dezembro do ano passado por solicitação do Presidente da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento Ambiental  
311 e Gestão de Resíduos. Então, nós passaríamos, de imediato, à apresentação por parte do presidente da Câmara  
312 Técnica do processo de revisão da resolução sobre rerrefino. Doutor Bertoldo com a palavra e depois o Doutor  
313 Sebastião que é o presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para dar o informe, também em relação  
314 às questões jurídicas que afetam a resolução.

315

316 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

317

318 Bom dia a todos, Senhor Secretário, Diretor do CONAMA, senhores conselheiros todos presentes. Primeiramente  
319 eu queria dizer que é uma satisfação estar aqui hoje neste momento festivo em prol da Semana Comemorativa  
320 da Mata Atlântica. Quanto ao processo aqui em pauta rerrefino é um processo que já vem de uma longa  
321 caminhada como o próprio Secretário já relatou inicialmente, nós criamos um GT onde houve quase dez reuniões  
322 do GT, mais de um ano de trabalho, depois o processo passou também por uma discussão intensa em nível de  
323 Câmara Técnica, passou pela Câmara Jurídica, foi objeto de vistas em plenária no dia da relata vista por  
324 consenso onde existiam duas vistas entre o Ministério da Cidade e a APROMAC nós, como presidente da  
325 Câmara ao buscarmos um consenso nós retiramos a matéria de pauta, a matéria retornou à Câmara, fizemos  
326 novamente uma reunião ampliada na Câmara de dois dias discutindo a matéria, buscando consenso da temática  
327 que ela é complexa. Nós, durante esses dois dias de intenso trabalho nós aprovamos sempre no consenso aonde  
328 não houve ganhadores ou perdedores, buscando sempre o consenso e foi toda aprovada no consenso. Esse  
329 assunto nós solicitamos que fosse encaminhado à Câmara Jurídica porque existiam dúvidas nossa, também  
330 quanto aos aspectos jurídicos, eu fui relator na reunião da Câmara Jurídica, a Câmara Jurídica também fez um  
331 esforço muito grande, o Doutor Sebastião, também com um trabalho muito intenso e aprovou também alguns  
332 ajustes de ordem importante e eu entendo que a matéria está pronta, Senhor Secretário, e peço que todos nós  
333 voltemos primeiramente em uma forma de aprovação em nível global da matéria, depois se houver algum  
334 destaque eu faço o destaque cabível, mas eu entendo que existe um consenso da ampla maioria de todos os  
335 segmentos, houve um consenso, também de todos os envolvidos e espero que nós, hoje possamos deliberar e  
336 sairmos com mais uma resolução aprovada aqui hoje. Então, eu peço que todos, de maneira bem objetiva nós  
337 possamos aprovar essa matéria e estamos à disposição para tirar qualquer dúvida que houver necessidade.  
338 Obrigado.

339

340 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

341

342 Doutor Sebastião presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos com a palavra.

343

344 **Sebastião Azevedo – IBAMA**

345

346 Senhor presidente deste plenário, senhores Conselheiros e demais convidados aqui presentes. Tenho a  
347 satisfação de participar novamente desta Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Com  
348 relação a esta proposta de alteração da Resolução CONAMA referente ao rerrefino que cabe à Câmara Técnica  
349 de Assuntos Jurídicos informar é que essa matéria, como todos sabem, ela já havia sido apreciada anteriormente  
350 pela referida Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e como bem colocou o Doutor Bertoldo após um reexame  
351 por parte da Câmara Técnica originária ela foi novamente submetida ao exame da Câmara Técnica de Assuntos  
352 Jurídicos. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos entendeu conveniente no momento da apreciação ouvir  
353 alguns órgãos integrantes da Administração Pública Federal sobre as modificações havidas, inclusive, solicitando  
354 que fosse acrescentado o quadro comparativo sobre as modificações havidas desde a resolução modificada a  
355 resolução aprovada, então pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e na seqüência as novas modificações.  
356 Vindo a matéria, novamente, à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos nós tivemos a honra de ter a presença do  
357 Doutor Bertoldo como representante da Câmara Técnica originária que nos prestou os esclarecimentos de ordem  
358 técnica, que nós consideramos aqui essenciais para que nós pudéssemos submeter a matéria à deliberação aos  
359 demais membros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. E, fundamentalmente, as questões mais relevantes  
360 que são submetidas à apreciação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos foram os artigos 3º, 7º e 8º,  
361 principalmente, e nesse sentido a Câmara Técnica por decisão unânime e com as modificações sob os aspectos  
362 jurídicos formais ali realizados aprovou todas as modificações por unanimidade. Nessas condições a Câmara  
363 Técnica de Assuntos Jurídicos entende que sob o aspecto de constitucionalidade, de legalidade e de forma a  
364 matéria se encontra em condições de ser submetida a este plenário para fim de aprovação. Era o que eu tinha a  
365 informar. Muito obrigado.

366

367 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

368

369 Nós vamos passar antes de proceder à discussão uma rodada de perguntas e esclarecimentos a respeito da  
370 resolução. A palavra está à disposição. Rodrigo.

371

372 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

373

374 Só gostaria de reafirmar o posicionamento que foi aqui colocado pelo Doutor Sebastião de que essa resolução foi  
375 fruto de um consenso, enfim, o Bertoldo da ABES colocou muito bem essa questão, foi fruto de um consenso, de  
376 ampla discussão, amplo debate, amadurecimento e eu acho que foi o que nós conseguimos avançar, está  
377 expresso nesse texto e eu acho que a resolução esta pronta para ser votada, é quase que unânime entre os  
378 participantes da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos de que nós conseguimos avançar e muito com essa

379 proposta, com essa resolução, não é a mais perfeita das resoluções, mas é o que nós conseguimos avançar  
380 através de um amplo consenso, de uma ampla discussão com diferentes segmentos. Era só. Muito obrigado.

381  
382 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

383  
384 A palavra à disposição. Não havendo solicitação... A colega lá atrás, Cristina Yuan. Mais alguém solicitou  
385 inscrição?

386  
387 **Cristina Yuan - CNI**

388  
389 Eu apenas gostaria de pedir alguns esclarecimentos quanto ao texto da resolução, o art. 2º trata de algumas  
390 definições, o art. 1º dispõem de que todo óleo lubrificante deverá ter uma destinação final adequada e etc., e o  
391 art. 3º diz que todo óleo lubrificante deve ser destinado à reciclagem por meio de processos de rerrefino. A minha  
392 dúvida, então é em função do que dispõem o art. 1º e 3º se refere ao art. 4º quando diz que os óleos lubrificantes  
393 utilizados no país devem observar obrigatoriamente o princípio da reciclabilidade. Na minha opinião esse artigo é  
394 desnecessário, uma vez que, primeiro não se define reciclagem no art. 2º, mas não o princípio da reciclabilidade,  
395 e uma vez que o art. 1º e o art. 3º dispõem claramente qual deve ser o tipo de destinação a ser dada ao óleo  
396 lubrificante usado ou contaminado, eu creio que esse art. 4º não agrega nenhum valor ao texto da resolução, até  
397 porque ficaria bastante vago o que seria um princípio da reciclabilidade por falta de definição no art. 2º. Um outro  
398 ponto e aí é uma dúvida minha diz respeito ao art. 7º em que diz que os produtores e importadores são obrigados  
399 a coletar todo o óleo disponível ou garantir custeio de toda a coleta de óleo lubrificante usado, efetivamente  
400 realizada na proporção do que colocarem no mercado mesmo que superado o percentual mínimo fixado, logo a  
401 segui no § 1º diz que “compete ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério de Minas e Energia fixarem um  
402 percentual mínimo que não será inferior a 30% (trinta por cento)”, eu creio que talvez e aí é por isso a razão da  
403 minha dúvida que não ficou muito claro o que seria essa proporção do que colocarem no mercado uma vez que,  
404 vamos dizer assim, os órgãos competentes vão se reunir e fixar pelo que eu entendi depreendi do § 1º qual seria  
405 o percentual mínimo a ser coletado e destinado a rerrefino, e depois a dúvida fica maior quando nós lemos o § 2º  
406 do mesmo artigo que diz: “para definição do percentual mínimo de coleta disposto no caput deste artigo deverão  
407 ser estabelecidas metas progressivas, intermediárias e final”, se os órgãos competentes vão se reunir e fixar  
408 anualmente pelo que eu depreendi do § 1º e essa é a minha dúvida, e eu gostaria de ser esclarecida, que  
409 anualmente vão ser estabelecidas quais são as metas e os percentuais mínimos a serem coletados porque existe  
410 o § 2º que diz: “que para definição do percentual mínimo vão ser definidas metas progressivas, intermediárias e  
411 finais”, ou se tem um percentual mínimo, ou são metas a serem atingidas, quer dizer, isso ficou um pouco em  
412 conflito. Eu gostaria de ser esclarecida em relação a isso.

413  
414 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

415  
416 A palavra continua à disposição. OK. O Doutor Bertoldo com a palavra. Lembro que posteriormente nós  
417 abriremos para discussões, perguntas de caráter geral e, obviamente, nós vamos seguir o procedimento padrão  
418 do CONAMA que é avaliação do texto base, aprovação e apreciação de emendas, então eventuais emendas já  
419 podem começar a serem encaminhadas à mesa.

420  
421 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

422  
423 Tentando esclarecer a dúvida da Conselheira Cristina do art. 7º. Nós fizemos esse artigo no intuito de termos a  
424 garantia no percentual mínimo, e esses 30% (trinta por cento) no início do § 1º está relacionado hoje a uma  
425 prática que é o mínimo que hoje se pratica no mercado, ou seja, hoje infelizmente eu gostaria que fosse 100%,  
426 mas hoje com a resolução do jeito que ela está só se coleta, só se faz o processo de 30% (trinta por cento).  
427 Então, o espírito da resolução é tentar coletar 100% (cem por cento), e usando esse processo de reciclagem de  
428 no mínimo 30% (trinta por cento) e, também como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e  
429 Energia nós estamos passando a eles uma ação conjunta através de uma portaria que eles definem essas  
430 políticas, definem esses critérios através de um instrumento próprio, nós colocamos o art. 2º desse processo não  
431 correremos o risco dele ser retroativo, ou seja, daqui a pouco ele está aprovando uma resolução e está, também,  
432 ao mesmo tempo, permitindo que menos de 30% (trinta por cento) seja do processo. Então, que haja um  
433 procedimento definido através dos dois Ministérios aonde permita uma ação progressiva de coleta, ou seja, não  
434 pare nos 30% (trinta por cento) não fique apenas nos 30% (trinta por cento), que nós possamos ter daqui a 2, 5,  
435 10, 20 anos avançarmos todo o processo. Então, o que nós do meio ambiente queremos é tirar todo esse material  
436 que é perigoso, ele é um resíduo classe 1 para o meio ambiente. Então, soubemos que hoje é um desejo  
437 praticamente impossível, nós queremos que esse procedimento ocorra nos 100% (cem por cento), ao mesmo  
438 tempo, nós amarramos o mínimo necessário e pedimos e passamos os poderes ao Ministério do Meio Ambiente e  
439 ao Ministério de Minas e Energia que montem esse plano progressivo e anualmente ele possa, então reavaliar e  
440 poder rever esses critérios. Então, o espírito é esse, o espírito desse artigo se ele tem o espírito é por isso e ele  
441 tem esse conjunto de artigo que tem essa lógica, esse raciocínio.

442

443

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

444

A palavra está à disposição. Não havendo solicitação nós vamos passar, então... Cristina.

446

447

**Cristina Yuan - CNI**

448

449

Eu entendi a explicação do Conselheiro Bertoldo, mas acho que o § 2º não espelha, não retrata a intenção mencionada, porque ficou confuso, porque como o § 1º diz que serão definidos anualmente, ao menos anualmente, o percentual mínimo onde se diz que no § 1º ele tem que ser superior a 30% (trinta por cento) esse percentual mínimo terá que ser 30% (trinta por cento) ou acima de 40% (quarenta por cento) anualmente, o que diz o § 1º, o § 2º faz para aqueles que não participaram do processo de discussão pressupor que para esse percentual mínimo anual é que serão estabelecidas as metas progressivas, intermediárias e final e, na verdade, o que eu estou entendendo que a idéia é que a cada ano esse percentual seja elevado, não é isso? Então, eu gostaria de sugerir, propor que se mudasse a redação do § 2º para que isso ficasse melhor evidenciado e, também, quer dizer, volto a insistir na questão, gostaria de pedir a avaliação de vocês em relação se há, realmente, necessidade de manter o art. 4º porque como o art. 1º e 3º já são bastante incisivos em relação à destinação, eu acho que o 4º é totalmente desnecessário.

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

**Bertoldo Silva Costa - ABES**

461

462

Sr. Presidente, eu gostaria até de solicitar uma questão de encaminhamento, se nós já estamos discutindo a resolução, eu gostaria de propor que nós aprovássemos o texto como um todo e depois dos destaques, a Conselheira Cristina poderia entrar no ponto desse artigo, ela pediria um destaque de exclusão e nós daí podemos discutir mais profundamente, senão nós vamos... Estou vendo que nós vamos começar a discutir a matéria sem apreciarmos a matéria, então eu peço ao senhor, eu poderia até responder, mas eu acho que nós podemos deixar para o momento adequado fazer o encaminhamento, peço que nós possamos votar o texto como um todo e depois na seqüência fazer os destaques, se é que tem os destaques e daí fazer as justificativas dos destaques.

463

464

465

466

467

468

469

470

471

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

472

473

Consulto se temos mais alguma manifestação de caráter geral ou se podemos passar à apreciação do texto base? Então, vamos passar à apreciação do texto base.

474

475

476

**Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

477

478

Só uma solicitação ao nosso técnico de iluminação. Essas luzes que estão dando de frente para a mesa que nós pedimos para acender para clarear mais o plenário, nós gostaríamos de tentar apagá-las para ver se nós não temos um contra luz tão forte aqui para a mesa, embora escureça um pouquinho, mas dá uma visão melhor para o plenário.

479

480

481

482

483

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

484

485

Então, nós vamos apreciar o texto base. Consulto se nós temos algum substitutivo global ao texto base? Então, vamos colocar em votação. Os Conselheiros que votam favoravelmente à aprovação do texto base levantem os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros que são contrários ao texto base. Abstenções? Então, nós temos a aprovação do texto base e vamos agora passar a apreciar as emendas, solicitamos que as emendas sejam encaminhadas à mesa. Nós temos já dois destaques na mesa, um apresentado por São Paulo sobre vários artigos, e outro apresentado pela Agência Nacional de Águas. Solicito que todos os que tenham emendas a apresentar façam à mesa para que nós possamos trabalhar a sua apreciação de maneira ordenada seguindo a lógica do texto. Nós temos no plenário mais alguma disposição de apresentação de emenda? A CNI e o Estado de Minas Gerais estão elaborando aqui. Mais alguém além da CNI e do Governo de Minas? Roberto Monteiro já temos aqui. Nós vamos aguardar um minutinho enquanto os colegas do Governo de Minas e da CNI promovem a redação. Eu consulto em que item são as emendas? A CNI em que artigo, Cristina? 7º? Independentemente do conteúdo se as emendas que vocês dois apresentarem estiverem mais adiante no texto nós já vamos começando a apreciação por itens que estejam à frente. Mais alguma disposição de apresentação de emenda? Então, com a ressalva de que nós estamos recebendo a emenda da CNI, nós estamos encerrando o período de apresentação de emendas. Temos acorda do plenário em encerrar o período de apresentação de emendas? OK. Então, está encerrado o período de apresentação de emendas com a ressalva de que a CNI... Nós tivemos aqui um pedido... No instante aqui o plenário decidiu encerrar a chegada de emendas, mas a Confederação Nacional de Municípios pediu para apresentar emenda também. Eu consulto o plenário se nós podemos receber a emenda da CNM, a mesa considera que sim. Alguém discorda desse encaminhamento? Então, fica também resguardado como

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505 resguardamos a CNI, a CNM vai apresentar a sua emenda ao texto. Nós vamos começar agora a apreciar as  
506 emendas, começando por uma emenda apresentada pelo Doutor Alonso do Estado de São Paulo no art. 2º. Eu  
507 solicito ao Doutor Alonso que apresente a sua emenda, a emenda do Doutor Alonso é, na verdade, uma alteração  
508 de um artigo que repercute sobre outros dois artigos da resolução.  
509

510 **Cláudio Darwin Alonso - Governo de São Paulo**

511  
512 Novamente, bom dia a todos. O conjunto de observações que o Estado de São Paulo faz são em vários artigos,  
513 mas eles praticamente se resumem a um aspecto só. O excesso de carga que está se transferindo para os  
514 órgãos licenciadores de uma forma, às vezes, não necessária. Então, a emenda objetivamente já no art. 2º na  
515 definição quando nós colocamos que o coletor que já tem que ser autorizado pelo órgão regulador da indústria de  
516 petróleo, nós colocamos que isso basta, seria um ônus a mais bastante pesado para os Estados nós termos que  
517 licenciar, também esse tipo de atividade, isso dentro do mesmo espírito combinado com o art. 17 “que são  
518 obrigações do revendedor dispor de instalações adequadas devidamente licenciadas pelo órgão ambiental”. Ora  
519 senhores esse tipo de atividade principalmente em São Paulo, eu acredito que seja um reflexo no país inteiro, não  
520 é uma atividade muito localizada, ou seja, você pode pensar que você tem um fabricante do óleo, você tem o  
521 rerrefino do óleo, quanto a isso eu acho que o licenciamento é tranqüilo, e claro que deve ser feito, no entanto  
522 quando você pensa que os 3 mil e 500 postos só em São Paulo só da Metropolitana já tem licenciamento e os  
523 óleos tratados como resíduo, portanto, a verificação da adequabilidade dos seus sistemas de coleta, no entanto,  
524 quando se pensa nas miríades de pequenos postos de existem de troca de óleo e que objetivamente se nós  
525 deixamos o texto como está, todos eles terão que ser licenciados e nós sabemos muito bem que se alguém  
526 reclamar do vizinho em relação ao óleo, parcela importante do material técnico humano que já é escasso ela vai  
527 ter que ser dirigida a isso, fica praticamente impossível nós fazermos uma gestão ambiental adequada com... Nós  
528 não achamos que tem a mesma importância análise e um licenciamento de uma hidrelétrica e verificar se o  
529 pequeno posto de troca tem a mesma importância, e, eventualmente, por uma ação judicial você é obrigado a  
530 desviar parcela importante de recurso para ver isso, portanto, nós retiramos a responsabilidade do Estado na  
531 parte de licenciamento. Então, tanto no art. 2º quanto no art. 7º nós solicitamos “que devidamente licenciado pelo  
532 órgão ambiental” seja retirada, isso não significando que as outras ações de fiscalização contempladas na  
533 resolução fiquem prejudicadas porque essas todas nós concordamos e mantemos. Então, é retirada do  
534 ‘devidamente licenciada’ dos dois artigos.  
535

536 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

537  
538 OK. Então, a proposta de emenda supressiva de São Paulo é de retirar ‘devidamente licenciada pelo órgão  
539 ambiental competente’ no art. 2º e no art. 17. Consulto se temos defesa contraria? Zuleica, com a palavra.  
540

541 **Zuleica Nycz – APROMAC**

542  
543 Tem uma informação aqui que o órgão regulador da ANP Agência Nacional do Petróleo ela só dá licença da  
544 coleta de óleo, ou seja, resíduo classe 1 perigosíssimo, se tiver licença ambiental, o coletor é um transportador de  
545 resíduo perigoso, ele não pode ser isentado da licença ambiental e o vendedor de óleo que está recebendo  
546 resíduo perigoso classe 1 altamente contaminante, ele também não pode estar isento da licença ambiental. Que  
547 tipo de licença vão fazer, se é uma simplificada, se não é para o revendedor, tudo bem, agora para o coletor que  
548 é transportador do resíduo perigoso, ser isento de licença ambiental, eu não posso aceitar como ONG  
549 ambientalista é impossível. Eu acho que a questão da ANP talvez poderia se manifestar, a ANP tem interesse  
550 que seja devidamente fiscalizado do ponto de vista ambiental o óleo que esta sendo transportado.  
551

552 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

553  
554 Vamos abrir mais uma defesa para cada posição? José Carlos do Ministério de Minas e Energia.  
555

556 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

557  
558 Para um esclarecimento melhor de qual é a norma que está em vigor sobre o assunto, eu peço que o Doutor  
559 Maurício advogado da Agência Nacional do Petróleo esclareça ao plenário.  
560

561 **Maurício Taam – Advogado da ANP**

562  
563 Primeiro eu quero esclarecer que eu sou engenheiro, mas eu estou formado em advocacia agora. Mas a  
564 atividade de coleta não é apenas atividade de transporte, ela, às vezes, envolve trancagem, armazenagem de  
565 forma que qualquer autorização da Agência Nacional do Petróleo para atividade do coletor ela tem como pré-  
566 requisito que ele esteja licenciado ambientalmente em relação a todos os processos que envolvem a coleta que,  
567 às vezes, como eu disse não é somente o transporte, não é somente o recolhimento. Então, poderia ser anulado

568 daqui por redundante, mas por redundante também não prejudica estar aqui porque nós não vamos modificar  
569 essa forma de atuação também. Então, não prejudica nada estar no texto de forma redundante, porque só  
570 autorizamos, realmente se estiver licenciado.

571  
572 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
573

574 Como eu recebi mais três inscrições, e se trata de um tema estruturante para a resolução, eu vou pedir a  
575 autorização do plenário para nós não fazermos a tradicional defesa contra e a favor, abrir as inscrições para esse  
576 ponto, são três inscritos. Eu consultaria se temos mais algum inscrito e aí depois nós passaríamos para a  
577 deliberação. Podemos, então, dar a palavra a esses três inscritos e depois passamos à deliberação. André Lima.

578  
579 **André Lima - ISA**  
580

581 O eu queria dizer como o próprio Langone já colocou, quer dizer, essa é uma questão estruturante, nós estamos  
582 tratando de um licenciamento ambiental que é uma das funções fundamentais do CONAMA regulamentar essa  
583 matéria, então me surpreende o fato de, de repente, surgir essa proposta de retirada da figura do licenciamento  
584 ambiental até porque como bem colocou o representante da Agência Nacional de Petróleo, essa é uma exigência  
585 legal. Eu acho que essa discussão está um pouco superada, o que talvez relativize um pouco essa preocupação  
586 que é legítima do Governo do Estado de São Paulo é que todos nós estamos trabalhando na medida do possível  
587 pela descentralização, desconcentração e fortalecimento do SISNAMA na ponta, quer dizer, determinados  
588 licenciamentos pontuais podem ser feitos, delegados, compartilhados com órgãos municipais de meio ambiente.  
589 Então, tanto pelo fato de ser uma matéria estruturante dentro da resolução quanto pelo fato já colocado pela  
590 Agência Nacional de Petróleo de que essa é uma exigência legal e porque se é uma exigência legal e é  
591 estruturante deve estar explicitada nesta resolução também por função didática é que nós entendemos que essa  
592 proposta não deveria ser aprovada até porque estamos trabalhando e o Governo do Estado de São Paulo assim  
593 também está pela descentralização do processo de licenciamento. Então, nós queríamos sustentar a não  
594 supressão desse dispositivo.

595  
596 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
597

598 Roberto Monteiro. A terceira inscrição após o Roberto é o Bazileu do Ministério do Meio Ambiente.

599  
600 **Bazileu Alves Margarido Neto – Ministério do Meio Ambiente**  
601

602 Minha intervenção vem exatamente a reforçar a última parte do que colocou o Conselheiro André no sentido de  
603 chamar a atenção para a questão do compartilhamento das responsabilidades do licenciamento no Sistema  
604 Nacional do Meio Ambiente, obviamente, que para os órgãos estaduais pensarem em licenciar atividades, enfim,  
605 instalações muito pequenas como postos pode parecer excessivo ou inadequado à organização administrativa do  
606 órgão estadual. Mas, essa atividade, obviamente olhando para o sistema como um sistema compartilhado de  
607 competências é uma atividade que pode ser perfeitamente adequada ao licenciamento municipal. E em se  
608 tratando de um resíduo que despertam as preocupações a este Conselho como óleo, consideramos que deve ser  
609 mantida a necessidade de licenciamento e, obviamente, o Sistema Nacional depois vai se adequar a essa norma  
610 estabelecida pelo Conselho.

611  
612 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
613

614 Com isso fechamos isso as inscrições para essa emenda proposta pelo Estado de São Paulo? Fechamos.

615  
616 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
617

618 Então, nós vamos passar à deliberação que é automática do art. 2º e o art. 17. A proposta original inclui o termo  
619 'devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente' e a proposta apresentada pelo Doutor Alonso é no  
620 sentido de retirar o termo 'licenciado pelo órgão ambiental competente' e no 17 'devidamente licenciado pelo  
621 órgão ambiental competente'. Então, nós vamos passar à votação. Conselheiros que votam pela manutenção do  
622 texto original "licenciada pelo órgão ambiental competente", por favor levantem os seus crachás. Obrigado. Os  
623 Conselheiros que votam pela retirada do termo 'licenciada pelo órgão ambiental competente', por favor levantem  
624 os seus crachás. Obrigado. Abstenções. Obrigado. Então, foi mantido o texto original nos art. 2º e 17. O próximo  
625 item é o art. 3º uma emenda apresentada pelo Doutor Roberto Monteiro. Passo a apresentação ao Doutor  
626 Roberto enquanto nós colocamos na tela aqui. Doutor Roberto com a palavra.

627  
628 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**  
629

630 Obrigado Senhor Presidente, senhoras e senhores Conselheiros. A proposta de emenda ao caput que temos  
631 emenda também com relação ao parágrafo, a emenda supressiva ela se justifica primordialmente para que nós  
632 déssemos ao caput um texto mais, digamos, aperfeiçoado permitindo com isso que não ficasse tão caracterizado  
633 uma, praticamente, exclusividade para o setor rerrefino, então, nós estamos apresentando essa emenda no  
634 sentindo de que o CONAMA ao invés de dizer que tudo vai ser destinado ao rerrefino e tão somente quando  
635 comprovado a impossibilidade, ou seja, de uma forma condicional poderá existir alternativas, ele, ao invés disso,  
636 estabelecer uma condição de prioridade que isso o CONAMA pode e deve fazer ou preferência para o processo e  
637 permitindo que outros processos tecnológicos em eficácia ambiental comprovada equivalente ou superior ao  
638 processo de rerrefino sejam possíveis serem apresentados desde que devidamente licenciado pelo órgão  
639 ambiental competente. Essa é a emenda ao caput do art. 3º com a eliminação do § ú. Essa é a alternativa que  
640 nós achamos mais adequada, conversamos com uma série de Conselheiros que também tem esse mesmo  
641 entendimento. Então, aí está a proposta de emenda fundamentalmente acrescentar a palavra 'prioritariamente' ou  
642 'preferencialmente' como queiram e complementar com o 'ou'. Temos uma alternativa, mas apresentaremos  
643 quando for discutido o outro destaque ao parágrafo.

644  
645 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**  
646

647 Eu só gostaria de reafirmar que esse é um assunto que foi amplamente debatido e discutido na Câmara Técnica  
648 de Assuntos Jurídicos, esta foi a redação encontrada que melhor atendia ao interesse ambiental, ao interesse  
649 coletivo, o rerrefino, depois de um amplo processo de discussão ficou comprovado que não é uma única  
650 tecnologia, é um conjunto de processos industriais, ou seja, existem inúmeras tecnologias, existem inúmeras  
651 patentes diferentes sobre a questão de rerrefino, ou seja, não está sendo feita nenhuma reserva de mercado e  
652 existe a exceção já prevista que é o § 1º que é "comprovada a impossibilidade técnica de envio ou rerrefino ou a  
653 existência de uma outra tecnologia com a eficácia ambiental igual ou maior a critério do órgão ambiental  
654 competente qualquer outra utilização do óleo lubrificante usado ou contaminado, coletado dependerá de  
655 licenciamento ambiental", ou seja, já houve um consenso em relação a essa matéria e por isso eu solicito aos  
656 demais Conselheiros que votem pela manutenção do texto original.

657  
658 **Maurício Mendonça - CNI**  
659

660 A Confederação Nacional da Indústria gostaria de fazer uma observação sobre a proposta do Conselheiro  
661 Honorário Roberto Monteiro no sentindo de aprimorar a proposta do Conselheiro. Eu pediria ao Doutor Valter  
662 para que pudesse fazer aqui a leitura, os comentários e as observações sobre a proposta, por favor.

663  
664 **Walter Francelino – Sindicato do Rerrefino**  
665

666 Sr. Presidente e demais senhores Conselheiros. Eu vou me permitir, Sr. Presidente, eu poderia usar 5 minutos  
667 para fazer a minha exposição?

668  
669 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
670

671 A mesa está, por uma questão de bom senso, se sentindo autorizada pelo plenário a dar um tratamento  
672 diferenciado a essas questões que são estruturantes da resolução, ou seja, diferente do processo normal nosso  
673 de defesa contra ou a favor que são em geral 2 ou 3 minutos abrindo mais inscrições. Eu consulto se alguém no  
674 plenário discorda da utilização desse tempo solicitado pela CNI? Da parte da mesa, então está autorizado porque  
675 sendo questões estruturantes nós precisamos de esclarecimento técnico para apreciação.

676  
677 **Walter Francelino – Sindicato do Rerrefino**  
678

679 Eu agradeço, Sr. Presidente. Senhores, eu vou abrir a minha exposição com uma frase de um colega meu (*nome*  
680 *em idioma*). Ele disse o seguinte: "que as reservas minerais do planeta não terão outra safra, a humanidade  
681 precisa bem aprender a prolongar o seu uso e maximizar o máximo possível o seu aproveitamento". Dentro dessa  
682 ótica nós temos que considerar que o Brasil hoje depende e se amanhã vier a se tornar auto-suficiente na  
683 importação de petróleo, nós ainda vamos necessitar de importar cerca de 80% (oitenta por cento) de petróleo cru  
684 para a produção de óleos lubrificantes. Essa afirmava está no documento de lavra do Ministério de Minas e  
685 Energia, no seu pedido de vistas em dezembro de 2004, portanto, nós temos uma verdade e é imutável, o Brasil é  
686 carente de óleo lubrificante, nós precisamos de óleo lubrificante. O processo de rerrefino cuja prioridade se quer  
687 conferir é o único processo conhecido que "regenera ou concede nova vida ao lubrificante usado", se nós  
688 tivéssemos tratando aqui de religião eu diria que o rerrefino ressuscita a alma do lubrificante usado ou  
689 contaminado e o transforma em lubrificante novamente. Qualquer outro processo de reciclagem diferente da  
690 regeneração ou diferente de se dar nova vida, significa dar novo ciclo e esse novo ciclo pode ser feito de qualquer  
691 maneira na sua transformação e na perda da essência da parte nobre contida no lubrificante, portanto, por uma  
692 questão de dependência econômica o rerrefino é a única atividade que supri as necessidades internas de

693 lubrificante no país, fecha o interesse nacional em termos de meio ambiente porque está balanceado, está  
694 equilibrado, tem uma tecnologia eficiente e propicia todo o reaproveitamento das matérias-primas contidas nos  
695 lubrificantes. A nossa grande preocupação como representante do setor de rerrefino é que a abertura para outras  
696 tecnologias visa pura e simplesmente a transformação dessa matéria-prima nobre que é o lubrificante que nós  
697 precisamos dela para outra finalidade secundária que pode ser ambientalmente adequada, podemos ter uma  
698 reciclagem ambientalmente adequada, mas será que essa atividade ambientalmente adequada é a única  
699 condição que interessa ao país em termos de reposição da matéria-prima que está em nossas mãos? Será que  
700 essa reciclagem atende ao princípio de reciclabilidade de materiais contidas na Lei de Flexibilização do Petróleo?  
701 Nós entendemos que não. Lá está dito que o país deverá na obediência aos princípios da regeneração e do  
702 reaproveitamento da suas reservas energéticas atender a um processo ambientalmente correto que consiga  
703 suprir o mercado nacional de lubrificantes ou do abastecimento nacional dos derivados que dê uma prioridade às  
704 reservas hoje existentes, uma matéria-prima hoje já existente que é o óleo usado, e por fim que adote uma  
705 tecnologia ambientalmente correta e que já seja de conhecimento puro, portanto, no nosso entender o rerrefino é  
706 a única atividade que atende todos esses princípios, portanto, tem que haver uma prioridade e fora disto para nós  
707 é exceção. A proposta do Conselheiro Roberto em trazer o parágrafo para o caput do artigo equipara, na  
708 verdade, duas situações, deixa de ter a prioridade porque equipara o processo de rerrefino a qualquer outro  
709 processo sem levar em conta aquelas condicionantes que eu coloquei no início. Nós entendemos que o melhor  
710 seria a manutenção como se encontra, ou seja, a exceção está no parágrafo como uma condição alternativa,  
711 onde não for possível a manutenção do rerrefino, onde não for viável o atendimento daqueles quatro princípios da  
712 regeneração, da maximização da utilização dessa matéria-prima disponível e utilizando a destruição como última  
713 opção. Nós temos que ter dentro da escala sucessiva de prioridades uma condição melhor, ou seja, a mais  
714 própria ou a mais próxima necessariamente tem que excluir a mais remota, portanto, nós entendemos que a  
715 opção que hoje se encontra tal e qual redigida através de um consenso na Câmara Técnica de Saúde e Resíduos  
716 é uma redação que consagra todos os princípios e que atende aquilo que ficou decidido na própria Câmara  
717 Técnica e ouvimos aqui a opinião do Dr. Sebastião de que não vê nenhum princípio de ofensa e legalidade, não  
718 se trata de uma reserva nem uma ofensa a ordem econômica porque nós temos a segurança de que outras  
719 empresas de rerrefino poderão se instalar como, na verdade, já estão se instalando, não há reserva nenhuma de  
720 mercado senhores o que, na verdade, o que se quer é assegurar que essa substância chamada óleo usado volte  
721 dentro do princípio da regeneração, ou seja, de ter nova vida, é isso que nós pretendemos, é como se nós  
722 paradoxalmente coletássemos todo o papel existente ao invés de reciclarmos simplesmente ou queimássemos  
723 através do princípio da destruição. Eu vos agradeço muito Sr. Presidente, senhores Conselheiros e peço a  
724 aprovação do texto tal qual ele se encontra.

725  
726 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

727  
728 Nós tivemos um pedido de inscrição da Zuleica e alguém no plenário em cima tinha pedido inscrição. O Governo  
729 da Bahia e depois nós tivemos agora mais algumas inscrições. A Conselheira Zuleica tem a palavra.

730  
731 **Zuleica Nycz – APROMAC**

732  
733 Nós queríamos explicar duas coisas, o argumento do Doutor Roberto Monteiro de que parece que com essa  
734 redação do caput do art. 3º o rerrefino ficaria sem a obrigação de licença ambiental, eu solicitaria que lesse o art.  
735 20, “são obrigações do rerrefinadores”, o art. 20 é extenso e tem cinco parágrafos e ele restringe atividade que  
736 esse até foi objetivo do nosso pedido de vista, na época nós tínhamos uma visão do rerrefino que hoje é bem  
737 diferente até de uma visão negativa que nós tínhamos, que nós tínhamos uma ação civil contra uma rerrefinadora  
738 que tinha problemas gravíssimos justamente com seus resíduos no Paraná. Então, em vista disso esse art. 20 foi  
739 alterado pela APROMAC, foi praticamente aprovado na íntegra, não é o caso do art. 3º, o art. 3º não é uma  
740 proposta da APROMAC como certos documentos andaram circulando que eu não recebi, mas que citam o meu  
741 nome de uma empresa da Bahia, que diz que a APROMAC fez tal proposta que está lá hoje para ser votada, não  
742 é verdade, a APROMAC fez uma proposta muito mais radical do que essa que esta aqui, fizemos um propósito  
743 para começar uma discussão. Nós tínhamos depois da pesquisa intensa que nós fizemos e ficamos tão surpresos  
744 com essa possibilidade de nós termos um resíduo classe 1 perigosíssimo, e ao mesmo tempo uma possibilidade  
745 de regeneração dele que é uma regeneração de um recurso não renovável do qual somos dependentes, aprendi  
746 isso com os documentos do Conselho Nacional do Petróleo, não só as portarias do antigo Conselho Nacional do  
747 Petróleo, mas também da revista do Conselho que eu consegui uma cópia dos anos 60 ou 70 que eu acho que  
748 pouca gente tem. Conseguimos recuperar toda essa história e verificar que o parque de rerrefino que tem no país  
749 hoje, além de nacional é um ativo do país que nós não podemos desprezar, não é da noite para o dia que nós  
750 temos um parque de rerrefino e então, nós propomos a exclusividade do óleo para o rerrefino, porque  
751 pesquisamos tecnologias e não encontramos, além da adição do óleo para fazer graxa contaminada e misturar  
752 em massa asfáltica e etc., isso se chama adição, não se chama tecnologia, não se pode comparar adição de óleo  
753 contaminado com saponificante e comparar isso com um parque industrial de rerrefino que produz óleo básico  
754 que vai voltar para o mercado e pode ser regenerado quantas vezes for rerrefinado. Então, essa discussão toda  
755 durou 2 dias em São Paulo na sede da FIESP, tivemos uma reunião em fevereiro com a Câmara Técnica de

756 Saúde e Saneamento e Gestão de Resíduos, a APROMAC apresentou a sua proposta do art. 3º radicalizando e  
757 tivemos que ceder por conta das discussões que o Governo de Minas Gerais, Ministério das Cidades, ANAMMA,  
758 CNI presente, SINDCOM presente, SINDREFINO presente, ANP presentes e Ministério de Minas e Energia  
759 presente e Ministério do Meio Ambiente presente. O Doutor Bertoldo conduziu magnificamente a reunião, foram  
760 dois dias, nós até não almoçamos no segundo dia de tanto trabalho, de tanto *(mudança de fita, sem continuação)*.  
761 Igualmente o mesmo pé de direito de fala que os Conselheiros da Câmara Técnica. Então, quando nós chegamos  
762 finalmente a este art. 3º ele é o artigo que está pronto. Então, nós não concordamos com nenhuma alteração ele  
763 já é um artigo construído com todos os órgãos interessados presentes e com direito à palavra, e é só olhar a  
764 transcrição, está no site para vocês verificarem o que eu estou dizendo. Essa é a minha consideração.

765  
766 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

767  
768 OK. Nós temos aqui seis inscritos, o Governo da Bahia, Roberto Monteiro, José Carlos, Sérgio, Bertoldo e André.  
769 Eu gostaria de consultar se mais alguém quer se inscrever para discutir esse ponto e encerrar as inscrições sobre  
770 esse ponto agora antes de passar às demais falas.

771  
772 *(Intervenção inaudível)*

773  
774 **Cláudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

775  
776 Na verdade, nós estamos discutindo, as falas são gerais sobre a proposta, caput e parágrafo, depois nós vamos  
777 passar à apreciação em separado e nós vamos ter defesa contra e a favor. Questão de ordem.

778  
779 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

780  
781 Eu abriria mão da complementação em função das colocações feitas e reduziria a proposta ao caput só  
782 acréscimo da palavra 'prioritariamente' ou 'preferencialmente'. Então, ficaria o texto como esta acrescentando a  
783 palavra que não ofende ninguém 'prioritariamente' ou 'preferencialmente' e advogaria, então a inclusão ao invés  
784 daquele art. 1º os artigos que estão apresentados como proposta para uma linguagem afirmativa e não uma  
785 linguagem condicionada que eu acho que é mais adequada a um texto jurídico, uma linguagem afirmativa.

786  
787 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

788  
789 OK. A proposição do Doutor Roberto pode ir sendo processada no plenário ao longo dessas falas. Nós estamos,  
790 então encerrando as inscrições sobre esse tema nessas seis inscrições referidas e vamos pedir a todos que se  
791 atenham a um tempo de 3 minutos, no máximo 3 minutos de fala. O próximo inscrito é o Governo da Bahia.

792  
793 **Manoel Mendonça - Governo da Bahia**

794  
795 Bom dia a todos, Manoel Mendonça do Governo da Bahia. Eu gostaria de dizer que nós compreendemos e  
796 aceitamos a importância da indústria do rerrefino no contexto da economia e no contexto do controle ambiental.  
797 Eu gostaria de aproveitar esses 3 minutos, 2 minutos e meio para lembrar por uma questão de coerência a 6.938  
798 que está previsto dentre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente a valorização de novas  
799 tecnologias que possam vir a trazer incrementos positivos à gestão do meio ambiente nesse país. Então, dessa  
800 forma nós queríamos concordar plenamente com o que foi colocado pelo Conselheiro Roberto Monteiro e  
801 acreditamos que essa última alteração que ele propôs utilizando a palavra 'preferencialmente' resolveria o  
802 problema e estaríamos sendo coerente com o que está estabelecido na própria Política Nacional de Meio  
803 Ambiente. Obrigado.

804  
805 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

806  
807 Aproveitando a inscrição é ratificar a proposta de ficar o 'preferencialmente' porque de outra forma ficaria no  
808 sentindo de exclusivo e a complementação seriam os três parágrafos em uma linguagem em substituição ao § 1º,  
809 seria um § 1º dizendo "que a reciclagem referida no caput..." Por favor poderia colocar na tela a proposta do  
810 Roberto Monteiro, os parágrafos, por favor. Me parece que não foi colocado na tela com relação aos parágrafos.  
811 Seria da seguinte forma, ao invés de termos o § 1º comprovado a impossibilidade que seria condicional,  
812 nós substituiríamos para um parágrafo afirmativo dizendo: "a reciclagem referida no caput poderá ser realizada  
813 também por meio de processo tecnológico a eficácia ambiental comprovada equivalente ou superior ao rerrefino".  
814 O § 2º seria mantido retirando a parte final dele substituída por um § 3º que está dizendo... Eu acho que teria que  
815 redigir aí porque também não está. O § 3º diria o seguinte: "os processos utilizados para reciclagem do óleo  
816 lubrificante usado ou contaminado, inclusive, o rerrefino deverão estar devidamente licenciados pelo órgão  
817 ambiental competente". Então, substituiria o art. 1º por esses § 1º e 2º de forma mais afirmativa.

818

819 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

820

821 A discussão já foi feita longamente nas Câmaras Técnicas e o Ministério de Minas e Energia entende que o  
822 aperfeiçoamento do texto levaríamos nós a trazer nesse plenário do CONAMA toda a discussão já realizada nas  
823 Câmaras Técnicas, cada um desses textos, apesar de melhorar pontualmente ou não, às vezes, tem o  
824 entendimento jurídico de que tal palavra, eu, como engenheiro entendo de uma forma, já foi deixado bastante  
825 claro que os advogados não entendem exatamente assim e da devolução eu reforçaria o pedido para que fosse  
826 mantido na íntegra o art. 3º tal qual veio das Câmaras, isso já vem longamente, estou repetindo, me permitam, já  
827 foi longamente apresentada, discutido, todas as controvérsias já foram, esse texto pode não ser o ideal, mas é o  
828 que, vamos dizer assim, se conseguiu chegar no caminho da menor polêmica possível como resultado. Então, a  
829 proposta do Ministério de Minas e Energia é que seja mantido o art. 3º tal qual vocês receberam minutos antes de  
830 começar esta reunião do plenário. Agora me permito fazer uma observação sobre a colocação do nosso colega  
831 do rerrefino, o Doutor Monteiro que quando ele faz apologia do rerrefino, é lógico que nós apoiamos o rerrefino,  
832 temos o maior interesse nisso, é um processo que há muito tempo antes de haver a importância que está sendo  
833 dada no meio ambiente no país, os órgãos do Ministério de Minas e Energia, a Doutora Zuleica citou aqui, o CNP  
834 já cuidava do assunto de uma outra forma não explicitamente ao meio ambiente, mas acontece que no mundo  
835 existe evolução, as tecnologias surgem melhor. O que nós teríamos que fazer se aparecesse uma tecnologia que  
836 melhor utilizasse esses óleos já usados, coletados. Nós mesmos, o representante do Governo da Bahia citou o  
837 caso da evolução tecnológica que também nós concordamos muito, existe uma indústria na Bahia devidamente  
838 licenciada que justamente ela está usando esse óleo rerrefinado para fazer mantas asfálticas, para evitar  
839 infiltração dos nossos telhados, dos nossos tetos, quem sabe outras aplicações tecnologicamente viável do ponto  
840 de vista técnico, do ponto de vista econômico nós não estaríamos cerceando se nós limitarmos tal qual religião, o  
841 Doutor Monteiro fez uma comparação com religião, Eu faço um paralelo a nós criarmos uma resolução que é a  
842 seguinte: a única religião aceita no Brasil é a espírita, qualquer outra deva ser eliminada porque é contrária ao  
843 meio ambiente. Então nós não podemos agir dessa forma, nós temos que ter a pluralidade, o cuidado ambiental  
844 está presente ao longo dessa resolução toda. Então, reforço na manutenção do texto original.

845

846 **Sérgio Gonçalves – Ministério das Cidades**

847

848 Bom dia à Presidência da mesa, à plenária. Gostaria de aproveitar neste momento como na reunião passada eu  
849 fui um dos autores de uma fala de resgate do processo das Câmaras Técnicas, e até um pouco crítico naquele  
850 momento não poderia deixar de frisar agora e enaltecer o trabalho feito conjuntamente da Câmara Técnica de  
851 Saúde e Resíduos com a Câmara Técnica Jurídica dessa consertação tão importante para chegarmos hoje ao  
852 ponto de um texto que leva a não ter nem perdedores, nem ganhadores, e sim um texto que para o país é  
853 importante e para o processo também. Eu gostaria de relatar como integrante da Câmara Técnica e  
854 representante do Governo nós estamos apoiando todos os trabalhos principalmente do Ministério de Minas e  
855 Energia e da ANP que nós chegamos a um ponto que embora todas e qualquer manifestação nesse plenário de  
856 Conselho seja legítima e importante, infelizmente nem todos podem participar de trabalho nem da Câmara  
857 Técnica e com consistência pontual trazem à tona temas que nós já exaustivamente durante um ano já  
858 debatemos, louvamos as emendas, mas reforçamos que a grande maioria delas e das modificações proposta  
859 pelo Conselheiro Roberto Monteiro foi também alvo de emenda dentro do trabalho nesse um ano e quando  
860 mexemos em uma vírgula nesse art. 3º nós rebatemos imediatamente a outros artigos, imediatamente, não tem  
861 nada que se mude no 3º que não se rebata nos outros e essas alterações de 'preferencialmente' ou aquilo, ou  
862 uma palavra que melhor fique, nós já tentamos e fizemos em várias plenárias e nós próprios todos que  
863 participaram, a grande maioria desta plenária com os seus representantes esteve presente nos debates, nós  
864 fizemos uma consertação muito grande debatendo o que significaria cada mudança desta. Então, eu quero  
865 reforçar a necessidade e fazer o meu voto explicitado aqui, colocado e pedindo que nós mantenhamos na íntegra  
866 o que foi acordado com as entidades que estão aqui todas do setor, não só com a visão de Governo, mas com  
867 todos os segmentos presentes representados, foi uma consertação aonde todos tiveram que abrir mão de alguma  
868 coisa para que chegássemos a um texto de consenso. Então, eu gostaria de resgatar isso que é importante.  
869 Então, eu peço para nós votarmos na íntegra no texto original e qualquer resolução vai ser vista no seu tempo e  
870 espaço da tecnologia e será revista com a natureza da situação, e a tecnologia vindo ela vai ser incorporada. As  
871 incorporações do art. 3º no § 1º ela resguarda e resgata todas essas preocupações que estão sendo colocadas,  
872 está muito claro quando se lê isso. Então, esse que me traz aqui agora é colocar, resgatar, acalmar, serenar  
873 porque se nós fôssemos tencionar aqui e agora nós vamos voltar a temas já passados, ultrapassados e vencidos  
874 dentro de um processo sempre de consertação. Esse é o melhor texto depois de um ano de trabalho que pode  
875 ser feito. Eu reforço e peço a todos os Conselheiros que confie no trabalho das duas Câmaras Técnicas e que  
876 votem aprovem o texto original.

877

878 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

879

880 Nós temos ainda dois inscritos e informar ao plenário que a mesa tem um relógio escondido no cantinho do  
881 computador e vai passar a usar a partir agora.

882  
883  
884  
885  
886  
887  
888  
889  
890  
891  
892  
893  
894  
895  
896  
897  
898  
899  
900  
901  
902  
903  
904  
905  
906  
907  
908  
909  
910  
911  
912  
913  
914  
915  
916  
917  
918  
919  
920  
921  
922  
923  
924  
925  
926  
927  
928  
929  
930  
931  
932  
933  
934  
935  
936  
937  
938  
939  
940  
941  
942  
943  
944

**Bertoldo Silva Costa – ABES**

Eu gostaria, em nome do Conselheiro Roberto e todos os Conselheiros, enfatizar o trabalho que foi realizado e dizer que o princípio da reciclagem aqui colocado ele vem do encontro com o princípio da Agenda 21. Eu gostaria que não está aqui citando óleos refinados ou derivado de petróleo, eu acho que se tivesse um produto alternativo eu gostaria de estar discutindo numa resolução para não usar material derivado de petróleo, mas infelizmente a nossa tecnologia é dependente desse material, se é dependente nós temos que usar o óleo, e temos que gerar esse resíduo e temos que aumentar o ciclo de vida dele, é o princípio da nossa agenda, é a reciclagem, é aumentar a cadeia do ciclo de vida. Então, por isso a redação que está foi consensuada dentro desses conceitos, dentro do princípio da Agenda 21, dentro do princípio dos 3R, da reciclagem que está ali e não da queima aqui nesse processo como o assunto de reciclagem. Então, eu gostaria de nós termos, não estou defendendo tecnologia, estou defendendo aqui o processo de nós aumentarmos a cadeia do ciclo de vida de um produto. Então, é com esse espírito que eu venho aqui novamente pedir que nós mantenhamos o texto, porque o texto como está, o artigo como está ele mantém o espírito de aumento do ciclo de vida do produto, eu quero não gerar resíduo em menor prazo possível e aumentar essa cadeia. Obrigado e eu peço o voto de todos do texto como está.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

O nosso último inscrito dessa lista de oradores é o André Lima do ISA.

**André Lima – ISA**

Eu acho que vários dos que me antecederam resgataram a importância do processo todo que aconteceu após o pedido de vistas que se deu, salvo engano, há um pouco mais de seis meses, quer dizer, esse processo voltou a ser debatido por mais de duas vezes no âmbito da Câmara Técnica de Saúde e passou por duas vezes também pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O que eu queria fazer aqui muito brevemente se é que advogado consegue fazer isso, é lembrar que a nossa preocupação na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos se deu por um lado, de fato, a preocupação por não estarmos criando uma reserva de mercado, efetivamente, isso foi exaustivamente debatido e nós estamos sempre, salvo melhor juízo, mais tranquilos em relação a essa preocupação e o que foi o centro, também do nosso debate foi a eficácia ambiental de processos alternativos ou de novas tecnologias que venham a ser desenvolvidas a partir da vigência dessa resolução. Então, a redação que veio da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos foi uma tentativa de composição que resguarde a decisão de mérito da Câmara Técnica, aliás, a decisão de mérito tomada por duas vezes consecutivas pela Câmara Técnica temática, ou seja, que o parâmetro alternativo tenha a eficácia igual ou superior ao parâmetro do rerrefino. Então, eu quero dizer que nós estamos encaminhando pela manutenção do texto como uma preocupação na redação original que me foi levantada agora a pouco e talvez pudéssemos explorar um pouco essa imprecisão da redação que veio da Câmara Técnica original que na forma como está no § 1º do art. 3º “comprovada a impossibilidade técnica de envio ao rerrefino ou a existência de tecnologia com eficácia igual ou maior”, quer dizer, o ‘ou’, na verdade, ele quebra o princípio que nós tentávamos manter na discussão na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos é que a prioridade é o rerrefino e na impossibilidade do rerrefino havendo uma alternativa técnica com eficácia igual ou superior essa alternativa técnica poderá ser aprovada pelo órgão ambiental competente. A minha preocupação em relação ao ‘preferencialmente, é que tradicionalmente os advogados usam ‘preferencialmente’ quando não querem, alguém agenda uma reunião eu vou dizer: “olha, preferencialmente, eu vou a sua reunião”, e isso quer dizer que eu tenho outras preferências em relação àquela agenda. Então, o ‘preferencialmente’ nós usamos quando nós não temos alternativa efetivamente e aí por solução de continuidade ou por falta de criatividade nós usamos o ‘preferencialmente’, com todo o respeito o ‘preferencialmente’, relativiza tal grau e joga o ônus e aí eu resgato aquilo que foi a preocupação já dita aqui, joga o ônus para o órgão ambiental, quer dizer, quando você põe o ‘preferencialmente’ ou mesmo o ‘prioritariamente’ o ônus da decisão, da motivação técnica está no ombro do órgão ambiental. Quando nós estamos dizendo que determinado critério tem que ser adotado e na inexistência desse critério ou na impossibilidade da adoção desse critério havendo uma alternativa com a eficácia ambiental igual ou superior o ônus é do empreendedor, ele tem que comprovar e submeter ao órgão ambiental competente as suas justificativas, as suas motivações. Então, o ‘preferencialmente’, embora pareça encaixar na redação, ele, na verdade, joga todo o ônus sobre o órgão ambiental que passa a ter que ele sim, motivar tanto frente ao empreendedor quanto frente ao Ministério Público e a sociedade civil que vai questionar ‘preferencialmente por quê?’ Por que não foi adotado o prioritário? E o ônus está no órgão ambiental, o ônus fica para o Estado. Então, eu estou sustentando a manutenção da redação tal qual saiu da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos com a preocupação no seu § 1º que está viabilizando uma alternativa que não assegura a eficácia ambiental sustentada pela Câmara Técnica. Então, na verdade, deveria ser: ‘na inexistência comprovada a impossibilidade’ e havendo uma alternativa com eficácia superior o órgão ambiental pode aprovar. Eu acho que tem que explorar um pouco essa discussão, talvez o ‘e’ eu não tenho a solução aqui, porque isso foi levantado agora a pouco, eu acho que talvez nós tivéssemos que explorar um pouco essa...

945

946 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

947

948 Nós vamos passar, então ao processo de deliberação antecedido, se necessário, das defesas contrárias e a  
949 favor, embora, nós já tenhamos antecipado aqui, vários argumentos em relação ao tema. A princípio a mesa está  
950 considerando mais adequado trabalhar primeiro a apreciação do caput e depois ir aos parágrafos com o residual  
951 que ficar para os parágrafos em função de que a apreciação do caput pode descartar como consequência alguma  
952 formulação contida nos parágrafos. Estamos de acordo? Então, nós temos na mesa duas propostas, a proposta  
953 do texto original do art. 3º "todo óleo lubrificante usado ou contaminado coletado deverá ser destinado à  
954 reciclagem por meio do processo de rerrefino" e a emenda apresentada pela Bahia e pelo Doutor Roberto  
955 Monteiro que diz "todo óleo lubrificante usado ou contaminado coletado deverá ser destinado 'preferencialmente'  
956 à reciclagem por meio do processo de rerrefino". Eu consulto o Governo da Bahia e o Doutor Roberto Monteiro se  
957 não é possível chegar a um acordo sobre qual o melhor termo se 'prioritariamente' ou 'preferencialmente'.  
958

958

959 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

960

961 Eu preferiria a palavra 'prioritariamente' até por conta das alegações apresentadas pelo Doutor André Lima  
962 quanto à utilização da palavra 'preferencialmente, como escapatória. Então, prioridade eu acho que o CONAMA  
963 deve e pode estabelecer para um processo que é acreditado para o país em termo de reciclagem de óleo  
964 lubrificante.  
965

965

966 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

967

968 A Bahia concorda com esse termo?

969

970 **Manoel Mendonça - Governo da Bahia**

971

972 Concordamos com o Conselheiro Roberto e ficamos com o 'prioritariamente'.  
973

973

974 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

975

976 Então nós temos duas propostas na mesa, a primeira o texto original e a segunda que inclui o termo  
977 'prioritariamente'. Consulto se é necessário que nós abramos a defesa? Essas defesas já foram feitas. Então,  
978 vamos passar à deliberação. Os Conselheiros que optam pela manutenção do texto original, por favor levistem  
979 os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros que são favoráveis à inclusão do termo 'prioritariamente'. Obrigado.  
980 Abstenções? Então, está mantido o texto original trazido e proposto pela Câmara Técnica. Agora nós temos a  
981 apreciação dos parágrafos. O § 1º original diz: "comprovada a impossibilidade técnica de envio ou rerrefino ou a  
982 existência de tecnologia com eficácia ambiental igual ou maior a critério do órgão ambiental competente qualquer  
983 outra utilização do óleo lubrificante usado ou contaminado coletado dependerá de licenciamento ambiental". Nós  
984 temos duas redações alternativas a esse parágrafo original, a primeira a do Doutor Roberto Monteiro que diz: "a  
985 reciclagem referida no caput poderá ser realizada também por meio de processo tecnológico com eficácia  
986 ambiental comprovada equivalente ou superior ao rerrefino". Parece-me que essa redação apresentada pelo  
987 Doutor Roberto está inviabilizada pela manutenção do texto original. OK? Estamos de acordo? Uma vez que ela  
988 descartou alternativa.  
989

989

990 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

991

992 Sem querer causar tumulto, mas a questão, não concordo com a condição que o senhor esta dando, haja vista  
993 que a proposta é com relação ao § 1º, o caput foi aprovado como a manutenção do que estava, essa proposta é  
994 referente à substituição do § 1º por esse § 1º e 3º que estão aí colocados com outra forma de apresentação, ou  
995 seja, o original é condicional, esse que está apresentado é afirmativo.  
996

996

997 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

998

999 O Conselheiro tem razão, a mesa está equivocada, a mesa entende que esta questão deve ser apreciada pelo  
1000 plenário. E temos também uma alternativa de redação que é o texto original com uma alteração onde nós lemos a  
1001 palavra 'ou' substituindo por 'e'. ISA com a palavra.  
1002

1002

1003 **André Lima – ISA**

1004

1005 Eu não quero esclarecer, mas também não quero complicar, mas eu preciso entender, eu acho que os  
1006 Conselheiros precisam entender porque nós estamos votando uma matéria que foi exaustivamente debatida e foi  
1007 suscitada uma dúvida e eu gostaria de ouvir dos relatores e da Coordenação da Câmara Temática se, de fato,

1008 essa dúvida procede porque eu quero fazer o esforço possível para manter a redação tal qual foi aprovada. A  
1009 minha dúvida é que, eu só queria repor, na verdade, rever uma questão, eu não estou sugerindo que seja trocado  
1010 o 'ou' por 'e', eu não estou sugerindo isso, eu estou levantando uma dúvida que é a seguinte: a redação tal qual  
1011 está significaria que mesmo não havendo tecnologia com eficácia ambiental igual ou maior, mas tão somente pelo  
1012 fato de ser comprovada uma impossibilidade técnica de envio ou rerrefino, quer dizer, como elas são alternativas  
1013 elas se excluem, ou seja, eu comprovo que não existe alternativa aí eu não preciso atingir a eficácia ambiental  
1014 desejada, só porque eu comprovei que não existe, eu posso, então queimar esse óleo. Eu estou entendendo que  
1015 a redação como está ela enseja essa dúvida, então eu não sei se nós podemos explorar um pouco mais para  
1016 encontrar uma solução que não deixe essa dúvida. Eu já digo de antemão que eu ainda não tenho a solução.  
1017

1018 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
1019

1020 Consulto o Bertoldo se quer esclarecer? A mesa parece que, André... O nível de segurança dessa redação é  
1021 bastante razoável porque para comprovar a impossibilidade técnica de envio ou rerrefino vai ter que ser feita uma  
1022 análise pelo órgão ambiental competente, mas também abrir uma janela aqui de situações em que se comprove  
1023 tecnologia com eficácia ambiental igual ou maior de que isso a critério do órgão ambiental se possa dar uma outra  
1024 utilização mediante o licenciamento ambiental, ou seja, fica claro uma prioridade para o rerrefino, mas não fica  
1025 monopolizada, não fica absolutizada essa alternativa porque o avanço tecnológico pode trazer outras novidades  
1026 que eventualmente possam ser apreciadas pontualmente, uma vez que a resolução no genérico orienta para o  
1027 rerrefino, mas deixa essa janela... Sempre aqui no parágrafo com a avaliação do órgão ambiental competente.  
1028

1029 **Bertoldo Silva Costa – ABES**  
1030

1031 Sr. Presidente, o texto que a saiu em nível de Câmara Técnica de Saúde Saneamento e Gestão de Resíduos nós  
1032 colocamos só impossibilidade, não colocamos a palavra técnica a sugestão da impossibilidade de ser técnica foi  
1033 uma proposição da Câmara Técnica Jurídica... (*mudança de fita, sem continuação*). Ela não é técnica, ela é  
1034 econômica e tem outros fatores no contexto, como está aí está restritamente ligado a qualquer argumento que  
1035 tecnicamente comprovado, então o órgão ambiental teria ou alguém interessado teria que comprovar a  
1036 inviabilidade do nível técnico. Então, eu só quero esclarecer que essa palavra técnica, a impossibilidade de ser  
1037 técnica está restritiva a amplitude técnica no contexto ambiental, que é o contexto da resolução. Não sei se  
1038 esclareci, mas é esse o sentido, ela foi acrescida na reunião da Câmara Técnica Jurídica ao qual nós  
1039 concordamos naquele momento, mas se houver uma leitura diferente nós podemos rever.  
1040

1041 **Zuleica Nycz – APROMAC**  
1042

1043 De fato, essa redação do § 1º também não é original da Câmara Técnica, ela foi alterada na última reunião da  
1044 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e eu acho que ela está com problema, ela está com algum defeito de  
1045 redação mesmo, porque a idéia na discussão da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, muito estão aqui, o  
1046 Doutor Sebastião também estava conosco, a idéia era o seguinte: quando está comprovada a impossibilidade  
1047 técnica de envio ou rerrefino, por exemplo, não há uma coleta organizada na região e o transporte não pode ser  
1048 feito, é um exemplo. Então, a critério do órgão ambiental competente qualquer outra utilização desse óleo usado,  
1049 contaminado ou coletado dependerá do licenciamento ambiental desde que essa utilização atenda uma  
1050 tecnologia que tenha eficácia ambiental igual ou maior, esse era o espírito, então, do jeito que está redigido não é  
1051 isso que dá para entender. Ficou claro o que eu expliquei, alguém tem dúvida? Quer dizer, outra forma de  
1052 utilização do óleo que não para o rerrefino que já está comprovado que tem uma eficácia de 70% de recuperação,  
1053 de regeneração, outra forma de utilização desse óleo teria que ser devidamente licenciado a critério do órgão  
1054 ambiental e o órgão ambiental teria como parâmetro na resolução que é a função da resolução CONAMA  
1055 estabelecer parâmetros, o parâmetro seria tecnologia com eficácia ambiental igual ou maior. Então, teria que  
1056 alterar a redação.  
1057

1058 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
1059

1060 Conselheiro Bazileu. Lembro que se houver alternativa de redação ela precisa vir à mesa porque nós já estamos  
1061 no processo de deliberação.  
1062

1063 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA**  
1064

1065 Em cima da consideração colocada pelo Conselheiro André, realmente me suscita a preocupação de que a  
1066 comprovada impossibilidade técnica de envio ou rerrefino fique pouco definido no texto da resolução, enfim quais  
1067 os critérios que definiriam essa impossibilidade técnica, eu tenho dificuldade de imaginar. A impossibilidade  
1068 econômica sim, é mais fácil de imaginar que os custos elevados possam dificultar, mas a impossibilidade técnica  
1069 é difícil, mas por outro lado, a impossibilidade econômica nos deixa em uma situação o quanto custa você reduzir  
1070 resíduos no meio ambiente, o quanto isso é elevado ou não, é uma análise que é difícil fazer e é difícil nós

1071 avaliarmos que não, isso custa muito caro, então nós não vamos reduzir esses resíduos, eu acho que é uma  
1072 abertura que deixa esse Conselho um pouco inseguro com relação a essa expressão, a meu ver, e em relação à  
1073 preocupação da Presidência da mesa de oferecer redação, eu acredito que ela já está oferecida, uma vez que a  
1074 emenda do Conselheiro Roberto considera apenas a possibilidade de uso de outra tecnologia quando ela for  
1075 ambientalmente igual, equivalente ou superior ao rerrefino. Então, a redação já está oferecida, o § 1º e  
1076 acrescentado do § 3º que remete ao licenciamento já restringe a possibilidade de uso de outra tecnologia apenas  
1077 quando essa for de eficácia ambiental equivalente ou superior ao rerrefino.

1078  
1079 **Suani Teixeira Coelho – Governo de São Paulo**

1080  
1081 Suani Coelho, Secretária-Adjunta de São Paulo, representante do Governo do Estado de São Paulo. Em que  
1082 pese essa exaustiva discussão que já houve nas Câmaras Técnicas e todos os aspectos jurídicos, eu acho que  
1083 nós temos que nos preocupar cada vez mais em abrir a possibilidade para que outras tecnologias também  
1084 possam ser usadas, eu acho que essa redação com esse 'e' está nos amarrando a uma situação que é  
1085 absolutamente confortável para todos nós. Nós temos que conseguir uma redação que ou mantemos aquele 'ou'  
1086 inicial, ou pensamos em uma outra redação como parece que está sendo discutido que abra a possibilidade  
1087 também de outras tecnologias que venham ser desenvolvidas porque não podemos garantir o futuro e desse jeito  
1088 nós estamos ficando amarrado a uma única tecnologia e nunca se sabe. Então, a minha proposta é que se  
1089 procure uma proposta de redação que seja mais ampla.

1090  
1091 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1092  
1093 Nós tínhamos aqui uma emenda apresentada pela Agência Nacional de Águas relativa ao art. 7º que ficou  
1094 contemplada pelo encaminhamento geral que nós demos em relação ao art. 7º e que está superado e agora nós  
1095 vamos, então a uma emenda apresentada pelo Governo do Estado de Minas Gerais que se aplica aos art. 8, 16,  
1096 19 20 e 21, já está apresentado na tela. O Doutor José Cláudio se encontra no plenário para fazer a explicação?  
1097 Alguém poderia nos ajudar a verificar se o Doutor José Cláudio Junqueira se encontra aqui na... Em face à  
1098 ausência do Doutor José Cláudio a proposta da mesa é deixar essa... Chegou. Doutor José Cláudio, a próxima  
1099 emenda apresentada pelo Governo de Minas é do art. 8º e demais artigos subsequentes. Então, passo a palavra  
1100 para as suas justificativas.

1101  
1102 **José Cláudio Junqueira Ribeiro - Governo de Minas Gerais**

1103  
1104 Essa proposta de emenda nesse artigo e vários outros é a mesma onde esta escrito IBAMA que se acrescente  
1105 também órgãos estaduais competentes quando solicitados. Na verdade, essa emenda é uma emenda que vários  
1106 estados solicitaram à ABEMA e como eu que sou o órgão estadual que participei da Câmara me solicitaram que  
1107 fizessem essa emenda. Então, é também para aqueles órgãos estaduais que acharem interessante terem essas  
1108 solicitações, quer dizer, quando solicitado também ser prestado informações ao órgão ambiental e estadual.

1109  
1110 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1111  
1112 Consulto se temos divergências no plenário em relação a essa proposição? Essa proposição se aplica aos art. 8º,  
1113 16, 19, 20 e 21. OK. Então, está aprovado e nós temos ainda do Governo do Estado de Minas uma proporção no  
1114 art. 19 que vai ser apreciada no momento adequado. Nós temos alguma coisa antes do 19 ainda? A próxima  
1115 emenda é no art. 11 da Confederação Nacional de Municípios que propõe que se garanta a participação das  
1116 entidades municipalistas no grupo de monitoramento a ser criado pelo art. 11. Vou passar a palavra à  
1117 Confederação Nacional de Municípios, ao Conselheiro Valtemir para as suas justificativas.

1118  
1119 **Valtemir Goldenmeier - CNM**

1120  
1121 Na verdade, a nossa emenda se constitui em uma complementação do que está previsto no art. 23 ou art. 24  
1122 onde fala que a fiscalização também deverá ser efetuada pelos municípios, na verdade, em toda essa resolução o  
1123 único lugar onde aparece a palavra 'município' é lá no artigo onde fala da fiscalização, e isso vai acabar  
1124 requerendo uma série de considerandos e vai requerer uma estruturação dos municípios para isso, na verdade,  
1125 essa alteração no art. 11 da nossa sugestão ela é cabível no sentido de que se nós tivermos que fiscalizar nós  
1126 também temos que participar do grupo de monitoramento para se entender se aquilo que está sendo feito,  
1127 efetivamente, está sendo cumprido a resolução, é nesse sentido a consideração. Na verdade, essa emenda está  
1128 ligada a uma emenda que nós apresentamos em relação ao artigo que fala da fiscalização porque entendemos  
1129 que sistema para que ele, efetivamente, funcione é impossível que a União fiscalize isso diretamente, muito  
1130 menos os Estados pela quantidade de postos de troca de óleo que existe, pela quantidade de postos de gasolina  
1131 que existe e que, conseqüentemente, vai acabar sobrando para nós Municípios efetuarmos o trabalho e que vai  
1132 requerer a equipe técnica tempo de trabalho dos nossos funcionários e há uma necessária e obrigatória

1133 contrapartida em relação a isso. Então, a nossa proposta em relação ao art. 11 é apenas uma complementação  
1134 ao que está previsto em outro artigo aonde nos é imputado o dever de fiscalizar esta resolução.

1135  
1136 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1137  
1138 Pelo que nós estamos depreendendo da proposta, a idéia seria incluir na lista onde se fala do grupo de  
1139 monitoramento um item que fale dos órgãos, das entidades representativas dos órgãos ambientais, estaduais e  
1140 municipais.

1141  
1142 **Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

1143  
1144 Só nesse mesmo sentido a sugestão seria: “ficando assegurada a participação dos órgãos integrantes do  
1145 SISNAMA, dos representantes do órgão regulador da indústria”. Então, nós incitamos os órgãos integrantes do  
1146 SISNAMA sem precisar detalhar a União, o Estado e Município.

1147  
1148 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1149  
1150 O problema é que a ABEMA e a ANAMMA não são órgãos integrantes do SISNAMA e um grupo de  
1151 monitoramento que preveja a participação dos órgãos representando o SISNAMA vai exigir... Os órgãos  
1152 representando o SISNAMA são os Estados e Municípios e aqui nós estamos falando de representação de setor,  
1153 mas a ABEMA e a ANAMMA não são membros do SISNAMA, elas representam entidades que são membros do  
1154 SISNAMA. Então, me parece que esta redação, Gustavo, que fala em entidades representativas dos órgãos  
1155 ambientais, estaduais e municipais resguardaria porque o formato de representação nesses grupos é sempre  
1156 pela ABEMA e pela ANAMMA, ou pela ABEMA no caso dos Estados e pela ANAMMA CMN no caso dos  
1157 municípios, mas nós não estamos... É o seguinte Rodrigo, aqui se nós falarmos em garantir no grupo de  
1158 monitoramento os órgãos do SISNAMA, todos os Governos Estaduais são órgãos do SISNAMA e todas as  
1159 Secretarias de Meio Ambiente Municipais são órgãos do SISNAMA, então fica inviável, quer dizer, alguém tem  
1160 que estar empoderado para poder representá-los, por isso nós estamos falando em entidades representativas.  
1161 Temos acordo? Agora isso supera o tema do art. 7º, Valtemir? Porque o art. 7º nós já apreciamos, mas tem aqui  
1162 uma indicação de interligar o art. 7º, § 1º com o art. 11. Supera não é?

1163  
1164 **Valtemir Goldenmeier - CNM**

1165  
1166 Na verdade, a nossa proposição em relação ao art. 7º, salvo melhor juízo, nós entendíamos que haveria a  
1167 necessidade de uma interligação entre o § 1º do art. 7º com esse grupo de monitoramento porque lá no art. 7º  
1168 são estabelecidos os parâmetros que vão fixar o índice de refino e reaproveitamento e nós entendíamos que as  
1169 pessoas que vão elaborar o documento, a Portaria prevista no art. 7º teria que se embasar no trabalho efetuado  
1170 no grupo de apoio técnico previsto no art. 11. Então, é mais um esclarecimento, eu entendo que ficou esses dois  
1171 artigos teria que ter uma ligação, na verdade, tão somente o objetivo de nós fazermos a emenda era no  
1172 sentido de esclarecer um pouco melhor a resolução e, também resguardar de que, efetivamente, possa se ter  
1173 uma Portaria fixando índices a partir de um trabalho técnico acompanhado pelo grupo técnico previsto no art. 11.

1174  
1175 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1176  
1177 Valtemir, nosso entendimento na mesa é que essa explicitação não seria necessária, está subtendido uma vez  
1178 que o grupo de monitoramento coordena o acompanhamento de toda uma resolução, inclusive, dos itens do art.  
1179 7º. Mas nós tivemos um pedido de modificação por parte das ONGs para retirar o termo ‘defensoras do meio  
1180 ambiente’ e colocar simplesmente ‘ambientalistas’. OK? Então, vamos à próxima emenda que é no art. 12, a  
1181 proposta do Comando da Marinha inclui o termo ‘águas interiores’, ficaria: “ficam proibidos quaisquer descarte de  
1182 óleo usado ou contaminado em solos nas águas interiores, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e no  
1183 sistema de esgoto ou de evacuação de águas residuais”. Então, está incluindo duas novidades ‘águas interiores’  
1184 e ‘zona econômica exclusiva’. Em consequência disso também teremos uma alteração lá no art. 2º Inciso XVI que  
1185 conceitua águas interiores como as águas compreendidas entre a Costa e as linhas de base reta a partir das  
1186 quais se mede a largura do mar territorial, as dos portos, as das baías, as dos rios, a dos seus estuários, as dos  
1187 lagos, lagoas e canais e as subterrâneas”, porque na definição dos termos não está conceituada ‘águas  
1188 interiores’. Consulto se temos alguma divergência em relação à proposta de modificação do art. 12? A Marinha  
1189 quer justificar a sua proposição?

1190  
1191 **Antônio Moreira - Comando da Marinha**

1192  
1193 Boa tarde a todos. A nossa proposta de alteração visa, na verdade, compatibilizar o texto proposto com outros  
1194 instrumentos, inclusive, a Lei 9.966 que trata do controle, prevenção e fiscalização do lançamento de óleo e  
1195 outras substâncias nocivas e perigosas em áreas jurisdicionais brasileiras. A definição como está, como foi

1196 redigida na Câmara Técnica não apresenta cobertura total para todas as águas sob jurisdição nacional, ficaram  
1197 de fora a zona econômica exclusiva e quando se trata de águas superficiais fica aí uma lacuna especialmente nas  
1198 águas marítimas compreendidas entre a linha de base reta que mede o mar territorial e o contorno da costa, aí  
1199 incluídas as águas dos portos, baías, enfim, e já existe uma definição consagrada para essas águas, incluindo as  
1200 águas localizadas no continente que são as águas interiores, essa definição já é consagrada na Convenção das  
1201 Nações Unidas (...) do mar, também é definida na lei do óleo e que inclui todas as águas doces localizadas no  
1202 continente, as águas subterrâneas, então as superficiais e subterrâneas e as águas marítimas que estão  
1203 contempladas entre a linha da costa e a linha de base reta que é de onde se mede a largura do mar territorial e  
1204 das demais zonas marítimas, portanto, para que fique bem entendido é claro que é necessário que seja incluído  
1205 no campo das definições a definição de águas interiores.

1206  
1207 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1208  
1209 OK. Consulto se temos divergência em relação ao tema?

1210  
1211 **Antônio Moreira - Comando da Marinha**

1212  
1213 Não, porque ela já está definida em lei. A zona econômica exclusiva está definida na Lei 8.617 de 4 de janeiro de  
1214 93.

1215  
1216 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1217  
1218 Mais algum questionamento? Então, depreendemos que temos acordo e está aprovada a modificação do art. 12  
1219 em consequência disso a inclusão do Inciso XVI do art. 2º. O próximo item é uma proposta do Governo de Minas  
1220 Gerais de inclusão de um novo inciso no art. 19 que fala "coletar todo o óleo lubrificante usado ou contaminado  
1221 que estiver ao alcance de sua capacidade operacional". Governo de Minas Gerais para justificava.

1222  
1223 **José Cláudio Junqueira Ribeiro - Governo de Minas Gerais**

1224  
1225 Bom, na verdade, é porque na proposta que saiu da Câmara Técnica havia essa obrigação do coletor, eu até  
1226 fiquei entendendo que pode ter sido algum problema de digitação porque não sei porque isso foi suprimido,  
1227 esquecido. São obrigações do coletor que vinha primeiro era "coletar todo óleo lubrificante usado ou contaminado  
1228 que estiver ao alcance de sua capacidade operacional".

1229  
1230 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1231  
1232 Alguma divergência em relação a essa proposição? Rodrigo.

1233  
1234 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

1235  
1236 Preocupa-me a redação da forma como está, eu acho que nós podemos melhorar essa redação porque eu  
1237 imagino a situação do coletor que não tiver capacidade operacional e aí como é que fica, quem vai estar  
1238 coletando esse óleo lubrificante usado ou contaminado. A Resolução em outro momento diz sobre a  
1239 obrigatoriedade de coletar todo óleo lubrificante usado ou contaminado que estiver disponível. Então, tem uma  
1240 situação que eu acho que precisa ser corrigida, talvez mudando a redação porque amarrar a questão da coleta à  
1241 capacidade operacional do coletor vai criar uma situação muito complicada. Eu até gostaria de pedir ao Bertoldo,  
1242 a quem puder para que nós possamos melhorar essa redação.

1243  
1244 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1245  
1246 Ministério de Minas e Energia, Conselheiro José Carlos.

1247  
1248 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

1249  
1250 Isso daí eu entendo muito bem a preocupação do Conselheiro José Cláudio sobre esse assunto, mas coleta de  
1251 rerrefino não é concessão, é uma atividade econômica e não vejo como obrigar legalmente isso e, segundo os  
1252 advogados, eu não vejo como justificar isso que possa ser feita essa obrigação e por que a obrigação é para a  
1253 empresa 'x' e não a 'y' e entra uma série de considerações que eu imagino que possa ter questionamentos  
1254 jurídicos sérios sobre a validade dessa proposta, apesar de entender e ser uma idéia muito boa, mas  
1255 juridicamente isso não se suporta.

1256  
1257 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1258

1259 Mais alguma manifestação? Rodrigo.

1260

1261 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

1262

1263 O art. 7º tem a seguinte redação: "os produtores importadores são obrigados a coletar todo óleo disponível ou  
1264 garantir o custeio de toda a coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado". Eu acho que pode aí acontecer  
1265 algum problema de interpretação errada, inclusive, se a obrigação é do produtor importador ou do coletor, talvez  
1266 poderia melhorar a redação colocando a seguinte redação: "coletar todo óleo lubrificante usado ou contaminado  
1267 disponível que estiver ao seu alcance" e aí suprime a questão da capacidade operacional.

1268

1269 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1270

1271 Mais alguma? Ministério de Minas e Energia.

1272

1273 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

1274

1275 De novo peço a palavra ao Doutor Maurício da ANP.

1276

1277 **Maurício Taam - ANP**

1278

1279 Muito obrigado. É só para deixar um pouco claro, porque talvez nem todos tenham a intimidade com que que seja  
1280 a figura do coletor. O coletor pode ser o produtor, o coletor pode ser o rerrefinador, o coletor pode ser uma  
1281 pessoa que decidiu na vida ser coletor, por isso que ele é chamado coletor independente, ele pode ser um coletor  
1282 independente, ele pode ser um coletor que é um gerador, ele pode ser um coletor que é um rerrefinador, ele pode  
1283 ser uma pessoa que queira fazer atividade de coleta com uma atividade econômica de subsistência. Então, o que  
1284 acontece é o seguinte: o coletor não é alguém que você chega e diz assim: já que você é um coletor, é como  
1285 você chegasse para um comerciante e dissesse assim: você tem que ficar aberto até a sua capacidade ser  
1286 exaurida dentro do comércio, o sujeito vai ficar aberto dentro das suas condições. O coletor é um agente  
1287 econômico, é não confundir essas figuras, da coleta com a figura do agente econômico coletor, não há como  
1288 obrigar o agente econômico a ir até a sua exaustão porque a coleta não é uma atividade destituída de  
1289 remuneração econômica, ele é um agente econômico que pode ser qualquer um na cadeia. Então, não há como  
1290 exigir, coletar até a sua exaustão, ele vai coletar dentro dos parâmetros e os contratos que ele fizer para cumprir  
1291 suas necessidades como produtor, para ter a sua matéria-prima como rerrefinador ou como coletor independente  
1292 que tenha um contrato estabelecido e triangulado entre quem gerou que é o gerador e quem vai receber que é o  
1293 rerrefino, quer dizer, não há como fazer essa exigência do sujeito trabalhar com 100% (cem por cento) de carga o  
1294 tempo todo o máximo possível, são só os contratos normais que vão ser feitos e ele assim vai se desempenhar.  
1295 Se ele se desempenhar mal, ele vai deixar de ser coletor.

1296

1297 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

1298

1299 Então, em virtude das colocações do Ministério, vou solicitar que seja mantido o texto original, eu acho que isso já  
1300 foi discutido, a obrigação de coletar já está no art. 7º, é claro que se a pessoa se dispõe a ser um coletor ele vai  
1301 ter que atuar naquela região e coletar, enfim, o óleo lubrificante que tem, eu acho que é uma prerrogativa já do  
1302 coletor que tiver sido autorizado pela ANP. Então, eu defendo aqui a manutenção do texto original e retiro a  
1303 minha proposta.

1304

1305 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1306

1307 Então, Minas, manutenção do texto original é sem o novo inciso. Consulto Minas.

1308

1309 **José Cláudio Junqueira Ribeiro - Governo de Minas Gerais**

1310

1311 Vou retirar a minha proposta, porque eu só queria um esclarecimento por que que saiu, se todo mundo veio  
1312 defender aqui que deve sair não sou eu que vou propor que continue.

1313

1314 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1315

1316 Uma solução mineira. Isso é um elogio. Então, nós temos a retirada dessa proposta. Então, vamos passar à  
1317 próxima e depois a última que nós vamos apreciar e depois nós vamos voltar ao art. 3º. Nós temos uma emenda  
1318 apresentada pela Confederação Nacional de Municípios que diz que... Eu acho que seria um parágrafo do art. 24  
1319 que diz o seguinte: "deve ser garantido aos municípios repasse de recursos das TCFA via convênio para efetuar  
1320 a fiscalização possibilitando aos municípios montarem equipes de fiscalização". Eu estou fazendo uma correção  
1321 de forma, Valtemir, já direto para detalhar o caminho. A CNM para justificava.

1322  
1323  
1324  
1325  
1326  
1327  
1328  
1329  
1330  
1331  
1332  
1333  
1334  
1335  
1336  
1337  
1338  
1339  
1340  
1341  
1342  
1343  
1344  
1345  
1346  
1347  
1348  
1349  
1350  
1351  
1352  
1353  
1354  
1355  
1356  
1357  
1358  
1359  
1360  
1361  
1362  
1363  
1364  
1365  
1366  
1367  
1368  
1369  
1370  
1371  
1372  
1373  
1374  
1375  
1376  
1377  
1378  
1379  
1380  
1381  
1382  
1383  
1384

**Valtemir Goldenmeier – CNM**

Na verdade, eu entendo que na minha intervenção anterior eu já defendi essa proposta, ficou claro na resolução de que o único momento que os municípios são chamados a ela é na hora da fiscalização e isso é público e notório de conhecimento de todos que para fiscalizar... *(mudança de fita, sem continuação)*

**Cristina Yuan – CNI**

No § 1º, na verdade, o que eu quis foi tentar, como eu expliquei no início, é esclarecer a todos os produtores, geradores, importadores, enfim, de que estaria sendo estabelecida uma regra clara no mercado e que uma meta final terá que ser atingida dentro de um determinado período, e isso, claro, requereria uma alteração da redação do § 1º para ele não ficar repetitivo principalmente em relação à questão das competências, mas tentaria se manter o espírito do § 1º no sentido de que teria a cada ano um percentual mínimo a cada ano a ser definido até que se atingisse a meta final estabelecida definida proposta no caput da artigo. Então, a cada ano estaria claramente definido o que precisaria ser atingido desde que preservado o patamar mínimo de 30% que já se referia o § 1º. Então, com a colaboração do Doutor Gustavo Trindade ele teria uma redação que procuraria adaptar e conciliar a redação do § 1º ao caput da nossa proposta. Eu pediria que ele, por favor, fizesse aqui a leitura da sugestão. Doutor Gustavo.

**Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

Só para tentar uma redação e buscando aproveitar o sugerido pela CNI e com a preocupação também da manutenção do disposto no § 1º eu sugeriria que no caput se estabelecesse que seriam estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas e Energia em ato normativo conjunto como já estabelecido no § 1º da proposta original e depois simplesmente no § 1º seria referido que os órgãos referidos no caput estabelecerão anualmente percentual mínimo, simplesmente uma adequação de redação sem alteração de mérito na matéria.

**Bazileu Alves Margarido Neto - MMA**

Acho que a proposta do Doutor Gustavo vem a conciliar algumas preocupações colocadas, eu queria só agregar mais uma que se mantenha na redação final a expressão 'na proporção do óleo que colocarem no mercado', porque senão essas metas ficarão sem dono, precisa ser recolhida determinada meta, mas ninguém sabe quem.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Nós temos pelas falas no microfone uma tentativa de conciliação dos textos. Nós vamos ter que checar agora se essas propostas de confluência conseguem amadurecer para uma proposta consensual que elimine a necessidade de votação. Conselheiro Bertoldo tem a palavra. Então, eu vou já provocar os autores e os oradores que não falaram até agora para que façam esse esforço de maneira que nós possamos definir se ainda persiste alguma divergência residual que precisa ser votada.

**Bertoldo Silva Costa – ABES**

Seria uma proposta de consenso, eu acho que podemos trabalhar, agora tirar a responsabilidade como já foi falado aqui da coleta na proporção do óleo que coloque no mercado, eu acho que nós não podemos ter a responsabilidade a que compete. Então, o primeiro ponto que deve ser recuperado na redação. Segundo, é aquilo que o Gustavo colocou muito bem que é a questão de como é que vai se dar a competência que é através do instrumento, isso nós não podemos perder de vista em nenhum momento. Então, a partir desse contexto estando com isso preservado se tiver uma proposta de consenso eu reclino por ela, senão eu mantenho o texto original.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Nós estamos depreendendo que a CNI concordou com a manutenção do termo "na proporção do óleo que colocarem no mercado". Estamos depreendendo também que há uma concordância de que deve haver metas progressivas, intermediárias e finais e de que deve ser estabelecido de que maneira os Ministérios faziam isso que seria através do ato normativo conjunto. Eu consulto se além desses temas nós mantemos alguma divergência residual? Conselheiro Rodrigo.

**Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

1385 Apenas para dizer que eu concordo com a manutenção com esse texto uma vez mantido a expressão “na  
1386 proporção do óleo que colocarem no mercado”, para nós essa obrigatoriedade, essa obrigação não poderia sair  
1387 de maneira alguma do texto. Eu quero dizer que eu não tenho preconceito algum com o setor empresarial,  
1388 apenas nós não aceitamos que essa obrigatoriedade já discutida venha ser suprimida do texto.

1389  
1390 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1391  
1392 Então, em relação... Zuleica tem a palavra.

1393  
1394 **Zuleica Nycz – APROMAC**

1395  
1396 Eu acho que está havendo uma confusão, esses parágrafos com o art. 7º eles foram bem construídos e  
1397 discutidos intensamente, a palavra ‘mínimo’ ali no § 1º “não inferior a 30% (trinta por cento)”. “Através de ato  
1398 normativo conjunto estabelecer ao menos anualmente o percentual mínimo”. Então, esse ‘mínimo’ foi uma  
1399 proposta da APROMAC para que ficasse bem claro que esse percentual mínimo é um piso e que as metas que  
1400 os Ministérios vão anualmente fixar deverão ser progressivas, elas vão ter que obedecer uma progressividade,  
1401 tem uma exceção lá na frente em casos em que poderá haver algum ano em que haja a necessidade de baixar,  
1402 mas a tendência é ser progressivo no sentido crescente e agora alterar isso e passar para o caput, eu acho que  
1403 tem que repensar todo o processo porque fica confuso.

1404  
1405 **Cristina Yuan - CNI**

1406  
1407 Eu só queria salientar a Conselheira Zuleica que conceitualmente nada foi alterado. O que nós procuramos foi só  
1408 tornar mais explícito o que já estava conceitualmente proposto que era a necessidade de ter metas progressivas,  
1409 intermediárias e final e a questão de que essas metas, o piso mínimo a ser estabelecido pelos órgãos  
1410 competentes será a partir de 30% (trinta por cento), o que já estava escrito, também. Então, nada foi alterado em  
1411 termos conceituais, nós simplesmente evidenciamos que essas vão ser progressivas já no caput que é, vamos  
1412 dizer assim, o foco principal desse artigo e depois no § 1º detalhamos que a cada ano esse percentual mínimo vai  
1413 ser fixado progressivamente como já disse o caput a partir dos 30% (trinta por cento). Então, nada foi alterado.

1414  
1415 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1416  
1417 O colega do Distrito Federal pediu a palavra antes, e depois a Zuleica.

1418  
1419 **Etelvino Veríssimo – Governo do Distrito Federal**

1420  
1421 Pelo constante no caput todo óleo disponível, parece que está havendo para mim um afrontamento com o § 1º  
1422 quando quer fixar em 30% (trinta por cento). Então, eu acho que todo óleo disponível no caput não deveria  
1423 constar dessa forma quando se vai fixar em 30% (trinta por cento) no parágrafo. Esta é a observação que eu  
1424 gostaria de fazer e convidar os Conselheiros, inclusive, o relator para isso.

1425  
1426 **Zuleica Nycz – APROMAC**

1427  
1428 Eu gostaria de explicar, mas eu vou pedir a palavra para o Doutor Walter Francelino do Sindrefino que vai explicar  
1429 melhor como é que foi, porque ele participou de toda a discussão conosco.

1430  
1431 **Walter Francelino – Sindicato do Rerrefino**

1432  
1433 Muito obrigado, Sr. Presidente. A finalidade é tentar esclarecer uma possível aparente incompatibilidade entre a  
1434 expressão ‘disponível’ e o ‘percentual de 30% (trinta por cento)’. Na verdade, quando nós partimos para a eleição  
1435 de um percentual nós não sabíamos quanto disponível de óleo usado poderia existir. Então, se iniciou através de  
1436 um patamar de 20% (vinte por cento) através de uma Portaria Interministerial do Ministério do Meio Ambiente, do  
1437 Ministério de Minas e Energia que progrediu para 25% (vinte e cinco por cento) depois de um ano, e depois  
1438 evoluiu para 30% (trinta por cento) a partir de outubro de 2000. Quando nós dizemos que todo óleo disponível  
1439 deve ser coletado é no sentido de que, imaginemos que alguém estabelecido o patamar mínimo de 30% (trinta  
1440 por cento), no dia 20 de um determinado mês tenha atingido a sua cota de 30% (trinta por cento). O que ele faz?  
1441 Falta para ele mil litros de óleo para ser coletado, ele se depara com uma fonte geradora que tem 2 mil litros de  
1442 óleo para ser coletado. Qual o procedimento dele? Ele coleta mil para atingir a cota e esquece os outros mil no  
1443 meio ambiente? Ou ele atende o meio ambiente coletando aquilo que está disponível sem levar em conta os 30%  
1444 (trinta por cento). Nós temos que considerar que os 30% (trinta por cento) é um referencial mínimo, se  
1445 eventualmente essa coleta disponível for 31 ou for 32 esse percentual será o referencial de estudo e  
1446 monitoramento por parte do grupo que foi constituído e consta na própria portaria, portanto, nós não vemos

1447 nenhuma incompatibilidade, nós achamos que o disponível seja 31 ou 32 tem que ser coletado mesmo porque os  
1448 30 se refere a um percentual mínimo. Muito obrigado senhores.

1449  
1450 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1451  
1452 Obrigado. Mais alguma inscrição? Bem, nós vamos consultar os proponentes para checar se essas  
1453 manifestações de confluências se refletem num texto consensual ou se é necessário votar globalmente ou  
1454 pontualmente. Vamos por na tela. Seria importante que nós visualizássemos como que vai ficar o art. 7º  
1455 globalmente, porque a alteração trazida pela CNI agregada por vários atores altera toda a estrutura do art. 7º.  
1456 Então, para que nós pudéssemos e os Conselheiros ter clareza se é razoável a alternativa sugerida, nós  
1457 precisaríamos ver tudo. André.

1458  
1459 **André Lima – ISA**

1460  
1461 Só para ver se eu entendi bem, quer dizer, na verdade, não houve nenhuma grande alteração de conteúdo com  
1462 uma proposta de aprimoramento na fórmula, mas ficou de fora uma coisa que é de conteúdo e que a Câmara  
1463 Técnica deliberou nesse sentido que é o mesmo que superado o percentual mínimo fixado, isso saiu, é isso, na  
1464 verdade, para além do aprimoramento redacional que em parte eu concordo, o que está sendo alterado é isso  
1465 mesmo que superado o percentual mínimo fixado, é isso que está em questão.

1466  
1467 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1468  
1469 É isso. Esse é o questionamento do Conselheiro André Lima do ISA. Então, a redação ficaria, vou tentar ler a  
1470 redação alternativa toda. "os produtores e importadores são obrigados a coletar todo o óleo disponível ou garantir  
1471 o custeio de toda a coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado, efetivamente realizada na proporção do  
1472 óleo que colocarem no mercado conforme metas progressivas, intermediárias e finais a serem estabelecidas  
1473 pelos Ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia em ato normativo conjunto". Vou pedir à Cristina que  
1474 fale no microfone, eu estou me guiando pelo texto que esta na tela do computador.

1475  
1476 **Cristina Yuan - CNI**

1477  
1478 Nós já havíamos concordado com a sugestão feita, se não me engano, pelo Doutor Bazileu dizendo "na  
1479 proporção do óleo que colocarem no mercado".

1480  
1481 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1482  
1483 Sim, mas isso foi lido por mim.

1484  
1485 **Cristina Yuan - CNI**

1486  
1487 Foi? Desculpe.

1488  
1489 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1490  
1491 Eu li o texto inteiro, só deixei de fora o "mesmo que superado o percentual mínimo fixado". O § 1º ficaria: "os  
1492 órgãos referidos no caput deverão estabelecer ao menos anualmente o percentual mínimo de coleta de óleo  
1493 lubrificantes e usado ou contaminados não inferior a 30% (trinta por cento) em relação ao óleo lubrificante  
1494 acabado comercializado observado o seguinte", e aí vem os pontos que estão referidos, os pontos de 1 a 8. E  
1495 isso implicaria na retirada do § 2º certo? Eu consulto se nós temos divergência em relação a esse novo texto, se  
1496 alguém quer manter o texto original total ou parcialmente? José Carlos, depois Raquel.

1497  
1498 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

1499  
1500 Eu tinha entendido que aqui no caput teria uma versão que seria mantido mesmo que superado o percentual  
1501 mínimo fixado que é para manter o conceito. O Ministério de Minas e Energia apóia sempre modificação de  
1502 aperfeiçoamento de redação, mas ao cortar "mesmo que superado o percentual mínimo ou fixado", aí nós temos  
1503 alteração de conteúdo que o Ministério de Minas e Energia não concorda. Então, eu gostaria, quer dizer, a minha  
1504 proposta é que no art. 7º essa última linha que está aí na tela cortada ela voltasse a ser normal.

1505  
1506 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1507  
1508 OK. Vamos ficar com as duas alternativas aqui. Raquel do Ministério da Educação. A CNI concorda? Então, não  
1509 temos duas propostas, nós temos uma proposta só mantendo "o mesmo que superado o percentual mínimo

1510 fixado". OK? Nós temos acordo sobre o global do art. 7º? Então, vou colocar em votação, só temos uma  
1511 alternativa de texto. Os Conselheiros que concordam com a aprovação do art. 7º globalmente, por favor levantem  
1512 os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros que discordam do texto. Abstenções? Então, está aprovado o art. 7º  
1513 com o seu parágrafo. Que vira § ú. Faltam 5 minutos para às 13 horas e nós combinamos de encerrar às 13h.  
1514 Então, a proposta da mesa é que nós interrompamos agora retomando no próximo... Eu vou pedir a todos que  
1515 fiquem nos seus lugares porque nós vamos dar orientações aqui sobre o procedimento do almoço, enfim. São  
1516 13h. É possível nós fazermos o almoço com o intervalo de uma hora, uma hora e quinze? Então, retomamos  
1517 14h15, ok?

1518  
1519 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
1520

1521 Só um momento, eu peço que todos permaneçam onde estão para uma orientação porque senão alguns escutem  
1522 bem e outros não e é importante que todos escutem. Nós vamos pedir que a Verena dê uma informação mas  
1523 antes eu quero apenas dizer o seguinte: nós temos duas alternativas fáceis para o almoço, uma alternativa é aqui  
1524 mesmo no restaurante próximo. Era esse e informe que você ia dar?

1525  
1526 **Verena – Governo Estado de SP**  
1527

1528 Também, mas a segunda alternativa eu acredito que...

1529  
1530 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
1531

1532 Do ônibus Então, deixa eu só concluir isso. Nós temos duas alternativas uma que é aqui próximo mesmo, nós  
1533 temos aqui no local um pequeno restaurante e nós também temos um ônibus que pode levar as pessoas para  
1534 fazer a refeição na cidade, no centro da cidade para retornar também no horário. Nós gostaríamos de solicitar  
1535 que o restaurante aqui próximo seja dada preferência aos Conselheiros, não é forçoso e nem obrigatório, mas  
1536 que usem o ônibus para se deslocarem para a cidade em função de nós podermos contar com o retorno dos  
1537 Conselheiros mais rápido, para nós assegurarmos quorum para retomar no período da tarde. Então, não é  
1538 forçoso, quer dizer, se tiver um Conselheiro ou uma Conselheira com o cônjuge, por exemplo, não precisa o  
1539 cônjuge ir para a cidade e o Conselheiro ficar aqui, pode conjugar e almoçar juntos aqui, mas a idéia é que de  
1540 preferência aqui faça as refeições os Conselheiros e os demais participantes peguem o ônibus para ir à cidade e  
1541 também vão poder voltar próximo do horário de 14h15. Agora eu peço atenção de vocês para ouvir o aviso da  
1542 Verena.

1543  
1544  
1545 **Verena – Gov. Estado de SP**  
1546

1547 Boa tarde. Eu gostaria de pedir para os participantes que não estão no Parque Hotel que eles, na recepção,  
1548 escrevam numa lista qual os hotéis que eles estão, o nome e número do apartamento e o telefone de contato  
1549 para nós montarmos a logística de transporte para a volta e para os demais dias do evento. Outra informação é a  
1550 respeito do transporte para chegar. Há disponível no município uma linha circular que sai do perto do Orto em um  
1551 local que chama Recanto Feliz, ele passa pelos bairros de Capivari, Arbenésia e Santa Cruz em todos os pontos  
1552 de ônibus comuns. Você paga uma taxa de R\$ 1,60. Tem horários de saída de 7h40 da manhã, 11h40 e 17h40  
1553 da tarde e eles vão circular até o auditório. Também para esse esquema do almoço quem quiser sair tem alguns  
1554 ônibus disponíveis, então, nós estamos fazendo um esquema de rodízio, é basicamente isso, a lanchonete aqui já  
1555 está servindo e o responsável já está articulando mais mesas.

1556  
1557 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
1558

1559 Ok. Mais uma informação apenas é que aí fora vocês têm disponível para participar, assistir, apreciar e,  
1560 eventualmente, adquirir uma exposição e feira sobre a Mata Atlântica. Voltamos às 14h15 pontualmente.  
1561 *(intervalo para almoço)*

1562  
1563 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
1564

1565 O pessoal que está lá em cima para avisar a quem está do lado de fora para entrar. *(mudança de fita, sem*  
1566 *continuação).*

1567  
1568 **Não Identificado**  
1569

1570 ... Respeitaria para que fosse feita uma explicação nessa questão de garantir nessa resolução a possibilidade  
1571 desse repasse financeiro.

1572

1573 **Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

1574

1575 Basicamente dois aspectos que devem ser abordados ao tratar disso, primeiro que é um dever constitucional dos  
1576 entes federados, inclusive, dos municípios proteger o meio ambiente e fiscalizar, então isso já é uma obrigação  
1577 constitucional. O segundo é que a Lei 6.938 com as alterações que ao criar a taxa de controle e fiscalização  
1578 ambiental dispor que os demais entes federados, estados e municípios ao criarem essa taxa eles ficam isentos  
1579 de pagarem a taxa cobrada pelo órgão federal. Então, se os municípios tiverem legislação ambiental criando a  
1580 taxa de fiscalização ambiental essa taxa não pode ser cobrada mais pela União. Então, cabe aos municípios  
1581 através de legislação municipal regram essa taxa e exercerem o seu dever constitucional de fiscalizar com os  
1582 demais órgãos federados.

1583

1584 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

1585

1586 Mas eu acompanho a explicação do Doutor Gustavo.

1587

1588 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1589

1590 OK. Mais alguma manifestação? Consulto a CNM se mantém a proposição? Mantida a proposição, então nós  
1591 vamos passar à votação. Nós vamos ter a proposta 1 o texto original e a proposta 2 é a inclusão de um § ú no art.  
1592 23 que diz: "deve ser garantido aos municípios repasse de recursos da TCFA via convênio para efetuar a  
1593 fiscalização possibilitando que os municípios montem equipes de fiscalização". É o § ú do art. 24 e não 23, está  
1594 localizado errado aqui no texto. Então, vamos à votação. Os Conselheiros que votam na manutenção do texto  
1595 original, proposta 1, por favor levantem os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros que votam pela inclusão do  
1596 § ú apresentado pela Confederação Nacional de Municípios, por favor levantem os seus crachás, proposta 2.  
1597 Obrigado. Abstenções? Então, ficou rejeitado esse § ú e mantido o texto original. O nosso último item em relação  
1598 a essa resolução é o retorno ao art. 3º e nós fomos informados que não houve acordo em relação ao art. 3º.  
1599 Então, eu gostaria de que fosse, se ao menos, os negociadores conseguiram chegar a dois textos que pudesse  
1600 ser votado um contra o outro.

1601

1602 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1603

1604 Sr. Presidente, depois de muita conversa, chegamos a conclusão que é difícil buscar um consenso nesse  
1605 processo, nós não temos consenso firmado. Existe, na realidade, uma proposta do Doutor Roberto Monteiro que  
1606 ele mantém a proposta dele e existe um problema na redação que eu já levantei e que eu gostaria que fosse  
1607 talvez colocado no § 1º. "comprovada a impossibilidade técnica", essa impossibilidade técnica foi um termo usado  
1608 na reunião da Câmara Técnica Jurídica não foi? A Câmara Jurídica colocou impossibilidade técnica e nós temos  
1609 na Câmara Técnica de Saneamento nós colocamos "comprovada a inviabilidade de envio". Então, eu gostaria de  
1610 resgatar a inviabilidade do envio e a substituição da impossibilidade técnica, porque tecnicamente sempre vai  
1611 haver possibilidade, a impossibilidade técnica sempre existe, não existe impossibilidade técnica de tratar o  
1612 processo. Então, pode haver uma, "comprovada a impossibilidade de envio" esse é o texto, a proposta que eu  
1613 faço de ajuste e o Doutor Roberto Monteiro promete manter a proposta dele. Então, eu gostaria que nós  
1614 apreciássemos e discutíssemos esses dois contextos.

1615

1616 *(Intervenção inaudível)*

1617

1618 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1619

1620 Não, "comprovada a inviabilidade de envio", em substituição da palavra "impossibilidade técnica", tira a palavra  
1621 'técnica' também, "comprovada a inviabilidade de envio". Porque esse texto como está foi o que foi aprovado em  
1622 consenso pelos sete conselheiros na Câmara Técnica em acordo com todos os setores naquela época, então eu  
1623 queria resgatar isso como proposta adequada.

1624

1625 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1626

1627 Bazileu, com a palavra.

1628

1629 **Bazileu Alves Margarido Neto**

1630

1631 Nós sempre temos um pouco do problema quando nós tratamos de termos que não estão bem definidos. Com  
1632 relação à impossibilidade técnica, eu já tinha colocado, eu creio que a inviabilidade do envio nós tenhamos um  
1633 problema ainda maior, eu imagino dentro de um conceito mais restrito, por exemplo, essa 'inviabilidade do envio'  
1634 nunca vai ocorrer. Podem ter meios de transporte de maior custo ou de menor custo, agora a inviabilidade de

1635 envio nunca vai ocorrer, você pode transportar por avião, você pode transportar por balão, você pode transportar  
1636 por cavalo, você pode transportar da maneira que...

1637  
1638 *(intervenção inaudível)*

1639  
1640 **Bazileu Alves Margarido Neto**

1641  
1642 Sim, mas a inviabilidade do envio eu considero difícil caracterizar inviabilidade de envio, e provavelmente,  
1643 qualquer termo que nós escolhermos nós vamos ter muita dificuldade em caracterizar exatamente o que nós  
1644 queremos dizer. Mesmo se você remete isso ao licenciamento ambiental, existe uma característica do  
1645 licenciamento ambiental que isso, enfim, todos nós operadores do sistema, gestores do sistema ambiental temos  
1646 consciência da limitação do licenciamento em tratar as questões caso a caso, o licenciamento enxerga o  
1647 problema pontualmente e aqui nós estamos tratando de uma questão muito mais ampla que eu acho difícil você  
1648 solucionar o problema, enfim, que envolve uma logística muito mais ampla, que envolve questões regionais e etc.  
1649 a partir do licenciamento. Eu queria chamar atenção em cima dessa introdução que o termo, a impossibilidade  
1650 técnica ou a maior ou menor dificuldade técnica ou econômica em se organizar esse sistema está tratado no art.  
1651 7º, todos os critérios relevantes para se definir essa questão mais amplamente estão tratados no art. 7º quando  
1652 fala quais são os critérios para estabelecer o mínimo, eu acho que é difícil nós olhamos pontualmente se essa  
1653 ou aquela ou a outra deve ser feita assim ou assado, mas existe um mecanismo previsto no art. 7º definição do  
1654 mínimo que deve ser recolhido ou destinado ao rerrefino e todos os critérios técnicos relevantes, inclusive, no  
1655 Inciso VII os critérios regionais estão contemplados. Na região norte você tem uma dificuldade muito maior para  
1656 coletar, para transportar par tal tratamento adequado, ele está previsto no art. 7º e ali você vai definir percentuais  
1657 mínimos regionalmente utilizando esse critério que está previsto... Então, eu acho que a impossibilidade técnica,  
1658 a inviabilidade ou qualquer outro temo que nós considerarmos nós vamos ter dificuldade de precisar e mais, ele é  
1659 absolutamente dispensável porque ele está mais adequadamente tratado no art. 7º. Então, a proposta aqui é que  
1660 realmente nós contemplemos a emenda já apresentada do Conselheiro Roberto que coloca a questão sob o  
1661 ponto de vista correto, a de destino é o rerrefino ou outro com eficácia ambiental equivalente ou superior.  
1662 Havendo uma destinação melhor sob o ponto de vista ambiental utiliza-se a melhor, é esse o parâmetro que eu  
1663 acho que nós devemos nos ater, as questões de dificuldades, de organização do sistema, de quanto nós  
1664 podemos avançar na aplicação da resolução e etc. já estão contemplados no art. 7º.

1665  
1666 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

1667  
1668 A despeito da argumentação do Doutor Bazileu ainda a pouco, nós ficamos sempre com um pouco de dúvida com  
1669 relação à comparação do art. 3º com o art. 7º porque o 3º trata do processo de coleta e o art. 7º trata do sujeito  
1670 que opera. Então, isso pode causar alguma confusão nisso, mas eu defenderia a proposta apresentada pelo  
1671 Doutor Bertoldo da ABES, porque essa daí, aí sim, Doutor Bazileu eu acho que o entendimento facilitaria mais  
1672 ainda o órgão ambiental a discutir. Quando você amarra conforme está no texto original a impossibilidade técnica  
1673 se houver alguma impossibilidade econômica ela está automaticamente excluída e o órgão ambiental não vai ter  
1674 essa flexibilidade de entender esse ponto de vista e forçar uma situação que na prática, vamos ser realista, vai  
1675 significar, eu penso sempre na minha Cucuí lá da cabeça do cavalo lá no Estado da Amazônia vai significar óleo  
1676 no rio, se o cara vai pagar muito mais para tirar aquilo dali é preferível jogar, o custo já é muito alto, a geração  
1677 naquela região é 3 a 4 vezes a essa que nós estamos pagando por essa iluminação aqui, vamos introduzir mais  
1678 custo ainda o que vai ocasionar mais fraude e não adianta que não vai ter órgão ambiental estadual que vai  
1679 segurar isso não, o Brasil não é São Paulo, o Brasil tem Amazônia, tem Pará, nós temos que fazer resoluções  
1680 procurando enxergar a realidade do país e essa proposta de fazer, por exemplo, as metas regionais que esse  
1681 comitê instituído deverá fazer os percentuais regionais é uma idéia excelente para poder ser feita justamente para  
1682 pegar as diversidades, mas par tal nós entendemos que seria melhor que desce toda a flexibilidade que é o texto  
1683 do Doutor Bertoldo ali, toda flexibilidade possível para que o órgão ambiental julgasse aquilo que fosse melhor  
1684 para as condições e especificidades locais onde o óleo existe.

1685  
1686 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1687  
1688 Nós temos na mesa duas propostas. O Conselheiro André pedindo a palavra e a Conselheira Zuleica também. Eu  
1689 vou passar a palavra a ambos, eu vou pedir para que haja um esforço por parte dos Conselheiros no sentido de  
1690 que nós tenhamos o afunilamento para a tomada de decisão, com duas ou mais alternativas, se for necessário.  
1691 Conselheiro André tem a palavra. Zuleica.

1692  
1693 **Zuleica Nycz – APROMAC**

1694  
1695 Se nós vamos alterar eu acho que nós tínhamos que tirar essa questão da inviabilidade e ficaria assim:  
1696 "comprovada a existência de tecnologia com eficácia ambiental igual ou maior que o rerrefino a critério do órgão  
1697 ambiental competente qualquer outra utilização do óleo lubrificante usado ou contaminado coletado dependerá de

1698 licenciamento ambiental". Só que a minha proposta teria que fechar com uma alteração do art. 13 porque senão o  
1699 art. 13 fica descoberto certas formas de reciclagem que iriam diretamente para combustão. O art. 13 fala que para  
1700 fins desta resolução não se entende a combustão e incineração do óleo lubrificante usado ou contaminado como  
1701 forma de reciclagem de destinação adequada. Então, nós alteraríamos a 13 para se adequar a alteração que eu  
1702 estou propondo no § 1º do art. 3 da seguinte forma: "para fins desta resolução não se entende combustão ou  
1703 incineração de óleo lubrificante usado ou contaminado e seus derivados como forma de reciclagem ou de  
1704 destinação adequada". Então, os derivados da reciclagem da primeira reciclagem do óleo lubrificante não poderia  
1705 ser destinado também à combustão ou incineração. É uma forma de assegurar o art. 13 em função das  
1706 alterações.

1707

1708 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1709

1710 Vamos colocar a redação da APROMC, também que retira essa parte da inviabilidade ou impossibilidade. Minas  
1711 e Energia está pedindo inscrição?

1712

1713 **José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

1714

1715 Eu acho que vou ter que repetir pela décima vez aqui que existe um município chamado Cucuí que fica a mais de  
1716 10 horas de Manaus e não adianta, nós podemos inventar a resolução mais cerceadora, mais dura, mais perfeita  
1717 e etc. e tal não vai funcionar, a não ser que vocês prefiram viver dentro da utopia. Retirar óleo lá de Cucuí é  
1718 complicado a bessa e é muito caro, a via está sendo feita, mas é um negocio caro e complicado fora o risco de  
1719 você botar isso em um barco e descer pelo Rio Amazonas ou, no caso, o Rio Negro, tem riscos inerentes aí.  
1720 Então, a inviabilidade de envio para o rerrefino é algo que existe nesse país, nós não moramos só em Santa  
1721 Catarina ou em São Paulo. O Estado do Amazonas é um habitante por quilômetro quadrado, quem vai a Manaus  
1722 passa uma hora e meia em cima da floresta Amazônica vendo rio ali, aqui e acolá. Gente, existe um outro Brasil  
1723 que não é só os grandes centros, nós não podemos raciocinar na Grande São Paulo onde estão os  
1724 rerrefinadores, é praticamente São Paulo, mas a concentração é no que é dito nas charges por aí no sul  
1725 maravilha, aquela região não tem, nós não podemos inventar resoluções para não serem cumpridas ou para  
1726 provocar aí sim, crimes ambientais, que é jogar óleo, óleo em rio. Então, insisto na proposta do Doutor Bertoldo.

1727

1728 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1729

1730 Bazileu, depois Pará, depois André Lima.

1731

1732 **Bazileu Alves Margarido Neto - MMA**

1733

1734 Só observar que a proposta que foi colocada de retirar a comprovada impossibilidade técnica equivale à proposta  
1735 já colocada pelo Conselheiro Roberto, a mesma restringe as alternativas às alternativas ambientalmente  
1736 equivalentes ou superiores. Então, é o mesmo objetivo. E com relação a essas dificuldades regionais, enfim, eu  
1737 acho que todos aqui têm plena consciência do que significa o Brasil das dimensões do país e das dificuldades  
1738 inerentes a isso, é por isso que eu coloco que no art. 7º que diz respeito especificamente à coleta sim, os  
1739 produtores importadores são obrigados a coletar, ela está se referindo à coleta, estamos no mesmo assunto, não  
1740 se trata de outro assunto não. Aqui estão elencados todos os critérios técnicos relevantes que podem levar maior  
1741 dificuldade ou menor dificuldade na coleta e no envio, por isso que eu considero que aqui está melhor tratado,  
1742 inclusive, sob o aspecto regional. Na Região Norte provavelmente nós teremos por um bom tempo o  
1743 estabelecimento do percentual mínimo que, provavelmente, será coletado nas capitais, nas cidades de maior  
1744 porte, naquelas que tem maior facilidade de transporte até que você tenha condições de ampliar esses 30%  
1745 (trinta por cento) para coletar mais amplamente na Região Norte, isso, obviamente, que desenvolver a logística  
1746 para isso não será uma tarefa fácil, talvez, seja inviável fazer isso num espaço de tempo que se enxerga, mas ele  
1747 está tratado no art. 7º e é isso que eu queria chamar a atenção. A proposta é a emenda já apresentada, se puder  
1748 colocar na tela que é o art. 1º, 2º e 3º já colocado.

1749

1750 **Gabriel Guerreiro – SECTAM/Pará**

1751

1752 Eu queria chamar a atenção dos senhores que o Doutor José Carlos esta insistindo e o orador que me  
1753 antecedeu, também com essa história de que existem vários Brasis, se nós fizermos o que nós estamos fazendo  
1754 aqui e não dermos uma saída para estabelecer percentuais diferenciados para as regiões nós estamos fazendo  
1755 uma resolução para não ser cumprida, porque não tem a menor condição de cumprir isto na Amazônia, todos os  
1756 sistemas de produção energética isolados de diesel tem enorme dificuldade de fazer essa reciclagem e eu ainda  
1757 chamaria a atenção dos senhores se alguém aqui neste plenário tem idéia do número de embarcações de  
1758 motores a diesel que existe da Amazônia, correndo na Amazônia, é impraticável, se nós colocarmos regras que  
1759 venham ser proibitivas no uso de óleo no carter desses motores nós vamos, seguramente, fazer com que eles  
1760 passem a jogar fora o que já está sendo coletado e nos postos de gasolina espalhados pela Amazônia, já existe

1761 um esforço nesse sentido, mas se nós proibirmos, obrigarmos essa gente vai jogar fora e não tem nenhuma  
1762 chance, nenhuma Secretaria na Amazônia de fiscalizar isso, nem Município, nem Estado, nem a União e nem  
1763 ninguém porque são milhares, milhares e milhares espalhados por todo canto e todo mundo tem óleo no carter,  
1764 não tem jeito, ele recicla e ele joga fora, pronto. É proibido usar óleo queimado, acabou. Eu só queria chamar  
1765 atenção disso porque é uma coisa absurda se nós fizermos isso, nós vamos fazer uma lei para não ser cumprida,  
1766 portanto, seria muito melhor nós fazermos essas emendas e corrigir a lei para que se for em São Paulo tenha  
1767 uma regra e na Amazônia tenha outra, embora possa estabelecer até metas para cumprir ao longo do tempo,  
1768 mas agora não dá para fazer isso dessa maneira, eu quero chamar a atenção para o bom senso do que nós  
1769 estamos fazendo aqui.

1770

1771 **André Lima - ISA**

1772

1773 A minha opinião em relação ao caput na proposta levantada pelo Doutor Roberto Monteiro eu volto a dizer que a  
1774 expressão 'preferencialmente' não deve ser 'preferencialmente evitada' ela tem que ser evitada e isso porque eu  
1775 justifico mais uma vez ao incluímos a expressão 'preferencialmente' nós estamos deixando o ônus da opção, da  
1776 fundamentação e da motivação ao órgão ambiental e, ao contrário, ao deixarmos claro o que queremos e no  
1777 parágrafo estabelecermos a exceção desde que comprovada a determinada circunstância seja ela técnica ou  
1778 econômica e etc. que é o que vamos ter que decidir aqui, na verdade, isso vai caber ao empreendedor e o órgão  
1779 ambiental tem aí sim que analisar e decidir de acordo com as informações levadas pelo empreendedor. Então, eu  
1780 acho que nós deveríamos evitar suprimir a expressão 'preferencialmente' nessa resolução.

1781

1782 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1783

1784 Sr. Presidente, eu gostaria de voltar e lembrar a todos o que nós estamos discutindo. Se vocês verem no caput a  
1785 ementa e lerem a ementa dessa resolução vocês vão saber o que nós estamos discutindo, a ementa diz o  
1786 seguinte: "revisão da Resolução 309 de 83 rerrefino de óleos lubrificantes usados". Esta é a ementa da resolução.  
1787 Então, nós podemos tentar de outras formas, mas ele tem sempre o princípio de menta que a tentar de outras  
1788 formas, de outros critérios, mas ele tem sempre o princípio da ementa, então aqui é a regulamentação desse  
1789 processo de reciclagem, esse processo de rerrefino dentro desse contexto. Então, por isso que todos os  
1790 argumentos já foram colocados, mas eu insisto de que aquela proposta que nós tínhamos tirado na Câmara  
1791 Técnica de Saúde e Saneamento e Gestão Resíduos Sólidos que foi consensuada e foi aprovada por todos em  
1792 consenso, com todos os conselheiros, os sete membros, e todos os setores envolvidos é ainda a de menor, a  
1793 mais adequada para o momento, talvez possa não ser até melhor para o futuro, mas hoje é o que nós temos de  
1794 melhor. Então, eu mantenho aquela proposta, aquela intenção de manter uma redação como ela está dentro  
1795 dessa proposta de comprovada a impossibilidade do envio.

1796

1797 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1798

1799 Próxima inscrição é da CNI, eu vou fazer um apelo para que nós tentemos afunilar para tomada de decisão, nós  
1800 temos ainda uma resolução importante a ser apreciada que é a de APPs e também para que os proponentes  
1801 envolvidos nessa questão auxiliem a mesa no sentido de que nós tenhamos claro quais são as alternativas em  
1802 questão para poder encaminhar a votação.

1803

1804 **Grace Nogueira Dalla Pria Pereira - CNI**

1805

1806 Boa tarde a todos. Eu tirei o microfone porque não foi adequadamente ajustado para os baixinhos, mas, enfim. Eu  
1807 fico um pouco preocupada com a colocação que tem sido repetidamente feita aqui, no sentido de que não  
1808 caberiam aos órgãos ambientais o ônus de analisar no caso a caso como se por acaso os órgãos ambientais não  
1809 tivessem essa prerrogativa garantida na lei, na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente para começar a listar  
1810 outras regulamentações que remetem sim ao órgão ambiental essa prerrogativa. Então, eu acho preocupante  
1811 fazer esse tipo de afirmação porque, de fato, esse Conselho discute vários temas que não só o rerrefino que está  
1812 aqui nesse momento a matéria em epígrafe, mas quando nós passarmos a discutir, por exemplo, no futuro  
1813 compensação ambiental, vai caber ao órgão ambiental sim, aí naquele caso o órgão ambiental sim, tem toda  
1814 prerrogativa de fazer toda análise e de, inclusive, fazer a cobrança da compensação ambiental. Então, como que  
1815 fica isso? Eu acho que nós temos que ter um certo cuidado, um certo bom senso nessas colocações, porque  
1816 acho que, principalmente, para o CONAMA não cabe de alguma forma depreciar os órgãos do Sistema Nacional  
1817 do Meio Ambiente com esse tipo de argumentação. Então, é só para levantar essa questão e falar que a CNI tem  
1818 credibilidade que os órgãos ambientais vão exercer as suas prerrogativas com responsabilidade.

1819

1820 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1821

1822 Não temos manifestações, nós temos, na verdade, na mesa quatro alternativas, a primeira que fala em  
1823 impossibilidade técnica, a segunda que fala em inviabilidade, a terceira aqui retira toda essa primeira parte e só

1824 deixa a existência de tecnologia e a quarta proposta apresentada pelo Doutor Roberto que inclui § 1º, 2º e 3º.  
1825 Doutor Gustavo. Então, nós temos quatro alternativas.

1826  
1827 **Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

1828  
1829 Buscando, não sei se é possível uma proposta que busque unir essas quatro alternativas, inicialmente na  
1830 proposta original apresentada nós temos um § 1º que trata da questão da impossibilidade técnica ou da  
1831 impossibilidade locacional e trata também de outras possibilidades tecnológicas de reciclagem do óleo usado. A  
1832 minha sugestão seria separarmos essa questão da inviabilidade técnica ou locacional ou novos processos que  
1833 possam surgir para tratamento de reciclagem. Então, tentando buscar a unificação dessas propostas seria se  
1834 utilizar da proposta realizada pelo Conselheiro Roberto Monteiro que já refere em dois novos parágrafos e  
1835 explicitaria um terceiro parágrafo referindo a questão da inviabilidade técnica ou da impossibilidade técnica que  
1836 eu não sei qual seria a melhor redação para tratar disso, mas separando a questão da impossibilidade e  
1837 inviabilidade e de outras tecnologias que possam surgir para tratar esse tipo de resíduo.

1838  
1839 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

1840  
1841 Obrigado, Sr. Presidente dentro da linha colocada pelo Doutor Gustavo eu acho que nós temos que prosperar  
1842 numa convergência nessa nossa articulação para esse artigo. Eu acho que é bem possível já que são coisas  
1843 distintas, uma: novos processos tecnológicos, outra: a fabricação de produtos internamente, e a terceira a  
1844 questão da impossibilidade de destinação desse óleo ao rerrefino. Então, nós poderíamos acrescentar um § 3º e  
1845 mudando o 3º para 4º que fala de licenciamento dizendo que como estava anteriormente... (*mudança de fita, sem*  
1846 *continuação*) Aquela questão dos recolhimentos, mas todo óleo que não está recolhido também que é, inclusive,  
1847 o maior percentual, inclusive.

1848  
1849 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1850  
1851 A proposta da mesa é que a reunião seja interrompida por 5 minutos para se buscar uma confluência, uma vez  
1852 que votar quatro propostas uma contra a outra dará vitória a qualquer proposta que tenha vitória aqui poderá ter  
1853 um número de votos muito insuficientes para legitimação dela como resolução, nós sempre tentamos afinar  
1854 para menos alternativas. Nesse período nós também gostaríamos já de todos aqueles que já têm emendas  
1855 formuladas sobre a resolução de APPs que pudessem encaminhar à mesa para a mesa começar fazer o  
1856 dimensionamento do volume de emendas relativos à questão de APPs para nós podermos visualizar a dinâmica  
1857 de deliberação da resolução de APPs. Podemos suspender por 5 minutos? Então, eu solicitaria aos Conselheiros  
1858 mais envolvidos com esse tema que tentassem buscar uma confluência para duas, ou no máximo, três  
1859 alternativas de redação e nós retornamos com apresentação e votação. Estão suspensos os trabalhos por 5  
1860 minutos.

1861  
1862 (*intervalo*)

1863  
1864 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1865  
1866 Quem tem emendas sobre APPs que já puderem encaminhar à mesa, por favor isso auxiliaria muito o nosso  
1867 dimensionamento da dinâmica de trabalho posterior na avaliação da resolução de APPs. Solicito aos  
1868 negociadores que procedam à apresentação do texto discutido, ou dos textos. Quem vai apresentar a proposta  
1869 de texto? Doutor Gustavo com a palavra para apresentar o texto. Vou pedir aos companheiros liderados pelo  
1870 Diretor do CONAMA que conversem mais ao lado aqui para...

1871  
1872 **Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

1873  
1874 Basicamente se retomou a proposta, se manteve o caput já aprovado do art. 3º, a proposta apresentada pelo  
1875 Conselheiro Roberto Monteiro no § 1º diz: "que a reciclagem referida no caput poderá ser realizada a critério do  
1876 órgão ambiental competente por outro processo tecnológico e a eficiência ambiental comprovada equivalente ou  
1877 superior ao rerrefino". Então, se manteve a possibilidade de outra tecnologia desde que essa tecnologia seja  
1878 comprovada perante o órgão ambiental de eficácia equivalente ou superior ao rerrefino. No § 2º tem uma redação  
1879 muito parecida com a existente anteriormente também no § 2º que tratava da utilização do óleo usado e  
1880 contaminado no próprio gerador através de processo utilizado pelo próprio gerador desse óleo que pode reusar  
1881 esse óleo contaminado. O § 3º trata daquela hipótese colocada em especial pelo Ministério de Minas e Energia  
1882 de casos que existe inviabilidade de destinação tanto para o rerrefino como para outras formas de reciclagem  
1883 prevista nessa resolução. E depois o § 4º referindo que qualquer tipo de reciclagem precisa ter o licenciamento  
1884 ambiental.

1885  
1886 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1887  
1888  
1889  
1890  
1891  
1892  
1893  
1894  
1895  
1896  
1897  
1898  
1899  
1900  
1901  
1902  
1903  
1904  
1905  
1906  
1907  
1908  
1909  
1910  
1911  
1912  
1913  
1914  
1915  
1916  
1917  
1918  
1919  
1920  
1921  
1922  
1923  
1924  
1925  
1926  
1927  
1928  
1929  
1930  
1931  
1932  
1933  
1934  
1935  
1936  
1937  
1938  
1939  
1940  
1941  
1942  
1943  
1944  
1945  
1946  
1947  
1948

Ok. Consulto o plenário se mantém alguma divergência em relação ao texto? Não havendo divergência nós vamos colocar em apreciação a resolução. Os Conselheiros que são favoráveis à resolução, ao texto apresentado, por favor levantem os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros que são contrários. Obrigado. Abstenções. Então, está aprovado o texto e nós temos ainda dois itens muito rápidos para serem analisados. O primeiro é uma lembrança que nos faz o Ministério de Minas e Energia em relação ao art. 12 que eu pediria ao Doutor José Carlos para proceder a apresentação.

**José Carlos Gomes Costa – Ministério de Minas e Energia**

Doutor Langone, me permita a falha que no momento adequado em que o nosso companheiro do Ministério da Defesa apresentou a modificação no art. 12 e que falando em águas territoriais foi lembrado pelo nosso Diretor do DNPM de que a Constituição distingue solo de subsolo, isso significa que se fica proibido quaisquer descartes de óleos usados, contaminados em solos, se nós não acrescentarmos a palavra subsolo nós podemos cavar um buraco e jogar o óleo lá dentro ou botar em cavernas ou coisas dessa ordem. Então, eu estou propondo, pedindo desculpas por ter deixado passar no momento adequado de acrescentar a palavra 'subsolo' também como proibição de local de descarte de óleos.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Consulto se temos divergências em relação à inclusão do item subsolo? OK. Então, está aprovado. E o último é um item das disposições transitórias que previa que a resolução entraria em vigor em 1º de julho de 2005. Eu consulto o Presidente da Câmara Técnica, Doutor Bertoldo porque essa redação originalmente é uma redação de dezembro do ano passado que previa um tempo para entrada em vigor que era de 6 meses, se é possível manter isso ou se nós teríamos que rever, porque em geral as resoluções elas, ao invés, de datar, elas falam que a resolução entra em vigor x meses depois da sua publicação. Doutor Bertoldo.

**Bertoldo Silva Costa – ABES**

Sr. Presidente, o senhor tem toda razão, eu acho que nós temos que reavaliar essa data porque esse texto era de dezembro do ano passado e nós prevíamos e a intenção era 6 meses após a publicação. Então, dentro desse contexto nós poderíamos manter o mesmo espírito original porque era trazer isso por mais 6 meses para que haja os ajustes e todo o setor também possa se adequar a essa nova resolução.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Eu consulto se nós trataríamos, Doutor Gustavo. Se o texto, nós colocaríamos: a resolução entra em vigor 6 meses após a sua publicação ou dataríamos, ou x meses, a proposta do Doutor Bertoldo é de 6.

**Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

A minha questão, Sr. Presidente, é mais uma questão mais de mérito mesmo, ao que me parece e posso estar completamente equivocado, essa resolução não altera em muito a resolução já vigente hoje sobre esse tema, eu não sei da necessidade e peço que o Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade e o Bertoldo informe o motivo dessa resolução entrar em vigência seja 6 meses ou no momento que se entender mais adequado, quer dizer, pelas disposições presentes nessa resolução que não diferencia e muito da resolução 09 de 93 a respeito do tema, não vejo o porquê desse momento posterior para entrada em vigência.

**Gabriel Guerreiro – SECTAM/Pará**

Eu, inclusive, coloco em dúvida porque uma vez publicado uma resolução ela entra em vigor na data da publicação, o que tem que se dar é prazo para adaptação. Eu sugiro que seja colocado um prazo razoável para que se ache partes envolvidas se adaptem à resolução, mas a resolução tem que entrar em vigor na data da publicação, toda lei é assim, as disposições transitórias são justamente para fazer essas adaptações.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Como nós temos uma comissão e temos o processo das disposições intermediárias, talvez nós temos que ir por esse caminho sugerido pelo Secretário Guerreiro mesmo. Doutor Sebastião.

**Sebastião Azevedo – IBAMA**

1949 Isso é uma questão de ordem jurídica e formal. Nada impede e isso é uma previsão da lei de introdução ao  
1950 Código Civil que uma lei nova fixe o período que ela deve entrar em vigência e divide as leis relativamente à  
1951 tributação, tendo em vista, o princípio da anualidade, você vota uma lei no exercício de 2004 que implique em  
1952 fixação de tributo, ela só vai poder vigir obviamente no ano seguinte, então isso não existe e que fica a critério  
1953 nosso, nós podemos fixar sim um prazo de 180 dias para que ela possa entrar em vigor, como nós podemos  
1954 determinar que ela entre em vigor desde logo fixar um prazo para adequação e aí nós acabamos de definir isso  
1955 aqui, agora não há nenhum conveniente que se fixe um prazo para que ela entre em vigência.

1956  
1957 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1958  
1959 Eu consulto se alguém tem proposta diferenciada da resolução ou da redação que a resolução entrar em vigor no  
1960 momento da sua publicação. Não temos. Então, a proposta, única proposta na mesa é de que a resolução entre  
1961 em vigor na data de sua publicação. Doutor Roberto.

1962  
1963 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

1964  
1965 Sr. Presidente, eu queria mais fazer uma consulta para o pessoal da área jurídica porque quer me parecer que a  
1966 expressão 'revogadas as disposições em contrárias' ela está, de certa forma, banida dentro das técnicas  
1967 legislativas. Então, pela supressão dessa expressão o que deve ser revogado tem que ser revogado  
1968 especificamente como uma resolução nova como esta citada.

1969  
1970 **Sebastião Azevedo – IBAMA**

1971  
1972 A rigor quando você está revogando, alterando totalmente uma norma como parece que é esse caso, nós  
1973 teríamos aqui que revogar expressamente a norma anterior. Se você está apenas derogando você fala em  
1974 disposições em contrária ou dispositivos que você está modificando, mas é possível que outra norma possa estar  
1975 disciplinando sobre essa mesma matéria, daí a previsão de você revogar disposições em contrário. Então, a  
1976 recomendação tem sido o seguinte, até em dois artigos separados que seria a orientação e eu quero pedir  
1977 desculpas porque a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não se atentou a isso, normalmente você estabelece  
1978 que esta resolução entre em vigor na data de sua publicação e outro dispositivo, revoga essas disposições em  
1979 contrário e quando tem uma norma específica e vai ser revogada expressamente você revoga ela junto, também.  
1980 Então, está correta tal como foi colocada, talvez você pudesse dividir em dois artigos, art. 25: "essa resolução  
1981 entra em vigor na data de sua publicação"; art. 26: revoga-se essa disposição em contrário especialmente a  
1982 resolução CONAMA n° tal".

1983  
1984 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

1985  
1986 OK. Está esclarecido? Então, com isso nós... Uma nova sugestão no art. 26 aqui tirando... Temos acordo em  
1987 relação a essa redação, portanto, concluímos a apreciação da resolução sobre rerrefino. Quero cumprimentar o  
1988 trabalho coordenado pelo Doutor Bertoldo. (*Palmas*). Toda a equipe e todos os atores envolvidos no processo e  
1989 também lembrar que se trata de uma resolução que vai exigir que nós tenhamos um encaminhamento similar a  
1990 esse que nós vamos fazer com a 357 de ter uma reunião de trabalho de implementação dessa resolução pela sua  
1991 complexidade, pelas atribuições aqui referidas aos membros do SISNAMA. Doutor Bertoldo tem a palavra.

1992  
1993 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

1994  
1995 Sr. Presidente, eu não gostaria de externar aqui a satisfação deste momento de nós concluirmos esse trabalho  
1996 dessa revisão da resolução, eu acho que foi um trabalho de conjunto, de muito dialogo sempre como foi feito  
1997 agora paramos os trabalhos, essa mesa parou o trabalho para nós buscarmos novamente um novo entendimento  
1998 no texto buscando consenso, então eu realmente fico contente e dentro dessa linha que o senhor colocou,  
1999 realmente, nós fazemos, o CONAMA fazer um processo pós-resolução aonde nós criamos a cultura da  
2000 divulgação e da forma de garantir a eficácia desse processo, assim como também eu estou contente que foi  
2001 publicado agora a nova resolução de resíduos e saúde que também foi um trabalho amplo e complexo. Eu espero  
2002 que ainda este ano nós consigamos aprovar de pneus, pilhas e baterias que é outro nó que nós temos pela  
2003 frente. Obrigado. (*Palmas*).

2004  
2005 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2006  
2007 Creio que em nome de todos os Conselheiros eu reproduzo a fala da Conselheira Zuleica em relação à  
2008 importância da condução do processo pelo Conselheiro Bertoldo, é fundamental para o sucesso e para  
2009 aprovação de uma resolução com qualidade e com condições de ser implementada, efetivamente, com o  
2010 compromisso de todos os atores, principalmente os empreendedores do setor. E agora, então nós vamos passar  
2011 à segunda resolução da ordem do dia que é a resolução que dispõem sobre "os caso excepcionais de utilidade

2012 pública ou interesse social que possibilitam a supressão de vegetação e intervenção em áreas de preservação  
2013 permanente.” Nós, primeiro queremos ressaltar a importância e ressaltamos hoje pela manhã, a importância  
2014 dessa resolução, esse trabalho é um trabalho que dialoga com o processo iniciado já em 2001 no âmbito do  
2015 CONAMA, ele atende um conjunto de preocupações de diferentes segmentos, ele teve um processo muito  
2016 maduro de construção e nós consideramos que é fundamental que se tenha uma boa apresentação do conjunto  
2017 de tratativas da forma como se chegou a esse texto que foi distribuído a todos os Conselheiros, trata-se também  
2018 de uma resolução complexa, por isso nós estamos reiterando que todos os setores, conselheiros que tenham  
2019 emendas a apresentar em relação a essa resolução apresentem de maneira que a mesa possa dimensionar a  
2020 forma como nós vamos trabalhar em relação ao tema, será um tema que nos exigirá muita capacidade de diálogo  
2021 dentro do plenário para que possa ser aprovado com qualidade e nós, então vamos passar à apresentação da  
2022 proposta de resolução que será feita pelo Presidente da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas,  
2023 Conselheiro Rosalvo do Ministério da Integração Nacional.

2024  
2025 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

2026  
2027 Senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras, minhas senhoras e meus senhores, boa tarde. Esta resolução  
2028 vem desde de 2002, foi o texto possível que nós conseguimos construir de 2003 para cá e 2001 e 2002 também  
2029 foi objeto de discussão por 6 Grupos de Trabalho. Na 6ª Reunião da Câmara Técnica ocorrida no dia 23 de abril  
2030 de 2004 o então, senhor coordenador dos Grupos de Trabalho apresentou a esta Câmara Técnica de que os  
2031 grupos não tinham mais condições de trabalhar porque cada setor estava puxando para o seu lado e não se  
2032 chegava a um consenso em que todos os setores pudessem estar contemplados num único texto. Na 7ª Reunião  
2033 no dia 21 e 22 de abril 2004 foi apresentada uma tentativa de sistematização dos trabalhos desses sub-grupos e  
2034 foi solicitado à, então, consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente que apresentasse e ela fez isso no dia  
2035 4 e 5 de novembro de 2004, que ela apresentasse essa sistematização. Na 8ª Reunião da Câmara Técnica dia 4  
2036 e 5 de novembro de 2004 nós tivemos um processo de discussão dessa resolução e finalizamos e aprovamos  
2037 essa resolução no dia 6 e 7 de dezembro de 2004. Esta é uma resolução que contem 16 artigos, 6 seções, ela  
2038 trata de casos excepcionais de utilidade pública e interesse social para supressão ou intervenção em áreas de  
2039 preservação permanente. Essas reuniões da Câmara Técnica foram reuniões que tinham em torno de 40 a 60  
2040 pessoas. No dia 7 de março de 2005 nós tivemos um seminário jurídico onde aquilo que veio das Câmaras  
2041 Técnicas teve uma redação de cunho mais jurídico sem alteração de mérito. Esta resolução tem uma seção 1 das  
2042 disposições gerais, ela tem uma seção 2 das atividades de pesquisa e extração e substâncias minerais, ela tem  
2043 uma seção 3 da implantação de área verde de domínio em zona urbana, ela tem uma seção 4 do ordenamento  
2044 territorial de ocupações em área urbana consolidada, ela uma seção 5 que se refere à intervenção ou supressão  
2045 eventual e de baixo impacto ambiental de vegetação em APP, e ela tem uma seção 6 das disposições finais.  
2046 Quero dizer que a questão da silvicultura que era para estar contemplada aqui e em função do tempo que nós já  
2047 tínhamos gasto na discussão dessas outras temáticas que são objetos das sessões na reunião dos dias 6 e 7 de  
2048 dezembro de 2004 nós decidimos deixar silvicultura à parte e aí estamos já num processo de redação dessa  
2049 silvicultura à parte. Eu quero dizer esse texto nos demandou muita discussão, nessas reuniões onde nós  
2050 tínhamos 40, 60 pessoas, havia reunião que, por exemplo, a Companhia do Vale do Rio Doce tinham 6  
2051 funcionários dos quais 3, 4 advogados de primeira ordem, nós tivemos uma reunião que, inclusive, estava  
2052 presente também a Petrobrás, uma outra reunião, Sr. Presidente, nós fomos pressionados por alguns  
2053 empresários de Blumenau. Então, eu faço esse relato para mostrar aos senhores da complexidade que é e que  
2054 foi para nós chegamos a essa redação final mesmo dentro do Governo nós temos posições e entendimentos  
2055 diferentes e chegamos a essa redação que hoje os senhores recebem. Ela apenas tem um item que não é  
2056 consenso, que é o § 1º do art. 4º e finalmente eu queria compartilhar com meus outros colegas também a  
2057 apresentação dessa resolução e queria destacar, Sr. Presidente, e Senhor Diretor do CONAMA, eu queria  
2058 destacar especialmente o trabalho da assessora técnica que mais do que o seu trabalho como funcionária pública  
2059 o seu espírito de entrega, de abnegação, de empenho e profissionalismo e eu queria fazer de público e pediria  
2060 que constasse nos assentamentos funcionais da assessora técnica Dominique que ela se empenhou e ajudou  
2061 muito a comissão técnica mais do que normalmente faz um funcionário público. Então, eu acho que todos nós da  
2062 Câmara Técnica, não citei meus outros colegas, mas acredito que eles concordem. Quero destacar também e  
2063 posso estar cometendo erro de, de repente, não estar citando as pessoas, mas do companheiro Sompri das  
2064 ONGs, o companheiro Marcílio Caron da CNI, da companheira Elizeth da ANAMMA que contribuiu muito com a  
2065 sua experiência no trabalho da Prefeitura de Vitória, com o companheiro Romeu do Ceará, com o companheiro  
2066 João Guilherme de Santa Catarina, com o pessoal da Vale do Rio Doce, da Petrobrás, dos empresários de  
2067 Joinville que apresentaram sugestões, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, do  
2068 companheiro Helder do Ministério de Minas e Energia e equipe, do companheiro Queiroz, também do Estado de  
2069 São Paulo que com sua experiência lá na Secretaria de Estado e do Meio Ambiente ajudou muito nessa redação  
2070 que hoje tem e mais algumas outras pessoas que eu peço desculpa por não estar lembrando. Então, eu gostaria  
2071 de chamar alguns desses companheiros que fazem parte da Câmara Técnica e consultá-los se gostariam de  
2072 fazer alguma intervenção e colocar alguma questão de mérito antes que nós passamos, efetivamente, para as  
2073 discussões pontuais artigo por artigo. Dominique, Elizeth não está mais aí, o Romeu está por aí. Bom, Sr.  
2074 Presidente, não tendo mais e já sabendo que nós temos algumas emendas a serem apresentadas dou por

2075 encerrada a minha breve apresentação e nos colocamos, não só eu, mas toda a Câmara Técnica à disposição  
2076 para fazermos os debates e discutimos o conteúdo das redações aqui colocadas e que os senhores já receberam  
2077 e já tomaram conhecimento.

2078  
2079 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2080  
2081 Nós vamos reiterar a solicitação de que todos os Conselheiros que tenham emendas à resolução de APPs  
2082 apresentem à mesa, mesmo que algum Conselheiro, como aconteceu na situação anterior tenha ainda que fazer  
2083 alguma redação que anuncie a sua intenção aqui à nossa equipe de apoio, de apresentação de emenda para nós  
2084 termos o dimensionamento do volume de emendas a essa resolução. E nós passaríamos agora a uma fase de  
2085 perguntas, esclarecimentos e manifestações de caráter geral sobre a resolução. Eu também consulto o Doutor  
2086 Rosalvo se não seria o caso de que se desse um informe mínimo sobre o seminário jurídico que foi feito, eu acho  
2087 que em conjunto com a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que parece que foi muito rico e, talvez fosse  
2088 interessante nós termos um relato sobre isso.

2089  
2090 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

2091  
2092 Dominique, você que participou do seminário jurídico... Eu acho que o Sebastião que é o consultor jurídico do  
2093 IBAMA, eu acho que ele estaria em melhores condições de apresentar.

2094  
2095 **Sebastião Azevedo – IBAMA**

2096  
2097 Essa matéria que nós consideramos da maior relevância que será debatida neste momento foi submetida à  
2098 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos pela Câmara Técnica de origem de Biomas e nos dias 7 e 8 de março,  
2099 salvo engano. Naquele momento os membros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos entenderam que se  
2100 fizesse uma discussão do plano estritamente jurídico, principalmente, sobre os aspectos de constitucionalidade e  
2101 de legalidade dessa matéria. Nós entendemos, também que seria necessário para esclarecimentos de algumas  
2102 questões, principalmente, constitucionais que se ouvisse a opinião de juristas renomados na área constitucional  
2103 ambiental e no aspecto da legislação. Nesse sentido se realizou o seminário nos dias 18 e 19 de maio com a  
2104 participação ampla não só dos... (*mudança de fita, sem continuação*) Nestas reuniões, nesse seminário nós  
2105 aprofundamos bastante aspectos constitucionais e legais relevantes para formação da convicção da Câmara  
2106 Técnica de Assuntos Jurídicos. Nos dias 2 e 3 de maio respectivamente, a Câmara Técnica de Assuntos  
2107 Jurídicos se debruçou sobre esse assunto a partir de um relatório que foi elaborado por dois membros da  
2108 respectiva Câmara que foi o Doutor Herman Benjamim e o Doutor André aqui presentes. Debates a matéria  
2109 com ampla participação não só dos membros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos presentes, mas de  
2110 advogados e técnicos que compareceram àquela sessão. Ao final de dois dias de debate aprovamos, então a  
2111 proposta que aqui está na convicção sobre o aspecto constitucional não há nenhuma afronta da Carta Magna,  
2112 pelo menos, aparente do nosso ponto de vista, assim como não há afronta ao princípio da reserva legal,  
2113 sobretudo, no confronto com a legislação ambiental de regência, eis que tivemos um cuidado de fazer o cotejo  
2114 com a legislação e com a lei fundamental que trata desse assunto que é o Código Florestal com suas respectivas  
2115 alterações. Nessas condições a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos ao aprovar esta minuta entende que há  
2116 condições objetivas dessa matéria ser apreciada por este plenário. Muito obrigado.

2117  
2118 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2119  
2120 Obrigado, Doutor Sebastião. Então, nós passamos a palavra ao plenário para perguntas e esclarecimentos e  
2121 manifestações de caráter geral em relação à resolução antes da apreciação do texto base. Conselheiro André.

2122  
2123 **André Lima – ISA**

2124  
2125 Eu só queria complementar um pouco o que o Doutor Sebastião colocou em relação ao seminário que foi feito no  
2126 âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, quer dizer, o nosso objetivo ao propormos esse seminário foi  
2127 abrirmos o leque de reflexão sobre dois aspectos fundamentais dessa resolução e esses dois aspectos são os  
2128 elementos necessários à compreensão dos conceitos de utilidade pública e interesse social e quais os  
2129 procedimentos mais adequados transparentes para que se pudesse operar essa adequação. Então, como bem  
2130 colocou o Doutor Sebastião, nós elaboramos algumas questões que foram encaminhadas previamente aos  
2131 convidados, tivemos a presença do Consultor Geral da União, tivemos a presença do Ministro do Superior  
2132 Tribunal, de consultores, de membros da Advocacia Geral da União e etc., quer dizer foi um seminário inédito, até  
2133 onde eu sei, no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e trouxe, sem sombra de dúvidas, elementos  
2134 que impuseram um pouco de racionalidade ao debate porque quando se tenta discutir conceitos jurídicos  
2135 indeterminados tais quais o de utilidade pública ou os conceitos de utilidade pública e de interesse social, a  
2136 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos sempre tem muita dificuldade de operar os diferentes interesses que  
2137 recaem no âmbito desses conceitos. Então, eu julgo que esse seminário foi bastante interessante, esclareceu

2138 algumas coisas e ofereceu um leque de elementos importantes que subsidiaram a redação aprovada na Câmara  
2139 Técnica. O que eu queria destacar para além desse seminário foi a tentativa de avançar o máximo possível  
2140 dentro da competência da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos nos elementos, nos critérios, nas condições  
2141 socioambientais e jurídicas para aprimorar do ponto de vista do procedimento de enquadramento de  
2142 determinadas atividades como utilidade pública de interesse social. Então, o esforço feito no âmbito da Câmara  
2143 Técnica que saiu, de certa forma, como um consenso foi no sentido de aprimorar naquilo que a Câmara Técnica  
2144 de Assuntos Jurídicos tinha competência, ou seja, sabia-se e sabe-se e isso vai ser exatamente o objeto da  
2145 discussão que vai se seguir aqui que, embora tenhamos avançado expressivamente na proposta de resolução  
2146 em relação ao que saiu da Câmara Técnica original ainda há determinados pontos importantes, mas que são  
2147 atinentes ao mérito e que, portanto, não poderiam ter sido discutidos na Câmara de Assuntos Jurídicos em  
2148 respeito à Câmara Técnica que ficaram de ser resolvidos no plenário, motivo pelo qual há algumas emendas que  
2149 estão sendo propostas por parte, inclusive, de membros que atuaram na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,  
2150 mas emendas que não puderam ser propostas na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos porque havia naquela  
2151 discussão que se faz, a Câmara de Assuntos Jurídicos não pode invadir o mérito e etc. Então, são objetos de  
2152 emendas que nós estamos trabalhando aqui. Eu vou só desde já antecipar que o Instituto Sócio Ambiental tem  
2153 quatro emendas que ainda não estão apresentadas ali porque não houve oportunidade e quando for o momento  
2154 oportuno nós vamos apresentá-las. Não sei se pode ser agora. Nós temos uma discussão...

2155  
2156 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2157  
2158 Já está aberto para as emendas serem enviadas à equipe.

2159  
2160 **André Lima – ISA**

2161  
2162 Mas não necessariamente eu preciso apresentá-las agora no microfone? Porque eu estou entendendo que  
2163 primeiro nós estamos esclarecendo dúvidas e tal e depois...

2164  
2165 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2166  
2167 E dimensionando volume de emendas. Obrigado Conselheiro André. Conselheiro José Cláudio, perdão José  
2168 Cláudio, o Rodrigo tinha pedido inscrição e eu estava invertendo a ordem. Obrigado Rodrigo.

2169  
2170 **José Cláudio Junqueira Ribeiro - Governo de Minas Gerais**

2171  
2172 Eu gostaria de pedir esclarecimentos, provavelmente ao pessoal da Câmara de Assuntos Jurídicos é que eu  
2173 observei que tanto no art. 11, no caput do artigo como no art. 12 no § 1º é usada a expressão 'baixo impacto  
2174 ambiental', eu desconheço alguma norma jurídica que defina o que é baixo impacto ambiental e não havendo  
2175 essa expressão torna inócua o que está previsto nos artigos porque cairíamos numa subjetividade. Então, fica  
2176 complicado porque do jeito que está aqui eventual e baixo impacto ambiental. Mas o que é baixo impacto  
2177 ambiental? Eu digo isso porque há uns 4 ou 5 anos, eu mesmo participei de uma equipe que fez um trabalho e  
2178 encaminhou ao Ministério do Meio Ambiente, uma proposta de objetivar o que é baixo impacto ambiental, mas  
2179 sem ter isso objetivado eu acho que isso aqui fica inócua.

2180  
2181 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2182  
2183 Conselheiro Rodrigo. Doutor Gustavo quer esclarecimento?

2184  
2185 **Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

2186  
2187 Como falado pelo Conselheiro André, essa resolução e a grande discussão que se dá ao buscar tratar desse  
2188 tema, porque nós tratamos fundamentalmente de conceitos jurídicos indeterminados, utilidade pública, interesse  
2189 social e baixo impacto. O art. 4º do Código Florestal fala da possibilidade de supressão de vegetação em áreas  
2190 de preservação permanente para atividades eventuais e de baixo impacto, da mesma forma que se buscou  
2191 colocar hipóteses para reger as questões de utilidade pública e interesse social, se buscou alguns critérios para  
2192 que nós possamos através dessa resolução reger aquilo que o Conselho que se deve entender como atividade  
2193 eventual de baixo impacto, é importante ressaltar e aqui já entrando um pouco na proposta que ela traz um rol  
2194 exemplificativo de atividades que podem ser consideradas como de baixo impacto, em casos particulares os  
2195 Conselhos Estaduais podem reger outras para adequar as particularidades locais.

2196  
2197 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

2198  
2199 Como membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos nós tivemos um esforço muito grande de tentar buscar  
2200 um consenso para regulamentar matérias que na prática já estão acontecendo, situações que na prática já estão

2201 acontecendo e que ocorrem e que sempre aconteceu em nosso país que é a utilização de áreas de preservação  
2202 permanente que a rigor teve uma interpretação mais rigorosa do Código Florestal seriam, na verdade, áreas  
2203 sagradas e intocadas. Então, existe toda uma polêmica a respeito disso, uma polêmica que ainda eu tenho  
2204 certeza não clareou até porque existe um grande número de emendas sendo apresentadas, existem situações  
2205 que ainda demandam uma certa análise, inclusive, jurídica e de mérito. Então, é uma situação que nós nos  
2206 deparamos e se deparamos na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que ainda vai necessitar de um esforço  
2207 coletivo desse Conselho em estar avaliando, em estar discutindo, e por isso nós estávamos agora há pouco  
2208 tentando buscar um consenso e acreditamos que com a fixação agora desse prazo de apresentação de emendas  
2209 nós possamos ter um tempo, enfim, para que a própria Câmara Técnica possa sistematizar essas emendas, que  
2210 essas emendas sejam colocadas num site do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que todos possam analisar  
2211 essas emendas com calma e com cautela e chegar, enfim, de maneira mais clara para todos, quais são as  
2212 propostas que estão sendo feitas em cada uma dessas opções de intervenções ou de supressão de vegetação  
2213 em área de preservação permanente. Só para exemplificar essa situação eu gostaria de passar rapidamente a  
2214 palavra ao senhor Heitor Mazini do PROAM que é uma das entidades que representa o coletivo do CONSEMA  
2215 aqui no Estado de São Paulo e que também está com essa mesma preocupação.

2216  
2217 **Heitor Mazini - PROAM**

2218  
2219 Boa tarde a todos. Obrigado pela concessão da palavra. Eu sou Conselheiro representante do coletivo ambiental  
2220 do Estado de São Paulo, do Conselho Nacional do Meio Ambiente e também faço parte do Conselho Municipal da  
2221 Cidade de São Paulo, sou vice-presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental do PROAM e sou também  
2222 diretor do Movimento de (...) de São Paulo e sou advogado. O coletivo ambientalista do Estado de São Paulo se  
2223 reuniu ontem à noite e eu fui designado para estar aqui presente para levantar algumas questões com relação a  
2224 essa nova normatização dessa questão do Código Florestal que é uma normatização de um artigo. E algumas  
2225 questões chamaram a atenção do Movimento Ambientalista aqui do Estado com relação exatamente ao conceito  
2226 levantado pelo conselheiro que aqui esteve sobre a questão da subjetividade de alguns artigos e a subjetividade  
2227 pode abrir portas para uma não normatização, ou seja, quando teve uma conselheira que esteve aqui disse  
2228 assim: "nós temos que dar as competências aos órgãos gestores ambientais dos outros órgãos do SISNAMA", é  
2229 verdade, mas não podemos que cada órgão faça a sua interpretação da norma porque então nós criaremos  
2230 várias normas distintas e criaremos um conflito de normas dentro dessa normatização o que vai poder gerar no  
2231 futuro portas, e eu tenho alguns exemplos para dar aos senhores. No art. 3º diz no Inciso II assim: "a  
2232 imprescindibilidade da intervenção na APP para viabilidade econômica, financeira total do empreendimento",  
2233 muito bem, o que é viabilidade econômica, financeira total do empreendimento? Quem é que vai dizer isso, o  
2234 empreendedor ou técnico do órgão licenciador? Então, aí nós começamos a ter uma subjetividade de análise do  
2235 texto que pode gerar depois no futuro interpretações dúbias. No Inciso de cima diz assim: "a inexistência de  
2236 alternativa técnica locacional para obras", essa também é uma questão que deve ser melhor identificada no  
2237 próprio texto dizendo quais são os instrumentos específicos que devem dizer qual é a inexistência de alternativa  
2238 técnica e locacional. A questão também no § 1º do art. 7º diz assim: "constatada a inexistência de impactos  
2239 ambientais significativos pode se substituir a exigência de apresentação de EIA/RIMA", mas o EIA/RIMA é um  
2240 instrumento que deve constatar a inexistência de impactos ambientais, então nós podemos dizer que o próprio  
2241 técnico de diferentes órgãos poder ter uma interpretação diferente do que que é a existência ou não de impactos  
2242 ambientais significativos, o que pode também gerar para impedimentos semelhantes em Estados, em localidades  
2243 diferentes normas distintas para impedimentos semelhantes, o que daria essa insegurança jurídica e poderia,  
2244 então criar o que eu disse antes a desnormatização do que está se tentando normatizar. Uma outra questão a do  
2245 baixo impacto que foi dito aqui que também é uma definição subjetiva porque no mesmo rol que foi exemplificada  
2246 diz, por exemplo, em fazer... Puxa, senhores eu perdi a anotação. Bom, eu não estou achando. De qualquer  
2247 forma nós vamos ter neste momento uma subjetividade para definição desses impactos ambientais. Então, qual é  
2248 o pedido que nós viemos aqui? Que na elaboração das emendas e possivelmente se houver pedido de vistas que  
2249 isso seja tratado em uma nova reunião do CONAMA que esses aspectos dessa subjetividade sejam trabalhados  
2250 de forma a se retirar essa subjetividade do texto para que nós não tenhamos essa insegurança e essa forma  
2251 distinta de ver os diversos órgãos do SISNAMA sobre o mesmo aspecto. Então, a preocupação que veio desse  
2252 coletivo foi para trazer a esse Conselho. Eu agradeço a atenção que me foi dada e agradeço a entidade que me  
2253 deu a palavra e muito obrigado.

2254  
2255 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2256  
2257 Ok. Obrigado. Próximo Conselheiro Rasca(?) representando o Governo do Paraná.

2258  
2259 **Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Governo do Paraná**

2260  
2261 Boa tarde a todos e a todas, companheiro Langone. Desculpe até pela limitação do conhecimento sobre o tema,  
2262 mas eu acho que a resolução trata do prafrentemente e eu gostaria de saber como é nós vamos fazer com o  
2263 patrasmente que são as áreas consolidadas, porque o prafrentemente está estabelecido como que é que se vai

2264 dar, aonde nós temos condições de utilizar e quais os mecanismos que deve se ter, onde se caracteriza como  
2265 interesse social, e onde não. E as áreas consolidadas? Eu dou um exemplo a piscicultura do Estado do Paraná,  
2266 95% não atende o prafrentemente. Então, eu gostaria que algum membro da Câmara Técnica pudesse explicar  
2267 porque que não foi considerado o patrasmente.

2268  
2269 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2270  
2271 Valtemir, Confederação Nacional de Municípios. Nós vamos recolher esses questionamentos e fazer em bloco.

2272  
2273 **Valtemir Goldenmeier - CNM**

2274  
2275 Na verdade, a nossa manifestação da Confederação Nacional dos Municípios é primeiro parabenizar o Conselho  
2276 de que depois de anos de discussão nós conseguimos fazer com que essa proposta de resolução chegasse a  
2277 esse plenário para ser analisado, entendemos como fundamental a aprovação desta resolução porque interfere  
2278 diretamente com os municípios e conforme o Conselheiro do Paraná que me antecedeu aqui, nós também temos  
2279 a preocupação em relação às áreas consolidadas. Nós estamos dando o primeiro passo, mas a resolução como  
2280 está hoje, a proposta dela, ainda não resolve alguns problemas na área urbana principalmente naquelas áreas de  
2281 maior utilização nos grandes centros urbanos e também nos pequenos municípios, aqueles que não atingem a  
2282 densidade de 5 mil habitantes conforme a proposta numa outra resolução. Então, em relação à resolução nós  
2283 gostaríamos, em primeiro lugar, de manifestar que é importante que nós votemos e colocar que nós a  
2284 Confederação juntamente com a ANAMMA estamos apresentando uma série de emendas no sentido de tentar  
2285 adequar a resolução em relação àquelas áreas consolidadas. Era em relação a isso.

2286  
2287 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2288  
2289 Companheiro representante da ANAMMA.

2290  
2291 **Mauro Buarque - ANAMMA Nordeste**

2292  
2293 Eu venho aqui pela ANAMMA só ratificar o que foi dito pelo companheiro da CNM e dizer que eu acho que o texto  
2294 como está nós trouxemos algumas coisas que não foram tratadas especificamente para tratar da referência que  
2295 fez o conselheiro do Paraná e acho que dessa forma nós absorvendo e limpando esse texto que a Câmara  
2296 Técnica vai fazer acredito que chegamos num consenso e que esteja pronto para votar essa resolução.

2297  
2298 **Governo do Mato Grosso do Sul**

2299  
2300 Obrigada, Presidente. Apenas uma observação, aliás, duas, eu vim fazer uma, mas agora vou fazer duas.  
2301 Realmente precisa fazer uma observação com relação à proposta de APP porque nós estamos constatando aqui  
2302 no § 7º do art. 7º que ele faz referência a um dispositivo, o art. 3º sobre compensação e o art. 3º não faz  
2303 referência à compensação. Então, há necessidade de uma observação melhor com relação à redação do  
2304 dispositivo, à referência porque pode criar uma certa confusão. Com relação à proposta do Conselheiro do  
2305 Paraná eu quero apenas informá-lo que o Estado do Mato Grosso do Sul no ano de 2003 já editou um Decreto o  
2306 11.407 definindo a ocupação nessas áreas pretéritas de APP porque houve uma alteração dos limites das áreas  
2307 de preservação permanentes e alguns dos empreendimentos que estavam legais passaram a estar ilegais com  
2308 ocupação ilegal, anteriormente a medida de rios até 10 metros eram 5 metros, passou a ser 30, acima de 10  
2309 metro era a metade da largura do curso d'água, então o curso d'água tinha 50 metros e seria 25, mesmo que  
2310 estivesse a 20 hoje ele estaria irregular porque ele estaria até mesmo dentro da área de 30 metros. O Estado do  
2311 Mato Grosso do Sul definiu um critério de apresentação de estudos sobre a viabilidade de permanência desses  
2312 empreendimentos na área, ele vai apresentar um estudo e vai ser dentro desse estudo avaliado a possibilidade  
2313 de permanência, se ele pode ampliar ou pode diversificar, se caso não possa permanecer no local ele é obrigado  
2314 a assinar um termo de ajustamento de conduta e sair do local num prazo de 4 anos, esse termo de ajustamento e  
2315 conciliado, inclusive, com o Ministério Público como signatário também no termo e se há permanência ela vai  
2316 receber a licença e terá que pagar uma compensação ambiental equivalente a 0,5% (meio por cento) em unidade  
2317 de conservação ou no espaço, ou em uma área em condomínio, ou uma RPPN onde ele possa administrar isso  
2318 como se fosse uma compensação pela ocupação. Essa medida foi perfeitamente aceita por todos os  
2319 empreendimentos, inclusive, porque nós temos uma situação peculiar que é a região do Pantanal e Pantanal é  
2320 uma imensa área de preservação permanente, nós teríamos que ter alguma solução como alternativa e esse  
2321 Decreto veio e nós estamos colocando à disposição se caso os senhores queiram ter conhecimento tem aí e  
2322 entrego uma cópia, se caso for útil. Obrigada.

2323  
2324 **Maurício Lobo Abreu - Governo do Rio de Janeiro**

2325

2326 Nossa preocupação seria no sentido de não só pensar na supressão, mas na recuperação de APP e eu creio  
2327 que dentro do art. 11 há possibilidade de incluir que os sistemas agroflorestais instalados para recuperação  
2328 ambiental possam ser manejados enquanto se recuperam, porque hoje não há condição de fazer uso do sistema  
2329 agroflorestal para recuperação de APP e eu acho que podia ter condição aqui de incluí-lo, quer dizer, desde que  
2330 o manejo é retirado de produtos na implantação de agrofloresta pudesse também ser permitido até a regeneração  
2331 da APP.

2332  
2333 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**  
2334

2335 Eu quero dizer que todas as falções até agora colocadas aqui no plenário, todas elas são muito interessantes,  
2336 nenhuma, sem exceção foram objeto de debate na nossa Câmara Técnica e por isso o meu pedido de  
2337 intervenção no sentido de se cada um dos conselheiros acham que existe uma outra redação mais adequada que  
2338 possibilite nós da Câmara Técnica dentro um pouco daquilo que o André falou que depois dos debates nós  
2339 vamos encaminhar aos passos futuros no sentido de que eles elaborem a proposta de emenda e, se possível,  
2340 apresente também justificativa de modo a ajudar não só os debates e as discussões quando nós estivermos lá na  
2341 frente e formos fechar essa resolução, porque alguns dos senhores que intervieram aqui não participaram, óbvio,  
2342 da Câmara Técnica porque elas são 7 membros permanentes, embora ela seja uma reunião pública e se os  
2343 senhores pegarem as notas taquigráficas das reuniões da Câmara Técnica toda essa temática foi debatida e  
2344 esse texto saiu do entendimento que nós fizemos. Então, eu apelo no sentido de que nós façamos as falções até  
2345 para ampliarmos a compreensão sobre o objeto da resolução, mas que ao mesmo tempo apresentem as  
2346 emendas alternativas de redação e pediria isso à justificativa porque aí no debate que nós procedermos lá na  
2347 frente nós já chegamos para uma discussão, vamos dizer assim, mais redonda, mais entendida.  
2348

2349 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
2350

2351 Bom, a mesa não tem mais inscrições para essa fase de apresentação, de comentários sobre a resolução. Eu  
2352 gostaria de solicitar dos que fizeram a intervenção nessa fase se alguém ainda não apresentou a emenda para a  
2353 inclusão no texto que a equipe do CONAMA está incorporando, todos os que fizeram intervenções aqui no  
2354 sentido de sugerir alterações ao texto já apresentaram essas alterações aqui para serem absorvidas ou ainda  
2355 falta? André Lima está levando as alterações dele. Os demais todos já apresentaram? Porque nós vamos passar  
2356 para uma nova fase que seria de encaminhamento, agora é que nós temos que verificar com o plenário é se  
2357 antes de definir o encaminhamento caberia uma visualização no telão das emendas para nós termos uma idéia a  
2358 partir das intervenções que foram feitas e do que foi proposto objetivamente ali para o texto, o que significa no  
2359 conjunto da obra, da resolução.  
2360

2361 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2362

2363 Eu pediria a compreensão do plenário só para nós dimensionarmos o volume de emendas para propor o  
2364 encaminhamento global para esse tema. Nós vamos tentar adiantar uma proposta de encaminhamento. O que a  
2365 mesa percebeu da discussão é que nós não temos proposta de texto global alternativa, todas as preocupações  
2366 levantadas aqui são preocupações que se contemplam através de emendas sejam elas alternativas, substitutivas  
2367 ou supressivas. A proposta que a mesa faria seria a seguinte: que o plenário aprovasse o texto base, nós não  
2368 temos texto base alternativo e que nós recolhêssemos todas as emendas na sessão de hoje, encerrando o  
2369 período de recolhimento de emendas que nós fizéssemos o que nós fizemos com a resolução 357, uma comissão  
2370 de sistematização que traria, processaria até a próxima reunião uma avaliação dessas emendas vendo como elas  
2371 podem ser compatibilizadas no texto, vendo o que pode ser consensuada e o que vai permanecer como  
2372 divergência para que nós votássemos isso na próxima reunião que é a reunião de junho, de 14 e 15 de junho.  
2373 Essa é a proposta de encaminhamento que a mesa esta fazendo, então que nós apreciássemos o texto base e  
2374 encerrássemos o recolhimento de emendas hoje, formássemos uma comissão de sistematização, a sugestão  
2375 seria que a comissão fosse uma comissão coordenada pelo Presidente da Câmara Técnica que coordenou o  
2376 processo e que pudesse envolver talvez os membros da Câmara Técnica e, também a Jurídica, eu acho que  
2377 seria importante, e o formato nós teríamos que ver o melhor formato e apreciaríamos, então o assunto na próxima  
2378 reunião deliberando sobre as emendas como nós fizemos com a resolução de serviço e saúde. Conselheiro  
2379 Helder pediu a palavra?  
2380

2381 **Helder Naves Torres – Ministério de Minas e Energia**  
2382

2383 Sr. Presidente pegando o mesmo exemplo que nós tivemos da 357 é que tiveram 162 observações feitas,  
2384 sugestões, a comissão, realmente não conseguiu traduzir aquilo que tinha sido colocadas, eu sugiro que as  
2385 emendas que forem colocadas sejam analisadas da forma como serão apresentadas, que não se crie a comissão  
2386 de sistematização, mas que todos os interessados analisem as propostas que foram feitas, cada grupo pode ter o  
2387 seu interesse de analisar isso em plenário. Então, eu faço a sugestão pegando o exemplo mesmo como foi da  
2388 revisão da 020.

2389

2390 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2391

2392 Ok. Nós temos recebido até o momento (*mudança de fita, sem continuação*) um volume de emendas não é um  
2393 volume tão grande quanto nós recebemos em outras resoluções similares, recentes. Então, vamos lá. A primeira  
2394 questão: o plenário está de acordo que nós apreciemos o texto base hoje? OK. Então, nós temos acordo, nós  
2395 vamos...

2396

2397 (*Intervenção fora do microfone*)

2398

2399 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2400

2401 Nós vamos avaliar ponto a ponto do encaminhamento, nós vamos trabalhar o encaminhamento global.

2402

2403 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

2404

2405 Eu só queria ponderar contigo até para que o nosso Regimento nós mantenhamos a formalidade contida no  
2406 nosso regimento e nós discutimos exatamente essa proposta, mas amarrada mais legalmente que é o quê? Nós  
2407 faríamos a solicitação, a Presidência da Câmara Técnica faria a solicitação de retirada da pauta, nós daríamos  
2408 até amanhã meio dia da elaboração das emendas que é quando finalizam, vamos dizer... Até amanhã às 10h30  
2409 porque aí nós teríamos chance de hoje à tarde, hoje à noite e amanhã de manhã pensarmos bem as emendas a  
2410 serem elaboradas, e essa comissão de sistematização um pedido de retirada de pauta do Presidente da Câmara  
2411 Técnica nós montaríamos ela e não votaríamos hoje o texto base, e até o dia 30 a Câmara Técnica se reunia,  
2412 seria convocada uma reunião até dia 30, 1 ou 2 onde a Câmara Técnica não iria discutir mérito apenas  
2413 sistematizar de acordo com o texto base e faríamos a divulgação pelo (...) do CONAMA de toda essa  
2414 sistematização, de todas as emendas apresentadas e na próxima reunião do CONAMA nós começaríamos o  
2415 processo de discussão e votação, isso permitiria o quê? E aí vamos falar olho no olho, de que as emendas  
2416 apresentadas nós pudéssemos ter uma negociação de retirada, de colocada ou de uma terceira emenda  
2417 consenso de duas apresentadas, apenas para nós mantermos a formalidade. No fundo é a sua proposta com  
2418 esse viés do legalismo contido no Regimento Interno do CONAMA.

2419

2420 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2421

2422 Ok. Então, nós temos duas propostas de encaminhamento. A proposta da mesa é de que se aprecie o texto base  
2423 hoje, não vou nem fazer a defesa, só justificar, o Ministério do Meio Ambiente e nós queremos também que vários  
2424 dos atores envolvidos nessa negociação consideram fundamental a aprovação dessa resolução na reunião de  
2425 junho. A retirada pelo Presidente da Câmara Técnica da pauta sem a apreciação do texto base submete o texto a  
2426 possível pedido de vista na reunião de junho e joga a deliberação para setembro. Nós consideramos um equívoco  
2427 do CONAMA fazer isso e consideramos que este encaminhamento abre uma possibilidade muito grande que o  
2428 Congresso acelere essa pauta pontualmente com os riscos que nós levantamos. Passo a palavra ao Doutor  
2429 Herman, dando as boas-vindas ao Dr. Herman na nossa reunião. O Dr. Herman pediu a palavra. Ok. Perdão, o  
2430 Doutor Herman estava só cumprimentando a mesa. Então, passo a palavra ao Doutor Rosalvo. Nós vamos fazer  
2431 a apreciação do encaminhamento ponto a ponto.

2432

2433 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

2434

2435 O Nilo me esclareceu aqui, Langone, então se for isso eu retiro a minha proposta e vamos para isso daí de modo  
2436 que em junho nós não atrasemos mais esse processo de discussão e votação desta resolução.

2437

2438 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2439

2440 Ok. Então, vamos lá, por partes. Temos acordo em proceder a votação do texto base hoje. André.

2441

2442 **André Lima – ISA**

2443

2444 Como eu disse antes, quer dizer, houve um esforço muito grande na tentativa de se avançar ao máximo possível  
2445 e houve um desprendimento de vários setores no sentido de se chegar a um ponto de equilíbrio. Esse ponto de  
2446 equilíbrio é um ponto de equilíbrio bastante vulnerável, digamos assim. Então, evidentemente, que há propostas  
2447 para aprimorar, eu ainda não vi o conjunto das emendas apresentadas e, portanto, eu acho que seria importante  
2448 nós termos um painel geral das emendas para ver se, de fato, todas as preocupações estão ali e qual o conjunto  
2449 delas. A minha dúvida é uma dúvida de caráter regimental porque eu não estou com o regimento aqui, quer dizer,  
2450 a aprovação da matéria do texto base tal qual está apresentada ela limitará para o bem ou para o mal, para todos

2451 as lados à apresentação de novas emendas, ou seja, só serão consideradas pelo relator ou pela composição de  
2452 sistematização as emendas apresentadas hoje.

2453  
2454 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2455

2456 Ou quando o plenário decidir. Nós vamos tratar da dinâmica, nós vamos decidir primeiro se nós apreciamos o  
2457 texto base, depois nós vamos decidir as alternativas sobre como trabalhar as emendas, ou uma proposta que a  
2458 mesa levantou que fosse hoje, o Rosalvo levantou a hipótese de que o prazo seja amanhã, ou podemos ter  
2459 outras propostas de prazo, mas isso seria uma segunda etapa, é claro que a sua lógica, André, ela requer para  
2460 fins da tua proposição, do teu juízo uma visualização global do encaminhamento, mas a idéia seria que nós  
2461 deliberássemos em separado ou então resguardaria como tratar as emendas.

2462  
2463 **André Lima – ISA**  
2464

2465 E entender qual a grande diferença em relação a essa proposta e um eventual pedido de vistas, quer dizer,  
2466 porque, também, salvo engano, eu, também não estou com o Regimento bem claro, o pedido de vista,  
2467 necessariamente, traria a matéria para a próxima plenária?

2468  
2469 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2470

2471 Sim.

2472  
2473 **André Lima – ISA**  
2474

2475 Então, quer dizer, é muito similar.

2476  
2477 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2478

2479 É muito similar, só a única diferença é que nós consideramos, obviamente, tem uma série de emendas que são  
2480 polêmicas e que vão permanecer, mas nós consideramos, a experiência do CONAMA tem demonstrado que esse  
2481 encaminhamento de uma comissão de sistematização permite dimensionar isso para que nós façamos uma  
2482 visualização... Se é o global das emendas que, de fato, tem que ser apreciada do jeito que veio ou se através de  
2483 um processo de dialogo é possível fazer um afunilamento que limpe um pouco a área e identifique as questões  
2484 centrais, sem prejuízo do que foi levantado aqui de que se percarn questões centrais das emendas que forem  
2485 levantadas, que em última instância todos os signatários de emendas que não se sentirem contemplados por uma  
2486 comissão de sistematização tem resguardada a hipótese de manter a sua emenda até o final. Conselheiro  
2487 Rodrigo.

2488  
2489 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**  
2490

2491 Eu entendo que em virtude do grande número de emendas e da alta complexidade dessas emendas, eu acho que  
2492 o ideal seria a matéria fosse retirada de pauta e não fosse feito o pedido de vistas. Existem emendas que mexem  
2493 e alteram princípios que estão em toda resolução, que percorrem toda resolução. Então, é muito complicado nós,  
2494 simplesmente, aprovarmos um texto base que pode necessitar de outras alterações, nós não podemos correr  
2495 esse risco de aprovar um texto base e depois ir brigar nas emendas, e discutir nas emendas. Nós corremos o  
2496 risco de criar uma verdadeira anomalia, uma verdadeira aberração nessa resolução. Então, eu gostaria e é uma  
2497 solicitação que eu faço como representante da sociedade civil é que o próprio Conselho Nacional de Meio  
2498 Ambiente retire essa matéria de pauta e que nós passemos a discutir as moções.

2499  
2500 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2501

2502 A matéria só pode ser retirada de pauta mediante a solicitação do Presidente da Câmara Técnica que foi a  
2503 alternativa que o Rosalvo propôs, mas ele se convenceu de que a alternativa apresentada por nós era melhor.  
2504 Passo a palavra ao Doutor Rosalvo.

2505  
2506 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**  
2507

2508 Eu solicitaria à Presidência da mesa quando nós estamos um pouco nesse impasse 5 minutos de suspensão da  
2509 reunião e nós pegaríamos cada um dos representantes dos setores aqui atrás e nós combinávamos o  
2510 procedimento.

2511  
2512 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2513

2514 Consulto o plenário se temos acordo. Então, 5 minutos de consensação. Nós, então estamos suspendendo por 5  
2515 minutos, mas temos um aviso antes disso.

2516  
2517 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

2518  
2519 Um aviso importante aqui a todos os Conselheiros e demais participantes, é o seguinte: as pessoas que  
2520 necessitarão, que quiserem retornar a Guarulhos amanhã dia 19 devem dar seus nomes na mesa da entrada até  
2521 o final da sessão de hoje, porque o pessoal está fazendo uma programação de saída amanhã. Então até o final  
2522 da plenária de hoje precisa ser avisado ali na entrada quem retorna a Guarulhos amanhã. Lembrando que  
2523 amanhã às 14h nós temos o painel MMA/ABEMA sobre a Resolução 357. E o ônibus amanhã que vai levar a  
2524 pessoas daqui ao final do dia, esse ônibus que vai a Guarulhos amanhã ao final do dia ele sairá direto do  
2525 auditório. Então, as pessoas amanhã deverão já trazer os seus pertences para poder embarcar no ônibus aqui e  
2526 daqui direto para Guarulhos no final do dia. A exceção é apenas aqueles que vão participar do seminário  
2527 MMA/ABEMA sobre a 357, esses vão estar na Câmara Municipal. Então, nós vamos acertar para que o ônibus  
2528 passe lá, eventualmente, para pegar quem estiver participando do seminário na Câmara Municipal.

2529  
2530 *(Intervalo)*

2531  
2532 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2533  
2534 Então, estamos retomando o plenário, dessa vez eu participei do processo de negociação e acho que posso  
2535 relatar aqui o que nós acordamos. Qual seria a idéia? Nós aprovaríamos o texto base da resolução aqui, essa  
2536 aprovação do texto base da resolução, vamos lembrar a polêmica que nós tivemos na 20 é um texto referencial.  
2537 Então, nós podemos ter emendas que alterem alguns conceitos estruturantes do texto, mas isso significa que o  
2538 processo entrou em regime de deliberação e a partir daí não pode mais haver pedido de vistas. Então, nós  
2539 apreciaremos o texto base, estabeleceríamos um prazo para apresentação de emendas até o meio dia de  
2540 amanhã, porque todos os que vieram para cá para discutir o assunto tem as emendas já escritas ou podem  
2541 escrever as emendas porque já tem clareza a idéia e eu vou pedir a colaboração de todos para nós retomarmos a  
2542 reunião, porque tem muita gente de pé conversando ainda. E isso permitiria, então, que nós tivéssemos uma  
2543 apreciação do tema na reunião de junho, a idéia da comissão de sistematização é uma idéia que funcionou em  
2544 outros temas e que serviu para fazer afunilamentos sempre resguardada a hipótese de que quem não se sentir  
2545 contemplado pelo trabalho da sistematização tenha a sua emenda registrada e pode mantê-la no plenário na  
2546 próxima reunião. As alternativas que nós tínhamos que seria o Presidente da Câmara Técnica retirar o assunto  
2547 faria com que o tema retornasse na próxima reunião de junho do jeito que entrou, podendo ser pedido vistas e  
2548 jogando para setembro. A outra que é o pedido de vistas que também é um recurso que pode ser utilizado ela  
2549 permitiria como regimentalmente o prazo para apresentação de vistas é de 45 dias não haveria tempo hábil para  
2550 apresentar na reunião de junho e também jogaria para setembro, a menos que o plenário fizesse um pacto, um  
2551 acordo aqui de que esse prazo regimental de vistas fosse encurtado que seria, também de bom senso, mas o  
2552 dialogo que nós fizemos com os diferentes seguimentos aponta para um consenso geral em torno da primeira  
2553 idéia que é aprovamos o texto base, quero registrar aqui que este tema tem um apelo muito forte de mídia, então  
2554 aprovamos o texto base sem que nenhum segmento a partir de uma leitura comum entre nós sobre a importância  
2555 do processo, sem que nenhum segmento dê como aprovado questões do texto base que vão ser avaliadas na  
2556 próxima reunião, isso é um pacto de processo que já funcionou em todas as outras resoluções do CONAMA não  
2557 teria como não funcionar agora. Tínhamos o prazo até amanhã para o recolhimento das emendas e discutiríamos  
2558 se for consenso aqui uma comissão de sistematização enxuta, porque se não houver comissão de sistematização  
2559 o CIPAM vai ter que se encarregar de dar uma avaliada nas emendas para que nós não cheguemos na próxima  
2560 reunião com esse volume de emendas sem nenhum processamento, sem nenhuma análise prévia e a  
2561 composição da comissão poderia ser discutida aqui no plenário, não precisaria ser necessariamente a Câmara  
2562 Técnica, ou não seria a volta da Câmara Técnica, eu ressalto a importância dessa questão porque na transição  
2563 entre essa reunião e a próxima nós teremos mudança na composição das Câmaras, então qualquer reenvio do  
2564 tema para a Câmara Técnica vai pegar a Câmara Técnica num processo de transição com pessoas diferentes  
2565 que pode comprometer o nosso processo de deliberação. Então, vamos ver se nós temos acordo em relação a  
2566 isso. Primeiro, temos acordo de que o plenário aprova o texto base hoje como texto referencial, esqueleto básico.  
2567 OK? Então, está aprovado pelo plenário por consenso que nós aprovaremos o texto base hoje, depois nós vamos  
2568 colocar em apreciação o texto base, formalizar isso. Segundo, o prazo para apresentação de emendas ser até  
2569 amanhã ao meio dia, temos acordo? Por favor.

2570  
2571 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2572  
2573 Sr. Presidente, eu acho que nós poderíamos não fechar a porta de dar o prazo até amanhã porque nós vamos ter  
2574 uma casa mais cheia na próxima plenária, hoje nós estamos com metade, eu acho que um pouco mais da  
2575 metade do quorum, e eu acho que nós podemos ter conselheiros que possam ter propostas que não tiveram  
2576 oportunidade de apresentar e nós estaríamos fechando a porta. Então, nós poderíamos aumentar esse prazo de

2577 recolhimento de proposta num tempo que não prejudique a próxima plenária, mas também que não fique amanhã  
2578 até 10h da manhã, porque eu acho que vai ser problemático.

2579  
2580 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2581  
2582 Ok. Eu só queria ressaltar o seguinte: todos os Conselheiros vieram para essa sessão com esse assunto na  
2583 pauta, portanto, devem estar preparados para apreciar o assunto e, portanto, tem emendas.

2584  
2585 **André Lima – ISA**

2586  
2587 O quer eu ia dizer é um pouco isso que o Langone tratou, quer dizer, todos nós que viemos aqui tivemos acesso  
2588 à pauta previamente e sabíamos com a antecedência regimental da importância e da complexidade do tema, me  
2589 parece que todos os setores, evidentemente, que não todos os Estados, não todos os Ministérios, não todas as  
2590 ONGs, estão aqui, mas todos os setores estão aqui com legitimidade suficiente para, inclusive, aprovar essa  
2591 matéria hoje. Nós já estamos aqui entendendo que é importante abrir uma oportunidade para oferecermos mais  
2592 material para aprimoramento do tema, eu acho que amanhã meio dia seria um prazo bastante razoável para que  
2593 agora à noite, amanhã pela manhã os setores se organizem, se entendam e apresentem as emendas que  
2594 entenderem que não estão contempladas já no material oferecido à secretaria do CONAMA. Eu só me pergunto  
2595 se poderíamos ter acesso a esse material para já tentarmos apresentar até amanhã algo que vá ao encontro do  
2596 que já foi apresentado, mas eu acho que nós já estamos abrindo uma oportunidade para encaminhamento de  
2597 novas emendas, meio dia seria um prazo razoável.

2598  
2599 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2600  
2601 Sim, nós podemos ter acesso, Conselheiro André, acho que por manifestação de interesse mesmo, porque nós  
2602 estamos com as emendas manuscritas. Então, temos uma certa limitação de digitação, isso não seria problema.  
2603 Eu quero registrar também que nós temos um quorum de 70 Conselheiros presentes aqui, é um dos melhores  
2604 quoruns que o CONAMA teve nos últimos tempos, portanto, consideramos que houve uma mobilização  
2605 significativa e os setores estão prontos para apresentarem as suas emendas. Eu consulto o Conselheiro Bertoldo  
2606 se mantém a proposta de um prazo mais longo para apresentação de emendas?

2607  
2608 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

2609  
2610 Sr. Presidente, lamentavelmente, eu posso concordar, aceitar os argumentos apesar de nós termos ficado  
2611 envolvidos a semana toda no rerrefino, ficamos envolvido e acabamos não tendo tempo de olhar o suficiente, não  
2612 conheço as emendas, quer dizer, tudo bem, eu vou acatar a maioria, mas eu entendo que sem prejuízo da  
2613 próxima plenária nós poderíamos estar com a porta um pouco aberta, um pouco ampliada. Não vejo, e eu  
2614 concordo com o André, que temos condições, podemos votar isso hoje, amanhã e aprovar, se é essa a proposta  
2615 de aprovar amanhã, tudo bem, agora não é proposta de aprovar amanhã, é proposta para a próxima plenária, por  
2616 isso que eu estou colocando essa possibilidade, é só esse contexto, mas eu acato o encaminhamento da mesa,  
2617 se a mesa achar que o melhor encaminhamento do ponto de vista de termos um bom documento ser essa, tudo  
2618 bem, mas eu acho que poderíamos ter uma flexibilização no sentido de sem prejuízo ao trabalho.

2619  
2620 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2621  
2622 Ok. Então, a proposta que nós temos na mesa é que nós estabeleçamos um prazo de apresentação de emendas  
2623 que se encerre amanhã ao meio dia. OK. Estamos de acordo? A terceira questão é se nós vamos formar uma  
2624 comissão de sistematização para apreciar as emendas e tentar propor um encaminhamento ou não. A sugestão  
2625 que nós fazemos é de que seria interessante uma comissão de sistematização que reportasse ao CIPAM uma  
2626 avaliação sobre o conjunto das emendas de maneira que o CIPAM tome a decisão sobre o encaminhamento das  
2627 emendas ao plenário, sempre mantendo e resguardando que é um esforço de confluência que resguarda em  
2628 última instância ao conselheiro que apresentou a emenda que ela mantenha a sua emenda até o final sem que a  
2629 emenda seja retirada previamente, sem filtro, a comissão de sistematização não faz filtro. Então, ela teria que  
2630 conversar com os proponentes das emendas para tentar ver a possibilidade de confluências, enfim, e ela poderia  
2631 informar ao CIPAM como nós fizemos em outras situações, uma vez que no CIPAM estão presentes o  
2632 representante dos 5 grandes segmentos e o CIPAM é a instância do CONAMA que processa e avalia esse tema.  
2633 Pela questão levantada anteriormente a transição das Câmaras Técnicas, se nós fôssemos ter a comissão de  
2634 sistematização a idéia seria uma comissão enxuta e que não fosse a Câmara Técnica, que fosse, enfim, uma  
2635 comissão designada daqui. Eu consulto o plenário se alguém defende a não existência de comissão de  
2636 sistematização nesses termos, de a comissão não ter poder para excluir emendas e de que ela se reporta ao  
2637 CIPAM. Doutor Herman Benjamin.

2638  
2639 **Antônio Herman Benjamin – Instituto Planeta Verde**

2640  
2641  
2642  
2643  
2644  
2645  
2646  
2647  
2648  
2649  
2650  
2651  
2652  
2653  
2654  
2655  
2656  
2657  
2658  
2659  
2660  
2661  
2662  
2663  
2664  
2665  
2666  
2667  
2668  
2669  
2670  
2671  
2672  
2673  
2674  
2675  
2676  
2677  
2678  
2679  
2680  
2681  
2682  
2683  
2684  
2685  
2686  
2687  
2688  
2689  
2690  
2691  
2692  
2693  
2694  
2695  
2696  
2697  
2698  
2699  
2700  
2701

Boa tarde a todos. Eu queria ponderar que considerando que esta resolução não tem a complexidade da atual Resolução 357 e que as emendas se referem a dispositivos muito específicos, que talvez nós não precisemos de uma comissão de sistematização, mas simplesmente de uma sistematização feita pela consultoria geral do Ministério do Meio Ambiente. Comissão de sistematização é quando a resolução é de tamanha complexidade que não há consenso sequer sobre os conceitos básicos, estrutura dorsal do texto, não é o caso dessa resolução. Então, a proposta que o Planeta Verde faz é na linha do que está sendo encaminhado pela própria mesa de aprovar aqui o texto base, abrir o prazo para emendas e estas emendas serem sistematizadas pelo nosso excelente consultor geral Doutor Gustavo Trindade. Então, com estas observações nós acreditamos que estamos contribuindo para um andamento mais rápido desta matéria.

#### **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Nós vemos com simpatia a sugestão do Planeta Verde, o Doutor Gustavo fez um pequeno protesto aqui. Mas por parte da mesa essa foi uma alternativa também já utilizada em algumas resoluções, ela também teve funcionalidade, enfim. Então, por parte da mesa nós temos abertura para essa alternativa desde que o plenário, obviamente, considere adequada. Conselheiro Rodrigo, por favor.

#### **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidúgua**

Eu gostaria de corroborar com as palavras do Doutor Herman Benjamim, são emendas pontuais, não tem que ser sistematizadas, são emendas de plenário, ou seja, a Câmara Técnica ou a comissão de sistematização não vai poder, sequer, tirar emendas, não vai poder modificar emendas, são emendas de plenário e precisam ser votadas e discutidas em plenário. Então, eu acredito que é só uma questão de acertar a redação dessas emendas e trazer para que elas sejam votadas em plenário.

#### **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

Eu queria ponderar de que meu nobre colega Herman Benjamim, eu não acho que as emendas são pontuais não, se o companheiro de Minas Gerais apresentar aquela emenda da discussão com relação ao entendimento, por exemplo, do que é baixo impacto, isso nós alteramos, no mínimo uma sessão da resolução, algumas emendas que eu vi, por exemplo, que a ANAMMA apresentou, elas não são emendas pontuais, elas discutem questões em profundidade. E aí Langone eu queria preservar um pouco até para resguardar futuros trabalhos das Câmaras Técnicas no seguinte aspecto de que aqueles companheiros que participaram dessa Câmara Técnica nos últimos dois anos, acumulamos um enorme cabedal de discussões e foi aquilo um pouco do que eu coloquei, a maioria do que foi apresentado aqui, nós já discutimos na Câmara Técnica e colocamos essa redação aí que foi o possível. Então, eu quero dizer, quero expressar meu sentimento de que não são emendas pontuais mesmo. E terceiro, como que nós, pelo menos, das que eu vi agora não sabemos até amanhã meio dia que emendas serão apresentadas, como é que eu, previamente, já digo que elas não são complexas, das que eu vi e das falações colocadas, pego o exemplo da questão de baixo impacto, elas são complexas, que história é essa? Então, eu acho que nós devíamos encaminhar um outro, dar um outro rumo a isso daí.

#### **Antônio Herman Benjamin – Instituto Planeta Verde**

Eu acho que eu entendi, então errado, eu me equivoquei na proposta feita pela mesa, porque se a proposta da mesa é de sistematização de emendas não se está retirando do plenário a possibilidade de analisar todas as emendas, de outra forma se as Câmaras Técnicas envolvidas seja a Câmara Técnica de origem, seja a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos acharem que o texto atual não reflete aquilo que foi discutido o momento para debater como Câmara Técnica já passou. Então, de duas uma, ou nós temos uma comissão que é efetivamente de sistematização e aí a proposta do Planeta Verde é que não precisamos desta comissão e temos plena confiança no Doutor Gustavo que saberá fazer o trabalho, desculpe a expressão, mas braçal, procedimental de juntar e sistematizar essas emendas, ou então se, se pretende que esse trabalho não seja de sistematização formal há que se devolver esta matéria para as Câmaras, e o Planeta Verde não se sentiria confortável com este encaminhamento. Então, repetindo, se for simplesmente para sistematizar, organizar, colocar no texto como está hoje cada uma dessas emendas para facilitar o debate no próximo plenário do CONAMA, nós entendemos que não precisa de comissão, basta o Doutor Gustavo Trindade, aliás, é mais do que o suficiente. De outra parte se for para debater nas Câmaras, nós somos contra porque achamos que as resoluções com todas as divergências que nós tenhamos a resolução está pronta para ser votada. Eu contei, pelo menos, olhando para as emendas já existentes e há exatamente 5 dispositivos em toda a resolução que são realmente aqueles onde quase que convidam as emendas que estão sendo apresentadas. Então, não há, Conselheiro Rosalvo Júnior, não há, pelo menos, no que eu vi, não há discussão sobre a estrutura da resolução. Então, a nossa proposta é de que seguindo a orientação da mesa nós votemos a resolução no seu contexto geral, abrindo prazo para as emendas,

2702 e é bom ressaltar que cada emenda destaca aquele dispositivo, e terceiro, nós solicitamos ao Doutor Gustavo  
2703 Trindade fazer a sistematização dessas emendas.

2704  
2705 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2706  
2707 Com a disponibilização das emendas, obviamente, na página do CONAMA para que todos tenham ciência das  
2708 emendas apresentadas em qualquer um dos cenários isso daria ciência. Doutor Maurício, CNI.

2709  
2710 **Maurício Mendonça - CNI**

2711  
2712 Eu só gostaria de solicitar que assim como nós procedemos naquela discussão no CIPAM de que as emendas  
2713 sejam acompanhadas das suas devidas justificativas, eu acho que aquele processo que tornou muito mais fácil o  
2714 processo de entendimento das razões de que cada um dos interessados estavam apresentando as suas  
2715 emendas facilitou, inclusive, e muito o processo de votação e eu, infelizmente... (*mudança de fita, sem*  
2716 *continuação*).

2717  
2718 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2719  
2720 Alguém no plenário mantém a proposta de comissão de sistematização? Então, nós só temos... Alguém defende  
2721 que a comissão de sistematização seja a própria Câmara Técnica? Nós só temos uma proposta de que a  
2722 sistematização das emendas seja feita pela própria Consultoria Jurídica do Ministério disponibilizada as emendas  
2723 a partir da sua apresentação na página do CONAMA a todos e também que as emendas sejam acompanhadas  
2724 das suas justificativas. OK? E o prazo de apresentação das emendas é até amanhã ao meio dia. André.

2725  
2726 **André Lima – ISA**

2727  
2728 O que eu queria dizer é em relação à questão do prazo, eu acho que o prazo para apresentação das emendas  
2729 tem que ser até amanhã sem prejuízo das justificativas serem encaminhadas com um pouco mais de tempo,  
2730 porque nós podemos levantar dados que possam trazer mais elementos.

2731  
2732 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2733  
2734 Ok. Eu sugeriria, então que nós definíssemos um prazo máximo de uma semana para chegar as justificativas,  
2735 porque para disponibilizar nós temos que disponibilizar a emenda justificativa e todos os Conselheiros já querem  
2736 ter ciência. OK? Muito bem. CNI.

2737  
2738 **Grace Nogueira Dalla Pria Pereira - CNI**

2739  
2740 Quanto à questão das justificativas, eu gostaria de ponderar que nós devemos prever que quem está  
2741 apresentando emendas está apresentando porque tem uma justificativa para fazê-las, pelo próprio Regimento  
2742 Interno do nosso CONAMA, se não me falha a memória, eu até gostaria que o Gustavo pudesse me ajudar nisso,  
2743 mas se não me falha a memória no artigo que prevê a possibilidade de apresentação de emendas já determina  
2744 que seja feita com suas devidas justificativas. Então, esse é um ponto que nós temos que ponderar quanto a esse  
2745 prazo solicitado para apresentação das justificativas, de outra forma, eu acho que também nós poderíamos  
2746 pensar num prazo para que essa sistematização após feita, após consolidada fosse disponibilizada antes da  
2747 próxima plenária. Então, que essa sistematização fosse feita num período x, ou fosse disponibilizada x dias antes  
2748 da próxima plenária.

2749  
2750 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2751  
2752 Primeiro, nós temos acordo em relação à apresentação das justificativas, como não houve acordo ou,  
2753 aparentemente, não há tempo de apresentar as emendas e justificativas até amanhã, é preciso estabelecer um  
2754 prazo objetivo aqui, a partir do qual não se aceitarão mais justificativas, só seria disponibilizada as propostas  
2755 havendo as justificativas. O prazo que pareceu razoável à mesa é de uma semana. Eu consulto se tem alguma  
2756 proposta alternativa em relação ao prazo final para apresentação das justificativas? Não havendo proposta  
2757 alternativa fica fixado o prazo de uma semana. Como a comissão de sistematização vai encaminhar ao CIPAM o  
2758 seu trabalho, o CIPAM tem reunião agendada para o próximo dia 25, e eu imagino que não seja possível que o  
2759 trabalho de sistematização seja feito até a próxima reunião do CIPAM. Então, objetivamente uma próxima reunião  
2760 do CIPAM deve ser uma reunião imediatamente anterior à reunião do CONAMA, ou seja, no dia 13 de junho, ou  
2761 nós colocamos no CIPAM do dia 25, ou nós colocamos no CIPAM do dia 13, nós não temos alternativas, ao  
2762 menos que nós façamos uma nova reunião do CIPAM entre essas duas.

2763  
2764 (*Intervenção fora do microfone*)

2765  
2766  
2767  
2768  
2769  
2770  
2771  
2772  
2773  
2774  
2775  
2776  
2777  
2778  
2779  
2780  
2781  
2782  
2783  
2784  
2785  
2786  
2787  
2788  
2789  
2790  
2791  
2792  
2793  
2794  
2795  
2796  
2797  
2798  
2799  
2800  
2801  
2802  
2803  
2804  
2805  
2806  
2807  
2808  
2809  
2810  
2811  
2812  
2813  
2814  
2815  
2816  
2817  
2818  
2819  
2820  
2821  
2822  
2823  
2824  
2825  
2826  
2827

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Porque uma semana é o prazo para chegar a justificativa, é o prazo que o CIPAM vai reunir.

**André Lima - ISA**

Deixa-me ver se eu estou entendendo a dúvida, é que me parece que a conselheira queria que...

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Que fosse disponibilizado a todos os conselheiros o resultado da sistematização.

**André Lima - ISA**

Eu acho que a sistematização que será apresentada pelo consultor jurídico ao CIPAM poderia ser apresentada com uma certa antecedência no *site* sem problemas, quer dizer, como o CIPAM tem uma boa representatividade do conjunto geral da plenária, eu não vejo problema em se ter um prazo de antecedência em relação à plenária para a sistematização ser disponibilizada independentemente da reunião do CIPAM.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

A avaliação do Doutor Gustavo é que ele pode fazer isso até o dia 5 de junho e disponibilizar a partir do dia 6 já, dez dias antes, oito dias antes. OK? Então, fica definido também um prazo até o dia 5 de junho para conclusão da sistematização que será disponibilizada sem a apreciação pelo CIPAM já para ir antecipando a análise de todos os Conselheiros. Então, nós concluímos essa parte de encaminhamento, eu vou colocar em votação o texto base. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do texto base dessa resolução, por favor levantem os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros contrários à aprovação do texto base. Abstenções. Então, está... Uma abstenção e nós, então temos a aprovação do texto base, o processo está em regime de deliberação pelo Conselho tendo a sua continuidade de deliberação na próxima reunião dos dias 14 e 15 de junho com todos os encaminhamentos já referidos aqui. Com isso nós concluímos por esta reunião a apreciação da resolução sobre APPs e antes de passarmos às moções nós vamos dar ciência ao plenário sobre um documento recebido, encaminhado pelo Governo da Bahia, subscrito por vários conselheiros de requerimento de urgência, vou proceder a leitura desse documento. "O Governo do Estado da Bahia através do seu representante legal com base no disposto no art. 14 § 1º do Regimento Interno do CONAMA vem perante à V. Sa. apresentar requerimento de urgência de acordo com os argumentos expostos a seguir: requer esse representante com o objetivo de garantir a satisfação dos índices de excelência ambiental em seu território, apresentação por parte do IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis de parecer técnico que subsidiou a emissão da licença prévia nº 200 de 29 de abril de 2005, ao projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional em que vigora como interessado o Ministério da Integração Nacional". E refere o número do processo. Trata-se de projeto que prevê a implantação de 720 quilômetros de canais ao longo de dois anos, denominados norte e leste, de dois eixos denominados norte e leste que captarão um volume máximo de 127 metros cúbicos por segundo. Água do Rio São Francisco no trecho entre as barragens de Sobradinho e Itaparica. O principal objetivo do projeto de integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional é o de promover o equilíbrio de oportunidades do desenvolvimento sustentável para população residente na região semi-árida. Área de abrangência do projeto é a bacia hidrográfica do Rio São Francisco e bacias hidrográficas receptoras no Rio Jaguaribe no Ceará, Rio Piranhas Açu na Paraíba e Rio Grande do Norte no Apodi, no Rio Grande do Norte, Rio Paraíba na Paraíba e Rios Moxotó, Terra Nova e Brígida na bacia de São Francisco em Pernambuco. A solicitação se deve ao fato de parecer técnico elaborado pelo grupo técnico do Estado da Bahia constituída através da Portaria Interna 01/04 do Excelentíssimo Secretário de Meio Ambiente de Recursos Hídricos que era concluído pela inviabilidade ambiental do projeto, considerando que o mesmo não apresenta sustentabilidade social, econômica e ambiental. Ademais infrutíferas foram as tentativas de se obter junto ao IBAMA informações complementares para a conclusão da análise do projeto no âmbito do Estado como, por exemplo, o ofício DIR nº 2000/04 do CRA/BA enviado em 14 de outubro de 2004 ao Diretor de licenciamento do IBAMA e que não fora respondido até a presente data. Ressalta-se que a competência para emitir a licença prévia de empreendimentos de impacto regional e do IBAMA de acordo com a lei 6.938 e a resolução 237/97, porém deve o órgão licenciador considerar o exame técnico de outros órgãos integrantes do SISNAMA tais como os órgãos estaduais do meio ambiente e o CONAMA órgão central do sistema". O documento é subscrito por 10 Conselheiros, portanto, preenche os requisitos regimentais para o requerimento de urgência. Então, ele é automaticamente aceito pela mesa sendo o IBAMA convidado a fazer a apresentação na próxima reunião do CONAMA. E consulto o representante do Estado da Bahia se quer apresentar ao microfone as suas justificativas?

2828 **Manoel Mendonça - Governo da Bahia**

2829

2830 Sr. Presidente, senhores conselheiros, o documento lido pelo Presidente é auto-explicativo, na verdade, trata-se  
2831 de uma obra das mais complexas até hoje licenciadas pelo IBAMA e, portanto, nós acreditamos que com o apoio  
2832 dessas 10 entidades citadas que o assunto deveria ser trazido para melhor conhecimento e debate no âmbito  
2833 desse Conselho, além disso, como já foi dito o nosso Centro de Recursos Ambientais, o órgão estadual do  
2834 Estado da Bahia ele solicitou por duas vezes informações que nunca chegaram ao conhecimento do nosso  
2835 Estado que realizou estudos ambientais concluindo pela inviabilidade, como foi dito. Daí a importância de um  
2836 assunto dessa magnitude e dessa importância se também ter a oportunidade de ser debatido e ser conhecido, de  
2837 ser discutido aqui no âmbito desse Conselho. Muito obrigado.

2838

2839 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2840

2841 OK. Então, fica acolhida pela Secretaria-Executiva. Nós vamos encaminhar ao IBAMA para a sua apresentação.  
2842 Antes de passarmos às moções nós temos mais um informe de ordenamento da pauta a ser dado pelo Nilo. O  
2843 Conselheiro Rodrigo está pedindo a palavra? Então, passo a palavra ao Nilo que é referente a uma moção *ad*  
2844 *referendum* no CONAMA.

2845

2846 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

2847

2848 É apenas um esclarecimento. O item da pauta 5.3 da ordem do dia que é a resolução *ad referendum* sobre a  
2849 recomposição das Câmaras Técnicas do CONAMA para o biênio 2005/2007, esta resolução está constando aqui  
2850 na pauta porque a pauta foi divulgada antes da Secretaria do CONAMA receber um parecer da CONJUR a  
2851 respeito dessa matéria, o parecer que nós recebemos da CONJUR é que rigorosamente essa resolução, essa  
2852 decisão de uma nova composição das Câmaras Técnicas já foi votada na plenária anterior, a 77ª Plenária  
2853 Ordinária que se realizou em 29 e 30 de março passado, de tal forma que seria desnecessária a votação desta  
2854 matéria aqui hoje, porque já está consolidada na plenária ordinária anterior. Nós fomos obrigados a manter na  
2855 pauta os Conselheiros em função de que já havia sido divulgado no site, mas eu vou passar, peço aqui a  
2856 presidência da mesa para que o Gustavo complemente o informe apenas para explicar o mérito do porquê não é  
2857 necessário nós votarmos essa matéria aqui hoje.

2858

2859 **Gustavo Trindade - CONJUR/MMA**

2860

2861 Só para complementar o que o Nilo falou, quer dizer, na última reunião do CONAMA houve a deliberação da  
2862 composição de todas as Câmaras Técnicas e revendo, inclusive, as atas da própria reunião no entender da  
2863 Consultoria Jurídica houve a deliberação dessa composição, a única necessidade foi colocar simplesmente a  
2864 formalidade, enfim, colocar simplesmente em dois artigos regravando tal composição e que revendo a ata, como  
2865 disse anteriormente, já foi tal composição aprovada por este plenário na sua última reunião.

2866

2867 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

2868

2869 Ok. Então, concluído essa parte nós vamos passar à apreciação das moções. Conforme deliberação do plenário,  
2870 a primeira moção a ser apreciada é a moção referente à tramitação do Projeto de Lei da Mata Atlântica. Ela teve  
2871 pedido de vistas pela CNA na 77ª Reunião Ordinária e não temos parecer da CNA em relação ao tema.

2872

2873 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

2874

2875 De acordo com o art. 16 na hipótese de descumprimento do prazo para parecer o pedido de vistas seria  
2876 desconsiderado, aqui diz o art. 16 do Regimento Interno. Nós, no período que antecedeu essa plenária tivemos  
2877 vários contatos com a Confederação Nacional da Agricultura através do Conselheiro João para que ele  
2878 apresentasse o parecer referente ao pedido de vistas que ele fez a essa moção na plenária anterior, entretanto, o  
2879 Conselheiro por uma série de dificuldades de agenda não pôde remeter o parecer, na verdade, o que parece a  
2880 nós é que não concluiu o parecer, inclusive, ele alegou que o CONAMA deveria ter apresentado a ele o processo  
2881 em tempo hábil para ele poder desenvolver o parecer, da mesma maneira como aconteceu com a resolução que  
2882 está aqui no item 5. 4 que trata da questão da transposição do Rio São Francisco que o Conselheiro ao Ministério  
2883 da Integração havia pedido vista e recebeu da Secretaria do CONAMA o processo relativo a essa moção,  
2884 entretanto, foi esclarecido ao Conselheiro João da CNA que o Conselheiro representante do Ministério da  
2885 Integração solicitou ao CONAMA o processo, e a moção que trata da transposição ela tinha, de fato, um processo  
2886 porque essa resolução já tinha, talvez a Doutora Beatriz possa esclarecer, ela tinha já um processo em função do  
2887 que tinha sido retirada... Ela tinha sido apreciada na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, então ela tinha um  
2888 processo, já a resolução que trata do Projeto de Lei da Mata Atlântica ele não tinha processo nenhum, então por  
2889 isso que o CONAMA não tomou iniciativa a Secretaria de enviar processo que não existia para a Confederação  
2890 Nacional da Agricultura. Então, em vista desses fatos nos vemos aqui na situação de que o plenário segundo o

2891 art. 16 do Regimento deverá apreciar essa moção e votar, mesmo nós não podendo contar com o parecer da  
2892 Confederação Nacional da Agricultura que, inclusive, não pôde se fazer presente, foi justificada a ausência, mas  
2893 não pôde estar presente para, inclusive, eventualmente justificar de alguma maneira a falta do parecer aqui, mas  
2894 seguindo o Regimento no art. 16 o plenário pode deliberar sobre a matéria.  
2895

2896 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2897

2898 Consulto o plenário se nós temos alguma proposição contrária à aprovação da moção que requeira defesa.  
2899 Conselheiro Rodrigo é para defesa, favorável? Rodrigo, só fazer novamente, nós temos alguma manifestação  
2900 contrária à moção? OK. Então, vamos ler a requisição de leitura da moção? Só um minutinho Conselheiro  
2901 Rodrigo. "O Conselho Nacional do Meio Ambiente na luz das atribuições e competências que lhe são conferidas  
2902 pela lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 regulamentado pelo Decreto 99.274 de 06 de junho de 1990 e estando em  
2903 vista o disposto em seu Regimento Interno e considerando que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é  
2904 direito fundamental garantido pelo art. 25 da Constituição Federal de 1988, considerando que a Mata Atlântica é  
2905 patrimônio nacional nos termos do § 4º do art. 225 da Constituição Federal de 88, considerando a velocidade de  
2906 devastação do bioma Mata Atlântica, considerando que resta no Brasil apenas 7% da cobertura florestal no bioma  
2907 Mata Atlântica, considerando que cerca de 120 milhões de pessoas dependem da Mata Atlântica para garantir  
2908 uma sadia qualidade de vida, considerando que o Projeto de Lei da Mata Atlântica tramita há 11 anos no  
2909 Congresso Nacional resolve: aprovar moção a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal  
2910 José Sarney de Araújo Costa", temos que mudar, "Renan Calheiros e aos líderes dos partidos manifestando a  
2911 necessidade de se votar o mais rápido possível o Projeto de Lei da Mata Atlântica e para isso solicita-se declarar  
2912 de urgência urgentíssima para que possa entrar em breve na pauta dessa casa". Subscrito por um conjunto de  
2913 entidades está apresentado o material que todos receberam. Conselheiro Rodrigo tem a palavra.  
2914

2915 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**  
2916

2917 Apenas para ressaltar que essa moção tem um caráter simbólico muito grande e que essa já é uma das novelas  
2918 do CONAMA que se arrasta de longa data, essa moção ela deu entrada no CONAMA em 31 de agosto de 2004 e  
2919 desde então teve a sua tramitação por diversas Câmaras Técnicas, pedidos de vistas, é uma situação que nos  
2920 chamou atenção, até porque o Projeto de Lei da Mata Atlântica ele tramita, também a longa data no Congresso,  
2921 ele teve a sua origem no Projeto de Lei 3.285 de 1992 do, então Deputado Fábio Feldman e tramita desde então,  
2922 foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 03 de dezembro de 2003 e desde então está parado no Senado, é  
2923 um projeto que visa regulamentar o § 4º do art. 225 da Constituição Federal que define a Mata Atlântica como  
2924 patrimônio nacional, hoje o que rege a proteção da Mata Atlântica é o Decreto 750 de 1993 com uma série de  
2925 situações bem complicadas, os órgãos ambientais que o digam, enfim, e o que nós queremos é que a Mata  
2926 Atlântica seja efetivamente conservada por meio de um Projeto de Lei. A Rede de ONGs da Mata Atlântica está  
2927 aqui presente e a sua principal bandeira é justamente a aprovação desse Projeto de Lei. Treze anos no  
2928 Congresso, esse projeto já tramita, nós temos hoje menos de 7% de Mata Atlântica remanescente no Brasil  
2929 sendo que menos de 1% é mata primária, ou seja, quase toda ela já foi amplamente antropizada, degradada e o  
2930 que nós queremos como entidade ambientalistas é que esse projeto tenha a sua tramitação normal no  
2931 Congresso e seja, efetivamente, aprovado para o bem geral dos mais de 120 milhões de pessoas que vivem hoje  
2932 na Mata Atlântica e para conservação desse importante bioma.  
2933

2934 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2935

2936 Ok. Nós vamos colocar em deliberação a moção. Os Conselheiros que votam favoravelmente à aprovação da  
2937 moção, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado. Conselheiros que são contrários à moção. Conselheiros  
2938 que se abstém. Aprovação por unanimidade da moção e nós vamos providenciar a ampla divulgação dessa  
2939 moção e o encaminhamento rápido ao Congresso Nacional, sobretudo, ao Senado e também à Presidência da  
2940 República. A segunda noção...  
2941

2942 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
2943

2944 É apenas uma correção no aviso que eu dei agora a pouco do ônibus que sai amanhã para Guarulhos, aquelas  
2945 pessoas que amanhã precisam ir a Guarulhos, o ônibus vai sair daqui às 14h30. Então, essas pessoas têm que  
2946 registrar ainda hoje, se possível, até logo agora, rapidamente, aqui na entrada o nome para poder ser  
2947 programada essa saída amanhã nesse horário, não tem outro horário. Outras pessoas que podem e queiram ir  
2948 mais tarde aí vão ter que fazer um acerto, talvez, para dividir táxi ou outra forma de transporte até Guarulhos, já  
2949 tem gente, inclusive, fazendo isso, sempre lembrando que amanhã às 14h nós temos o painel de debate sobre a  
2950 resolução 357, e estão todos convidados.  
2951

2952 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
2953

2954 A segunda moção a ser apreciada também em processo de vistas diz respeito à manifestação de preocupação do  
2955 CONAMA com a transposição do Rio São Francisco e a transposição do Rio Tocantins. Interessado Francisco  
2956 Iglesias, Entidades Ambientalista da Região Nordeste 77ª Reunião Ordinária, 07 de agosto de 2003. A proposta  
2957 de moção pedindo vistas na 77ª Reunião pelo Ministério da Integração Nacional que apresentou parecer já  
2958 disponibilizado na página do CONAMA. Ante de passar ao Ministério da Integração Nacional para apresentar o  
2959 seu parecer de vistas vou proceder a leitura da moção. "O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA no  
2960 uso das atribuições e competências que lhe são atribuídas, conferidas pela Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981  
2961 regulamentada pelo Decreto 99.274 de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento  
2962 Interno e considerando a importância da água como sustentáculo da vida, considerando que os recursos hídricos  
2963 no mundo moderno estão se tornando escassos e estratégicos, considerando que qualquer macro alteração na  
2964 estrutura das bacias hidrográficas hídricas nacionais sem estudo profundo somente para atender objetivos  
2965 políticos e econômicos representarão um grande desastre, considerando a importância das bacias hidrográficas  
2966 do Rio São Francisco e Tocantins, considerando a grave degradação que essas bacias vem sofrendo resolve:  
2967 aprovar moção a ser encaminhada à Presidência e Vice-Presidência da República, manifestando a preocupação  
2968 do CONAMA com a questão da transposição de bacias, principalmente as dos Rios São Francisco de Tocantins  
2969 que deve preceder de um estudo longo, exaustivo e profundo dessa questão em consonância com os princípios  
2970 da precaução e prevenção além da importância estratégica que os recursos hídricos assumem ordianamente e  
2971 havendo alternativas comprovadas para o problema que se pretende resolver." Subscrito por um conjunto de  
2972 entidades. Todos receberam a lista das entidades. Passo a palavra para o Ministério da Integração Nacional para  
2973 apresentação do seu parecer de vistas. Conselheiro Rosalvo. Dr. Hypérides Secretário de Infra-estrutura Hídrica  
2974 do Ministério da Integração tem a palavra.  
2975

### 2976 **Hypérides Macedo – Secretário de Infra-estrutura do Ministério da Integração Nacional**

2977  
2978 A palavra do Ministério é uma palavra de cautela e de ponderação. Nós aguardamos pacientemente ao longo de  
2979 dois anos no Ministério uma discussão com muitos antecedentes históricos, isso que vem de longa data, essa  
2980 tese, data o império e a república velho, mas nesse projeto em si houve uma discussão, um ritual lento e  
2981 cauteloso onde se esperou que todas as funções da política ambiental, todas as prerrogativas fossem debatidas e  
2982 acolhidas, o projeto foi colocado à disposição de todos os conselheiros do Conselho Nacional, de todas as  
2983 instituições, foram distribuídas cópias, disquetes tanto do projeto de revitalização como do projeto de interligação  
2984 de bacia. Quando eu digo integração porque o Nordeste não está só fazendo a interligação de um sistema  
2985 permanente a um sistema intermitente. O Nordeste há tempo que vem existindo fortemente da integração interna  
2986 das suas águas buscando melhorar a sua eficiência e gestão. Eu fui Secretário 10 anos do Ceará e posso  
2987 testemunhar o esforço que o Ceará fez com recursos próprios do empréstimo do Banco Mundial e ele fez um  
2988 canal que eu diria até que é superior ao trecho norte do São Francisco. O Senado está interligando o sistema  
2989 castanhal ao sistema (...) um canal com uma dimensão tão grande quanto à transposição do eixo norte com os  
2990 seus próprios recursos para fazer a integração interna de seu território. O Rio Grande do Norte vem fazendo,  
2991 estudando um anel no Rio Siridó para aquelas cidades que entraram em colapso há 10 anos. No começo dos  
2992 anos 80 toda a região do Siridó, uma região culturalmente avançada Caicó e toda região entrou em colapso há 10  
2993 anos. A Paraíba vem trabalhando, também um eixo de integração no brejo e na planície costeira. Pernambuco  
2994 vem agora já no final do projeto buscando tirar proveito dos eixos de integração para o agreste, todo mundo sabe  
2995 a tragédia que foi o agreste há 5 anos juizes e promotores brigavam no interior da cidade de Pernambuco entre  
2996 dar água para as galinhas ou para a população, a famosa indústria avicultora de avicultura de Pernambuco  
2997 brigava com a população das cidades, ou tem água para as galinhas, ou tem água para população, toda a  
2998 indústria foi embora. Vocês viram na televisão, teve uma reportagem toda indústria de avicultura de Pernambuco  
2999 foi embora. Então, eu quero aqui achar que o IBAMA fez um trabalho espinhoso, aprofundado até conseguir essa  
3000 licença prévia, esse RIMA foi refeito tantas vezes quanto o IBAMA solicitou, ele procurou aprofundar, detalhar. O  
3001 Ministério tem hoje uma Portaria muito elogiada pelo Tribunal de Contas da União, pelo Tesouro onde ele coloca  
3002 o RIMA como parte integrante da obra (*mudança de fita, sem continuação*) Tanto que o Deputado João Alfredo  
3003 está fazendo uma resolução para incluir os atingidos por barragem nessa resolução, na Lei da Política Ambiental,  
3004 mas o Ministério já tem acordado para isso porque ele se preparou para fazer essa proposta da integração do  
3005 São Francisco, eu diria que esse é um fórum qualificado, respeitado em todo o país, eu fico confortado de vir hoje  
3006 aqui como a ponta das decisões estão chegando no nível da sociedade, o Congresso faz o atacado, mas o  
3007 detalhado, a ponta dos dedos está sendo detalhada por pessoas que tem aquela preocupação da vivência da  
3008 própria sociedade, isso é importante, mas esse informe não chegou a aprofundar um conhecimento completo  
3009 sobre esse projeto da integração de bacia. Eu até considero que não é uma transposição clássica, eu sou  
3010 engenheiro hidráulico há muitos anos, fui professor, trabalhei em cem projetos nos semi-áridos do nordeste em  
3011 muitos projetos e sei que isso não é um projeto clássico de transposição que nós vemos por aí. Eu acho que  
3012 cabia um maior conhecimento do fórum do CONAMA para que pudesse estabelecer uma moção dessa ordem.  
3013 Eu queria falar um pouco sobre esse projeto, não detalhar, porque eu não vou perder tempo em detalhar a parte  
3014 técnica, mas só falar que há muitas teses sobre a transposição, as pessoas falam que tem água no Nordeste que  
3015 não precisa de transposição. As pessoas dizem muita coisa sobre o semi-árido, outras pessoas não conhecem  
3016 bem o semi-árido, eu vou só dar um dado para vocês terem uma idéia do que é o semi-árido. O Nordeste já é

3017 deficitário por natureza, ele é deficitário por natureza. Nós estamos em Campos do Jordão, por exemplo, se nós  
3018 fôssemos tomar uma decisão sobre o Nordeste é preciso lembrar que é como se virasse Campos do Jordão de  
3019 cabeça para baixo, Campos do Jordão chove mais do que evapora, o Nordeste evapora mais do que chove e  
3020 evapora três vezes o que chove...

3021  
3022 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3023  
3024 Dr. Hypérides, nós não demarcamos um tempo, mas eu vou pedir a sua colaboração para nós afunilarmos.

3025  
3026 **Hypérides Macedo – Secretário de Infraestrutura do Ministério da Integração Nacional**

3027  
3028 Eu queria só ter a oportunidade de falar um pouco em 5 minutos mais do que é essa questão, eu não passo de 5  
3029 minutos, até como engenheiro eu sei sintetizar. Mas eu diria o seguinte: se o inverno do semi-árido não fosse  
3030 doido, totalmente irregular, irreverente não tinha nem água nos açudes e nem agricultura, a nossa sorte é que  
3031 chove num dia a chuva do mês e aí enche os açudes, a nossa sorte é que em três meses a chuva ganha da  
3032 evaporação e aí tem a agricultura, se não fosse essa loucura dessa desorganização do semi-árido, se ele fosse  
3033 organizado o inverno não tinha agricultura e não tinha águas nos açudes, eram desertos; só para ter uma idéia do  
3034 que é isso aí. Outra constatação, eu fui, talvez, um dos últimos engenheiros de seca dessa fase moderna do  
3035 Nordeste, em 70 eu fabriquei caixões para enterrar muitas pessoas que faleceram por conta da seca, hoje,  
3036 felizmente, eu tenho um conforto espiritual de em dez anos ter feito um trabalho, pelo menos, no meu Estado que  
3037 não tem mais mortalidade por conta de seca, mas tinha em 70 a ditadura escondeu quantas mortes no primeiro,  
3038 segundo e terceiro dia nós fizemos enterrar pessoas que faleceram por conta da seca, mas eu queria terminar  
3039 dizendo uma idéia que eu coloco sempre, essa integração não é uma tsunami uma obra de grande porte que vai  
3040 impactar a natureza tão gravemente. Eu queria criar um modelo, às vezes, eu repito, vocês tem um carro e o  
3041 carro só precisa de 4 pneus para viajar, nós não precisamos mais de 5 pneus, 4 pneus está bom, mas nós não  
3042 faremos uma viagem com mais segurança se não tiver o estepe, o sobressalente, essa integração é só o  
3043 sobressalente é a forma que o Nordeste tem de tirar aquele colapso de 10%, o semi-árido trabalha com 90% de  
3044 garantia, 90% do tempo ele tem garantia de 100%, mas durante 10% do tempo ele não tem garantia, é zero,  
3045 portanto, para tirar essa segurança hídrica, tirar esse pequeno colapso e dar aos investidores segurança para  
3046 investir, porque nós precisamos criar renda no semi-árido, as populações do Nordeste estão precisando é que  
3047 nós precisamos dessa pequena ligação de um sistema permanente a um sistema intermitente e tirar esse colapso  
3048 de 10%. Essa é, de fato, uma imagem simples que é a nossa integração de bacia. Muito obrigado. Concluindo as  
3049 palavras e sendo mais objetivo, eu prefiro deixar a tese de encaminhar, ou solicitar ou propor o arquivamento  
3050 dessa moção que eu vejo fora de tempo e aguardar licença de instalação do IBAMA, mesmo de uma licença  
3051 previa cobriu de obrigações o empreendimento, cumprimos as obrigações para que venha a licença de  
3052 instalação. Vamos aguardar e dar confiança a esse trabalho. Muito obrigado.

3053  
3054 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3055  
3056 Vou passar a palavra ao Doutor Francisco Iglesias que é proponente da moção e depois nós temos inscritos...  
3057 Perdão, eu estou trocando chips, nós temos a inscrição do Chico Iglesias, do Maurício Galinkin e do Rodrigo.  
3058 Enquanto o Soares fala eu vou pedir o auxílio da equipe do CONAMA para ajudar a identificar as pessoas que  
3059 estão pedindo a palavra, porque nós não conseguimos reconhecer mais ninguém. Então, quando vocês levantam  
3060 o crachá é o drama de não reconhecer mais ninguém.

3061  
3062 **Francisco Rodrigues Soares - ONGs do Nordeste**

3063  
3064 Eu quero deixar claro o caráter de isenção desse colegiado nas questões mais importantes como os transgênicos  
3065 e outros assuntos de interesse nacional. A transposição do Rio São Francisco e Tocantins é uma questão de  
3066 interesse nacional e principalmente do Nordeste que seria acima de tudo o que está mais envolvido com a  
3067 questão. Os ambientalistas, ou seja, as ONGs e os próprios representantes governamentais dos Estados  
3068 detentores da bacia hidrográfica do São Francisco não estariam jamais criando polêmica com relação aos  
3069 benefícios para que as estradas receptoras da bacia, agora o que existe em jogo é o grande impacto ambiental  
3070 de um projeto desse porte. Então, o que o CONAMA está colocando na moção é externando a preocupação de  
3071 um projeto dessa natureza, embora alguns técnicos do Ministério da Integração considerem que não vai haver  
3072 impacto na bacia, mas nós vemos por outro lado, outro setor da área governamental a questão da outorga, a  
3073 distribuição da água, mas, por outro, tem a parte importante do Governo que é a questão da preservação e da  
3074 proteção da bacia hidrográfica. Então, o Rio São Francisco, esse rio da integração nacional tem acima de tudo a  
3075 importância muito grande para o Nordeste todo principalmente para os Estados detentores da bacia, vem lá do  
3076 Estado de Minas Gerais onde o rio nasce até o Estado aonde o rio percorre. Eu confesso para vocês que existe  
3077 problemas de seca e má distribuição de água no Nordeste, mas também existem soluções de custo baixo como a  
3078 cisterna e outros que estão sendo usados no semi-árido nordestino que está resolvendo problema, lá no Piauí  
3079 está resolvendo grandes problemas com a cisterna e outros, os açudes, as barragens, a tubulação da água para

3080 chegar aonde falta, e isso de baixo custo e com soluções caseiras até porque a própria transposição do São  
3081 Francisco como é colocada não significa dizer que aquelas pessoas que estão longe da área vão ter acesso a  
3082 água fácil não, vai ser muito difícil, essa água não vai chegar fácil na torneira e nem à caixa d'água das pessoas  
3083 que estão fora da área de abrangência da transposição. Então, eu acho que carece o próprio Governo Federal  
3084 observar e receber essa moção e o setor do Governo, do CONAMA, porque o CONAMA sempre se pautou com  
3085 uma instituição isenta acima de qualquer interesse de grupo ou de pessoas. Então, essa moção é simplesmente  
3086 uma recomendação do CONAMA para que o Governo faça mais estudo, que faça mais avaliação até porque os  
3087 custos, é considerado que os custos dessa transposição como é colocado é muito superior aos recursos  
3088 disponíveis do Governo Federal, porque nós poderemos ter mais uma obra inacabada nesse país, uma obra  
3089 inacabada com impacto não só para econômica, um impacto ambiental para o país todo. Então, isso tem que  
3090 refletir, se existe dinheiro há ações mais emergenciais como o próprio programa do Governo do Fome Zero que  
3091 precisa de recurso dentro do Ministério de Desenvolvimento Social. Então, se há recursos vamos implementar as  
3092 políticas sociais e vamos deixar que essa transposição seja estudada com mais carinho, com mais profundidade  
3093 e com a garantia de que não vai gerar impacto para toda a Bacia do São Francisco para os Estados doadores e  
3094 os Estados receptores.

3095  
3096 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
3097

3098 Nós temos 5 inscritos, Maurício Galinkin, Rodrigo, Estado da Bahia, Alagoas e Secretaria Geral da Presidência.  
3099 Consulto se mais alguém quer se inscrever sobre esse tema antes da deliberação? Então, a mesa vai encerrar as  
3100 inscrições sobre esse tema e vamos passar à apreciação da matéria. Ok. Então, encerramos nessas 5 inscrições.  
3101 Maurício Galinkin.

3102  
3103 **Maurício Galinkin - CEBRAC**  
3104

3105 Boa noite. Eu gostaria de registrar aqui que esse projeto é mais uma vitória, uma grande vitória da indústria da  
3106 seca do Nordeste, desde D. Pedro se fala nesse projeto de transposição e desde D. Pedro não se resolve o  
3107 problema da seca do Nordeste, não se resolve para a população, esse projeto também não vai resolver o  
3108 problema para a população, principalmente, para a população rural pobre do Nordeste, ele vai resolver o  
3109 problema da oligarquia que sempre dominou o Nordeste, que sempre explorou os pobres do Nordeste porque  
3110 80% (oitenta por cento) dessa água vai se destinar à produção de frutas para exportação. A população urbana  
3111 vai de uma forma indireta pagar por essa água porque para uso agrícola vai ser um custo altamente subsidiado. É  
3112 triste ver que se toma essa decisão e um Governo que fez altas promessas na sua campanha eleitoral de que  
3113 teria uma opção pelo social. Esse projeto, por exemplo, ele retira recursos do Ministério do Desenvolvimento  
3114 Agrário que perdeu esse ano cerca de 2 bilhões de reais que é menos da metade do custo desse projeto, e com  
3115 os 2 bilhões de reais o MDA assentaria 75 mil famílias, objetivamente, enquanto que o projeto da transposição  
3116 dispõe de uma quimera que vai depender de todo um investimento privado se for acontecer, quer dizer, os  
3117 empregos que dizem que vão ser gerados, eles dependem de decisões privadas que ninguém garante que vão  
3118 ser tomadas, enquanto que no caso da reforma agrária seria um assentamento objetivo de famílias e que esse  
3119 dinheiro, obviamente, seria usado não só como objetivo social, mas como objetivo produtivo do pequeno  
3120 agricultor da agricultura familiar que vem produzindo para alimentação da população e não para exportação.  
3121 Então, eu gostaria de registrar que vemos muita tristeza na decisão de implantar esse projeto e lamentamos que  
3122 a indústria da seca tenha ganho, mais uma vez, com a implantação desse projeto. Obrigado.

3123  
3124 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
3125

3126 Conselheiro Rodrigo. Eu vou pedir aos inscritos que tentem se ater ao menor tempo possível, como nós não  
3127 marcamos tempo na apresentação de pedido de vistas, não estamos marcando, rigorosamente, o tempo, mas  
3128 dado o adiantado da hora pedimos a objetivação das falas.

3129  
3130 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**  
3131

3132 Gostaria apenas de passar a palavra ao ex-conselheiro Renato Cunha do Gambá que atua diretamente na área  
3133 afetada pela transposição do Rio São Francisco, essa grande piada que é esse projeto.

3134  
3135 **Renato Cunha – Gambá**  
3136

3137 Boa noite, senhores Conselheiros. É uma satisfação está aqui nessa reunião do CONAMA novamente, nós que já  
3138 tivemos oportunidade de ser conselheiro durante o passado recente e justamente estamos presentes nessa  
3139 reunião onde está se discutindo essa moção. Eu acho que a maior responsabilidade que o Conselho Nacional de  
3140 Meio Ambiente do Brasil tem em discutir melhor esse projeto, eu acho que as observações já feitas aqui tanto  
3141 pelo representante do Ministério da Integração Nacional, como os companheiros ambientalistas que me  
3142 antecederam mostra a necessidade de se discutir melhor o projeto, até os próprios argumentos colocados pelo

3143 representante do Ministério da Integração reforça a necessidade de um maior debate na sociedade, se coloca,  
3144 ah! não que a sociedade está contra o projeto porque desconhece. Então, porque não se conhece melhor, porque  
3145 as informações que nós dispomos, as informações todas que são colocadas para a sociedade colocam a  
3146 inviabilidade econômica, social e ambiental desse projeto, eu acho que nós estamos discutindo um modelo de  
3147 convivência com a seca no semi-árido nordestino, tem alternativas muito mais sustentável, existe água suficiente,  
3148 segundo estudos de hidrólogos nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba estudos de hidrólogos que  
3149 entendem comprovadamente desse assunto. O Rio São Francisco precisa de uma revitalização urgente, não  
3150 pode ser colocado para viabilizar um outro projeto que não tenha os argumentos suficientes ainda para serem  
3151 viabilizados, nós defendemos a revitalização com muito mais prioridade do Governo do que está sendo colocada,  
3152 só para ter uma idéia o recurso de orçamento para revitalização é dez vezes menos do que o da transposição na  
3153 faixa de 100 milhões para 1 bilhão de reais, ou seja, nós precisamos debater muito mais, precisamos debater o  
3154 Rio São Francisco com muito mais propriedade, e esse projeto de transposição perturba essa discussão toda que  
3155 tem problema sério do São Francisco para nós enfrentarmos, ou seja, nós estamos num momento crucial da  
3156 sociedade discutir esse grande projeto que está sendo dito que seria o projeto maior do atual Governo. Eu acho  
3157 que o CONAMA não pode se frutar a um debate, inclusive, reforçando a própria manifestação trazida pelo  
3158 Governo da Bahia, assinado por um conjunto grande de conselheiros de que esse debate seja colocado aqui já  
3159 aprovado pela mesa, pelo Conselho, com os argumentos já colocados, a licença ambiental do IBAMA dado a  
3160 esse projeto está sendo questionada, o CRA com a presença aqui da Doutora Lúcia Cardoso Diretora fez um  
3161 parecer contrário a esse projeto que ela, principalmente, vai falar aqui depois, ou seja, tem várias questões  
3162 colocadas que precisam ser melhor (...). E nós, também, na qualidade de coordenador da Rede Mata Atlântica,  
3163 um dos coordenadores, nós entregaríamos para a mesa para ser distribuído para todos os conselheiros um  
3164 manifesto feito pela Rede Mata Atlântica contra a liberação do IBAMA ao projeto de transposição do São  
3165 Francisco para ser analisado e constado em ata aqui deste Conselho neste momento. Então, eu acho que essa  
3166 moção como foi dito pelo companheiro Francisco Soares apenas coloca a necessidade de ampliar a discussão,  
3167 não está se posicionando nem a favor nem contra, mas colocando a necessidade de aprofundar o debate sobre  
3168 este projeto, quer dizer, mostrando a preocupação do CONAMA sobre essa questão que eu acho que é  
3169 evidentemente uma importância sem igual. Então, eu acho que a aprovação da moção é fundamental para,  
3170 inclusive, viabilizar a própria solicitação trazida pelo Governo da Bahia do debate a ser feito com mais  
3171 propriedade do que agora nós termos uma posição muito rápida do ponto de vista do Ministério da Integração  
3172 quando nosso e de outros companheiros que já falaram e que vão falar depois. Obrigado.

3173  
3174 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3175  
3176 Governo da Bahia.

3177  
3178 **Lúcia Cardoso – CRA da Bahia**

3179  
3180 Boa noite, senhores e senhoras conselheiros. Inicialmente eu queria dizer que eu fico preocupada se este  
3181 Conselho Nacional de Meio Ambiente não pode se preocupar que é assim que está escrito na proposta da moção  
3182 com um projeto dessa magnitude. Então, eu queria registrar de que o Centro de Recursos Ambientais, o órgão o  
3183 qual eu dirijo, expediu através de um parecer conjunto junto com a nossa Superintendência de Recursos Hídricos  
3184 e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia um parecer conclusivo a partir dos estudos que foram  
3185 remetidos através do IBAMA, o estudo de impacto ambiental e o RIMA. Atendemos a solicitação do IBAMA e em  
3186 outubro de 2004 encaminhamos ao IBAMA o parecer técnico conclusivo do Estado da Bahia, este parecer foi  
3187 acompanhado de ofícios no qual solicitamos vários esclarecimentos adicionais que poderiam até ser objetos de  
3188 revisões no próprio parecer, esse parecer consta de mais de cem laudas encaminhado em outubro, como eu já  
3189 falei ao IBAMA, sem que até a presente data temos recebido, Sr. Presidente, do IBAMA qualquer tipo de  
3190 resposta. Ao saber da emissão da licença prévia também já fizemos dois diferentes ofícios ao IBAMA solicitando  
3191 cópia do parecer conclusivo do IBAMA que subsidiou a LP sem que tenhamos recebido também qualquer tipo de  
3192 retorno por parte do IBAMA. Então, nos preocupa, eu acho que esse CONAMA desde dessa gestão da sua  
3193 atuação vem se preocupando e trabalhando na questão na integração do SISNAMA que é algo que nós tanto  
3194 buscamos e esse processo licenciatório ele foi desrespeitado, os Estados não foram ouvidos e o Estados, na  
3195 medida do possível, atenderam com as suas equipes técnicas à disposição e apresentando os seus pareceres.  
3196 Então, eu quero registrar que fizemos ao longo desse período mais de 7 ofícios, aqui eu estou apenas com três  
3197 deles, três ofícios que foram encaminhados solicitando diversas complementações sem que isso tenha sido  
3198 atendido. Então, eu acho que isso fere o processo licitatório, o processo da participação, da cooperação que tanto  
3199 queremos e tanto falamos na integração do Sistema Nacional do Meio Ambiente através da Federação, através  
3200 dos Estados e através dos Municípios. Então, nos preocupa bastante e é por isso o nosso apelo. Eu acho que é  
3201 uma moção bastante simples, não está se julgando propriamente o empreendimento e sim dizendo que este  
3202 Conselho deve sim, se preocupar com essa obra que é uma obra de grande magnitude, é uma obra que traz  
3203 vários impactos e que precisamos discutir mais nesse âmbito. Também quero salientar que o requerimento de  
3204 urgência que o Governo do Estado da Bahia apresentou hoje conforme regimento do nosso Conselho Estadual  
3205 do Meio Ambiente só precisaria de 8 assinaturas, foram dez assinaturas porque o ofício foi pautado apenas para

3206 8 assinaturas e diferentemente do que eu ouvi do plenário, alguns conselheiros, mas só 10 assinaturas, quer  
3207 dizer, não houve uma mobilização para maior número de assinaturas porque o Regimento do próprio CONAMA  
3208 fixa em apenas 8 assinaturas. Então, já nos foi informado pela mesa que está garantido essa apresentação na  
3209 próxima plenária do CONAMA onde ouviremos esse esperado parecer técnico do IBAMA com toda análise dos  
3210 impactos negativos e positivos desse empreendimento. Obrigada.

3211  
3212 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3213  
3214 Governo de Alagoas, último inscrito, depois Secretaria Geral da Presidência.

3215  
3216 **Ronaldo Lopes – Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas**

3217  
3218 Boa noite a todos, senhores Conselheiros. Atualmente sou coordenador da Câmara Consultiva do Comitê da  
3219 Bacia do São Francisco para o baixo São Francisco no caso Alagoas e Sergipe. É inegável que a construção das  
3220 barragens para a geração de energia pela CHESF ao longo do São Francisco trouxe um desenvolvimento para o  
3221 Nordeste como um todo. O Nordeste não seria o mesmo de hoje se não tivesse a energia gerada pelas  
3222 hidrelétricas do São Francisco, mas a construção dessas barragens trouxe um impacto imensurável para os  
3223 estados abaixo Sobradinho e das barragens, no caso parte da Bahia, Pernambuco e, principalmente, Alagoas e  
3224 Sergipe no baixo São Francisco. Na época não havia essa preocupação que existe hoje com o meio ambiente, se  
3225 houvesse alguma coisa desse impacto teria sido evitado na construção daquelas barragens. Se o assunto tivesse  
3226 sido melhor debatido, com certeza, alguns impactos que foram causados principalmente do baixo São Francisco  
3227 teriam sido evitados. E o baixo São Francisco vive sempre aguardando a revitalização tão falada do Rio São  
3228 Francisco, algumas ações podem ser feitas, realmente, não para voltarmos a ter o rio que nós tínhamos, nós  
3229 temos consciência que não votaremos a ter esse rio, mas muitas medidas podem ser feitas para amenizar o  
3230 impacto que foi causado, principalmente, do baixo São Francisco do nosso rio da integração nacional e agora  
3231 quando se fala em revitalização e se coloca timidamente, como foi dito aqui, 80, 100 milhões para revitalizar o Rio  
3232 São Francisco se coloca 1 bilhão para transposição. Então, nós não somos contra a transposição, mas achamos  
3233 que esse assunto deve ser melhor debatido, como disseram, vários oradores da Bahia e de outros Estados que  
3234 têm se aprofundado nesse assunto da transposição. É preciso que o CONAMA conheça, realmente como ela  
3235 está sendo feito, quando se fala em 1% das águas do Rio São Francisco isso não reflete a nossa realidade, o Rio  
3236 São Francisco tem pelos números da ANA e do Comitê 360 metros cúbicos a serem concedidos outorgas d'água.  
3237 Então, se nós vamos tirar 65 metros cúbicos que é média entre os 26 permanentes e os 127 periodicamente  
3238 seriam 65 metros cúbicos por segundo em média, só que já estaríamos tirando mais de 20% das águas que  
3239 podem ser utilizadas para outras atividades do Rio São Francisco, mas eu não iria entrar nesse tema, até porque  
3240 eu, pessoalmente, não contra a transposição, Alagoas não está se posicionando contra, a posição que nós  
3241 defendemos é a posição do Comitê de Bacia, o Comitê de Bacia aprova a transposição para consumo humano  
3242 para dessedentação animal, então quando se fala que vai dar água ao homem do sertão do Ceará, do Rio  
3243 Grande do Norte; Alagoas não está contra, a Bahia, Minas; ninguém, o Comitê do São Francisco não está contra  
3244 a água levada com essa intenção. Agora levar água para desenvolvimento no nordeste setentrional, isso precisa  
3245 ser melhor discutido e, principalmente, o CONAMA como órgão maior ambiental é importante como foi dito aqui,  
3246 que se conheça melhor esse projeto para que, realmente, se ele tiver que vir a ser feito, ele seja feito sem que  
3247 aumente os problemas ambientais do baixo São Francisco. Então, medidas, como se coloca como eu vi no  
3248 Conselho Nacional de Recursos Hídricos quando o Conselho aprovou essa transposição dessa forma, foi dito o  
3249 impacto no baixo São Francisco já aconteceu, então tudo que vier a mais é pouca coisa, não se pode pensar  
3250 assim. Como Conselho de Meio Ambiente nós temos que pensar que podemos revitalizar o Rio São Francisco e  
3251 não podemos aumentar o impacto econômico, social, ecológico; todo esse impacto que já aconteceu e que  
3252 poderá ser aumentado se medidas acertadas não forem tomadas para a transposição. Então, nós defendemos a  
3253 posição do Comitê que fique, realmente, aqui a transposição seja feita para consumo humano e dessedentação  
3254 animal e que nesse momento ela seja melhor discutida para que, realmente, não haja essas divergências entre  
3255 Estados do Nordeste. Nós já temos tantos problemas no Nordeste, o semi-árido não existe só no Ceará, só no  
3256 Rio Grande do Norte, existe no Pernambuco, na Paraíba, na Bahia, na Alagoas, no Sergipe; todos nós temos  
3257 problema da falta d'água, ninguém está tendo água sobrando para poder dizer que tem água em excesso para  
3258 passar para Estados mais distantes para obras de desenvolvimento. Não é importante que nós venhamos a  
3259 discutir melhor, aprofundar esse assunto e acho que o Conselho Nacional do Meio Ambiente deve sim, ter a  
3260 preocupação com esta obra, com os impactos ambientais que ela pode acontecer. Então, deve, pelo menos,  
3261 conhecer melhor a obra que se pretende fazer e se achar que essa obra não vai trazer esse impacto aí sim, o  
3262 Conselho de Meio Ambiente aí sim, tem uma posição a esse respeito. Obrigado.

3263  
3264 **Marcos Lima – Conselho do Desenvolvimento Econômico Social**

3265  
3266 Na verdade, eu queria pedir a mesa, da mesma forma que fez o companheiro Rodrigo, eu vou usar apenas dois  
3267 minutos e vou passar ao Doutor Urbano do Ministério da Integração para terminar a falação. Eu vou pegar um  
3268 aspecto bem rápido como foi pego aqui até pegando pela companheira da Bahia. É o seguinte: nós temos que

3269 nos ater ao que nós estamos votando aqui, o texto da moção e é por isso que eu concordo com a posição do  
3270 Ministério da Integração que tem que ser arquivada. O que diz a moção? Ela diz a preocupação do Comitê de um  
3271 estudo longo, exaustivo e profundo essa questão, não é um projeto que já vem sendo discutido há dois anos, é  
3272 óbvio que a moção foi apresentada em agosto, mas não cabe agora esse tipo de coisa porque já tem quase um  
3273 ano de que a moção foi apresentada, portanto, um tempo grande de discussão exaustiva que acompanhou, o  
3274 Doutor Urbano vai passar e está ouvindo um pouco disso, de várias discussões. A segunda questão é que ele  
3275 pega a questão da transposição e a transposição é apenas um elemento do projeto, o projeto fala em interligação  
3276 de bacias e fala em revitalização. E a terceira questão para mim é muito grave e é o que impede, e eu queria,  
3277 inclusive, chamar a atenção dos companheiros que estão aqui presente e que para mim inviabiliza qualquer tipo  
3278 de votação dessa moção é o seguinte: em um dos considerandos fala: "considerando que qualquer  
3279 macroalteração da estrutura das bacias hídricas nacionais sem um estudo profundo, somente para atender  
3280 objetivos políticos e econômicos e representará..." Eu acho que isso não condiz com a realidade, a intenção do  
3281 Governo é outra e não tem em nenhum momento ficar ruim para o CONAMA afirmar que a questão do projeto,  
3282 respeito os companheiros que são contra, respeito qualquer questionamento técnico ao projeto, mas esse  
3283 Conselho afirmar que a questão do projeto do São Francisco é para atender apenas a questão... *(mudança de*  
3284 *fita, sem continuação).*

## 3285 3286 **Ministério da Integração**

3287 Sr. Presidente da mesa, senhores Conselheiros. Esse tema é polêmico eu já venho acompanhando o assunto e  
3288 estudando o assunto há muitos anos, 8 anos, praticamente, e acho que se há um problema é que há realmente,  
3289 às vezes, falta de informação, os estudos não se podem dizer, temos 10 anos quase de estudos em diferentes  
3290 níveis sempre aperfeiçoando ouvindo da forma mais democrática eu, pessoalmente, fiz mais de cem  
3291 apresentações e debates nos últimos dois anos sobre esse assunto tanto na Bacia do São Francisco, nos  
3292 Estados da bacia, em Sergipe, estive em Alagoas, estive na Bahia em Minas Gerais e nos outros estados  
3293 também, e o que me parece é que nós não conseguimos até porque não podemos divulgar nos meios de  
3294 divulgação de massa o projeto não houve condição para isso, é que há uma desinformação, continua havendo  
3295 uma desinformação, aqueles que tomaram contato com a realidade do projeto, eles se convenceram muitos que  
3296 não sabiam eram, às vezes, contra no passado no momento que abriram as mentes para deixar de lado uma  
3297 condição mais política ou de localização de uma pré-disposição e foram analisar o problema a fundo conhecendo  
3298 os dados mudaram de opinião, é isso que nós temos visto, e eu acho que seria injusto nós, no órgão, como este  
3299 Conselho tão importante tomar posições sem esse conhecimento, eu acho que isso aí não é adequado, não é  
3300 isento também. Muito do que foi falado aqui antes pelos palestrantes aqui intervenientes mostra uma  
3301 preocupação e há problemas, nós sabemos que há problemas, nós sabemos do baixo São Francisco, sabemos  
3302 de poluição na bacia, mas esses problemas foram avaliados, todos eles. O IBAMA levou muito tempo estudando  
3303 o assunto para chegar a dar licença agora no mês de abril, ele colocou, chamou consultores, avaliou uma série  
3304 de condicionantes, procuramos fazer audiência, e onde foi possível fazer audiência em alguns casos não foi  
3305 possível fazer e agora acho que nós não fomos democráticos, e essas audiências, às vezes, foram impedidas em  
3306 determinados casos quando, na verdade, procurou-se ir a todos os lugares e fazer esse debate. Eu não vou me  
3307 deter na questão técnica porque não cabe nesse espaço, mas eu queria deixar minha posição e não é porque eu  
3308 sou do Ministério e que fiz parte da equipe que estudou o projeto que estou aqui querendo, eu acho que tem que  
3309 ser isento nessa questão do São Francisco, da revitalização é muito importante, tem que ser feita, o Governo está  
3310 preocupado com isso, está priorizando, os números não são esses que foram falados aqui agora antes das  
3311 interveniências anteriores são números diferentes, não tem um 1 bilhão, não tem 600 milhões para transposição,  
3312 para revitalização tem cerca de 100 milhões só no Ministério do Meio Ambiente e na Integração, na área de  
3313 saneamento tem mais, o PPA tem 600 milhões alocados, o Ministério da Saúde tem recurso alocado. Então, são  
3314 números que não batem com a realidade e nós tomarmos decisões em cima de números que são conflitantes  
3315 sem que se possa conhecer a fundo a questão, eu acho que é uma temeridade e solicito aqui que os senhores  
3316 antes de votar pensem nessa questão para que haja um posicionamento isento. Obrigado.

## 3317 3318 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3319 Obrigado. Nós vamos passar, então agora para o processo de deliberação. A proposta 1 é a proposta de  
3320 aprovação da moção e a proposta 2 é a proposta de arquivamento da moção. Os Conselheiros que votam pela  
3321 proposta 1 de aprovação da moção, por favor levantem os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros que votam  
3322 pela proposta 2 de rejeição da moção, de arquivamento, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado.  
3323 Abstenções. Obrigado. Nós vamos ter que proceder a contagem. Os Conselheiros que votam pela proposta 1  
3324 aprovação da moção, por favor levantem os seus crachás. Os Conselheiros que votam pela proposta 2  
3325 arquivamento da moção, por favor, levantem os seus crachás. OK. Abstenções? O entendimento da mesa é de  
3326 que é possível chegar a conclusão do resultado de que teria sido majoritária a proposta 2 de rejeição por  
3327 comparação visual. Alguém propõe que seja feita a contagem? Não havendo proposição de contagem... Há  
3328 proposição de contagem? Então, vamos proceder a contagem, vamos refazer a votação, estamos em processo  
3329 de votação. Os Conselheiros que votam pela proposta 1, de aprovação da moção, por favor, levantem os seus  
3330  
3331

3332 crachás e permaneçam com os seus crachás levantados. Os Conselheiros que votam pela proposta 2,  
3333 arquivamento da moção, por favor, levantem os seus crachás. Abstenções? O resultado da votação é 31 votos  
3334 pela proposta 2, 16 votos pela proposta 1 e 2 abstenções, portanto, a moção foi rejeitada. Nós temos mais...  
3335 Questão de ordem. Conselheiro Rodrigo.

3336  
3337 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

3338  
3339 Apenas para levantar que pelo resultado da votação não havia quorum para que essa votação ocorresse.

3340  
3341 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3342  
3343 A mesa só procede verificação de quorum com pedido formal do plenário de verificação de quorum. Há pedido  
3344 formal de verificação de quorum?

3345  
3346 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

3347  
3348 Apenas registrei que pela votação não havia quorum, agora já que há solicitação eu estou querendo formalmente  
3349 a verificação de quorum.

3350  
3351 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3352  
3353 OK. Questão de ordem. O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Ministério da Integração, pela  
3354 ordem, Rosalvo. Pela ordem Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

3355  
3356 **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

3357  
3358 Só um esclarecimento para a mesa, como o pedido de verificação de quorum foi feito após a votação, ele não  
3359 invalida a votação, se for constatado a ausência de quorum agora a sessão é suspensa, mas se for votado até o  
3360 momento tem validade.

3361  
3362 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

3363  
3364 Segunda questão eu quero lembrar que o pedido de arquivamento da moção é uma decisão de Governo. Então,  
3365 deixamos claro isso daí e com adendo que o companheiro deu foi depois da votação, nunca vi isso no CONAMA.

3366  
3367 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3368  
3369 O CONAMA é soberano para decidir sobre o tema, ele teve um processo de votação em relação ao tema,  
3370 ninguém pediu verificação de quorum antes. Nós temos pedido de verificação de quorum neste momento. Então  
3371 nós vamos proceder a verificação de quorum. Eu solicito que todos os Conselheiros presentes no plenário  
3372 levantem o seu crachá e permaneçam com o seu crachá levantado. Nós vamos refazer a contagem, vamos  
3373 refazer a contagem, só duas pessoas do CONAMA, essas duas moças que estão aqui na frente é que vão fazer a  
3374 contagem, elas vão vir à mesa e vão comunicar aqui a decisão do quorum. Eu vou pedir a todos os membros da  
3375 equipe do CONAMA que não participem da contagem, só duas pessoas aqui da contagem. Todos os  
3376 Conselheiros presentes levantem os seus crachás para contagem, por favor. Nós estamos em processo de  
3377 contagem, eu peço atenção do plenário e que permaneçam em seus lugares. Não está aberta a palavra à  
3378 disposição dos Conselheiros, peço atenção, concentração porque estamos fazendo a contagem. Nós vamos  
3379 concluir o procedimento de contagem e não vamos alterar o procedimento de contagem no meio, se a equipe que  
3380 é responsável pela contagem chegar a conclusão de que ela tem dificuldade técnica nós vamos analisar outra  
3381 metodologia, mas não vamos no meio da contagem adotar outra metodologia. Questão de ordem, Bazileu.

3382  
3383 **Bazileu Alves Margarido Neto – Ministério do Meio Ambiente**

3384  
3385 Questão de ordem porque quem solicitou a verificação de quorum não está em plenário, eu não sei como que  
3386 isso é tratado em termos regimentais.

3387  
3388 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3389  
3390 OK. O resultado da contagem é o seguinte. Nós tivemos duas contagens feitas pela equipe, a primeira deu 51 e a  
3391 segunda contagem após a saída dos Conselheiros Rodrigo, Herman e Ivaneide deu 48, da primeira contagem  
3392 nós tínhamos quorum e na segunda contagem nós não temos quorum. E com a saída da pessoa que requereu a  
3393 verificação de quorum no plenário. Nós vamos avaliar regimentalmente o procedimento.

3394

3395 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

3396

3397 Sr. Presidente, a questão de quorum deve ser verificada em função do quorum mesmo verdadeiro, nós sabemos  
3398 que compõem essa casa são 105 membros...

3399

3400 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3401

3402 98 membros aptos a votar.

3403

3404 **Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

3405

3406 Então, 98 membros daria 49 e com a saída só que não deu quorum, inclusive, com o requerente, eu acho que  
3407 não procede mais a verificação de quorum de quem se ausentou, pediu e se ausentou.

3408

3409 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3410

3411 Eu quero questionar a equipe da contagem se ela considerou o Secretário-Executivo do CONAMA que é membro  
3412 efetivo como quorum? Então, nós temos quorum nas duas contagens, 49 e 52. (Palmas). OK? Então, esse  
3413 assunto está concluído, a reunião se encontra com quorum e nós temos 8 moções ainda para apreciação. Nós  
3414 temos duas alternativas dirigir essas moções para a próxima reunião de junho ou apreciá-las amanhã de manhã  
3415 antes da sessão solene. Como nós temos aqui moções, essa do São Francisco, por exemplo, é de 2003, como  
3416 nós temos aqui moções já antigas que precisariam ser apreciadas, seria de que nós retomássemos o plenário às  
3417 9h e das 9 às 10h30 nós concluíssemos a apreciação desse conjunto de moções. Consulto se há alguma  
3418 divergência em relação a esse procedimento? Então, nós vamos dar aqui uma informação logística sobre os  
3419 ônibus. Então, nós estamos encerrando a plenária neste momento, retomando com a apreciação das moções  
3420 amanhã impreterivelmente às 9h. Vou passar ao Nilo para dar informações.

3421

3422 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

3423

3424 É uma informação importante a todos, é o seguinte: é que o ônibus amanhã ele passará, ele vai sair do Parque  
3425 Hotel às 8h15min de tal forma que nós podemos até iniciar a plenária às 8h30, poderemos até iniciar 8h30 se o  
3426 horário do ônibus for cumprido 8h15 conforme está previsto. Outra opção é o ônibus de linha circular que sairá às  
3427 7h30 da Praça de Capivari em frente à banca de jornal. Às 7h45 no Parque Hotel e às 8h na Praça do Pronto-  
3428 Socorro atrás do mercado municipal, esse ônibus é uma linha especial, mas que pára nos pontos comuns, é um  
3429 ônibus circular que passa por esses horários 7h45 no Parque Hotel, 8h na Praça do Pronto-Socorro e sai da  
3430 Praça de Capivari às 7h30. Agora aqueles que quiserem sair com o ônibus já que está fretado, contratado ele sai  
3431 às 8h15 do Parque Hotel.

3432

3433

3434

3435

3436

3437

3438

3439

3440

3441

3442

3443

3444

3445

3446

3447

3448

3449

3450

3451

3452

3453

3454

3455

3456

19 de maio de 2005

**Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

Às pessoas que já estão aqui no auditório, primeiro gostaria de pedir que quem está chegando aqui que está lá na parte de cima que pudesse nos auxiliar aqui chamando as pessoas aqui para vir para o auditório para nós darmos início, e segundo nós vamos correr uma lista aqui no auditório para recolher a identificação e assinaturas das pessoas que vão participar da mesa que vai ser feita à tarde, às 14h sobre a resolução 357 que vai ser realizada na Câmara Municipal, nós precisamos saber o número de pessoas para poder reservar um ônibus que vai nos levar daqui para o auditório da Câmara Municipal. Então, a Beatriz que é da equipe no CONAMA deverá passar uma lista agora no período da manhã às pessoas que vão participar e nós, naturalmente, convidamos a todos marcar na lista o nome para podermos reservar o ônibus para nos levar lá para a Câmara Municipal por volta de 13h30, entre 13h30 e 13h45. Nós vamos dar início à plenária.

3457

3458

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3459

3460

Bom dia a todos, sejam bem-vindos. Hoje é nosso dia da sessão solene do CONAMA relativo ao Dia da Mata Atlântica e nós combinamos no encerramento da sessão de ontem dar continuidade nesse primeiro período da manhã, estamos com um certo relativo atraso, mas nós decidimos dar continuidade, pelo menos, até às 10h30 que é a hora marcada pela solenidade formal, vencendo o que nós pudermos das moções acumuladas, uma vez que nas últimas reuniões dada a intensidade da pauta o CONAMA não tem conseguido chegar até as moções, nós temos moções já acumuladas há um certo tempo. Então, nós vamos proceder à instalação da reunião, vamos analisar as moções na medida do possível sem prejuízo da sessão solene, a Ministra já deve estar chegando aqui ao local do evento, onde nós temos algumas autoridades presentes. Então, nós vamos apreciar o que pudermos das moções pendentes deixando as que não puderam ser apreciadas para a reunião de junho. Pela deliberação do plenário ontem nós tivemos uma alteração de pauta que colocou os itens 5.12 e 5.13 como prioritários na pauta. Então, a nossa próxima moção a ser apreciada é uma moção que recomenda ao Ministério do Meio Ambiente que implemente um programa nacional com dotação financeira própria para o enquadramento de corpos d'água. O interessado é o Conselheiro Bertoldo da ABES. Essa reunião foi apresentada na 43ª, essa moção foi apresentada na 43ª Reunião Extraordinária do CONAMA em 15 e 16 de fevereiro de 2005, e o relator é a ABES. O Conselheiro Bertoldo se encontra no plenário? Nós estamos analisando a moção 5,12, item 5.12. Vou proceder a leitura da moção: "O Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 regulamentada pelo Decreto nº 99.274 de 6 de junho de 1990 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e considerando que a I Conferência Nacional de Meio Ambiente realizada em 2003 que deliberou levantar a situação atual dos corpos d'água principais e seus afluentes e elaborar propostas de enquadramento de todos os cursos d'água até 2005, levando em consideração as peculiaridades dos rios intermitentes. Considerando a apropriação pelo CONAMA em 15 de fevereiro de 2005 da resolução que dispõe sobre a classificação de corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Considerando que o art. 42 dessa resolução dispõe que enquanto não aprovados os respectivos enquadramentos as águas doces serão consideradas classe 2, as salinas e salobras classe 1, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores o que determinará a aplicação da classe mais rigorosa correspondente, resolve: recomendar ao MMA que implemente um programa nacional com dotação financeira própria para o enquadramento de corpos d'água que incluam entre outras ações de atualização normativa de capacitação de recursos humanos e de enquadramento de corpos d'água e recomendar aos órgãos estaduais integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que implementem ações correspondentes visando o enquadramento de corpos d'água em rios de domínio estadual". Ação proposta pelo Conselheiro Bertoldo assinada por algo em torno de 20 conselheiros do CONAMA. O Conselheiro Bertoldo se encontra no plenário para justificativa? Não se encontra. Consulto se temos divergências em relação à moção? Não havendo divergência. Maurício Andrés, tem a palavra.

3494

3495

**Maurício Andrés - ANA**

3496

Apenas é uma sugestão de complementação. Lá na ementa no assunto da resolução. Ele fala assim "recomenda ao Ministério do Meio Ambiente que implemente um programa nacional com dotação financeira própria para o enquadramento dos corpos d'água", e a recomendação da moção são duas, uma ao Ministério do Meio Ambiente e outra aos órgãos estaduais integrantes do Sistema de Gerenciamento. Então, nós conversamos, a ANA com a SRH e gostaríamos de sugerir à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério que lá na ementa fosse acrescentado que implemente um programa nacional com dotação financeira própria para enquadramento dos corpos d'água e aos órgãos estaduais integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos que implementem ações correspondentes, apenas completar isso na ementa no alto da moção. OK.

3504

3505

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3506

3507

OK. Estamos de acordo? Não temos divergência em relação à moção? OK. Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da moção, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado. Os Conselheiros que são contrários? Obrigado. Abstenções? A moção está aprovada. O próximo item é o item 5.13 que é uma proposta de moção que solicita a criação de um GT para examinar e preparar proposta de resolução sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas. A proposta de moção, "O CONAMA no uso das atribuições e competências..." Eu vou pedir autorização do plenário para não ler essa parte que está em todas aqui, das atribuições do CONAMA, vou direto para os considerandos. "Considerando que a resolução que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais pelo enquadramento de corpos d'água limitou o escopo da resolução às águas superficiais, tendo deixado a descoberto o tema das águas subterrâneas propõem: que seja criado um Grupo de Trabalho para examinar e preparar propostas de resolução sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas", essa proposta encaminhada pelo Ex-Secretário Jorge Pinheiro da Secretaria de Meio Ambiente de Recursos Hídricos do Distrito Federal e assinada por uma

3519

3520 série de Conselheiros. Eu consulto se o Distrito Federal proponente da moção gostaria de apresentar a sua  
3521 justificativa? Tem a palavra o Governo do Distrito Federal.

3522  
3523 **Etelvino Veríssimo - Governo do Distrito Federal**

3524  
3525 Bom dia Sr. Presidente, bom dia senhores Conselheiros. A justificativa mais evidente que se encontra é por as  
3526 águas subterrâneas terem ficado a descoberto na última resolução, e em face disso o Distrito Federal e os  
3527 demais Conselheiros que subscreveram o pedido de moção vê a necessidade da criação de um GT para propor  
3528 uma resolução que venha dar cobertura legal às águas subterrâneas. Obrigado.

3529  
3530 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3531  
3532 Alguma manifestação em relação à moção? Eu gostaria de só levantar uma questão que talvez tenha sido já  
3533 pensada pelos proponentes que é a seguinte: nós, no processo de revisão da Resolução 020 nós tivemos uma  
3534 necessidade muito forte de dialogo e interlocução com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, inclusive,  
3535 surgiram questionamentos sobre até onde o CONAMA iria e qual seria o papel do CNRH, nesse caso nós  
3536 estamos falando de classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento de águas subterrâneas, mas eu  
3537 consulto se não seria prudente que nós coloquemos aqui um entre vírgula que diga o seguinte: "que seja criado  
3538 um Grupo de Trabalho para examinar e preparar em articulação com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
3539 proposta de resolução sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas  
3540 subterrâneas", porque isso não estabeleceria qual é o mecanismo, mas nós temos conversado com o CNRH e o  
3541 Ministério tem a idéia de promover um sistema de diálogo institucional entre os dois conselhos permanente, no  
3542 caso do CONAMA através do CIPAM e no caso do CNRH, o CNRH já discutiu isso e delegou isso a sua  
3543 Secretária-Executiva.

3544  
3545 **Não Identificado**

3546  
3547 Sr. Presidente, vejo oportuna e inteligente a sua percepção e bastante lógica e é bem-vinda.

3548  
3549 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3550  
3551 Então, ficaria o seguinte texto: "que seja criado um Grupo de Trabalho para examinar e preparar em articulação  
3552 com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos propostas de resolução sobre a classificação e diretrizes  
3553 ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas". OK? Então, nós vamos submeter a moção à  
3554 votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da moção, por favor, levantem os seus crachás.  
3555 Obrigado. Os Conselheiros que são contrários. Obrigado. Abstenções? Então, está aprovada a moção. A  
3556 próxima moção é a 5.6 que requer a proibição da instalação de incineradores em todo o território nacional e a  
3557 revisão das licenças ambientais dos incineradores em funcionamento. A proposta foi apresentada pelo  
3558 Conselheiro Rodrigo Agostinho das Entidades Ambientais da Região Sudeste e Instituto Vidágua da 76ª  
3559 Reunião Ordinária em 14 e 15 de dezembro de 2004. A relatoria é do Instituto Vidágua. Passo ao Conselheiro  
3560 Rodrigo para a sua justificativa. Conselheiro, Rodrigo, eu vou pedir ao Doutor Nilo que proceda a leitura da moção  
3561 antes da sua justificativa.

3562  
3563 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

3564  
3565 Proposta de moção, "Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA no uso das atribuições", vou, também  
3566 passar esse parágrafo e ir direto aos considerandos. "Considerando que o meio ambiente ecologicamente  
3567 equilibrado é direito fundamental garantido pelo art. 225 da Constituição Federal de 1988, considerando o artigo  
3568 da lei 6.938 de 1981 que estabelece que a política nacional de meio ambiente tem objetivo a preservação,  
3569 melhoria e recuperação da qualidade ambiental propicia à vida, considerando que a incineração de resíduos  
3570 urbanos, hospitalares e industriais, uma tecnologia ultrapassada e que produz emissões atmosféricas altamente  
3571 tóxicas capaz de contaminarem também o solo e água, considerando que os países que utilizam incineração  
3572 estão buscando novas alternativas tecnológicas não poluentes para destinação final de resíduos urbanos  
3573 hospitalares e industriais, considerando que os incineradores são responsáveis por 69% das emissões de  
3574 dioxinas e furanos em todo o mundo, considerando que a incineração de resíduos urbanos hospitalares  
3575 industriais contrariam as diretrizes das políticas de preservação e redução de poluição e de estímulo ao  
3576 reaproveitamento e reciclagem de resíduos sólidos, considerando que o método de controle no país das  
3577 empresas que operam incineração de resíduos urbanos hospitalares e industriais é o alto monitoramento prática de  
3578 eficácia questionável, considerando que se quer o resultado do alto monitoramento recebe a divulgação  
3579 adequada dificultando e impossibilitando o correspondente controle social, considerando que os órgãos  
3580 ambientais existentes no país não se encontram convenientemente aparelhados para avaliação de emissão de  
3581 dioxinas e furanos e não dispõe de recursos suficientes para aquisição dos equipamentos adequados para este  
3582 fim, devido ao alto custo envolvido, considerando que dados os fatos acima não há qualquer garantia de

3583 segurança sanitária e ambiental para a população no tocante a incineração de resíduos urbanos, hospitalares e  
3584 industriais resolve: aprovar moção requerendo a proibição da instalação de incineradores em todo o território  
3585 nacional e a revisão das licenças ambientais dos incineradores em funcionamento levando em conta as questões  
3586 relacionadas à proteção da saúde humana e do meio ambiente essencial às presentes e futuras gerações de  
3587 cidadãos brasileiros". Assina a moção Rodrigo Agostinho do Instituto Vidágua acompanhada de outras entidades  
3588 ambientalistas, AGAPAN, GRAMA e APROMAC.

3589  
3590 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

3591  
3592 O fato dessa moção é justamente porque nós temos hoje no país uma total ausência de laboratórios e instituições  
3593 que realizem pesquisas no que diz respeito a dioxinas e furanos. Nós temos um único laboratório privado hoje  
3594 com tecnologia de ponta para estar monitorando dioxinas e furanos e ao mesmo tempo nós temos uma grande  
3595 quantidade de pequenos fornhos que são chamados incineradores de lixo hospitalar, de resíduo, às vezes,  
3596 domésticos e em diversas regiões do país sem qualquer controle de qualidade ambiental. Então, a idéia da  
3597 moção, inicialmente, é de criar uma discussão sobre esse assunto e possivelmente até a revisão da atual  
3598 resolução do CONAMA que trata sobre esse assunto, a idéia é que nós possamos iniciar uma discussão sobre a  
3599 situação dos incineradores no país e, enfim e poder evoluir nessa discussão.

3600  
3601 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3602  
3603 A palavra à disposição. Minas e Energia.

3604  
3605 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

3606  
3607 Bom dia a todos. Eu não sou contra essa resolução pelo conteúdo, o Ministério de Minas e Energia não é contra  
3608 ao conteúdo, o que me assusta é a palavra 'proibição'. Os processos industriais do país usam incineração no seu  
3609 sentido amplo, a auto-suficiência que nós temos hoje no país de petróleo, por exemplo, é baseada em refinarias  
3610 que para o seu devido funcionamento é necessário, vocês já devem ter visto em refinaria o *flair* que é aquela  
3611 queima dos resíduos que de outra forma as refinarias não teriam condições de trabalhar. Vocês teriam, também a  
3612 lembrança que alguns processos industriais como produção de cimento e produção de (...) e tudo tem incineração  
3613 lá. Devido a isso tanto na parte mineral quanto na parte de petróleo nós temos a incineração como parte de um  
3614 processo até por uma questão de segurança por nós não termos onde colocar os gases de lá resultantes,  
3615 portanto, não sendo contra o conceito em si, eu estou propondo a retirada dessa moção por quê? A proibição soa  
3616 como, aliás, deixa eu fazer um parêntese, vocês devem se lembrar dos jornais da semana passada  
3617 demonstrando que um dos maiores motivos da poluição no país é a questão de rejeitos sanitários que é a maior...  
3618 Vocês devem ter lido nos jornais. Então, dentro de uma comparação equivalente nós deveremos, quem sabe,  
3619 proibir todos os brasileiros de ir ao banheiro enquanto não tivermos garantido todo o saneamento. Para o setor  
3620 industrial o que essa resolução está propondo é algo semelhante. Então, o Ministério das Minas e Energia propõe  
3621 a retirada dessa moção.

3622  
3623 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

3624  
3625 Eu entendo de maneira contrária e com a devida licença e respeito à posição do Ministério de Minas e Energia,  
3626 eu acho que a situação dos incineradores no país hoje é uma situação muito complicada, a maior parte deles não  
3627 dispõe de qualquer sistema de controle de qualidade ambiental, mas nós, discutindo em conjunto com os demais  
3628 membros da sociedade civil, nós gostaríamos de propor aos demais conselheiros uma alteração na redação no  
3629 sentido de que em vez de aprovar a moção requerendo a proibição da instalação de incineradores, aprovar  
3630 moção requerendo a criação de Grupo de Trabalho para estudar a situação de incineradores do país. Então,  
3631 vamos realizar um amplo estudo, um amplo debate a criação de um Grupo de Trabalho para estudar a  
3632 incineração de resíduos no país. A incineração no que diz respeito a essa resolução não é a incineração em  
3633 processos industriais, é a incineração de resíduos. Nós temos hoje disseminado pelo país uma grande  
3634 quantidade urbanos, hospitalares e industriais; resíduos, não é incineração no sentido amplo como qualquer tipo  
3635 de forno, qualquer tipo de incinerador, na verdade, incinerador visando a destruição de resíduos e aí o nosso  
3636 entendimento é que o CONAMA deve, enfim estudar a presente matéria. Hoje nós temos um problema muito  
3637 sério de dioxinas e furanos sendo emitidos por esses incineradores, a maior parte deles de lixo hospitalar, alguns  
3638 casos de cidades grandes, de regiões metropolitanas que estão em processo de licenciamento de incineradores  
3639 para dar fim aos seus resíduos urbanos, enfim, para um leigo pode até parecer que é uma boa solução, só que se  
3640 nós analisarmos a grande quantidade de resíduos provenientes dessas incinerações dioxinas e furanos,  
3641 principalmente, regulamentada, inclusive, pela Convenção de Estocolmo, e que hoje nós não temos controle  
3642 ambiental algum desses incineradores com a exceção de 2 ou 3 no nosso Brasil. Nós gostaríamos, enfim, de  
3643 propor essa alteração na resolução, a criação de Grupo de Trabalho para estudar a situação dos incineradores no  
3644 nosso país e, possivelmente, a revisão da atual resolução de incineradores. Era só e acredito que pode até ser  
3645 um consenso nesse plenário.

3646  
3647  
3648  
3649  
3650  
3651  
3652  
3653  
3654  
3655  
3656  
3657  
3658  
3659  
3660  
3661  
3662  
3663  
3664  
3665  
3666  
3667  
3668  
3669  
3670  
3671  
3672  
3673  
3674  
3675  
3676  
3677  
3678  
3679  
3680  
3681  
3682  
3683  
3684  
3685  
3686  
3687  
3688  
3689  
3690  
3691  
3692  
3693  
3694  
3695  
3696  
3697  
3698  
3699  
3700  
3701  
3702  
3703  
3704  
3705  
3706  
3707  
3708

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Ok. Nós temos inscritos para falar o Doutor Roberto Monteiro e a Doutora Suani. Eu consulto se mais alguém quer pedir inscrição sobre essa matéria? E nós encerraríamos as inscrições já. Só um minuto, Roberto. Bertoldo, mais alguém? Então, nós vamos encerrar as inscrições nessa etapa. Eu, só antes de passar a palavra ao Conselheiro Roberto, gostaria de lembrar o seguinte: há duas semanas nós participamos da Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo, da I Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo que tratou exatamente desse tema. O Brasil está fazendo uma série de movimentos no sentido, inclusive, de sediar um centro regional da Convenção que parte de uma articulação entre o Governo Federal e o Governo de São Paulo, nós estamos disputando com o Uruguai a sede desse Centro Regional da Convenção de Estocolmo e uma das questões é a criação de capacidade técnica no Brasil para analisar esses componentes. Na proposta de alteração trazida pelo Conselheiro Rodrigo, quer dizer, é pertinente que se discuta esse assunto, mas a proposta de alteração não pode ser só no texto, ela tem que ser também nos considerandos, porque os considerandos fazem um juízo que leva a uma moção que requereria a proibição. Então, durante as falas eu acredito que o esforço do Conselheiro Rodrigo é buscar um consenso porque as entidades da sociedade civil querem discutir essa matéria no CONAMA e o CONAMA tem um poder normativo bastante razoável em relação a esse tema, durante as três falas que nós vamos abrir agora, seria importante que se buscasse uma confluência na redação, se for possível, e se houver concordância dos demais setores de que o CONAMA nessa nova modulação apresentada pelo Conselheiro Rodrigo de que o CONAMA deve discutir o assunto. Conselheiro Roberto tem a palavra.

**Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA - Conselheiro Honorário**

Obrigado Sr. Presidente. A linha de intervenção é exatamente nas questões dos considerandos que precisaria ser modificado, agora por gentileza poderia botar o texto da revisão, da proposta na tela, por favor, o texto do aprovar final aonde foi modificado. Sr. Presidente, era exatamente na linha dos considerandos que alguns estão tendentes a essa questão da proibição e precisariam ser eliminados e na sugestão apresentada pelo Doutor Agostinho eu proporia que não fosse só criação de um Grupo de Trabalho para estudar a situação, bem como para propor legislação específica ou propostas de resolução efetivas para o assunto, e pediria a sua autorização, Sr. Presidente, para convidar a falar em extensão a minha palavra um antigo Conselheiro desta casa, Doutor Paulo Finotti que gostaria de fazer uma pequena fala sobre essa matéria dessa resolução, desculpe, dessa moção.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

OK. Então com a concessão da palavra ao Doutor Finotti. Quero dar as boas-vindas ao Doutor Finotti nosso antigo Conselheiro que participa desta reunião.

**Paulo Finotti – SODERMA/SP**

Obrigado, Sr. Presidente, aos demais membros da mesa, aos nobres conselheiros aqui presentes, aos convidados e é uma satisfação estar sempre acompanhando as atividades desse egrégio Conselho, o qual eu fiz parte durante aproximadamente 8 anos. Eu estou vendo muita gente de longa data, amigos, e é muito gratificante estar aqui. Eu quero, também cumprimentar o posicionamento do Conselheiro Rodrigo que houve por bem alterar a retração do tópico praticamente principal que envolve esta solicitação, esta proposta, o que me traz a este parlatório é mais um posicionamento que nós temos das resoluções exequíveis ou daquelas que ficam apenas no papel. Proibições e situações de extremas não são obedecidas e fazem com que o documento legal que as instituiu acabe não sendo verdadeiro. Nós precisamos num Brasil que tem um tamanho continental pensarmos muito a respeito dos problemas regionais, é o caso, por exemplo, que até o momento o que se faz, eu conversando com o Conselheiro Roberto, o que se faz com ascarel(?) que não a incineração e outras coisas e, no entanto, nós esquecemos, lembrando do que são hoje as churrasqueiras de luxo que são os incineradores em quase todo este país, nós nos esquecemos do grande perigo que é a queimada urbana, que por meio do chamado picumã que é na realidade a pequena fuligem carrega consigo os furanos, carrega consigo uma série de hidrocarbonetos aromáticos que ao chegar ao pulmão por diferença de pressão são transferidos àquele local. Então, vamos lembrar disso também. Muito obrigado caro e querido Presidente, muito obrigado por ter dado essa oportunidade e ao Roberto, também e bom trabalho a todos.

**Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

Obrigado Doutor Finotti. A próxima inscrita é a Suani e a mesa, como sempre, insta as partes envolvidas na discussão a buscarem a confluência no texto, enquanto nós recebemos as falas dos inscritos. Nós recebemos um pedido de inscrição, além dos 3 que já estavam inscritos depois do encerramento da parte do Conselheiro Maurício Lobo. A mesa não tem a obstar, mas como nós já havíamos aqui decidido encerrar as inscrições, eu

3709 consulto ao plenário se podemos conceder. Está retirando? OK. Então, Doutora Suani e depois Bertoldo e  
3710 passamos à deliberação.

3711  
3712 **Suani Teixeira Coelho – Governo de São Paulo**

3713  
3714 Bom dia a todos. Isso é o que sobrou da minha voz depois de ontem com o frio que eu passei aqui, a culpa é do  
3715 Langone que não acabava nunca aquela reunião de ontem, então isso é o que sobrou, mas enfim, eu vou falar  
3716 rapidamente e vou pedir ao Cláudio Alonso continuar até porque eu não vou dar conta. Eu acho que louvar a  
3717 iniciativa do Conselheiro do Instituto Vidágua, eu acho que estamos todos preocupados com a questão da  
3718 sociedade, da saúde humana e claro que o CONAMA... De um laboratório de dioxinas e furanos para justamente  
3719 dar a sua contribuição nesse controle e nessas medições. Eu queria só fazer um comentário muito rápido é que,  
3720 na verdade, o que nós temos que melhorar e se for o caso e mexer, é a legislação ambiental, a questão do  
3721 controle, nós não podemos ficar discutindo mérito de tecnologias porque tecnologias estão sempre,  
3722 absolutamente, em evolução, mudando e foi exatamente o que nós fizemos ontem aqui quando nós estávamos  
3723 discutindo o rerefino que nós procuramos não fechar a porta para outras tecnologias e nós não podemos fazer  
3724 isso aqui, nós temos que discutir as questões ambientais, o controle ambiental, a legislação ambiental e não  
3725 fechar a porta para tecnologias. Nesse sentido, inclusive, o Estado de São Paulo tem acordos com Governo de  
3726 outros estados, em particular o Governo da Baviera para discutir essa questão de resíduos sólidos, de gestão de  
3727 resíduos sólidos que é um problema sério no Estado de São Paulo e no Brasil e nós queremos sim, discutir,  
3728 aprender com outras opções e também discutir com a sociedade porque, na verdade, nós temos uma questão de  
3729 falta de informação técnica que não é adequadamente disseminada e que nós precisamos discutir. Eu queria  
3730 pedir ao Cláudio Alonso que complementasse um pouco mais o que eu vou falar e desce a nossa proposta para a  
3731 moção que está sendo votada.

3732  
3733 **Cláudio Darwin Alonso - Governo de São Paulo**

3734  
3735 A questão colocada é extremamente importante sobre vários pontos de vista, o ponto de vista de saúde é  
3736 inegável, assim como o ponto de vista do controle ambiental é inegável. Nós temos que tomar sempre muito  
3737 cuidado ao tomar as nossas resoluções de não ficar tomando posturas de jogar água da bacia com a criança  
3738 junto, o assunto colocado é de extrema importância e gravidade, dadas as questões que se colocam em termos  
3739 de saúde ambiental principalmente da saúde dos seres humanos, dos animais, os quais nós incluímos. Existe  
3740 sobre esse ponto de vista uma convenção chamada Convenção de Estocolmo que trata dos poluentes que esta  
3741 resolução também quer tratar. Essa resolução de Estocolmo foi ratificada por Decreto Legislativo do Congresso  
3742 Nacional, ou seja, nós temos uma legislação sobre isso. A grande questão que se coloca, para não se jogar fora  
3743 a criança junto com a água da bacia é a seguinte: o medo que se tem desses produtos justificado porque são  
3744 extremamente perigosos ele começa a se refletir em proibições de tecnologias que não efetivamente fazem a  
3745 proteção que nós queremos que seja feita, portanto, eu acredito que dentro do tema a proposta correta seria e é  
3746 uma proposição do Estado de São Paulo estudar a fundo com especialistas o Decreto Legislativo que ratificou  
3747 Estocolmo, esta é a proposta correta, porque aí nós iremos a fundo em todos os processos e não em processos  
3748 isolados e fazendo uma análise correta dos controles que temos, podemos fazer de uma forma balanceada as  
3749 propostas finais para a resolução do CONAMA. Então, a proposta de criação de um Grupo de Trabalho nós  
3750 reformulamos, se assim é possível, mas um Grupo de Trabalho de especialistas para estudar em termos de país  
3751 os efeitos de Estocolmo e tentar propor soluções dentro da resolução de Estocolmo que o Congresso Nacional já  
3752 assinou e ratificou. Essa, eu acho que é única proposta possível, se não nós vamos ficar o tempo todo inteiro  
3753 brigando com tecnologias e não é esse o caso, nós temos que brigar contra a poluição.

3754  
3755 **Bertoldo Silva Costa – ABES**

3756  
3757 Na realidade a minha fala vem de encontro às manifestações anteriores. Eu só gostaria reforçar, inclusive, eu  
3758 apóio o encaminhamento que a mesa sugeriu, mas eu gostaria de, também, colocar que se nós pudéssemos  
3759 saber ou esse Grupo de Trabalho que vai fazer não só o estudo, também sabermos como que está a eficácia  
3760 dessa resolução que trata a questão do controle de incineradores no nosso país. Eu queria conhecer um pouco  
3761 essa resolução que foi trabalhada há um bom tempo, foi implementada e como é que ela se encontra nos órgãos,  
3762 (...) a sua eficácia, principalmente do controle. Então, aproveitando e colocar nesse Grupo de Trabalho que possa  
3763 também ter entre as dimensões conhecer como está a eficácia da nossa resolução para nós podermos ter uma  
3764 avaliação dela e daí sim podermos tomar um encaminhamento. A ementa que está nessa proposta ela teria,  
3765 também que ser revista no sentido que ela atença rever licenças ambientais, ela não cabe essa ementa rever  
3766 licenças ambientais. Então, Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor verificasse lá no título dessa ementa que  
3767 está lá: “a proibição e rever licenças ambientais”, eu acho que não cabe rever licenças ambientais neste  
3768 momento.

3769  
3770 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3771

3772 Ok. Nós concluímos as inscrições. Eu consulto se temos uma nova redação de texto a ser apreciada? Peço a  
3773 compreensão dos Conselheiros enquanto nós colocamos o texto na tela para apreciação. Conselheiro Rodrigo  
3774 tem a palavra para apresentação do novo texto.

3775  
3776 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

3777  
3778 Nós fizemos um amplo consenso com os diferentes atores aqui do Conselho e nós entendemos que agora a  
3779 moção está apta a ser colocada em discussão e votação. Nós fizemos a opção por discutir amplamente a  
3780 Convenção de Estocolmo sobre Pops e toda a possibilidade de regulamentação e a revisão da atual resolução do  
3781 CONAMA sobre incineradores, ou seja, nós vamos estar fazendo uma varreção na atual Convenção de  
3782 Estocolmo ratificada pelo Governo Brasileiro através de Decreto Legislativo e propondo, inclusive, alterações nas  
3783 resoluções. Eu acredito que aí contempla os objetivos da sociedade civil que é discutir a questão da incineração,  
3784 discutir a atuação dos órgãos ambientais que a exceção é que alguns têm equipamentos, mas a grande maioria  
3785 dos órgãos ambientais não tem sequer os equipamentos de controle ambiental, então fica só no auto controle que  
3786 é uma situação muito complicada. Eu acredito que a redação atual para nós atende os nossos interesses de fazer  
3787 com que o Conselho discuta a presente matéria.

3788  
3789 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3790  
3791 Ok. Rodrigo, você pode proceder a leitura do novo texto?

3792  
3793 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

3794  
3795 “Considerando que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental garantido pelo art. 225 da  
3796 Constituição Federal de 1988, considerando o art. da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 estabelece que a política  
3797 nacional de meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental  
3798 propícia à vida, considerando que a incineração de resíduos urbanos, hospitalares e industriais é uma tecnologia  
3799 que produz emissões atmosféricas altamente tóxicas capaz de contaminarem o solo e a água, considerando que  
3800 os países que utilizam a incineração estão buscando novas alternativas tecnológicas não poluentes para  
3801 destinação final de resíduos urbanos, hospitalares e industriais, considerando que o método de controle no país  
3802 das empresas que operam incineração de resíduos urbanos, hospitalares industriais é o automonitoramento  
3803 prática de eficácia”, acredito que esse seria suprimido também. Esse não? “Considerando que o resultado ao  
3804 automonitoramento não recebe divulgação adequada dificultando e possibilitando o corresponde controle  
3805 social”, suprimindo o seguinte. “Considerando que dados os fatos acima não há garantia de segurança sanitária  
3806 ambiental para a população brasileira no tocante a incineração de resíduos urbanos, hospitalares e industriais,  
3807 resolve: aprovar moção requerendo a criação de Grupo de Trabalho para estudar aplicação da Convenção de  
3808 Estocolmo sobre produtos orgânicos persistentes e a verificação do cumprimento da resolução CONAMA sobre a  
3809 incineração”.

3810  
3811 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3812  
3813 Obrigado Conselheiro Rodrigo. Consulto se temos condições de votar? Então, vamos proceder a votação à  
3814 moção. Os Conselheiros que são favoráveis a aprovação da moção levantem os seus crachás. Obrigado. Os  
3815 Conselheiros que são contrários? Abstenções? A moção está aprovada. Antes de passar à próxima moção... Tem  
3816 que rever o caput, a descrição do assunto. Antes de passarmos à próxima moção, gostaria de dar ciência ao  
3817 plenário de um requerimento de urgência apresentado pelo Instituto Sócio Ambiental que preenche os requisitos  
3818 regimentais e, portanto, não precisa ser deliberado, ele vai ser acolhido pela Secretaria-Executiva. Esse  
3819 requerimento de urgência diz o seguinte: “considerando os dados de desmatamento florestal na Amazônia  
3820 divulgados pelo Governo Federal em 18 de maio de 2005, e considerando que o Estado de Mato Grosso é  
3821 responsável por quase 50% do total do desmatamento, o CONAMA convida o Governador Blairo Maggi para  
3822 expor a política estadual para licenciamento e controle de desmatamentos”. Assinado pelo Instituto Sócio  
3823 Ambiental, Rodrigo Agostinho do Instituto Vidágua; Walmir do Carmo, GRAMA Nordeste; Edi Fonseca, AGAPAN;  
3824 Zuleica, APROMAC; Ivaneide, Canindé Região Norte; Maurício Galinkin, CEBRAC; Roberto Monteiro,  
3825 Conselheiro Honorário; Marcelo, SEAP(?); Paulo Vasconcelos, MPF. Então, nós passamos para a justificativa do  
3826 Conselheiro André ao requerimento de urgência.

3827  
3828 **André Lima – ISA**

3829  
3830 Obrigado, Secretário. Eu acho que esse convite, na verdade, ele dispensaria justificativas, mas nós acordamos  
3831 hoje com os principais jornais do país, infelizmente, roubando a pauta da Mata Atlântica com o anúncio de um  
3832 dado quase histórico, é o segundo maior índice de desmatamento anual na Amazônia dos últimos 20 anos, e para  
3833 nossa, não vou dizer para nossa surpresa, mas causa-nos muita curiosidade o fato do Estado do Mato Grosso  
3834 dispor do suposto sistema mais sofisticado de controle e monitoramento de desmatamentos e, ao mesmo tempo,

3835 ser o Estado que detém 50% dos índices de desmatamento na Amazônia, e aqui eu estou falando não só como  
3836 ambientalista, mas como cidadão porque esse sistema implantado no Estado do Mato Grosso é um sistema que  
3837 nós defendemos, apoiamos e queremos que seja um sistema implementado em todos os estados e há um  
3838 investimento de recursos públicos significativo nesse sistema. Então, nós queremos entender, como é que o  
3839 Estado que tem o sistema mais sofisticado de controle e monitoramento dos desmatamentos é o Estado que  
3840 desmatou 50% do total de desmatamentos na Amazônia. A nossa pergunta é: qual é a mágica para esse  
3841 desmatamento no Estado do Mato Grosso, motivo pelo qual nós, muito carinhosamente, convida, nós convidamos  
3842 o Governador do Estado do Mato Grosso a expor a sua política estadual de controle e monitoramento dos  
3843 desmatamentos. Eu agradeço o apoio que foi dado a esse requerimento e os demais que quiserem apoiar,  
3844 também se houver tempo eu estou solicitando esse apoio. Obrigada.

3845  
3846 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
3847

3848 Ok. Consulto o plenário se temos alguma manifestação sobre a matéria? Então está aprovado o requerimento de  
3849 urgência convidando o Governo do Mato Grosso através do seu Governador para expor política estadual para  
3850 licenciamento, controle e desmatamento. Nossa próxima moção é a moção que solicita... Vou fazer o  
3851 procedimento certo. Vou passar então a um aviso do Nilo enquanto nós localizamos os dados de procedência da  
3852 moção.

3853  
3854 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
3855

3856 Apenas duas informações. A primeira é que a organização da Semana da Mata Atlântica está solicitando que as  
3857 pessoas que vieram hoje para o auditório com malas para poder daqui já se deslocarem para São Paulo, a  
3858 solicitação é que no lugar de deixar as malas espalhadas pelo auditório que sejam dispostas naquele canto  
3859 superior do auditório para ficar, inclusive, mais fácil o controle dessas malas aqui dentro do auditório e também  
3860 nós solicitamos que o proprietário de um automóvel de placa CYG 5464 que é um Astra azul para o proprietário  
3861 retirar do local onde está porque está dificultando o trânsito de veículos nessa localidade.

3862  
3863 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
3864

3865 Nós vamos passar a próxima moção, eu queria antecipar o seguinte: nós estamos seguindo a análise das  
3866 moções, não será possível analisar todas as moções, nós temos ainda 5 moções e a medida em que nós  
3867 tivermos a chegada das autoridades para a instalação da sessão solene nós vamos analisar aqui com o plenário  
3868 a suspensão da sessão. Então, nós estamos seguindo até onde for possível seguir na apreciação das moções,  
3869 mas também a idéia é que nós não retardemos a sessão solene em função das moções. Então, as que não forem  
3870 analisadas hoje serão na próxima reunião. A próxima moção é o item 5.7 que solicita moratória de todos os  
3871 processos de licenciamento ambiental de barragens na bacia hidrográfica do Rio Uruguai até que sejam  
3872 realizados e apresentados todos os estudos. Interessada Edi Xavier Fonseca, Entidades Ambientistas da  
3873 Região Sul – AGAPAN, apresentada na 76ª Reunião Ordinária do CONAMA em 14 e 15 de dezembro de 2004,  
3874 relator AGAPAN. Peço ao Conselheiro Nilo que proceda a leitura da moção e depois passamos às justificativas  
3875 por parte da representante da AGAPAN.

3876  
3877 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**  
3878

3879 Proposta de moção: "O Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, no uso das atribuições e  
3880 competências..." Passando direto aos considerandos. "Considerando que a Constituição Federal em seu art. 225  
3881 que impõe ao Poder Público preservá-lo para as presentes e futuras gerações, considerando que compete ao  
3882 CONAMA manifestar sobre processos de licenciamento ambiental, considerando EIA/RIMA da Engevix Baesa  
3883 que omitiu cerca 5 mil hectares de florestas primárias e em diversos estágios de regeneração da Mata Atlântica  
3884 para construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande no Rio Pelotas, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai,  
3885 considerando que a retirada ou afogamento desta floresta acarretará danos irreversíveis à biodiversidade da  
3886 região cujo ecossistema natural já está reduzido a menos de 3% de sua área original, considerando que o bioma  
3887 da Mata Atlântica é essencialmente protegido pelo art. 225, Inciso IV da Constituição Federal é regulamentado  
3888 através do Decreto 750 de 1994, considerando o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Barra Grande,  
3889 considerando que o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Barra Grande foi concedida através do  
3890 EIA/RIMA fraudado, considerando que tantos os problemas ambientais quanto os sociais não foram resolvidos  
3891 como verificou o *in loco* o Procurador da República Nazareno Jorge em dezembro de 2004, onde constatou que  
3892 diversos atingidos nunca foram contatados pela Baesa entre outras irregularidades, considerando que o termo de  
3893 compromisso de 15 de setembro de 2004 que incluía a participação da sociedade civil principalmente os atingidos  
3894 por barragens MAB não incluía, considerando a manifestação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental  
3895 Henrique Luiz - FEPAM Rio Grande do Sul em 22 de novembro de 1999 denunciando que o IBAMA não tenha  
3896 guardado os pareceres dos órgãos ambientais e estaduais para dar o licenciamento, considerando que os órgãos  
3897 de licenciamento ambiental não tenha efetuado os estudos de identificação e avaliação dos efeitos sinérgicos e

3898 acumulativos resultantes dos impactos ocasionados pelo conjunto dos aproveitamentos em planejamento,  
3899 construção e operação situado em uma mesma bacia hidrográfica, considerando as diversas irregularidades no  
3900 processo de licenciamento da Usina de Barra Grande no Rio Pelotas na fronteira entre os Estados de Rio Grande  
3901 do Sul e Santa Catarina resolvem: aprovar moção a ser encaminhada ao IBAMA solicitando moratória de todos os  
3902 processos de licenciamento ambiental para a construção de barragens na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai até  
3903 que sejam realizados e apresentados todos os estudos". Assina Edi Fonseca da AGAPAN. Eu vou citar apenas  
3904 as entidades: GRAMA, SAMAM, Instituto Vidágua, ICV, APROMAC e o Planeta Verde.

3905

3906 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3907

3908 Eu passo a palavra à Conselheira Edi Fonseca da AGAPAN para justificativa da moção.

3909

3910 **Edi Xavier Fonseca – AGAPAN**

3911

3912 Bom dia a todos. Considerando que estão previstas ainda mais 24 barragens para a Bacia do Rio Uruguai o que  
3913 vai transformar o Rio num grande lago, todo esse impacto que vai causar à Bacia do Rio Uruguai e sem nenhum  
3914 critério, sem nenhum estudo sobre esse impacto que vai gerar, nós estamos pedindo essa moratória no sentido  
3915 de que se faça os estudos primeiro, para depois se dar as outras licenças. Nós sabemos hoje que existem  
3916 problemas nas barragens já executadas (...) os problemas ainda sociais e ambientais não foram resolvidos e  
3917 Barra Grande está hoje a partir de uma decisão da Justiça Federal o procedimento de LO foi interrompido, porque  
3918 o problema tanto dessa fraude do estudo da omissão de não ter visto 5 mil hectares de Mata Atlântica. Seria isso.

3919

3920 **José Carlos Gomes Costa - Ministério de Minas e Energia**

3921

3922 Eu quero lembrar aos Conselheiros aqui presentes que já na reunião final do ano passado o Ministério do Meio  
3923 Ambiente através do Doutor Nilvo, então Diretor do IBAMA já prestou esclarecimentos sobre essa questão de  
3924 Barra Grande, inclusive, com a concordância com o Ministério Público, de lá para cá o Ministério de Minas e  
3925 Energia em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério Público tem promovido ações para procurar  
3926 minimizar as questões que estão havendo com relação aos problemas havido com as questões específicas de  
3927 Barra Grande. O Ministério de Minas e Energia já montou, já instalou a Portaria da Senhora Ministra Dilma, já  
3928 instalou um grupo para fazer avaliação integrada da Bacia do Rio do Prata, exatamente na linha do que foi  
3929 apresentado aqui antes, e como fatos novos... E tem os fatos aqui citados dos movimentos atingidos pela  
3930 barragem a contínua negociação que nós fazemos com eles, em especial a questão de que a cada rodada de  
3931 negociações outros atingidos aparecem, quer dizer, tem os cadastrados e daqui a pouco aparecem mais, aí na  
3932 rodada seguinte aparece mais ainda, até os parentes que moram em outras cidades já estão sendo arrolados  
3933 também no rol de atingidos pela barragem e por conta disso outras negociações estão sendo feitas com (...)  
3934 especificamente com isso envolvendo não só os técnicos, mas principalmente, a gerência superior do Ministério  
3935 de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, por conta disso para que possamos fazer uma explicação  
3936 melhor ou uma atualização do que, de fato, está sendo feito ao assunto, o Ministério de Minas e Energia pede  
3937 vistas ao processo para que na próxima reunião nós façamos uma atualização correta e adequada do que, de  
3938 fato, está ocorrendo no Rio Uruguai.

3939

3940 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3941

3942 Ok. Nós temos mais uma manifestação do Conselheiro Rodrigo. Eu consulto se temos mais alguma manifestação  
3943 sobre esse tema? Então, nós vamos encerrar a inscrição sobre esse tema com a fala do Conselheiro Rodrigo e já  
3944 temos o pedido de vistas automaticamente concedido ao Ministério de Minas e Energia retirando a matéria de  
3945 pauta.

3946

3947 **Rodrigo A. Agostinho Mendonça - Instituto Vidágua**

3948

3949 Eu tenho duas questões para serem colocadas, inicialmente por que as entidades ambientalistas estão  
3950 solicitando esta moção, porque estão sendo previstas 24 barragens na Bacia do Rio Uruguai, duas já foram  
3951 licenciadas, enfim, autorizadas com grandes impactos, os impactos significativos para a questão ambiental, para  
3952 a questão social, o último caso agora é o caso de Barra Grande, 5 mil hectares de Mata Atlântica, nós estamos na  
3953 Semana da Mata Atlântica que foram autorizadas, enfim, a supressão mesmo com o EIA/RIMA reconhecidamente  
3954 fraudado. Então, é uma situação que nos causou profundo espanto, sensibilização; nós acabamos de receber a  
3955 notícia que a ONG Amigos da Terra do Rio Grande do Sul conseguiu a produção antecipada de provas nesse  
3956 caso, isso é uma vitória nessa briga envolvendo a questão de Barra Grande e nós queremos que todos os  
3957 estudos sejam apresentados e que contemplem toda a Bacia Hidrográfica. Esse é o nosso pedido, e nós fazemos  
3958 independente da moção, nós dirigimos esse pedido ao Ministério do Meio Ambiente, ao IBAMA independente  
3959 dessa moção. Nós estamos fazendo esse pedido formal através desse microfone. E a segunda questão que eu  
3960 acredito que é regimental, acredito que o CONAMA tem que discutir a possibilidade ou não de pedido de vistas  
em moções. Moção é uma manifestação política, não é uma resolução que depende de análise e de estudo, o

3961 pedido de vista tem sido utilizado como um mecanismo para adiar a votação de assuntos relevantes a esse  
3962 plenário. E por isso eu gostaria de solicitar à Direção desse importante colegiado de que avalie, enfim, se  
3963 regimentalmente nós devemos continuar com esse procedimento de pedido de vista em moção.

3964  
3965 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

3966  
3967 Nós temos a concessão do pedido de vistas ao Ministério de Minas e Energia sobre o assunto. Eu sugeriria ao  
3968 Conselheiro Rodrigo que essa proposição que vai além da moção fosse encaminhada por escrito, nós já temos  
3969 registro na ata, mas seria importante que fosse encaminhada por inscrito e nós já temos as autoridades presentes  
3970 para o início da sessão solene, a Ministra Marina já se encontra aqui no local. Então, nós vamos ficar com 4  
3971 moções que serão analisadas na próxima reunião, a moção relativa à ampliação da Estação Ecológica do Taim, a  
3972 moção relativa ao Parque Estadual Delta do Jacuí no Rio Grande do Sul, a moção relativa à CTNBio, Cadastro  
3973 Nacional de Entidades Ambientais e a moção relativa ao papel do CONAMA no processo de licenciamento de  
3974 OGMs. Essas moções serão apreciadas na próxima sessão, nós vamos dar um pequeno intervalo na reunião do  
3975 CONAMA para a chegada das autoridades e a instalação da sessão solene. Peço a todos que se mantenham nos  
3976 seus lugares ou que se mantenham dentro do auditório porque nós pretendemos iniciar, já temos aqui 15 minutos  
3977 de atraso em relação ao horário original. Nós pretendemos instalar a sessão solene imediatamente. Então, passo  
3978 a palavra ao Doutor Nilo para um aviso e depois, então teremos um pequeno intervalo para a instalação da  
3979 sessão solene.

3980  
3981 **Nilo Sérgio de Melo Diniz – Diretor do CONAMA**

3982  
3983 Apenas uma informação. Foi encontrado um óculos de grau no auditório, a pessoa que tenha perdido pode  
3984 procurar aqui com a organização do CONAMA. Nós vamos fazer aqui enquanto aguardamos para iniciar a sessão  
3985 solene, vamos fazer apenas e solicitamos o apoio da equipe do CONAMA e da organização da Semana da Mata  
3986 Atlântica para uma rápida arrumação aqui da mesa para que nós possamos receber as autoridades.

3987  
3988 **Mestre de Cerimônia**

3989  
3990 Florestas araucárias a Excelentíssima Senhora Marina Silva, Ministra de Meio Ambiente; o Excelentíssimo  
3991 Senhor Professor José Goldemberg, Secretário de Estado do Meio Ambiente neste ato representando o  
3992 Excelentíssimo Senhor Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; o Excelentíssimo Senhor Doutor  
3993 João Paulo Ismael, Prefeito Municipal de Campos do Jordão; o Senhor Claudio Langone, Secretário-Executivo do  
3994 Ministério do Meio Ambiente; o Senhor João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do  
3995 Ministério do Meio Ambiente; o Senhor Luiz Eduardo Cheida, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos  
3996 Hídricos do Paraná, neste ato representando o Excelentíssimo Governador Roberto Requião, Governador do  
3997 Paraná; Professor Paulo Nogueira Neto, Presidente da Fundação Florestal; Senhor Cleiton Ferreira Lima,  
3998 Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Senhor Sérgio Grando, Diretor-  
3999 Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, neste ato representando o Excelentíssimo Senhor  
4000 Luiz Henrique da Silveira, Governador de Santa Catarina; Senhor José Messias de Souza, Chefe de Gabinete da  
4001 Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais neste ato representando o Excelentíssimo Senhor  
4002 Aldo Rebelo, Ministro de Estado; Senhora Mirian Prochnow, Coordenadora Geral da Rede de ONGs da Mata  
4003 Atlântica; Doutora Sandra Cureau, Coordenadora da 4ª Câmara de Meio Ambiente do Ministério Público Federal;  
4004 Senhor Maurício Lobo Abreu, Presidente do Instituto Estadual de Florestas neste ato representando a  
4005 Excelentíssima Senhora Rosinha Garotinho, Governadora do Rio de Janeiro. Com a palavra o Senhor Claudio  
4006 Langone.

4007  
4008 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**

4009  
4010 Eu gostaria de saudar a Ministra Marina, o Secretário Goldemberg, o Prefeito de Campos do Jordão estendendo  
4011 saudação a todos os demais representantes de Governo Estaduais, membros de entidades parceiras deste  
4012 evento, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que foram  
4013 parceiras na organização dessa sessão solene do CONAMA. Nós tivemos aqui durante o dia de ontem uma  
4014 reunião muito importante do CONAMA que aprovou uma resolução sobre rerrefino de óleos lubrificantes usados,  
4015 ontem o CONAMA teve um marco histórico com a aprovação do texto base sobre a resolução de áreas de  
4016 preservação permanente que será concluída na próxima reunião e nós estamos, também com a realização hoje  
4017 desta sessão solene que marca a importância devida à Semana da Mata Atlântica e com o tema central relativo a  
4018 florestas de araucárias e, Ministra, o CONAMA ontem aprovou uma moção a ser dirigida ao Senado Federal e ao  
4019 Congresso Nacional pedindo que seja dado prioridade à votação do PL da Mata Atlântica, ontem, por  
4020 unanimidade, o CONAMA sinalizou mais uma vez a importância do PL da Mata Atlântica para as políticas  
4021 públicas de preservação da Mata Atlântica no país e nós temos, também hoje a realização de uma sessão  
4022 extraordinária do Fundo do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente e uma importante  
4023 reunião sobre a implementação da resolução do CONAMA 357 sobre a classificação das águas. Então, creio que

4024 esse conjunto de iniciativas governamentais somadas também à reunião da Rede de ONGs da Mata Atlântica e  
4025 outras reuniões que nós estamos tendo aqui em Campos do Jordão marcam de maneira efetiva, simbólica e real  
4026 com políticas públicas a importância de chamarmos a atenção da sociedade brasileira para a importância da  
4027 preservação da Mata Atlântica e, principalmente, para a preservação da araucária. Eu, Ministra, tenho  
4028 pessoalmente um carinho muito especial pela mata de araucária, a Senhora sabe que os campos fulinos e as  
4029 matas de araucária marcam uma identidade regional muito importante. Eu tive oportunidade como Secretário  
4030 Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul de dar início a uma campanha, um processo de revegetação de  
4031 envolvimento comunitário de replantio da araucária no Estado que tem seqüência já há 4 anos, o Governo do Rio  
4032 Grande do Sul neste ano realiza a 4ª edição dessa iniciativa de grande mobilização comunitária e considero,  
4033 então muito importante a realização dessa sessão que marca, na verdade, o compromisso de todos os atores  
4034 aqui presentes no sentido de que nós não só manifestemos a nossa intenção, mas também que os diferentes  
4035 atores da sociedade em articulação com o Governo possam avançar no sentido de implementar políticas efetivas  
4036 para a preservação dos biomas brasileiros no momento em que nós estamos às vésperas de a Ministra Marina  
4037 anunciar a realização no Brasil da Conferência das Partes sobre as diversidades biológicas em que nós estamos  
4038 iniciando um grande processo de mobilização da sociedade brasileira para que o Brasil mostre a sua capacidade  
4039 de desenvolver políticas para a preservação e o uso sustentável da biodiversidade. Então é com muita satisfação  
4040 que na condição de Secretário-Executivo do CONAMA delegado pela Ministra Marina para conduzir estas  
4041 reuniões e os trabalhos do Conselho Nacional de Meio Ambiente na sua condição de Presidente do CONAMA  
4042 que nós damos início a essa sessão solene que, sem dúvida, é um marco histórico para o CONAMA, é a segunda  
4043 vez que o CONAMA se reúne fora de Brasília, Ministra e por uma grande coincidência a primeira reunião do  
4044 CONAMA fora de Brasília foi Joinville, foi também no dia da Mata Atlântica e teve uma resolução que foi muito  
4045 importante para a preservação da araucária naquele momento na gestão do, então, Ministro Sarney Filho. Esta  
4046 segunda reunião aqui em Campos do Jordão tem uma importância simbólica, é um divisor de águas histórico  
4047 para o CONAMA e nós consideramos que o CONAMA reafirma a sua condição de um dos Conselhos mais  
4048 importantes e mais empoderado com participação efetiva de todos os atores da sociedade para tomar decisões  
4049 relativas às políticas ambientais no Brasil. Muito obrigado e uma boa solenidade a todos.

4050  
4051 **Mestre de Cerimônia**

4052  
4053 Gostaríamos de convidar para compor à mesa Senhor José (*problemas na gravação*) José Machado, Presidente  
4054 da Agência Nacional de Águas; e também o Senhor Liz Vieira, Presidente do Jardim Botânico. Com a palavra o  
4055 Senhor Maurício Lobo Abreu.

4056  
4057 **Maurício Lobo Abreu – Governo do Rio de Janeiro**

4058  
4059 Bom dia a todos. Muito brevemente eu saúdo em nome da Governadora do Estado do Rio de Janeiro Doutora  
4060 Rosinha Garotinho. E o Rio de Janeiro não detém fragmentos muito importantes de florestas de araucária, já  
4061 existem algumas ainda espécies, nós saudamos essa iniciativa e, inclusive, como Presidente da Câmara Técnica  
4062 de Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas do IBAMA nós saudamos a iniciativa de criação dessas  
4063 novas unidades de conservação. Dentro da nossa Câmara Técnica, infelizmente, não houve tempo de trazer  
4064 resolução que regulariza a aplicação do art. 36 da Lei do SNUC, a Lei 9.985, mas ela está praticamente  
4065 terminada, já vai à Câmara de Assuntos Jurídicos e esperamos que ela seja encaminhada já na próxima reunião  
4066 do CONAMA. Ali certamente é uma forma e tem sido muito importante a valorização das unidades de  
4067 conservação através da aplicação dessa Lei. Eu creio que esse esforço e a luta da sociedade da manutenção  
4068 dessa legislação tem sido vitoriosa e a valorização das unidades de conservação é a valorização desse  
4069 patrimônio nosso brasileiro e de toda a humanidade. Muito obrigado a todos.

4070  
4071 **Mestre de Cerimônias**

4072  
4073 Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Senhor Norbert Wendy, Consultor Chefe do KFW neste ato  
4074 representando o Senhor André Arlete, Chefe do Escritório do KFW no Brasil; o Senhor Wilson Debilles,  
4075 Procurador Jurídico da Prefeitura de Campos do Jordão; o Senhor Flávio Vasquez Oliveira Ventura, Secretário  
4076 Municipal de Turismo de Campos do Jordão. Com a palavra Doutora Sandra Cureau.

4077  
4078 **Sandra Cureau - MPF**

4079  
4080 Em primeiro lugar eu quero saudar a minha querida Ministra Marina Silva, Doutor Claudio Langone e todos os  
4081 demais integrantes desta mesa. Eu fui colhida de surpresa, tanto na vinda à mesa quanto neste momento em que  
4082 fico sabendo que tenho que falar alguma coisa. Mas eu quero saudar a iniciativa desta reunião do CONAMA aqui  
4083 em Campos do Jordão, acho que é importante que se trabalhe também mais próximo às comunidades e foi  
4084 especialmente feliz de ser aqui, quando se está tratando dessa questão da Mata Atlântica da floresta de  
4085 araucária. Tivemos ontem um dia muito proveitoso de trabalho e é um momento, eu acho, muito feliz este agora

4086 em que estamos todos juntos participando de mais essa iniciativa do Ministério do Meio Ambiente. Então, são  
4087 essas as minhas palavras. Obrigada.

4088  
4089 **Mestre de Cerimônias**

4090  
4091 Gostaríamos de convidar para a mesa o Senhor Rômulo Mello, Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros neste  
4092 ato representando o Senhor Marcos Barros, Presidente do IBAMA. Com a palavra a Senhora Mirian Prochnow.

4093  
4094 **Mirian Prochnow - Coordenadora da Rede de ONGs da Mata Atlântica**

4095  
4096 Bom dia a todos. Primeiramente eu gostaria de cumprimentar a nossa Ministra Marina Silva e em  
4097 cumprimentando a Ministra que nos honra muito com a presença, cumprimento a todas as demais autoridades  
4098 que estão na mesa e, também todas as pessoas que estão presentes a essa solenidade que devo dizer é um  
4099 momento de muita satisfação para a Rede de ONGs da Mata Atlântica porque nós esperamos por ele há muito  
4100 tempo, nós ajudamos a trabalhar para que ele fosse realizado e, enfim, eu até estou bastante emocionada por  
4101 estar aqui agora vendo ele se realizar. Gostaria de dizer que a manifestação que fizemos agora nesse momento  
4102 ela, na realidade, é uma manifestação que festeja o anúncio que nós esperamos que seja feita de criação de  
4103 novas unidades de conversação na floresta com araucárias, nós vimos um vídeo já elaborado nesse sentido  
4104 mostrando a importância de cada área que foi estudada e é, de fato, a nossa expectativa de que isso seja  
4105 concretizado, nós estamos festejando, nós estamos alegres, nós estamos envolvidos com esse trabalho, nós  
4106 queríamos, de fato, transmitir esta mensagem. E da mesma forma como a Rede de ONGs e as entidades que  
4107 fazem parte trabalharam nesse processo árduo de 40 técnicos da força tarefa, inúmeras reuniões do GT  
4108 Araucária Sul, 40 mil quilômetros percorridos, nós estamos dispostos, também a fazer esse esforço e mais o que  
4109 for necessário para ajudar a implementação dessas unidades de conservação para ajudar a realizar trabalhos no  
4110 entorno dessas unidades de conservação, inclusive, já informar à Senhora Ministra que estamos elaborando  
4111 projetos para que isso aconteça, temos sim, vontade e garra para continuar o trabalho e, inclusive também, ajudar  
4112 em outros estudos que serão necessários porque nós ainda temos regiões de florestas ombrófila mista como nas  
4113 áreas do Rio Grande do Sul que não participaram dessa força tarefa nesse momento e que terão uma segunda  
4114 etapa. Queria reforçar, também as palavras que o Langone falou no início que precisamos ter uma luta junta no  
4115 próximo momento pelo Projeto de Lei da Mata Atlântica e, também estamos dispostos a fazer isso e, infelizmente,  
4116 o outro lado da manifestação é sempre uma reivindicação que as ONGs também fazem, por isso que nós  
4117 estamos usando máscaras de bicho, estamos trazendo as mudas de araucária porque a Hidrelétrica de Barra  
4118 Grande é um luta nossa, nós temos 4 mil hectares de floresta sendo 2 mil de floresta primária, mais 2 mil de  
4119 floresta em estado avançado de regeneração que nós entendemos que a comunidade brasileira não pode perder.  
4120 Então, nós ainda continuamos nessa luta, eu gostaria de chamar a Kátia para entregar um abaixo-assinado de  
4121 população da região pedindo ao Ministério do Meio Ambiente que retome as discussões porque muitas coisas  
4122 novas surgiram depois da assinatura do termo de compromisso, e nós gostaríamos muito de ver esses novos  
4123 temas, esses novos assuntos, também solucionados. E por fim já aqui na minha fala eu devo anunciar os novos  
4124 amigos da Mata Atlântica, as pessoas ou as instituições que este ano... É no final? Eu pensei que fosse em uma  
4125 única fala, então fica para o final. Obrigada.

4126  
4127 **Mestre de Cerimônias**

4128  
4129 Gostaríamos de registrar e agradecer a presença dos membros do CONSEMA Conselho Estadual de Meio  
4130 Ambiente de São Paulo; Vereador Fernando Diniz Borges de Caçapava, Comandante da Polícia Militar Ambiental  
4131 do Estado de São Paulo, Coronel PM Paulo Menegati; Senhor Rodrigo Veraldi Ismael, Secretário Municipal de  
4132 Meio Ambiente de Campos do Jordão. Com a palavra o Senhor Sérgio Grandó, Diretor-Presidente da Fundação  
4133 de Meio Ambiente de São Catarina.

4134  
4135 **Sérgio Grandó - Diretor-Presidente da Fundação de Meio Ambiente de São Catarina**

4136  
4137 O nosso bom dia, desejando muita saúde e felicidade a todos, dizer que Santa Catarina é um Estado com todas  
4138 as suas dificuldades ainda mantém o melhor e o maior percentual da Mata Atlântica através de uma política que  
4139 nós chamamos de democracia ambiental da descentralização através dos nossos municípios que é onde as  
4140 pessoas nascem, crescem, trabalham e produzem e se tornam cidadãos, como a consciência ecológica que é a  
4141 política do nosso Governador Luiz Henrique que é a de descentralização e temos conseguido algo inédito  
4142 aumentar esse percentual da Mata Atlântica através de criação somente em dois anos de quatro novas reservas  
4143 e agradecer à Senhora Ministra Marina Silva que através do companheiro Capobianco tão bém discutiu de forma  
4144 ampla em Santa Catarina com o Governador presente a criação de novas áreas que no aprazado tempo possível  
4145 vai ocorrer, isso muito irá orgulhar Santa Catarina quanto à forma de fazer essas áreas de preservação,  
4146 principalmente relacionada à questão da Mata Atlântica e mais do que isso, o Governo Estadual tem um  
4147 compromisso de uma política fiscal, financeira e de ajuda para o plantio da Araucária. Então, nós vamos trabalhar  
4148 isso junto ao BRDE, a toda a Região Sul para que, realmente as pessoas possam plantar araucária como algo

4149 que possam utilizar no futuro e preservar, não somente conservar, mas perpetuar. Muito obrigado e contem  
4150 conosco nessa luta na preservação da Mata Atlântica.

4151  
4152 **Mestre de Cerimônias**

4153  
4154 Gostaríamos de registrar e agradecer a presença de Senhor José Tobino, representante da FAU(?) do Brasil; da  
4155 Vereadora Professora Ana Paula Bettoni da Câmara Municipal de Caçapava e do Senhor Pedro Carlos  
4156 Rodrigues, Vereador da Câmara Municipal de Campos do Jordão. Com a palavra o Senhor Cleiton Ferreira Lino,  
4157 Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

4158  
4159 **Cleiton Ferreira Lino – Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**

4160  
4161 Bom dia a todos, Senhora Ministra, prazer sempre estar consigo, Doutor Claudio Langone, Secretário  
4162 Capobianco, Secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Doutor José Goldemberg, todos os companheiros dessa  
4163 mesa e senhores. Eu queria, antes de mais nada, realmente dizer que hoje estou com um sentimento dúbio de  
4164 nós termos muita coisa a reagir e termos muita coisa a comemorar e ficamos preocupados com os números da  
4165 Amazônia e nós vemos que, infelizmente a preocupação de não repetirmos na Amazônia o que historicamente  
4166 fizemos na Mata Atlântica ainda é um risco e nós precisamos ter condições de reagir muito fortemente a esse  
4167 processo de desmatamento da Amazônia que é mais do que nossa, é das futuras gerações. E, também foi  
4168 colocada as questões de Barra Grande que é uma preocupação muito importante para o Conselho Nacional da  
4169 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e que nós esperamos que ainda consigamos, apesar do fato quase  
4170 consumado ter o tratamento que o assunto realmente merece não só pelo desastre que representa aquela  
4171 inundação, mas pelo valor simbólico que representa em relação à cidadania e respeito às leis e etc., mas por  
4172 outro lado e ainda bem, nós temos muito a comemorar. Eu acho que esse evento, essa reunião especial do  
4173 CONAMA, como disse o Doutor Langone, trouxe vários pontos muito importantes não só para a Mata Atlântica,  
4174 mas para a questão ambiental no Brasil, mas em especial na Mata Atlântica a partir do momento que o Conselho  
4175 Nacional do Meio Ambiente com a sua legitimidade, com a sua representatividade coloca uma moção ao  
4176 Congresso brasileiro para a prioridade na questão da aprovação da Lei da Mata Atlântica eu acho que é o aliado  
4177 mais forte que podemos ter pela representatividade, e eu acho que nós devíamos realmente aproveitar esse  
4178 reforço tão importante e insistirmos para que a Lei da Mata Atlântica seja aprovada no Congresso. Também o  
4179 anúncio e o trabalho extremamente bem feito pelo Ministério do Meio Ambiente em contato com os Estados, com  
4180 os municípios de levantamento e identificação, um trabalho muito sério de identificação de áreas prioritárias para  
4181 conservação, criação de unidades de conservação em araucária no Paraná e em Santa Catarina, acho que é um  
4182 passo novo em termos de um planejamento, de uma visão regional de proteção do bioma como todo e dessa  
4183 floresta mais ameaçada entre os ecossistemas da Mata Atlântica, do domínio da Mata Atlântica e nós, também  
4184 fazemos votos e apoiamos que seja estendido para o Rio Grande do Sul como eu já sei que é interesse, vontade  
4185 e previsão do Ministério do Meio Ambiente para o Rio Grande do Sul e, também para as outras áreas aqui, por  
4186 exemplo, na Mantiqueira, na região do Vale do Ribeira que tem pequenos relíquitos em alguns casos, mas de  
4187 grande importância para a variabilidade genética, para a conservação da araucária brasileira. Falar em araucária  
4188 brasileira queria apenas informar que também tem sido uma preocupação muito direta do Conselho e com o  
4189 apoio de muitas instituições foi feita, inclusive, uma missão chamada Araucária 2005 de intercâmbio entre  
4190 pesquisadores franceses e brasileiros, eles acabaram de encerrar essa visita aos Estados do Sul do Brasil,  
4191 começaram aqui por Campos do Jordão e passaram por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul num início  
4192 de intercâmbio com vistas a apoios a projetos brasileiros na área de conservação da araucária, ele ficaram  
4193 encantados não só com as paisagens que viram, mas com o trabalho que os pesquisadores, as instituições e os  
4194 órgãos de meio ambiente vêm fazendo para proteger essa floresta e que, também informar que isso está dentro  
4195 do Ano Internacional do Brasil na França que se comemora esse ano e a Mata Atlântica estará lá com uma  
4196 exposição que começa agora dia 6 com destaque, também para esses trabalhos. Então, eu queria só por último  
4197 depois no final nós teremos a questão do prêmio Muriqui, mas, também parabenizar toda essa juventude, os  
4198 jovens que estão aqui através de alguns nomes que eu gostaria que fossem aplaudidos, mas representando não  
4199 só a si próprio, mas o conjunto desses jovens que participaram de um concurso de desenho da natureza e que  
4200 parte desses desenhos vão estar expostos nessa exposição que vai ter a Mata Atlântica lá no Parque de Bagatelli  
4201 em Paris entre junho e outubro deste ano. E gente de Parati, do Vale do Ribeira, de várias regiões as crianças  
4202 participaram e aqui em Campos do Jordão temos o Eugênio Godoy Júnior da 8ª série, o Luís Alberto Ramos da  
4203 6ª série, o Laurentino Moreira da Silva da 8ª série; que dentre as séries maiores é que ficou com o 1º lugar e  
4204 estará na exposição, e dos mais jovens do 4º ano Igor Felipe da Silva, a Gabriela da Silva Cardoso da 3ª série, e  
4205 o que foi escolhido pela comissão organizadora 1º lugar dentre os mais jovens a Franciele Renata dos Santos  
4206 Rosa do 3º ano A. Parabéns a eles e a todos vocês. Obrigado.

4207  
4208 **Mestre de Cerimônias**

4209  
4210 Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do senhor Edgar de Souza Andrade Júnior, Chefe da Floresta  
4211 Nacional, representando o Senhor Messias Franco, Gerente-Executivo do IBAMA de Minas Gerais; o Senhor

4212 Valtemir Goldenmeier, Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, também a  
4213 presença da Secretária-Adjunta de Meio Ambiente, Professora Suani Teixeira Coelho. com a palavra o Professor  
4214 Paulo Nogueira Neto, Presidente da Fundação Florestal.

4215  
4216 **Paulo Nogueira Neto – Presidente da Fundação Florestal**

4217  
4218 Para mim, em primeiro lugar quero saudar as autoridades aqui presentes e a pessoa da Ministra Marina Silva, do  
4219 Secretário de Meio Ambiente de São Paulo José Goldemberg e os representantes, também os Governadores  
4220 Estaduais e as demais autoridades. Para mim esse é um momento muito importante porque quando começarmos  
4221 a tratar de questões ambientais aqui no Estado de São Paulo e outros lugares do Brasil, todos os ambientalistas  
4222 do Movimento Ambientalista caberiam dentro do que hoje se chamam uma van, naquele tempo nós falávamos de  
4223 uma Kombi e do Rio de Janeiro havia outro grupo, Minas Gerais havia outro grupo, no Rio Grande do Sul,  
4224 também havia um grupo muito atuante, enfim, em alguns estados brasileiros havia, mas era um punhado de  
4225 pessoas e hoje nós estamos vendo que nós temos o respaldo da opinião pública brasileira e isso é  
4226 extremamente importante, é uma coisa que mais nos ajuda é a colaboração de pessoas como a Ministra Marina  
4227 Silva e o Secretário Goldemberg e outras pessoas, lembro aqui a presença do Langone, Claudio Langone, que é  
4228 um Secretário-Executivo do Ministério e que já como Secretário Estadual lá no Rio Grande do Sul do Meio  
4229 Ambiente fez muito em favor das atividades de defesa ambiental. Eu acho que nós estamos agora em uma fase  
4230 decisiva, já temos a opinião pública ao nosso lado, agora nós temos que por atos concretos fazer com que nós  
4231 possamos preservar para as gerações futuras pedaços importantes da nossa natureza. Eu acho que a área  
4232 ambiental, a luta ambiental se estende por vários setores, mas a longo prazo aquilo que vai realmente sobrar para  
4233 as gerações futuras vão ser as unidades de conservação. Então, nós temos que criar o maior número possível de  
4234 unidades de conservação e hoje nós temos através da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação,  
4235 nós temos 7 tipos diferentes dessas unidades para serem adequadas às várias situações, nós temos a  
4236 possibilidade de fazermos mosaicos ambientais e nós temos outras possibilidades, também de fazer com que as  
4237 áreas naturais sejam preservadas. Lá no Estado de São Paulo... *(mudança de fita, sem continuação)* Que ainda  
4238 sobram no grande planalto paulista antes que esses, também com o tempo desapareçam. Então, a área  
4239 estadual que antes era uma área mais ou menos tímida do Brasil em relação à proteção ambiental, hoje já se  
4240 destaca pelas suas unidades de conservação que são feitas e, também nas áreas estaduais e isso reforça muito  
4241 a ação federal de meio ambiente, enfim, faz com que nós possamos encarar com o futuro e com bastante  
4242 otimismo, apesar de notícias como o desmatamento da Amazônia, mas esses desmatamentos tem, por outro  
4243 lado, feito com que as autoridades possam apresentar e implantar medidas mais enérgicas que em outros tempos  
4244 seriam difíceis de serem preservadas. Então, parabéns a todos e vamos adiante e como sempre com fé,  
4245 esperança e caridade também, porque temos que ver no aspecto social a interação entre a proteção do meio  
4246 ambiente e a proteção dos setores mais carentes da sociedade brasileira. Muito obrigado.

4247  
4248 **Mestre de Cerimônias**

4249  
4250 Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Senhor Luís Ernesto Trend, Gerente-Executivo do IBAMA de  
4251 Florianópolis - Santa Catarina, o Senhor Ricardo Vereza Lodi, Gerente-Executivo do IBAMA de Vitória - Espírito  
4252 Santo, Mário Elígio Gonçalves, Superintendente do IBAMA do Paraná. Com a palavra o Senhor José Machado,  
4253 Presidente da Agência Nacional de Águas.

4254  
4255 **José Machado - ANA**

4256  
4257 Senhora Ministra Marina Silva, em seu nome eu cumprimento toda a mesa, os Conselheiros do CONAMA, as  
4258 demais autoridades e representações das sociedades civis aqui presentes, cumprimentar os organizadores do  
4259 evento e dizer que essa celebração da Semana da Mata Atlântica tem uma relevância muito grande para a  
4260 instituição que eu tenho a honra de dirigir que é a Agência Nacional de Águas porque há uma conexão óbvia  
4261 muito relevante entre a preservação das florestas e os recursos hídricos. Então, estamos aqui na condição de  
4262 Conselheiro do CONAMA, mas também comendo a comitiva da Ministra para trazer o apoio da Agência  
4263 Nacional de Águas para essa política acertada, correta de lutar pela preservação da Mata Atlântica, daquilo que  
4264 ainda restou da Mata Atlântica, de todo modo quero cumprimentar a mobilização da sociedade que é um pilar, é  
4265 um sustentáculo indispensável para que aqueles que estão no Governo e têm a vontade de fazer uma mudança,  
4266 uma transformação e precisam ter a retaguarda da sociedade. Então, meus cumprimentos a todos e um bom dia.

4267  
4268 **Mestre de Cerimônias**

4269  
4270 Somente uma correção. Anunciamos o Superintendente do IBAMA do Paraná o nome correto é Senhor Marino  
4271 Elígio Gonçalves. Gostaríamos de registrar, também a presença do Senhor Germano Seara Filho, Secretário-  
4272 Executivo do CONSEMA de São Paulo. Com a palavra Liz Vieira, Presidente do Jardim Botânico. Com a palavra  
4273 Senhor Luís Eduardo Cheida, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná.

4274

4275 **Luis Eduardo Cheida – Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Paraná**

4276

4277

4278

4279

4280

4281

4282

4283

4284

4285

4286

4287

4288

4289

4290

4291

4292

4293

4294

4295

4296

4297

#### **Mestre de Cerimônias**

4298

4299

4300

4301

4302

4303

4304

#### **Rômulo Melo – Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA**

4305

4306

4307

4308

4309

4310

4311

4312

4313

4314

4315

4316

4317

4318

4319

4320

4321

#### **Mestre de Cerimônias**

4322

4323

4324

4325

4326

4327

4328

4329

4330

4331

#### **José Messias de Souza - Chefe de Gabinete da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais**

4332

4333

4334

4335

4336

4337

Senhora Ministra Marina Silva, Senhor Secretário Goldemberg, Senhor Prefeito João Paulo anfitrião deste evento, em nome dos quais cumprimento todos os colegas da mesa, Conselheiros do IBAMA, membros e participantes dos Fóruns Ambientais e que participam da Semana da Mata Atlântica. Eu só quero trazer uma saudação do Ministro Aldo Rebelo e dizer a todos os senhores e senhoras que nós temos uma agenda ambiental muito densa e os esforços vistos aqui desde ontem na reunião do IBAMA e a pauta posta aqui na Semana da Mata Atlântica remete um esforço muito grande da sociedade brasileira, dos meios políticos brasileiros e do Governo Brasileiro,

4338 e a Ministra Marina Silva que tão bem tem conduzido esta área sabe que a pauta legislativa vai precisar cada vez  
4339 mais da mobilização da sociedade para que no Congresso Nacional a Lei da Mata Atlântica e tantos outros  
4340 instrumentos legislativos que estão em pauta possam refletir esse esforço, a mobilização e a consciência  
4341 adquirida pela sociedade brasileira. Eu deixo, portanto, os cumprimentos a todos e um grande êxito na realização  
4342 dos trabalhos da Semana da Mata Atlântica. Muito obrigado.

4343

4344 **Mestre de Cerimônias**

4345

4346 Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Doutor Paulo Souza representando a Presidente da ABEMA  
4347 e da Doutora Berenice Jacob Almeida, Presidente da ANAMMA. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Doutor  
4348 João Paulo Ismael, Prefeito Municipal de Campos do Jordão.

4349

4350 **João Paulo Ismael - Prefeito Municipal de Campos do Jordão**

4351

4352 Excelentíssima Senhora Ministra Marina, Secretário Goldemberg, companheiros da mesa aqui na presença do  
4353 Ministro amigo Aldo Rebelo saúdo a todos. Eu acho lindo esse lugar, toda vez que eu volto aqui, eu estava  
4354 conversando com o João Paulo, é um lugar fantástico. O Jacques Cousteau quando veio aqui há uns 30 quilos  
4355 atrás ele não acreditava que era mata nativa no entorno, nós precisamos levá-lo para ver e assim ele acreditou.  
4356 Eu quero, Ministra, fazer um agradecimento por a Senhora ter escolhido Campos do Jordão para essa reunião do  
4357 CONAMA e apoiando essa Semana da Mata Atlântica. Vem coroar uma luta do nosso município que se iniciou no  
4358 Governo Montouro em 83 com a criação da 1ª Secretaria Municipal de Meio Ambiente do país e dois anos depois  
4359 nesse mesmo local quando nós reunimos os Prefeitos de Minas, São Paulo e Rio e todos ele assinaram a APA da  
4360 mantiqueira aqui nesse local. E a sua escolha de ter defendido Campos do Jordão só vem coroar essa luta da  
4361 comunidade jordanense. Quero, também expressar uma homenagem ao Governador Montouro que foi quem  
4362 começou isso tudo aqui no nosso Estado de São Paulo estimulando as criações das APAs e legislando para que  
4363 isso fosse, efetivamente, concretizado e saúdo na presença do, então, ajudante de ordens dele no dia que  
4364 assinou aqui e hoje Comandante da Polícia Ambiental de São Paulo esta homenagem ao Governador Montouro.  
4365 Como não podia deixar de ser nós precisamos fazer um pedido à Senhora, aproveitar a sua presença aqui. Nós  
4366 já temos dois parques ambientais do Estado, temos um municipal, falta o federal, nós estamos sentindo a  
4367 ausência do Governo Federal em constituir. Eu solicitaria que a Senhora iniciasse os estudos para que Campos,  
4368 também tivesse um parque federal de preservação. (*Palmas*). E agora um conselho para as meninas, os  
4369 ambientalistas trabalham muito e ficam muito acirrados e vocês precisam fazer compra na cidade, pede o cartão  
4370 de crédito, está baratinho, a cidade agradece a presença de todos e vai tratá-los sempre muito bem. Muito  
4371 obrigado.

4372

4373 **Mestre de Cerimônias**

4374

4375 Com a palavra o Senhor João Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio  
4376 Ambiente.

4377

4378 **João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA**

4379

4380 Cara Ministra com quem eu tenho a honra, o prazer e a felicidade de trabalhar esses dois e poucos anos e  
4381 demais colegas do Ministério, Langone, Machado, a técnica da nossa equipe com muito esforço de fazerem as  
4382 coisas andarem, caro Secretário Goldemberg, batalhador amigo de todos nós, Mirian, Cleiton e o nosso  
4383 Secretário do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, ou seja, é uma mesa absolutamente à altura de um evento  
4384 de uma importância e de um sinal claro da relevância da Mata Atlântica em especialmente das florestas de  
4385 araucária para todos que estão aqui. Eu deixei o querido Doutor Paulo por último porque estar na mesa ao lado  
4386 do Professor Paulo e ter na equipe trabalhando comigo um outro professor o Paulo Kajama é algo que supera e  
4387 muito as minhas expectativas pessoais e tem sido um enorme prazer e uma enorme honra. Fiquei preocupado  
4388 com o seu desafio, Prefeito porque eu já estou com medo que a equipe, o Wigold batalhador que também aceitou  
4389 o desafio de trabalhar conosco, o João de Deus que ajudou a coordenar o trabalho das araucárias, não sei se o  
4390 Sávio está aí, a Tereza, ou seja, toda essa equipe que trabalhou muito e estou com medo deles terem saído para  
4391 campo, espero que não, espero que eles possam ouvir nós acabarmos de falar depois saiam para campo porque  
4392 proteger araucária é algo que está no DNA dessas pessoas e vamos trabalhar nessa direção e falando nisso eu  
4393 queria, Ministra, testemunhar, declarar, detalhar aqui muito rapidamente do ponto de vista emocional, não do  
4394 ponto de vista técnico o trabalho que foi feito nesses levantamentos para a criação das florestas de araucária, um  
4395 trabalho que superou e muito aquilo que já foi dito no vídeo pela Mirian de um trabalho exaustivo tecnicamente,  
4396 40 mil quilômetros etc. e etc., dezenas de reuniões, mas teve um fator que eu acho que é esse o fator que  
4397 interessa que foi o compromisso, o envolvimento, a dedicação com que as pessoas desenvolveram esse trabalho  
4398 e, na realidade, quando nós iniciamos esse trabalho a pergunta era: será que nós vamos encontrar áreas com  
4399 araucária e campos nesses Estados que justifiquem a criação de uma Unidade de Conservação Federal? Será  
4400 que ainda existe? E ao retorno do trabalho, ao assistir o relato dessas pessoas, realmente foi algo impressionante

4401 porque não só elas encontraram como elas desenharam milimetricamente, construíram detalhadamente uma  
4402 proposta extremamente consistente e que, de fato, torna a criação dessas unidades algo absolutamente  
4403 irreversível como já disse a Ministra em várias ocasiões e como nós todos estamos dizendo aqui, algo irreversível  
4404 porque os estudos são absolutamente claros e perfeitos. E eu estava recentemente num debate no Estado de  
4405 Santa Catarina e um debate muito intenso com muitas desinformações propositadamente levadas à opinião  
4406 pública de que ia congelar tudo, não ia poder fazer mais nada, que o Estado de Santa Catarina ia parar, que o  
4407 Paraná ia falir, uma coisa absurda, 30 mil desempregos e eu debatendo ali, eu acho que nós conseguimos por a  
4408 posição e as pessoas se acalmaram e quando acabou o evento, Doutor Paulo, veio um cidadão para mim e falou  
4409 o seguinte: “olha, Capobianco, eu quero dizer a você que vocês estão fazendo injustiça, porque a minha família  
4410 preservou a área que agora vocês querem transformar num parque, meu avô preservou, meu pai preservou e eu  
4411 estou preservando e vocês vão tirar de mim e da minha família esta área?” E aí eu falei: “mas o senhor criou uma  
4412 RPPN”, ele falou: “não criei, não precisa criar uma RPPN, não precisa porque a minha família tem compromisso”.  
4413 E aí eu contei para ele a minha história dos meus 15 anos de idade, na minha primeira intervenção ambientalista  
4414 quando a mata no Sul de Minas enorme quando o meu avô morreu que era o grande defensor da mata, um  
4415 trecho importante dessa mata parou nas mãos de alguns descendentes que não tinham o mesmo apego àquilo e  
4416 a primeira providência que eles tiveram foi de contratar uma empresa para derrubar aquela mata e com 15 anos  
4417 de idade eu procurei uma professora minha e falei: “pelo amor de Deus, como que nós fazemos para impedir?  
4418 Isso é uma loucura”. E ela falou: “olha, eu conheço uma pessoa, não sei se ele vai poder fazer alguma coisa, uma  
4419 pessoa que está lá em Brasília e se chama Paulo Nogueira Neto”, e o Paulo Nogueira Neto dois dias depois fez  
4420 com que aquela região do Sul de Minas tivesse o maior efetivo de polícia, de confusão armada e foi totalmente  
4421 impedindo o desmatamento, foi o Paulo Nogueira Neto. (*Palmas*). Mas o problema sabe, Paulo, é que eu não  
4422 aprendi naquele momento, eu tinha só 15 anos, e eu não aprendi todas as suas lições. Quando a floresta foi  
4423 impedida de ser derrubada, graças ao nosso amigo Paulo, que eu estou aqui ao lado dele, eu falei: “resolveu o  
4424 problema”, vã idéia, nós relaxamos, eu relaxei, um ano depois derrubaram a mata inteira, porque nós não  
4425 queríamos uma Unidade de Conservação e foi o que eu falei para aquele senhor: nós vamos criar uma unidade  
4426 de Conservação justamente para honrar a história do seu avô, do seu pai e a sua história, porque ela vai ser  
4427 preservada para sempre e ninguém da sua descendência poderá destruir essa área, uma das poucas que  
4428 sobrou. Então, eu acho que essa vida que nós temos a oportunidade de estar vivendo coletivamente esse  
4429 momento ao lado de uma Ministra que veio da Amazônia e se tornou em minutos a Ministra do Meio Ambiente do  
4430 Brasil de verdade, que entende com detalhe do que nós estamos falando de uma região a milhares de  
4431 quilômetros da sua origem e que lutou desde o primeiro momento para manter a decisão de criar instituindo um  
4432 grupo, enfrentando todos os problemas, eu acho que isso é extremamente positivo. E para encerrar, Ministra, eu  
4433 queria lembrar de mais uma história que para mim é muito interessante, essa manifestação que teve aqui agora.  
4434 Eu me lembro que quando nós batalhamos em 2003 o ano inteiro, suando a camisa junto com a Rede, junto com  
4435 a Reserva da Biosfera, junto com todo mundo que está aqui, que está na platéia na luta conseguimos aprovar a  
4436 Lei na Câmara dos Deputados. Ai nós estamos em festa, aprovamos, a Ministra lá no plenário quando nós  
4437 saímos do plenário naquela euforia virou alguém e disse: “quero ver aprovar no Senado”, e eu fiquei arrasado, e a  
4438 Ministra falou: “não se preocupe nós estamos na época das grandes coisas”, como assim grandes coisas?  
4439 Grandes coisas, você faz isso e alguém diz: “grandes coisas, quero ver fazer aquilo”. E eu acho que nós estamos  
4440 aqui diante de uma situação, dessa manifestação, isso que está acontecendo aqui, exatamente isso porque se  
4441 nós, se as pessoas se manifestam dessa forma é porque elas acreditam que nós podemos fazer mais, e se nós  
4442 podemos fazer mais, nós temos que fazer mais, eu acho que é um chamamento, eu acho que esse tipo de  
4443 reunião é isso, Alcatrazes estar ali, é um desafio, nós temos que fazer, temos que resolver um problema de 30  
4444 anos que não foi resolvido, vamos fazer, mas vamos construir. Eu acho que esse é o nosso desafio.  
4445

### 4446 **Mestre de Cerimônias**

4447  
4448 Gostaríamos de registrar e agradecer a presença de Senhor Luiz Fernando da Silva representando Alan  
4449 Maganguishem *Word Peace Foundation* sediada em Milão; Senhor Alexandre Matos Martinez, Presidente da  
4450 Confederação Nacional de Reservas Privadas de Planaltina do Paraná, Senhor Henrique Fragoso, Presidente da  
4451 Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Estado da Bahia. Com a palavra o Professor Doutor  
4452 José Goldemberg, Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.  
4453

### 4454 **José Goldemberg – Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo**

4455  
4456 Minha cara Ministra Marina Silva, em nome do Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, eu quero  
4457 lhe dar as boas vindas ao Estado, bem como aos membros do CONAMA que se reúnem aqui. O Estado de São  
4458 Paulo se sente privilegiado por abrigar a segunda reunião fora de Brasília, Oxalá se tivesse sido a primeira. E eu  
4459 quero cumprimentar os demais membros da mesa e todos os amigos aqui presentes. Como os senhores sabem,  
4460 o Conselho Estadual do Meio Ambiente foi convidado a se unir aos colegas do CONAMA e muitos desses  
4461 membros estão aqui presentes a fim de prestigiar este evento. Ministra, o Estado de São Paulo tem feito um  
4462 esforço considerável para ajudar o resto do país na preservação da cobertura florestal e, em particular, da  
4463 preservação da Mata Atlântica, do remanescente da Mata Atlântica, mais da metade dos remanescentes da Mata

4464 Atlântica se encontram no Estado de São Paulo e nós temos feito um esforço considerável para mantê-la de pé e  
4465 um dos fatos que eu gostaria de mencionar à Senhora e queria lhe passar às mãos é o inventário florestal da  
4466 vegetação natural do Estado de São Paulo que é este volume extremamente interessante que foi preparado pelo  
4467 Instituto Florestal e que tem inúmeros detalhes técnicos da cobertura florestal do Estado de São Paulo desde  
4468 1850. Eu queria mencionar aqui aos colegas que em 1850, isto é, a mais de 150 anos atrás, 80% do Estado de  
4469 São Paulo era coberto por vegetação, hoje os remanescentes dessa cobertura florestal são de aproximadamente  
4470 14%, o fato é alvissareiro e é um fato extraordinariamente alvissareiro é que a cobertura florestal do Estado de  
4471 São Paulo que caiu ano a ano desde 1850 está em processo de recuperação. Nos últimos 10 anos houve uma  
4472 recuperação de algumas centenas de milhares de hectares e nós estamos atuando fortemente para que essa  
4473 tendência continue, isso se deve a uma ação combinada de licenciamento e de fiscalização onde os órgãos da  
4474 Secretaria do Meio Ambiente que são os licenciadores contrariando, muitas vezes, empreendedores e até  
4475 prefeitos, ela se esforça por conceder licenças sobre um rigoroso controle de observância da legislação, e o  
4476 papel importante da polícia ambiental do Estado de São Paulo com cerca de 2 mil homens que tem um papel  
4477 importantíssimo nesse trabalho. Mais ainda, Ministra, nós temos conversado com a Senhora e seus  
4478 colaboradores a fim de fazer com que o Estado de São Paulo tome medidas para impedir a utilização de  
4479 madeiras que venha da Amazônia e que não seja certificada e como a Senhora sabe estão em preparação dois  
4480 decretos que o Governador do Estado de São Paulo deve assinar no dia do meio ambiente limitando a utilização  
4481 de madeira não certificada da Amazônia, isso é uma maneira de... *(Palmas)* Damos às mãos ao Governo Federal  
4482 para impedir o desmatamento daquela região. O que ocorreu no Estado de São Paulo é um exemplo trágico do  
4483 que pode acontecer com outras áreas do Brasil se nós não tomarmos medidas a tempo e a expectativa é de que  
4484 controlando o uso de madeira aqui em São Paulo haverá um desencorajamento para o desmatamento ilegal em  
4485 outras áreas no Brasil, além disso, Senhora Ministra, uma reunião que eu reputo como uma reunião histórica o  
4486 Conselho Nacional do Meio Ambiente numa reunião que ocorreu ontem e por puro acidente aprovou um Projeto  
4487 de Lei, um projeto de decreto que eu encaminharei segunda-feira ao Governador do Estado de São Paulo  
4488 revitalizando as atividades necessárias para a preservação da reserva legal do Estado de São Paulo. *(Palmas)*.  
4489 Pelo Código Florestal 20% (vinte por cento) da área utilizada pelas atividades produtivas deve ser objeto de  
4490 reserva legal, lamentavelmente isso não está ocorrendo apesar de todo esforço não só da Secretaria como dos  
4491 próprios promotores públicos. Nós estamos editando um novo decreto que permite que o cumprimento dos  
4492 dispositivos do código florestal seja feito não necessariamente dentro da própria fazenda, mas em áreas que  
4493 sejam situadas em outros locais do Estado de São Paulo que nos parece abre espaço para que os produtores  
4494 rurais cumpram o Código Florestal sem prejuízo das suas atividades produtivas. Para minha surpresa houve  
4495 oposição até isso, Ministra, mas nós estamos trabalhando nessa direção e eu acho que o Conselho Estadual de  
4496 Meio Ambiente está de parabéns por ter apoiado essa iniciativa da Secretária. Finalmente, Ministra, existem dois  
4497 projetos em andamento adiantado no estado de preparação que é um projeto de ecoturismo para melhorar a  
4498 situação do Vale da Ribeira que é a região mais pobre do Estado. Esse projeto é um projeto que envolve um  
4499 empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas, naturalmente, uma contrapartida do Estado de  
4500 São Paulo e eles se destinam a melhorar e tornar mais atraentes os nossos parques que são Petale, Intervale,  
4501 Jacupiranga, Ilha do Cardoso, Carlos Botelho e Ilha Bela e, contrariamente, o que muitos brasileiros pensam o  
4502 Estado de São Paulo tem parques e muito bonitos. A própria Ministra visitou comigo um há pouco tempo atrás de  
4503 modo *(mudança de fita, sem continuação)* Os melhores parques é o parque Orto, assim chamado Orto Florestal  
4504 que é uma Unidade da Secretaria do Meio Ambiente e é um dos melhores que nós temos efetivamente, estamos  
4505 fazendo uma parceria, inclusive, com a Prefeitura para a participação da Prefeitura e do Parque. Nós estamos  
4506 fazendo isso com todas as Unidades de Conservação do Estado de São Paulo são em número de 92 e nós  
4507 estamos instalando Conselhos Gestores em todos eles que há uma participação das Organizações Não  
4508 Governamentais e de outros setores da população. E, finalmente, Ministra, há um projeto que já foi aprovado pelo  
4509 GEF que é o *Global Environment Facility* do Banco Mundial para a recuperação das matas ciliares do Estado de  
4510 São Paulo, realmente a situação atual não pode continuar, existem no Estado de São Paulo 120 mil quilômetros  
4511 de lineares ao longo dos rios, córregos, lagos e outras reservas de água do Estado de São Paulo e é preciso  
4512 obedecer o que determina de novo o código florestal que é 30 metros de cada lado, 50 metros dependendo da  
4513 situação. As fotografias que nós temos mostra que grande parte deles ou está deteriorado ou foi invadido por  
4514 atividades produtivas que vão até a beira do córrego, o que faz mal para a água que é usada para outros fins,  
4515 inclusive, para a população. O GEF está nos fazendo uma doação de 7,7 milhões de dólares para recuperação  
4516 dessas matas ciliares com os quais, é claro, que nós não recuperaremos todas as matas ciliares, mas nós  
4517 teremos meios de dar apoio técnico e a produção de mudas e outras atividades que permitam o envolvimento  
4518 com a sociedade civil e com os prefeitos para a recuperação das matas ciliares. De modo, Ministra, eu quero lhe  
4519 dizer em nome do Governador da satisfação de tê-los aqui conosco e assegurar-lhe que o Estado de São Paulo  
4520 tem o maior interesse em apoiar as medidas que a Senhora está tomando em particular com os colegas aqui,  
4521 com o Langone, o qual nós temos tido uma interação continuada e, sobretudo, no que se refere à proteção da  
4522 Mata Atlântica e esse evento, o fato da reunião do CONAMA se realizar aqui em São Paulo no meio da mata de  
4523 araucárias eu acho que por si só é um evento da maior importância, é simbólico do que todos nós queremos, e a  
4524 Senhora pode crer que o Estado de São Paulo está engajado em apoiar as metas que o seu Ministério está  
4525 traçando. Muito obrigado.  
4526

4527  
4528  
4529  
4530  
4531  
4532  
4533  
4534  
4535  
4536  
4537  
4538  
4539  
4540  
4541  
4542  
4543  
4544  
4545  
4546  
4547  
4548  
4549  
4550  
4551  
4552  
4553  
4554  
4555  
4556  
4557  
4558  
4559  
4560  
4561  
4562  
4563  
4564  
4565  
4566  
4567  
4568  
4569  
4570  
4571  
4572  
4573  
4574  
4575  
4576  
4577  
4578  
4579  
4580  
4581  
4582  
4583  
4584  
4585  
4586  
4587  
4588  
4589

## **Mestre de Cerimônias**

Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Senhor João Risieri, Presidente da FREPESP, Associação de RPPN do Estado de São Paulo. Com a palavra a Excelentíssima Senhora Marina Silva, Ministra de Meio Ambiente.

## **Marina Silva – Ministra de Meio Ambiente**

Quero cumprimentar a todos os senhores e senhoras, cumprimentando o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente que preside e conduz os trabalhos desta reunião do CONAMA e desta sessão solene, Claudio Langone, Professor Goldemberg neste ato representando o Governador Alckmin que tem sido um grande parceiro do Ministério do Meio Ambiente como ele acaba de mencionar essa parceria, Luiz Eduardo Cheida, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Estado do Paraná representando aqui o Governador, também, um grande parceiro nosso o Governador Roberto Requião, Sérgio Grando, Diretor-Presidente da FATMAN representando o Excelentíssimo Senhor Governador Luiz Henrique da Silveira, Maurício Lobo representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente, representando a Senhora Governadora do Rio de Janeiro Rosinha Garotinho, Doutor João Paulo Ismael, Prefeito Municipal de Campos do Jordão que nos recebe tão afetuosamente e me faz uma grata surpresa, geralmente nós recebemos Prefeitos para questionar o Governo Federal quando quer criar áreas federais e o senhor hoje está aqui já nos dando o aval para criarmos aqui uma Unidade de Conservação. *(Palmas)*. Muito obrigada. Quero cumprimentar, também a Mirian que é a Coordenadora Geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica, o Cleiton, Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que fez aqui uma declaração de que ele se encontra dividido, tem muito que celebrar e muito ao que resistir. Doutora Sandra Cureau que aqui representa o Ministério Público, que tem sido um grande parceiro da sociedade brasileira e das instituições de meio ambiente deste país, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo Lobbe Neto, Doutor Paulo Nogueira Neto, Presidente da Fundação Florestal de São Paulo e o nosso eterno professor em meio ambiente, fiquei emocionada com a história que foi aqui relatada pelo Secretário João Paulo Capobianco, há muito tempo quando ele tinha 15 anos e o nosso jovem professor à época nos socorreu e nos deixa todos aqui emocionados, José Messias de Souza, Chefe de Gabinete da Secretaria de Coordenação Política da Assuntos Institucionais, Liz Vieira, Presidente do Jardim Botânico, José Machado, Presidente da Agência Nacional de Águas, meus parceiros do Ministério do Meio Ambiente, representantes de autoridades, representantes da sociedade civil, enfim, senhoras e senhores. Com esta sessão solene do CONAMA damos seguimentos à atividade de abertura da Semana da Mata Atlântica com foco no anúncio de medidas importantes do poder público especialmente para florestas de araucárias. A realização da Semana da Mata Atlântica aqui em Campos do Jordão mostra a importância das parcerias e do trabalho conjunto de diferentes instituições governamentais e não governamentais, destaco e agradeço em especial os organizadores que são meus parceiros do Ministério do Meio Ambiente nas suas diferentes Secretarias, mas quero cumprimentar a todos na pessoa do Secretário de Biodiversidades e Florestas João Paulo Capobianco e do Secretário-Executivo Doutor Claudio Langone, Governador do Estado de São Paulo através da Secretária Estadual de Meio Ambiente, a Prefeitura Municipal de Campos do Jordão através do Secretário Municipal do Meio Ambiente, a Rede de ONGs da Mata Atlântica e o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Os meus agradecimentos a todo esse esforço que conjuntamente estamos levando a cabo. Estamos abrindo esta Semana da Mata Atlântica com a realização da 44ª Reunião Extraordinária do CONAMA, é a terceira vez, me admoestou o Nilo que o CONAMA se reúne fora de Brasília, ele disse que a segunda foi no Estado da Bahia quando tivemos ali um derramamento de óleo, com o objetivo de participar das atividades comemorativas relacionadas ao bioma da Mata Atlântica. Em 2001 o CONAMA se reuniu em Joinville com a pauta dedicada a esse tema chamando a atenção para a importância da preservação e recuperação de toda área de domínio dessa floresta. Desde 1993 o CONAMA aprovou 29 resoluções direcionadas para esse objetivo, antes em 1992 após meses de negociação o Conselho aprovou uma minuta de decreto cujos conceitos inovadores foram incorporados ao Decreto 750 de 1993, bem como ao Projeto de Lei 3.285 de 1992 que há 13 anos aguarda votação no Congresso Nacional de autoria do nosso Deputado Fábio Feldman. Na ocasião o CONAMA estabeleceu com maior precisão a área de abrangência da Mata Atlântica e a necessidade de proteção da mata nativa, também nos Estados de regeneração. As resoluções que se seguiram procuraram definir a vegetação primária e secundária, inclusive, nos diferentes estados onde ocorre o bioma orientando procedimentos de licenciamentos e outras diretrizes para o uso da floresta, portanto, o CONAMA tem exercido uma função primordial no estabelecimento de marcos legais e normas específicas para a proteção da Mata Atlântica o que explica a pertinência de abrirmos a semana com sua reunião extraordinária. Os outros temas de pauta, além desta sessão solene se voltaram para questões relevantes como a resolução que aqui vinha sendo debatida há quase 3 anos e que trata da definição de utilidade pública de interesse social para atividades em áreas de preservação permanente em caráter de exceção e resolução sobre a reciclagem de óleo lubrificante usado que se encontrava em pauta desde dezembro do ano passado. Não posso deixar de destacar, também que após esta solenidade em conjunto com a ABEMA estaremos realizando um debate de esclarecimento sobre outra resolução importantíssima no CONAMA que trata da classificação dos corpos d'água a antiga CONAMA 20 que agora passa a ser CONAMA 357. Ao longo da semana teremos ainda reunião do Fundo Nacional do Meio Ambiente o,

4590 seminário que vai tratar das lacunas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação para a Mata Atlântica  
4591 bem como o tema do monitoramento e da fiscalização com a participação do IBAMA e o Encontro Nacional da  
4592 Rede de ONGs da Mata Atlântica que reúne representantes dos 17 Estados da Federação. O Bioma Mata  
4593 Atlântica é um dos mais importantes biomas brasileiros juntamente com a Amazônia e o pantanal e é considerado  
4594 patrimônio nacional pela Constituição Federal, cobria mais de 1 milhão e 300 mil quilômetros quadrados do  
4595 território brasileiro e hoje está reduzido a menos de 8% (oito por cento) de sua cobertura florestal original, mesmo  
4596 assim ainda é um dos biomas mais ricos do mundo em biodiversidade em sua área de abrangência vivem 120  
4597 milhões de brasileiros e na região é gerado aproximadamente 70% do Produto Interno Bruto, isso torna vital as  
4598 ações de conservação e recuperação do bioma como forma de garantir água e condições climáticas adequadas à  
4599 manutenção e a melhoria da qualidade de vida da população. Um dos compromissos do Governo é trabalhar pela  
4600 aprovação do Projeto de Lei da Mata Atlântica que após 12 anos foi aprovado na Câmara dos Deputados em  
4601 dezembro de 2003 e agora o projeto está no Senado aguardando a votação naquela casa. Várias foram as  
4602 tentativas de construir um acordo com os Senadores e até agora foram infrutíferas, visto que alguns dos senhores  
4603 senadores insistem em manter o art. 46 que prevê a indenização aos proprietários de Mata Atlântica. Para  
4604 avançar com a tramitação do Projeto de Lei o líder do Governo Senador Aloísio Mercadante recentemente  
4605 articulou a realização de uma audiência pública para discutir o projeto, essa audiência deverá acontecer em breve  
4606 e com isso o Projeto de Lei estará pronto para tramitação e votação em Plenário e nós esperamos que isso  
4607 aconteça ainda este ano. Outra ação importante a mencionar é o lançamento dos chamados projetos PDA Mata  
4608 Atlântica os quais encontram-se abertas para recebimento de projeto até o final de junho próximo, são 42 milhões  
4609 de reais de doação do Governo Alemão através do Banco KFW que estarão sendo investidos em projetos de  
4610 conservação da Mata Atlântica nos próximos 3 anos. A comemoração da Semana da Mata Atlântica tendo como  
4611 tema central a floresta de araucárias visa não somente valorizar essa importante floresta mas, principalmente,  
4612 resgatar uma dívida histórica da nação brasileira com a araucária. A araucária conhecida como pinheiro  
4613 brasileiro, ou pinheiro do Paraná foi responsável por um dos ciclos econômicos da Região Sul especialmente em  
4614 meados do Século XX chegando a figurar no topo da lista das exportações brasileiras. Infelizmente, nós  
4615 brasileiros não sabemos fazer uma exploração racional e sustentável dessa floresta e como muitos outros este  
4616 foi um dos ciclos que entrou em declínio ameaçando dramaticamente de extensão essa floresta e toda a sua  
4617 beleza cênica e biodiversidade. É importante dizer que a luta pela defesa, preservação e recuperação das  
4618 florestas de araucária não começou no atual Governo. Nós estamos dando continuidade às ações iniciadas em  
4619 outros governos e há um clamor de cientistas e ambientalistas que iniciou em 1930, além disso, atualmente mais  
4620 de 90% da sociedade apóia integralmente as ações de proteção e recuperação da floresta de araucárias,  
4621 conforme demonstrou recente pesquisa do Ibope feita nos Estados do Paraná e Santa Catarina. No início do  
4622 Governo em março de 2003 criamos o Grupo de Trabalho Araucária Sul com o objetivo de discutir de forma  
4623 ampla e participativa a realização dos estudos para criação de Unidades de Conservação nas áreas apontadas  
4624 pelas Portarias 507 e 508 editada pelo Ministro José Carlos Carvalho no Governo do Presidente Fernando  
4625 Henrique Cardoso. Durante dois anos este grupo promoveu diversas reuniões que envolvem os Governos  
4626 Estaduais, Prefeitos, Universidades, ONGs, Movimentos Sociais, representante de setores industriais e agrícolas,  
4627 mas de 300 lideranças participaram das discussões coordenadas pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas e  
4628 hoje temos a satisfação de apresentar os resultados do trabalho deste grupo. O grupo propõe a criação imediata  
4629 de 8 novas Unidades de Conservação sendo 5 no Paraná e 3 em Santa Catarina. Já estamos encaminhando à  
4630 Casa Civil da Presidência da República com o apoio do meu amigo Governador Roberto Requião, os processos  
4631 de criação das 5 Unidades de Conservação no Paraná totalizando 95 mil hectares de proteção integral. (*Palmas*).  
4632 Estamos, também discutindo com o Governo de Santa Catarina e com as Prefeituras locais a finalização dos  
4633 processos de criação das unidades naquele Estado. Lá estão sendo propostos 25 mil hectares de proteção  
4634 integral e uma APA com uma área de 377 mil hectares. Nos próximos dias teremos novas consultas públicas nos  
4635 municípios de Ponte Serrada, Abelardo Luz e Passos Maia em Santa Catarina, com isso pretendemos  
4636 encaminhar os processos à Presidência da República e criar as Unidades de Conservação ainda este ano. Este  
4637 será um passo importante para a proteção de nossas matas com araucárias que deverá ter continuidade tanto  
4638 por parte do Governo Federal quanto dos Governos Estaduais, Governos Municipais, ONGs, Instituições  
4639 Acadêmicas e setores agrícolas e industrial. Numa floresta tão ameaçada e tão fragmentada como a floresta de  
4640 araucária onde restam menos de 3% de sua área original é, também imprescindível o envolvimento direto dos  
4641 proprietários preservando as matas existentes em suas terras e recuperando áreas para formar corredores  
4642 ecológicos. E a boa notícia é que isso já está ocorrendo somente no Estado do Paraná foram criados nos últimos  
4643 anos 185 reservas particulares do patrimônio natural, além dos benefícios ambientais essas RPPNs já estão  
4644 contribuindo para o aumento da arrecadação dos municípios onde estão inseridos através do ICMS ecológico.  
4645 Quero, também anunciar que já encaminhei para assinatura do Presidente da República o Decreto instituindo o  
4646 Dia da Araucária a ser comemorada anualmente no dia 25 de junho. O Dia da Araucária é uma iniciativa do  
4647 Deputado Lobbe Neto aqui de São Paulo que, inclusive, apresentou um Projeto de Lei com essa finalidade.  
4648 Tenho a grande satisfação, também de anunciar que o Fundo Nacional de Meio Ambiente, como já me referi  
4649 anteriormente, estará aprovando na reunião do Conselho Deliberativo que está sendo realizado aqui em Campos  
4650 do Jordão como parte da programação da Semana da Mata Atlântica, o edital no valor de 20 milhões de reais  
4651 para apoiar projetos de proteção de nascentes e mananciais, esse edital é o maior da história do Fundo. Além  
4652 desse edital estarão sendo aprovados outros dois editais no valor total de 7 milhões de reais para fortalecimento

4653 dos Fundos Estaduais de Meio Ambiente e para gestão territorial da área de influência da BR 163 na Amazônia  
4654 como parte do plano BR 163 sustentável que configura o inédito esforço do Governo do Presidente Lula em  
4655 promover infra-estrutura na Amazônia com sustentabilidade social e ambiental. Estou certa de que com esta  
4656 Semana da Mata Atlântica e as medidas que estamos implementando no âmbito da política ambiental integrada,  
4657 do fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do aumento da participação e do controle social  
4658 estamos dando mais um passo importante para fazermos com que o novo e o desejado ciclo de desenvolvimento  
4659 econômico do nosso país absorva o paradigma da sustentabilidade socioambiental. Eu cumpri com a minha  
4660 tarefa mais difícil que é fazer o discurso lido para não ser injusta com o esforço de muita gente. Agora eu gostaria  
4661 de, em rápidas palavras falar um pouco do momento que estamos vivendo nesse início de tarde. Em primeiro  
4662 lugar vou recuperar aqui a santa ambigüidade de visão que o Cleiton acabou de mencionar, temos muito o que  
4663 celebrar, mas também temos muito ao que reagir e se não fosse assim teríamos que nos sentir ou inteiramente  
4664 derrotados por não termos nada o que celebrar, ou inteiramente paralisados por não termos nada ao que reagir.  
4665 Como não estamos derrotados e nem paralisados temos que continuar fazendo as duas coisas. E é com esse  
4666 espírito que eu participo dessa sessão solene vendo nessa mesa pessoas que têm compromisso de vida com a  
4667 agenda ambiental deste país, vendo neste auditório pessoas que têm os mesmos compromissos, eu me sinto  
4668 motivada para continuar celebrando as nossas muitas conquistas e continuar resistindo àquilo que gostariam de  
4669 nos impor como derrota. Desde que assumimos o Ministério do Meio Ambiente no Governo do Presidente Lula  
4670 fizemos um esforço muito grande, primeiro, de ver a política com P maiúsculo, de não pensar apenas numa  
4671 política para um Governo, mas pensar política para o país e pensar política para o país envolve um forte  
4672 compromisso com a sociedade, com parceiros históricos independentemente de partidos e de ideologias  
4673 diferentes e é esse o esforço que estamos fazendo. E esse esforço tem sido levado a cabo mediante as nossas 4  
4674 diretrizes controle e participação social, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do SISNAMA e política  
4675 ambiental integrada e para isso achamos fundamental a parceria com os diferentes setores da sociedade e,  
4676 inclusive, com aqueles que se mobilizam para não nos deixar cair na inércia do possível, o possível é muito pouco  
4677 e meio ambiente nós temos que ousar o impossível. E o impossível só é conquistado quando temos o  
4678 envolvimento de todos aqueles que colocam as suas utopias para além do tempo em que estão vivendo, é isso  
4679 que nós estamos fazendo. A decisão de fazer política estruturante, de fazer política para o país e não para um  
4680 Governo não é fácil, porque nós sempre somos muito tentados a querer receber o aplauso a cada execução da  
4681 música que nós tocamos, ou da poesia que nós recitamos. E quando você pensa em fazer essa política às vezes  
4682 você pode não estar mais no lugar em que executou a poesia ou que cantou a música quando o aplauso vier,  
4683 mas temos que ter a certeza de que o aplauso pode vir nas mentes, nos corações e no recebimento do trabalho  
4684 das gerações que nos sucederão como as nossas crianças que nos entregaram aqui a semente plantada e  
4685 germinada das araucárias brasileiras. Quando nós anunciamos ontem o índice de desmatamento da Amazônia,  
4686 um número alto, inaceitável para as autoridades, principalmente para mim como Ministra do Meio Ambiente, para  
4687 os Governos, para todos os cidadãos e cidadãs deste país nós estávamos ali, estamos aqui para dizer que  
4688 políticas públicas e um esforço muito grande está sendo feito para combater esse enfreado desmatamento.  
4689 Quando nós chegamos em 2003 recebemos um processo que vinha de um crescimento de 2001 para 2002 de  
4690 27% (vinte e sete por cento) no incremento, na taxa do crescimento do desmatamento da Amazônia, fizemos um  
4691 esforço muito grande, aumentamos em 83% (oitenta e três por cento) as ações de fiscalização, fizemos um Grupo  
4692 de Trabalho para criar um plano de combate ao desmatamento com 15 Ministérios coordenado pelo centro de  
4693 Governo com 142 ações, com orçamento de 390 milhões de reais até 2007 só para as ações de comando e  
4694 controle, estabelecendo 19 bases operativas e estratégicas na Amazônia, estabelecendo um processo inovador  
4695 em que pela primeira vez não apenas o Ministério do Meio Ambiente estaria à frente do processo, mas todo um  
4696 Governo para enfrentar o ritmo desenfreado de desmatamento da Amazônia. No primeiro ano nós, com esse  
4697 esforço, conseguimos uma queda no ritmo do desmatamento, de 27% (vinte e sete por cento) foi para 6% (seis  
4698 por cento), mas ainda é muito alto, a nossa expectativa era de que fosse de 2% (dois por cento), mas o número  
4699 em si 24 mil e 500 quilômetros quadrados em 2003 e a previsão de que poderá ser 26 mil e 130 em 2004 é  
4700 inaceitável, mas esforços estruturantes estão sendo feitos. Em 2001 nós tivemos um aumento do desmatamento  
4701 de 27% (vinte e sete por cento) com uma economia crescendo a 1% (um por cento) nós estamos com a economia  
4702 crescendo a 5% (cinco por cento) e é claro que a sociedade não vai celebrar e nem comemorar o desmatamento  
4703 evitado, mas nós sabemos que isso aconteceu porque se tivéssemos continuado no mesmo ritmo 27% (vinte sete  
4704 por cento) como pegamos a curva em 2003 estaríamos numa situação muito pior, mas não há ainda o que  
4705 celebrar, há o que assumir compromisso com as estruturas que foram criadas e os processos que estão na  
4706 Amazônia, e como eu disse processos estruturantes, criamos mais de 7 milhões de hectares de Unidades de  
4707 Conservação em pontos estratégicos da Amazônia, criamos verdadeiras muralhas verdes a essa frente  
4708 devastadora, essas áreas são todas em região de conflito, em pontos que até há dois anos parecia imaginável de  
4709 serem criadas, um esforço muito grande e um trabalho que sem a liderança e o acolhimento do Presidente Lula  
4710 seria impossível, porque suscita e mexe com muitos interesses. Fizemos um processo inovador na construção de  
4711 uma estrada que é estratégica e importante para o desenvolvimento, mas se feita sem cuidados seria um  
4712 desastre que é o plano de desenvolvimento sustentável da BR 163 aonde as ações de prevenção estavam sendo  
4713 feitas antes da feitura da estrada observando os aspectos socioambientais, além disso, fizemos uma inibição  
4714 administrativa de 8 milhões de hectares de floresta na área de abrangência da BR para evitar a continuidade da  
4715 grilagem e um conjunto de ações integradas do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho, do Ministério do

4716 Desenvolvimento Agrário e nesse momento nós estamos com uma ação do Ministério de Desenvolvimentos  
4717 Agrário de inibir mais de 30 mil propriedades na Amazônia, 10 mil já foram inibidas em mais de 353 municípios  
4718 para combater a grilagem e a exploração predatória, agora tem uma coisa que é importante que eu gostaria de  
4719 ressaltar aqui nesta reunião. Nós, muitas vezes, somos tomados pelo consenso oco que não exige de nós  
4720 compromisso e esse nós não inclui ninguém aqui nesta plenária, todo mundo é a favor de proteger a Amazônia,  
4721 mas tem um determinado momento em que os índices são anunciados e aí nós temos aqueles que durante todo  
4722 o ano e toda (*mudança de fita, sem continuação*) E assim por diante no momento em que sai os índices os que  
4723 trabalham o ano todo para combater o desmatamento eles vão para o (...) falso do questionamento público  
4724 enquanto que aqueles que durante todo o ano vão para o altar das atividades produtivas e sustentáveis são  
4725 incensados, esse consenso oco precisa acabar e nós só vamos conseguir combater desmatamento quando  
4726 começarmos, efetivamente, é esse o esforço do Governo do Presidente Lula a juntar dinâmica do  
4727 desenvolvimento com a dinâmica da preservação, é isso que o Professor Goldemberg falou e é isso que eu estou  
4728 aqui reiterando. Se os consumidores de São Paulo continuarem comprando madeira predatória não adianta ficar  
4729 de olho arregalado quando o desmatamento aumenta, se a opinião pública nacional não for capaz de pensar o  
4730 alimento que come, a sua origem, como ele é produzido, se às custas da nossa biodiversidade, da nossa Mata  
4731 Atlântica, das nossas florestas; nós continuaremos com o consenso oco de dizer que somos unânimes para  
4732 preservar a Amazônia. E é esse esforço que estamos fazendo corajosamente 13 Ministérios, mas para isso é  
4733 necessário que a dinâmica do desenvolvimento incorpore critérios de sustentabilidade. Na Amazônia essa  
4734 dinâmica tem a ver com garimpo predatório, com exploração de madeira predatória, com pecuária predatória e  
4735 com agricultura predatória. Não estamos aqui para vilanizar nenhum setor da economia, mas também não  
4736 estamos para sacralizar aqueles que continuam sendo incensados durante todo o ano sem a preocupação com a  
4737 proteção ambiental e quando chega esse momento todos ficamos assustados de porque esses segmentos  
4738 continuam criminosamente sem se preocupar com atividades que são predatórias sim, para a Amazônia. Com  
4739 essas palavras eu queria aqui homenagear as crianças que participaram desse protesto. Qual a mensagem que  
4740 nós queremos deixar para as gerações futuras no que resta das florestas de araucária da nossa mata atlântica e  
4741 da nossa Amazônia que ainda está tão preservada em que pese tanto sofrimento de mais de 16% (dezesesseis por  
4742 cento) da sua cobertura vegetal já devastada?. Qual é a mensagem que nós queremos deixar? E, talvez, não seja  
4743 necessária uma mensagem, a melhor forma de deixarmos uma mensagem para os nossos jovens, para as  
4744 nossas crianças é, talvez, mudarmos um pouco a forma de levamos essa mensagem, a melhor forma, no meu  
4745 entendimento, é nos transformamos na própria mensagem e quando nós nos transformamos na mensagem aí  
4746 nós deixamos de ter um discurso a ser dito, um discurso a ser ouvido, e nós passamos a ter um caráter a ser  
4747 vivido, uma atitude a ser sentida, e uma ética a ser seguida. É com esse esforço que eu assumi o compromisso  
4748 de estar à frente do Ministério do Meio Ambiente e é com esse esforço e com essa mentalidade que nós estamos  
4749 aqui assumindo um compromisso com trabalho do grupo para criação das florestas de araucárias, das Unidades  
4750 de Conservação, mas, infelizmente, ainda existem mentalidades e ainda até existem autoridades que acham que  
4751 mesmo pouco que resta ainda é muito em ser preservado, se nós não nos transformamos na nossa mensagem,  
4752 naquilo que são as nossas atitudes, naquilo que é nosso caráter e a nossa ética nós vamos continuar fazendo  
4753 consenso oco. Da nossa parte estamos trabalhando, efetivamente, políticas estruturantes que são duradouras,  
4754 duradouras porque tem que ter a paciência de serem construídas porque é impossível de reverter um processo  
4755 de décadas, de séculos em apenas dois anos, principalmente, se não for levado a sério o trabalho como estamos  
4756 fazendo no âmbito do plano de combate ao desmatamento e com a certeza e com a expectativa de que em 2005  
4757 com todo esse esforço, inclusive, de parceiros fora da Amazônia como aqui se colocou o Governo do Estado de  
4758 São Paulo, que eu gostaria de que esse exemplo possa ser seguido por outros Governadores a Amazônia possa  
4759 continuar sendo Amazônia. Muito obrigada. (*Palmas*). Eu só queria mencionar que muitas vezes tem uma  
4760 instituição que ela é vista, muitas vezes, como a instituição do não e esses 80% (oitenta por cento) de aumento  
4761 das grandes operações de fiscalização foi feito pelo IBAMA que está aqui representado pelo Rômulo e que neste  
4762 momento está direcionando todas as suas baterias, no bom sentido, para esse esforço que eu acabei de  
4763 mencionar me desculpando, porque não mencionei o IBAMA durante a minha fala. Muito obrigada.

#### 4764 **Mestre de Cerimônias**

4765  
4766  
4767 Convidamos agora a aluna Ana Paula da Silva Favin da obra social Santa Clara de Campos do Jordão que fará  
4768 uma homenagem à Ministra Marina Silva. A aluna Ana Paula entrega à Ministra colares feitos de revistas e um  
4769 carrinho confeccionado em jornal. Esse material foi confeccionado pelos alunos da oficina de reciclagem da obra  
4770 social Santa Clara que é um projeto em parceria com a Prefeitura de Campos do Jordão e os salesianos.  
4771 Convidamos agora o Senhor Rodrigo Veraldi Ismael, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Campos do  
4772 Jordão não que fará a entrega do prêmio dos estudantes.

#### 4773 **Rodrigo Veraldi Ismael - Secretário Municipal de Meio Ambiente de Campos do Jordão**

4774  
4775  
4776 Boa tarde a todos. Gostaria novamente de agradecer a presença de todas as autoridades, a platéia em nome da  
4777 Prefeitura de Campos do Jordão e agradecer, também o empenho dos alunos que se envolveram com grande  
4778 esforço na elaboração dos trabalhos, com o tema central da araucária pinheiro do Brasil. Lá fora tem uma

4779 exposição com todos os trabalhos, os desenhos que ele fizeram, está lá na barraquinha da entrada, depois vocês  
4780 podem estar conferindo, são muito bonitos, muito bem criativos e, infelizmente, pelo nosso pouco tempo eu não  
4781 vou poder premiar a todos, eu gostaria de estar chamando por ordem os primeiros colocados de cada categoria.  
4782 E eu começar, então pela categoria poesia. Gostaria de chamar a Senhora Mirian da Rede Mata Atlântica para  
4783 fazer a entrega para a aluna Paula Cristina de Almeida da 8ª série, da Escola Irene Lopes Sodré. Dando  
4784 seqüência na categoria redação, o primeiro lugar Gustavo Gonçalves Faria dos Santos, da 5ª série da Escola  
4785 Tancredo de Almeida Neves, por favor, Prefeito, o Senhor pode fazer a entrega, desculpe. Eu gostaria de  
4786 convidar o professor Goldemberg para fazer a entrega do prêmio da categoria desenho da 5ª a 8ª série, o  
4787 ganhador foi Laurentino Moreira da Silva da 8ª série da Escola Lucila Florence Cerqueira. Gostaria, por final de  
4788 convidar a Excelentíssima Ministra Marina Silva para que faça a entrega do prêmio ao 1º colocado das séries de  
4789 1º ao 4º ano à aluna Franciele Renata dos Santos Rosa, do 3º ano da Escola Mon Senhor José Vitá. Só para  
4790 esclarecer, os primeiros lugares da categoria desenho vão estar expostos na exposição Diálogos com a natureza  
4791 Florestas Urbanas do Evento A Mata Atlanta em Paris, ano do Brasil na França, esses desenhos estão sendo  
4792 exposto lá e vai ser tirado fotos, vai ter uma matéria cobrindo, também em homenagem às criança aqui de  
4793 Campos do Jordão. E por último tem um celular na minha mão, quem for o dono, estou guardando ele aqui. Muito  
4794 obrigado.

#### 4795 4796 **Mestre de Cerimônias**

4797  
4798 Convidamos agora o Senhor Cleiton Ferreira Lino, Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da  
4799 Mata Atlântica que fará a entrega do prêmio Muriqui.

#### 4800 4801 **Cleiton Ferreira Lino - Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**

4802  
4803 O prêmio Muriqui foi criado pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, daí o programa  
4804 vinculado ao mesmo tempo no Brasil com o Ministério do Meio Ambiente e ao Programa Internacional da  
4805 UNESCO que é o Programa Homem e Biosfera e desde de 93 ele vem premiando a cada ano uma  
4806 personalidade, e uma pessoa jurídica, uma instituição que se destacam naquele ano ou ao longo do currículo,  
4807 digamos assim, pela promoção da conservação, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável na área da  
4808 Mata Atlântica, lá fora, inclusive, tem esse folheto que mostra quem foram os premiados deste 93, vários deles  
4809 estão aqui, inclusive, nessa mesa. Eventualmente, o Conselho Nacional, também define um prêmio especial pode  
4810 ser para personalidade ou instituição e é o caso deste ano. Então, são 3 prêmios esse ano, o primeiro eu iria  
4811 pedir à Ministra Marina Silva, por favor, que fosse passado à Instituição que é o IESB, o Instituto de Estudos  
4812 Socioambientais do Sul da Bahia que desde 94 se destaca como uma das mais sérias e comprometidas  
4813 instituições em defesa de uma das áreas mais críticas e mais belas da Mata Atlântica em nosso país, em nome  
4814 do IESB, o seu Presidente Paulo Soledade Nassif. A pessoa escolhida para o prêmio Muriqui ele, infelizmente  
4815 não está aqui hoje, ele, inclusive, esteve ontem, mas é o Mário Mantovani que todos aqui conhecem que é uma  
4816 das pessoas das mais fortes, batalhadoras pelas políticas públicas, pela organização da sociedade, pela  
4817 mobilização da sociedade e tantos nos seus trabalhos de cerca de mais de 30 anos dedicados à causa ambiental  
4818 na questão de recursos hídricos de consórcios intermunicipais, tem um currículo que é vastíssimo em termos de  
4819 contribuições e, além do mais, é uma pessoa especial, como todos vocês sabem, pela capacidade de se  
4820 mobilizar e de se dedicar de corpo e alma à causa. Hoje o Mário está em São Paulo porque começam as  
4821 comemorações dos 18 anos da Fundação SOS Mata Atlântica que, também já recebeu o prêmio Muriqui e que  
4822 hoje começa em no evento uma série de eventos no Parque do Ibirapuera e eu acho que nós, também é uma  
4823 forma extremamente importante de estarmos comemorando lá e aqui a Mata Atlântica. Então, o prêmio eu queria  
4824 dizer que nós vamos entregar diretamente em São Paulo. E gostaria de pedir ao Secretário de Meio Ambiente,  
4825 Doutor Goldember que fizesse a entrega do prêmio Muriqui especial desse ano que, também por unanimidade,  
4826 como também os anteriores é dedicado o mais antigo programa de televisão dedicado ao meio ambiente no Brasil  
4827 e que, com certeza, todos já viram e vêem muito e que tem, é um prêmio a mais para a sua coleção de prêmios  
4828 nacionais e internacionais, mas que eu tenho certeza que é um prêmio dos mais bem escolhidos, também pela  
4829 contribuição e não só a Mata Atlântica, mas ao meio ambiente, à cidadania, a todo um trabalho de educação  
4830 ambiental indiscutível e que muito nos honra, também entregar esse prêmio. Eu gostaria de convidar o Cláudio  
4831 Salvagé(?), Diretor do Programa Globo Ecologia feito pela Fundação Roberto Marinho e pela Raís Savagé(?).

#### 4832 4833 **Mestre de Cerimônias**

4834  
4835 Convidamos agora a Senhora Mirian Prochnow, Coordenadora Geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica para  
4836 fazer a entrega do prêmio Amigo da Mata Atlântica.

#### 4837 4838 **Mirian Prochnow - Coordenadora Geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica**

4839  
4840 O Troféu Amigo da Matas Atlântica ele foi instituído há alguns anos pela Rede para homenagear pessoas e  
4841 instituições que tem um trabalho destacado em favor desse bioma que é um dos mais ameaçados desse planeta.

4842 Todo mundo deve saber que nós não entregamos apenas o Amigo da Mata Atlântica, a Rede instituiu um outro  
4843 prêmio que chama Prêmio Moto Serra que não é um prêmio tão glorioso e que tem sido utilizado nas nossas  
4844 manifestações, principalmente, foi muito útil na luta pelo PL da Mata Atlântica. Este ano temos novos agraciados  
4845 eles estão num banner ali fora, nós não vamos mencionar seus nomes agora porque é momento de muita festa.  
4846 Para fazer a entrega do primeiro prêmio eu gostaria de chamar aqui na frente o Senhor Renato Cunha que é da  
4847 atual Coordenação da Rede, já foi Coordenador Geral, é do grupo ambientalista da Bahia e representa bem,  
4848 também as batalhas das entidades que trabalham em prol do bem comum. O primeiro prêmio nós vamos entregar  
4849 para um Movimento que é o Movimento dos Atingidos por Barragem e eu gostaria de chamar aqui na frente o  
4850 senhor Erico Francisco da Fonseca que veio lá de Pinhal da Serra do Município do Rio Grande do Sul  
4851 especialmente para fazer parte da Semana da Mata Atlântica para consolidar parceria que nós estamos fazendo  
4852 enquanto rede com um Movimento Social e para homenagear a luta desse grande movimento em prol do Vale do  
4853 Ribeira, do Vale do Rio Uruguai e em especial com uma araucária em prol das florestas com araucária da região  
4854 de Barra Grande. Ressaltando que essa escultura foi um artista que confeccionou e como o lema deste encontro  
4855 da Rede é Reciclando Atitudes pela Mata Atlântica é feito de sucata exatamente para entrar no espírito e no clima  
4856 do encontro. Para fazer a entrega do segundo homenageado com o prêmio Amigo da Mata Atlântica este ano, eu  
4857 gostaria de chamar uma pessoa que é importante na história da Rede, esteve presente na sua fundação, foi o  
4858 primeiro Coordenador Geral, veio de uma Instituição S.O.S. Mata Atlântica e depois passou para o Instituto  
4859 Socioambiental e é atualmente o Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João  
4860 Paulo Capobianco, e ele tem a honra de entregar esse prêmio a uma pessoa que já foi comentada hoje aqui, isso  
4861 não foi combinado, mas que teve a sua vida inteira dedicada na luta pelo meio ambiente e nós destacamos duas  
4862 coisas importantes do ponto de vista da Rede que essa pessoa fez, a luta pelas araucárias, ele nos inspirou a  
4863 criar uma área de relevante interesse ecológico em Santa Catarina. Nós nos sentimos muito honrado que ele  
4864 guarda isso, também como um exemplo, e ele foi um dos idealizadores de todo o processo e da Lei do EIA/RIMA,  
4865 Doutor Paulo Nogueira Neto, por favor. Agradeço, mais uma vez a atenção e muito obrigada.

4866  
4867 **Mestre de Cerimônias**

4868  
4869 Convidamos agora Walmir Conselheiro do CONAMA que ira recitar um poema em homenagem à Mata Atlântica.  
4870

4871 **Walmir Pereira do Carmo – GRAMA**

4872  
4873 Não como Conselheiro do CONAMA, mas como uma pessoa do povo, um poeta, também nas horas vagas e que  
4874 esse momento nos fez chorar. Ministra, eu fui ao banheiro para lavar o rosto porque não suportei as emoções ali,  
4875 e acho que muitas pessoas aqui o fizeram. "Podaram as grammas, cortaram as árvores, colheram as flores,  
4876 mataram os jacarés, curtiram as peles, tolheram os ideais, prenderam os pássaros, fecharam as grades,  
4877 perderam as chaves; nunca mais a liberdade, nunca mais a liberdade." "Ta dando não seu moço, viver na cidade  
4878 ta maior complicação, é tanta coisa que se paga, é tanta coisa para pagar, é tanta violência, é tanta poluição que  
4879 dilaceram a mente e o coração, viver na cidade, ta dando não, um dia desses eu viro bicho e perco a razão me  
4880 embrenho na floresta e vou vier com o chão, lá tem água fresca de beber, tem vento que acaricia, sem cobrar  
4881 nenhum tostão. Viver na cidade, tá dando não, ta dando não seu moço". Walmir do Carmo, representante das  
4882 ONGs do Nordeste, da entidade ambientalista GRAMA, no Bioma Mata Atlântica no Sul da Bahia que também  
4883 carece de muito cuidado e muita atenção. E vamos lutar para levar a Senhora lá, para a Senhora ver de perto  
4884 como que as coisas por lá andam. Axé para todos.

4885  
4886 **Não Identificado**

4887  
4888 Vou recitar um poema também rapidinho. Consciência ecológica, eu acho que o dia também é para nós  
4889 celebrarmos, Ministra poesia, também, poesia leva a vida à liberdade, inclusive a liberdade das árvores, dos  
4890 pássaros e esse é o poema consciência ecológica . "Quando morrerem os últimos pajés o céu vai cair sobre a  
4891 terra, também o sol e as estrelas vão cair e tudo vai ficar escuro, da mitologia ianomâmi ao se aproximar do  
4892 terceiro milênio o mundo descobriu outro mundo, o planeta verde da Amazônia Brasileira, as nações estão de  
4893 olho na selva tropical, os povos da floresta são manchetes de jornais, a multinacional que fez a maior queimada  
4894 na mata se travestiu de ecologista, ecologia virou moda no momento, mas é preciso ter consciência ecológica, ser  
4895 ecologista não se resume admirar a beleza natural, é preciso lutar por um novo astral, ianomâmis, pataxós,  
4896 quiriris, goljás, nações ameaçadas de extinção, o ecossistema já está mudando, enchentes no sertão e seca no  
4897 litoral, Amazônia, mata atlântica, pantanal, roqueiro extingue o cacique Rauni, grito pelo mundo à fora em defesa  
4898 da mata virgem, não tem inocência da internacionalização da floresta, tenha consciência da preservação da  
4899 natureza, sem ela a humanidade pode desaparecer do cosmo. Muito obrigado. Domingos Ailton da Bahia.

4900  
4901 **Mestre de Cerimônias**

4902

4903 Neste mesmo auditório hoje à tarde das 14h as 18h irá acontecer o encontro da Confederação Nacional de RPN,  
4904 apresentação do sistema nacional de RPPN e propostas de apoio à criação, gestão e manutenção de RPPN.  
4905 Uma organização do CNRPPN. Agora convidamos a todos para irmos até ao Parque Estadual onde acontecerá o  
4906 plantio de araucárias no Bosque de Araucárias. Temos o transporte à disposição para 50 pessoas, os  
4907 interessados deverão se posicionar logo no rol de entrada do auditório. Também haverá uma reunião do  
4908 CONAMA, Ministério do Meio Ambiente e ABEMA e a saída com o ônibus agora às 13h30 para a Câmara  
4909 Municipal, os interessados, por gentileza se posicionem no rol do auditório.

4910  
4911 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
4912

4913 Vou pedir licença ao cerimonial, houve um pequeno problema de comunicação entre os nossos 10 metros que  
4914 nos separam aqui, porque eu combinei com a equipe do CONAMA que por breves instantes nós votaríamos à  
4915 dinâmica de reunião do CONAMA em função, Ministra de uma solicitação feita pelo Governo do Mato Grosso e  
4916 pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente de uma sugestão e requerimento de  
4917 urgência. Então, antes em um minuto antes de nós encerrarmos a solenidade e passarmos ao plantio eu quero  
4918 passar à palavra ao Doutor Paulo Souza Neto, Secretário da Agenda 21 de Goiás e Vice-Presidente da ABEMA  
4919 para sua sugestão.

4920  
4921 **Paulo Souza Neto - Secretário da Agenda 21 de Goiás e Vice-Presidente da ABEMA**  
4922

4923 Boa tarde a todos, boa tarde Ministra, boa tarde Professor Goldemberg, Doutor Claudio Langone, apenas em  
4924 nome dos estados brasileiro da ABEMA para formalizar um convite em forma de moção, em regime de urgência  
4925 para que pudéssemos realizar em função da urgência desse debate sobre desmatamento do que acabou de falar  
4926 a pouco a Ministra Marina Silva, nós estamos aqui com o Secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso, Doutor  
4927 Moacir Pires que convida junto com o Governador Brailo Magi para uma reunião no Mato Grosso, para uma  
4928 sessão no Mato Grosso do CONAMA para que possamos aprofundar e discutir essa situação que aflige a todos,  
4929 a sociedade civil e a sociedade política. Não estamos em lados opostos, municípios, estados e união querem  
4930 enfrentar esse debate e realizar uma sessão no Mato Grosso com a representação do Ministério. *(mudança de*  
4931 *fita, sem continuação).*

4932  
4933 **Claudio Roberto Bertoldo Langone - Secretário-Executivo do MMA**  
4934

4935 Eu solicito que seja, então encaminhado a solicitação por escrito para que nós demos a seqüência a isso e  
4936 agradeço a manifestação do Doutor Paulo e devolvo a palavra ao cerimonial.

4937  
4938 **Mestre de Cerimônias**  
4939

4940 Mais uma informação da organização. Existe um transporte para o aeroporto que irá sair às 14h30 aqui na frente  
4941 do auditório. Desta forma damos por encerrada esta sessão solene de abertura do CONAMA sobre floresta com  
4942 araucárias. A Semana da Mata Atlântica é uma realização do Ministério do Meio Ambiente, Governo do Estado de  
4943 São Paulo, Prefeitura Municipal de Campos do Jordão, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Conselho Nacional da  
4944 Reserva da Biosfera. Tem o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, da Organização de Agricultura e  
4945 Alimentação das Nações Unidas, a FAU(?), o Programa de Apoio às ONGs, o Instituto Florestal, o Programa  
4946 Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e IBAMA. Agradecemos, mais uma vez, a presença de  
4947 todos vocês e desejamos a todos uma boa tarde.